

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 1ª EMISSÃO DE QUOTAS SENIORES E QUOTAS SUBORDINADAS DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INSUMOS BÁSICOS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
INSUMOS BÁSICOS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

CNPJ: 13.850.522/0001-24

Classificação de Risco (Quotas Seniores) - Standard&Poor's: "brAAA"
Classificação de Risco (Quotas Subordinadas) - Standard&Poor's: "brBBB"
Código ISIN Quotas Seniores: BRINSBCTF004

Código ISIN Quotas Subordinadas: BRINSBCTF012

Registro CVM Quotas Seniores nº CVM/SRE/RFD/015, concedido em 19 de setembro de 2011
Registro CVM Quotas Subordinadas nº CVM/SRE/RFD/016, concedido em 19 de setembro de 2011

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica ("Fundo") está ofertando 20.000 (vinte mil) quotas seniores, da 1ª série, com valor unitário de emissão de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) ("Quotas Seniores" e "Valor Unitário de Emissão"), perfazendo o montante total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); e (ii) 555 (quinhentas e cinquenta e cinco) quotas subordinadas, da 1ª série e de mesmo Valor Unitário de Emissão, perfazendo um total de R\$ 13.875.000,00 (treze milhões, oitocentos e setenta e cinco mil reais) ("Quotas Subordinadas"). O total de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas a serem distribuídas será de:

R\$ 513.875.000,00

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores Adicionais) poderia ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 3.000 (três mil) Quotas Seniores suplementares, nas mesmas condições das Quotas Seniores inicialmente ofertadas ("Quotas Seniores Suplementares"), não tendo havido tal emissão. Adicionalmente, a quantidade de Quotas Subordinadas inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Subordinadas Adicionais) poderia ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 83 (oitenta e três) Quotas Subordinadas suplementares, nas mesmas condições das Quotas Subordinadas inicialmente ofertadas ("Quotas Subordinadas Suplementares"), que seria emitida na mesma proporção em que fossem necessárias para o enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura em virtude da emissão das Quotas Seniores Suplementares, não tendo havido tal emissão.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores Suplementares) poderia ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 4.000 (quatro mil) Quotas Seniores adicionais, nas mesmas condições das Quotas Seniores inicialmente ofertadas ("Quotas Seniores Adicionais"), não tendo havido tal emissão. Adicionalmente, a quantidade de Quotas Subordinadas inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Subordinadas Suplementares) poderia ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 111 (cento e onze) Quotas Subordinadas adicionais, nas mesmas condições das Quotas Subordinadas inicialmente ofertadas ("Quotas Subordinadas Adicionais"), que seria emitida na mesma proporção em que fossem necessárias para o enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura em virtude da emissão das Quotas Seniores Adicionais, não tendo havido tal emissão.

Na hipótese de emissão de Quotas Subordinadas Adicionais e/ou Quotas Subordinadas Suplementares, deveria ser respeitada a proporção de 2,041% (dois inteiros e quarenta e um milésimos por cento) de Quotas Subordinadas em relação ao patrimônio líquido do Fundo.

A distribuição pública das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas ("Oferta") foi deliberada pela INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.418.140/0001-31 ("Administrador"), em 16 de junho de 2011.

Os documentos relativos à Oferta foram protocolados na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 24 de junho de 2011.

O Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") e o "Coordenador Líder" e o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores" foram as instituições contratadas pelo Administrador para realizar a Oferta.

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, teve o seu regulamento registrado no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 17 de junho de 2011 ("Regulamento"), sob o nº 1647438, com o seu primeiro aditamento averbado no mesmo cartório sob o nº 1652029, em 4 de agosto de 2011 e com o seu segundo aditamento averbado no mesmo cartório sob o nº 1654858, em 5 de setembro de 2011.

O Fundo é regido pelas disposições do Regulamento, da Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional e da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

O Fundo destina-se a adquirir Direitos Creditórios de titularidade da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras ("Petrobras"), por si ou por meio de suas filiais, e cada nova cedente que venha a aderir ao Contrato de Cessão (conforme abaixo definido), bem como suas respectivas sucessoras, a qualquer título ("Cedentes"), advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos (conforme abaixo definido). Para maiores esclarecimentos e informações sobre os Direitos Creditórios, vide seção "Os Direitos Creditórios", na página 43 deste Prospecto.

Somente poderão participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, (i) investidores qualificados, conforme a definição do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"); e (ii) fundos de investimentos e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento autorizados a investir em fundos de investimento em direitos creditórios, nos termos da Instrução CVM 409, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios ("Investidores Qualificados"). As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas serão registradas para distribuição no Módulo de Distribuição de Ativos (MDA), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas. As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas serão registradas para negociação no mercado secundário no SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Recomenda-se a leitura cuidadosa deste Prospecto antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Quotas do Fundo. Os potenciais investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", nas páginas 35 a 42 deste Prospecto. O investimento no Fundo de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

O Fundo de que trata este Prospecto não conta com a garantia do Administrador do Fundo, das Cedentes, de suas partes relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

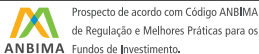
Não há compromisso ou garantia por parte do Administrador de que o objetivo do Fundo será atingido.

Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da quota se comparada a de fundos similares com prazo inferior. O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor, bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do IR incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.

A concessão de registro para a distribuição das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas de emissão do Fundo não implica, por parte da CVM e da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas ou de adequação do Regulamento do Fundo ou deste Prospecto à legislação vigente ou julgamento sobre a qualidade do Fundo ou de seu Administrador e demais prestadores de serviços.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições deste Prospecto e do Regulamento que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

Somente Investidores Qualificados podem adquirir Quotas Seniores e Quotas Subordinadas do Fundo.



"Este Prospecto Definitivo foi preparado com base nas informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), bem como das normas emanadas da CVM. A autorização para funcionamento e/ou distribuição pública das Quotas não implica, por parte da CVM ou da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador, dos Direitos de Crédito ou das demais instituições prestadoras de serviços do Fundo."

Coordenadores



Coordenador Líder



Administrador



Custódia Qualificada



Cedente



Agência Classificadora de Risco



Auditoria



Assessoria Jurídica do Fundo



Assessoria Jurídica dos Coordenadores



A data deste Prospecto Definitivo é 20 de setembro de 2011.

Índice

Índice	1
Glossário	3
Identificação do Administrador, dos Coordenadores, dos Auditores e dos Consultores Jurídicos	9
Administrador	9
Coordenadores	9
Auditor do Fundo e Avaliador da Carteira	9
Consultor Jurídico do Fundo	9
Consultor Jurídico dos Coordenadores	10
Os Coordenadores	11
Coordenador Líder	11
Santander	12
Características Básicas do Fundo	14
Características Básicas das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas	18
Características Básicas das Quotas Seniores	18
Características Básicas das Quotas Subordinadas	18
Sumário	20
O Fundo	20
Política de Investimento, de Composição e de Diversificação da Carteira do Fundo	20
Os Direitos Creditórios	22
As Quotas	22
Emissão e integralização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas	22
Amortização e Resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas	23
Distribuição e Negociação das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas	26
Critérios de Divulgação de Informações aos Quotistas	26
O Administrador	26
Custodiante	26
Remuneração do Administrador, do Custodiante e do Escriturador	27
Conflito de Interesses	27
Relacionamento do Administrador e do Custodiante com a Petrobras	28
Relacionamento do Administrador e do Custodiante com as Devedoras	28
Relacionamento dos Coordenadores com a Petrobras	28
Relacionamento dos Coordenadores com as Devedoras	29
Relacionamento Relevante entre os Prestadores de Serviços do Fundo	29
A Petrobras (Cedente)	30
As Devedoras	30
Procedimentos de Distribuição das Quotas	31
Regime de Colocação	31
Plano de Distribuição	31
Encerramento da Distribuição	32
Subscrição e Integralização das Quotas	32
Cronograma da Oferta	33
Custos de Distribuição	33
Fatores de Risco	35
Riscos associados ao investimento no Fundo	35
Riscos associados aos Direitos Creditórios	39
Os Direitos Creditórios	43
Introdução	43
Procedimentos de Vendas e Constituição dos Direitos Creditórios	43
Procedimentos para a concessão do crédito	44
A Estrutura da Operação	47
Resumo da Estrutura	47
Estrutura do Fundo	47
Política de Investimento, de Composição e de Diversificação da Carteira do Fundo	48
Critérios e Características da Cessão dos Direitos Creditórios	50
Critérios de Elegibilidade	50
Verificação dos Critérios de Elegibilidade	51
Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis e Contraprestações	51
Cobrança dos Direitos Creditórios	53
Resolução da Cessão	53
Eventos de Revisão do Contrato de Cessão	54
Índice de Cobertura	56
Reserva de Amortização e Resgate	57
Verificação do saldo da Reserva de Amortização e Resgate	57
Ordem de Alocação de Recursos	58
Taxa de Administração e Encargos do Fundo	58
Eventos de Avaliação	59
Eventos de Liquidação	61

Dação em Pagamento dos Direitos Creditórios.....	62
Custos Referentes à Cobrança dos Ativos do Fundo.....	63
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo.....	63
Critérios de divulgação de informações aos Quotistas.....	64
Atendimento aos Quotistas.....	64
Assembleia Geral.....	64
As Quotas	67
Características das Quotas Seniores.....	67
Características das Quotas Subordinadas.....	67
Emissão e integralização das Quotas.....	67
Amortização e Resgate das Quotas.....	67
Tributação.....	68
Sumário dos Principais Contratos Firmados pelo Fundo	71
Contrato de Cessão.....	71
Contrato de Distribuição.....	71
Contrato de Custódia.....	71
Gestão da Carteira do Fundo.....	72
Agência de Classificação de Risco.....	72
Empresa de Auditoria.....	72
Destinação dos Recursos	73
Administrador.....	74
Custodiante	76
Agente Escriturador	77
A Petrobras	78
Introdução.....	78
Capital Social.....	78
Principais Atividades e Destaques Operacionais.....	78
Visão Geral do Setor Petroquímico Brasileiro	80
Estrutura.....	80
Papel do Governo Brasileiro.....	81
As Devedoras.....	83
Braskem.....	83
Atividades.....	83
Capital Social.....	83
Administração.....	85
Demonstrações Financeiras da Braskem.....	86
Quattor.....	87
Atividades.....	87
Capital Social.....	87
Demonstrações Financeiras da Quattor.....	87
RioPol.....	87
Atividades.....	87
Capital Social.....	87
Demonstrações Financeiras da Riopol.....	87
Inclusão de Novos Clientes.....	87
Anexos	89
Instrumento de Constituição do Fundo.....	91
Regulamento.....	99
Contrato de Cessão.....	181
Suplemento das Quotas Seniores.....	251
Suplemento das Quotas Subordinadas.....	255
Declaração do Administrador, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400.....	259
Declaração do Coordenador Líder, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400.....	263
Súmula e Relatório da Agência de Classificação de Risco.....	267
Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios da KPMG.....	277
Carta de Fiança.....	291
Demonstrações Financeiras Quattor.....	303
Demonstrações Financeiras Riopol.....	311

Glossário

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, têm o seguinte significado:

Administrador	é a Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31 e autorizada pela CVM para exercer atividades de administração de fundos de investimento e distribuição de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 2.528, de 29 de julho de 1993, ou quem vier a substituí-la na função de Administrador do Fundo.
Agência de Classificação de Risco	é a Standard&Poor's, divisão da McGraw-Hill Interamericana no Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.295.585/0002-20, agência classificadora de risco especializada contratada pelo Fundo, responsável pela avaliação de risco das Quotas nos termos do Regulamento, ou qualquer outra agência de classificação de risco internacionalmente reconhecida que vier a ser contratada para a classificação de risco das Quotas do Fundo.
Agente Escriturador	é Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64, responsável pelos serviços de escrituração das Quotas.
Alocação Mínima	é a razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o Patrimônio Líquido, que deverá, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, ser igual ou superior a 50% (cinquenta por cento), nos termos do item 6.3 do Regulamento.
Amortização Extraordinária	tem o significado que lhe é atribuído no item 21.1 do Regulamento.
Amortização Periódica	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas respectivas Datas de Amortização, calculada na forma do item 15 do Regulamento, e previstas no respectivo Suplemento das Quotas Seniores.
ANBIMA	é a Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Início	é o anúncio de início da distribuição pública das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas de emissão do Fundo, nos termos do Anexo IV da Instrução CVM 400.
Anúncio de Encerramento	é o anúncio de encerramento da distribuição pública das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas de emissão do Fundo, nos termos do Anexo V da Instrução CVM 400.
Assembleia Geral	é a assembleia geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do item 26 do Regulamento.
Ativos Financeiros	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido, conforme constantes do item 6.5 do Regulamento.
Aviso ao Mercado	é o aviso ao mercado, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400
Aviso de Amortização Extraordinária	tem o significado que lhe é atribuído no item 21.1 do Regulamento.
Aviso de Vencimento	é o boleto de cobrança emitido ao respectivo Cliente pelo Banco Cobrador nos termos da Cláusula 1.4 do Contrato de Cessão.
Bacen	é o Banco Central do Brasil.
Banco Cobrador	é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, contratada pela Cedente para a prestação de serviços de cobrança bancária, inclusive o serviço de Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios.
Base de Dados	é a base de dados que contém dados e informações relativas aos Direitos Creditórios e aos Clientes, mantida pelo Custodiante desde a constituição do Fundo.
BM&F Bovespa	é a BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BOVESPAFIX	é o mercado de balcão organizado de renda fixa da BM&F Bovespa.
Braskem	é a Braskem S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Eteno 1561, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 42.150.391/0001-70.
Cedentes	é a Petrobras, por si ou por meio de suas filiais, e cada Nova Cedente que venha a aderir ao Contrato de Cessão, bem como suas respectivas sucessoras, a qualquer título.

CETIP	é a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
Clientes	são a Braskem, a Quattor e a RioPol, compradoras de Produtos cadastradas pelas Cedentes e constantes da Relação de Clientes, bem como cada um dos Novos Clientes que for incluído na Relação de Clientes, na forma da Cláusula 13 do Contrato de Cessão.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Cobrança Bancária	é a cobrança bancária dos Direitos Creditórios Elegíveis realizada pelo Banco Cobrador, mediante a emissão dos respectivos Avisos de Vencimento aos Clientes, nos termos do Convênio de Cobrança Bancária.
Código Civil	Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
COFINS	é a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Condições Resolutivas da Cessão	conforme definido no item 5.1 do Contrato de Cessão.
Contas Correntes Autorizadas do Fundo	é a conta corrente de titularidade do Fundo referida na Cláusula 7 do Contrato de Cessão ou outra conta corrente que vier a ser indicada pelo Administrador para recebimento de valores pelo Fundo.
Contrato de Cessão	é o "Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças", celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e a Petrobras, com a interveniência do Custodiante e do Banco Itaú BBA S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de coordenadores, conforme alterado de tempos em tempos na forma do Contrato de Cessão.
Contrato de Custódia	é o "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios", a ser celebrado pelo Fundo, representado pelo Administrador, e o Custodiante, até a 1ª Data de Emissão, conforme alterado de tempos em tempos. O Contrato de Custódia estabelece, entre outras, as obrigações do Custodiante como custodiante dos Direitos de Creditórios adquiridos e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM 356.
Contrato DI Futuro	tem o significado previsto na Cláusula 6.3(iii) do Contrato de Cessão.
Contrato de Distribuição	é o "Contrato de Coordenação, Subscrição e Colocação de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica", celebrado entre o Administrador e os Coordenadores para fins da Oferta.
Convênio de Cobrança Bancária	é o convênio de prestação de serviço de Cobrança Bancária, firmado pela Cedente com o Banco Cobrador, que poderá, por meio de aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.
Coordenador Líder	é o Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores	é o Banco Itaú BBA S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A.
Crítérios de Elegibilidade	são os critérios a serem observados pelo Custodiante para que os Direitos Creditórios possam ser adquiridos pelo Fundo, conforme definidos no item 8 do Regulamento.
Custodiante	é Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Itáua, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, para prestar os serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo aqueles de que trata o artigo 38 da Instrução CVM 356, ou outra instituição que vier a substituí-la nos termos do Regulamento.
CVM	é a Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização	são as datas que vierem a ser indicadas nos respectivos Suplementos de Quotas Seniores, nas quais ocorrerá a Amortização Periódica destas, conforme definido no item 15.2 do Regulamento.
Data de Aquisição	é cada data em que o Custodiante verificar o atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade e enviar o Arquivo Retorno de Cessão para a respectiva Cedente, na forma descrita no Contrato de Cessão.
Data de Definição da Taxa de Longo Prazo	é a data definida conforme Tabela 1 do Anexo X ao Contrato de Cessão.
Data de Disponibilidade	é o Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.
Data de Emissão	é a data em que os recursos decorrentes da integralização das Quotas são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do item 14.1 do Regulamento, e que deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.

Data de Verificação de Amortização	tem o significado que lhe é atribuído no item 15.6 do Regulamento.
Data de Verificação do Índice de Cobertura	é a partir da 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores e até a última Data de Resgate, o dia 15 (quinze) de cada mês.
Data de Verificação do Índice de Liquidez	é, a partir da 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores e até a última Data de Resgate, o dia 15 (quinze) de cada mês.
Datas de Resgate	são as datas em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, conforme o caso, indicadas no respectivo Suplemento.
Dia Útil	é qualquer dia que não seja sábado, domingo, dia declarado como feriado nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na praça em que o Custodiante é sediado ou em âmbito nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que declarado como feriado nacional eventuais ausências de expedientes bancários serão considerados Dias Úteis. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos do Regulamento não sejam Dia Útil, considerar-se-á como a data devida para o referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte.
Direitos Creditórios	são os direitos de crédito que cada Cedente detém e venha a deter contra seus respectivos Clientes, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos Clientes, representadas por Notas Fiscais Fatura, conforme o modelo constante do Anexo II ao Contrato de Cessão.
Direitos Creditórios Elegíveis	são Direitos Creditórios que, na Data de Aquisição, atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade.
Diretor Designado	é o diretor do Administrador designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas.
Disponibilidades	tem o significado que lhe é atribuído no item 15.6 do Regulamento.
Dívida	é qualquer obrigação pecuniária classificada como empréstimos, financiamentos ou emissões públicas ou privadas de títulos e valores mobiliários, conversíveis ou não, no mercado local e/ou internacional (exceto obrigações decorrentes de fundos de investimentos em direitos creditórios), conforme reportado nas mais recentes demonstrações financeiras disponíveis da respectiva Cedente ou Cliente, conforme o caso, elaboradas segundo os princípios contábeis determinados pela legislação brasileira e pela regulamentação da CVM.
Documentos Comprobatórios	são os títulos de crédito representativos dos Direitos Creditórios e os seguintes documentos: (i) para "Vendas FOB" (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura e tiquete de balança comprovando a entrega dos Produtos aos Clientes; (ii) para "Vendas CIF" (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura, o respectivo conhecimento de embarque dos Produtos e comprovante de entrega dos Produtos aos Clientes; e (iii) para "Venda por Tubovia", a Nota Fiscal Fatura e o relatório de leitura do medidor da tubovia.
Empresa de Auditoria	é a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes Barros 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001.29, ou sua sucessora no exercício de suas funções, encarregada da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise da atuação do Administrador.
Encargos do Fundo	tem o significado que lhe é atribuído no item 12.3 do Regulamento.
Estabelecimentos	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.13 do Contrato de Cessão.
Etano	significa etano produzido por uma Cedente.
Eventos de Avaliação	são os eventos definidos no item 20.1 do Regulamento.
Eventos de Liquidação	são os eventos definidos no item 20.2 do Regulamento.
Eventos de Resilição	são os eventos indicados na Cláusula 9.2 do Contrato de Cessão.
Eventos de Revisão	são os eventos indicados na Cláusula 9.1 do Contrato de Cessão.
Excesso de Cobertura	tem o significado que lhe é atribuído no item 22.2 do Regulamento.
Fator <i>Spread</i> das Quotas Seniores	é o <i>spread</i> sobre a Taxa DI aplicável a cada série de Quotas Seniores, determinado na forma do item 13.6.2 do Regulamento e indicado no respectivo Suplemento.
Fundo	é o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica.
ICMS	é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços.

IGP-DI	é o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
IGP- M	é o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Índice de Cobertura	tem o significado que lhe é atribuído no item 22.1 do Regulamento.
Índice de Liquidez	tem o significado que lhe é atribuído no item 16.1 do Regulamento
Instituições Autorizadas	são as seguintes instituições e/ou suas respectivas Partes Relacionadas: Banco do Brasil S.A., Banco Safra S.A., HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A.
Instrução CVM 356	é a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.
Instrução CVM 400	é a Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 409	é a Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM 476	é a Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
Investidor(es) Qualificado(s)	são aquelas pessoas definidas como tal no artigo 109 da Instrução CVM 409, e os fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, nos termos da Instrução 409, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.
IOF/Câmbio	é o Imposto sobre Operações Financeiras relativas a câmbios.
IOF/Títulos	é o Imposto sobre Operações Financeiras relativas a títulos ou valores mobiliários.
KPMG	é a KPMG Auditores Independentes.
MDA	é o Módulo de Distribuição de Ativos administrado e operacionalizado pela CETIP.
NAFTA	significa nafta petroquímica produzida por uma Cedente.
Nota Fiscal Fatura	é o documento emitido em razão da realização de operação de venda mercantil a prazo de Produtos celebrada entre uma Cedente e seu respectivo Cliente, conforme modelo constante do Anexo II ao Contrato de Cessão.
Nova Cedente	é qualquer outra vendedora de Produtos que satisfaça os requisitos previstos no item 10 do Regulamento.
Novo Cliente	é o comprador de Produtos cadastrado pelas Cedentes, que esteja sob o controle efetivo da Braskem e que venha a ser inserido na Relação de Clientes, de acordo com o procedimento previsto no item 9 do Regulamento.
Oferta	a presente distribuição pública de Quotas.
Oferta Pública	é toda e qualquer distribuição pública de Quotas realizada durante o prazo de duração do Fundo nos termos da Instrução CVM 400, com o prévio registro na CVM.
Oferta Restrita	é toda e qualquer distribuição pública de Quotas Subordinadas com esforços restritos de colocação durante o prazo de duração do Fundo, nos termos da Instrução CVM 476, a qual (i) será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados; (ii) será intermediada por sociedades integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários; (iii) estará automaticamente dispensada de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 476; e (iv) estará sujeita às restrições de negociação estabelecidas na Instrução CVM 476.
Partes Relacionadas	são (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa, (v) fundos de investimento exclusivos, <i>trusts</i> ou outras entidades controladas por qualquer das pessoas mencionadas nos incisos (i) a (iv). Para os fins desta definição, controle tem o significado que lhe atribui o artigo 116 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores.
Patrimônio Líquido	é o patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do item 28 do Regulamento.
Período Restrito	é o período de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento de uma Oferta Restrita durante o qual uma outra Oferta Restrita de novas Quotas Subordinadas não poderá ser realizada, conforme previsto no artigo 9 da Instrução CVM 476.
Petrobras	é a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, sociedade de economia mista com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Chile 65, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.000.167/0001-01.
PIS	significa a contribuição ao Programa de Integração Social.

Plano Contábil	é o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular n.º 1.273, emitida pelo Bacen em 29 de dezembro de 1987, conforme alterada, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável.
Prazo de Duração	é o prazo de duração do Fundo, conforme estabelecido no item 3 do Regulamento.
Preço de Aquisição	é o preço de aquisição de cada Direito Creditório Elegível, calculado nos termos da Cláusula 6.1 do Contrato de Cessão.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	é o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, realizado em 1º de setembro de 2011, por meio do qual foi definido o Fator <i>Spread</i> das Quotas Seniores.
Procedimento de Venda	são os procedimentos estabelecidos no Anexo IV ao Contrato de Cessão.
Produtos	são nafta, etano e propano, produtos fabricados e/ou comercializados pelas Cedentes no curso normal de suas atividades preponderantes no setor petroquímico, em conformidade com seus respectivos atos constitutivos.
Propano	significa propano produzido por uma Cedente.
Prospecto	é o prospecto da primeira distribuição pública das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas de emissão do Fundo e suas respectivas atualizações.
Quattor	é a Quattor Participações S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Graça Aranha 182, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.017.802/0001-89.
Quotas	são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas, consideradas em conjunto.
Quotas Seniores	são as quotas de classe senior, que não se subordinam às demais para efeito de amortização e resgate, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries, na forma do Regulamento.
Quotas Seniores Adicionais	tem o significado previsto no item 13.4.2 do Regulamento.
Quotas Seniores Suplementares	tem o significado previsto no item 13.4.1 do Regulamento.
Quotas Subordinadas	são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo, que se subordinam às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, na forma do Regulamento.
Quotas Subordinadas Adicionais	tem o significado previsto no item 13.7.2 do Regulamento.
Quotas Subordinadas Suplementares	tem o significado previsto no item 13.7.1 do Regulamento.
Quotistas	são os titulares de Quotas.
Quotistas Qualificados	são os Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, que ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000.
Quotistas Seniores	são os titulares das Quotas Seniores.
Quotistas Subordinados	são os titulares das Quotas Subordinadas.
Regulamento	é o regulamento consolidado do Fundo, registrado em 17 de junho de 2011 no 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 1647438, com o seu primeiro aditamento averbado no mesmo cartório sob o n.º 1652029, em 4 de agosto de 2011 e com o seu segundo aditamento averbado no mesmo cartório sob o n.º 1654858, em 5 de setembro de 2011.
Relação de Clientes	é a relação de Clientes anexa ao Contrato de Cessão na forma do seu Anexo VI, a qual será enviada ao Custodiante pela Cedente.
Relatório Especial de Revisão	tem o significado que lhe é atribuído no item 9.1 do Regulamento.
Reserva de Amortização e Resgate	tem o significado que lhe é atribuído no item 15.6 do Regulamento.
Resolução CMN 2.907	é a Resolução n.º 2.907, de 29 de dezembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional.
RioPol	é a Rio Polímeros S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Graça Aranha 182, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.202.799/0001-61.
Santander	é o Banco Santander (Brasil) S.A.
SAP	é o sistema integrado de controle de recebimento de matéria-prima, estoque, faturamento, finanças e contabilidade da Cedente

SELIC	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
SERASA	é a SERASA Experian S.A.
Suplemento	significa um Suplemento de Quotas Seniores ou um Suplemento de Quotas Subordinadas, conforme aplicável.
Suplemento de Quotas Seniores	é o suplemento de cada série da classe de Quotas Seniores, preparado nos termos do item 13.3.1 do Regulamento, conforme o modelo constante do Anexo I do Regulamento.
Suplemento de Quotas Subordinadas	é o suplemento referente a cada emissão de Quotas Subordinadas, preparado nos termos do item 13.6.4 do Regulamento, conforme o modelo constante do Anexo III do Regulamento.
Taxa de Administração	tem o significado previsto no item 12 do Regulamento.
Taxa de Longo Prazo	tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.2 do Contrato de Cessão.
Taxa DI	é a taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, calculada com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP.
Termo de Cessão	é o documento preparado na forma do Anexo V ao Contrato de Cessão.
Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco	é o documento pelo qual os Quotistas, dentre outras coisas, (i) declaram estar cientes dos riscos envolvidos no investimento nas Quotas do Fundo; (ii) aderem ao Regulamento, e (iii) atestam a sua condição de Investidores Qualificados.
Valor de Restituição	tem o significado previsto na Cláusula 5.3 do Contrato de Cessão
Valor Unitário de Emissão	é o valor unitário de cada Quota na respectiva 1ª (primeira) Data de Emissão.

Identificação do Administrador, dos Coordenadores, dos Auditores e dos Consultores Jurídicos

Administrador

INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100
São Paulo, SP
At.: Renato Chapchap / Fábio Sonoda
Telefone: (11) 5029-4653 / 5029-1869
Fac-símile: (11) 5029-1394
Correio Eletrônico: produtosestruturados@itau-unibanco.com.br
Website: www.intrag.com.br/prospectos

Coordenadores

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar
São Paulo, SP
At.: Sr. Marcello Soledade Poggi de Aragão
Telefone: (11) 3708-8508
Fac-símile: (11) 3708-2533
Correio Eletrônico: marcello.aragao@itaubba.com
Website: www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp

Banco Santander (Brasil) S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 2041 e 2.235, Bloco A, 27º andar
São Paulo, SP
At.: Sr. Luciano Gurgel do Amaral
Telefone: (11) 3553-3220
Fac-símile: (11) 3553-3220
Correio Eletrônico: luamaral@santander.com.br
Website: www.santander.com.br/prospectos

Auditor do Fundo e Avaliador da Carteira

KPMG Auditores Independentes
Rua Dr. Renato Paes de Barros 33
São Paulo, SP
At.: Sr. Pedro Zago
Telefone: (11) 2183.3000
Fac-símile: (11) 2183.3001
Website: www.kpmg.com.br

Consultor Jurídico do Fundo

Pinheiro Guimarães – Advogados
Av. Rio Branco 181 – 27º andar
20040-918 Rio de Janeiro, RJ
At.: Paula Beatriz Carneiro Pessoa / Pedro Barretto Vasconcellos
Telefone: (21) 4501.5000
Fac-símile: (21) 4501.5025
Website: www.pinheiroguimaraes.com.br

Consultor Jurídico dos Coordenadores

Brasil, Pereira Neto, Galdino e Macedo Advogados

Rua Olimpíadas, nº 100

At.: Bernardo Maranhão Carneiro / Cristina Biancastelli

04551-000 São Paulo, SP

Telefone: (11) 3638-7000

Fac-símile: (11) 3638-7040

website: www.bpgm.com.br

Os Coordenadores

Coordenador Líder

O Itaú BBA é um banco de atacado brasileiro com ativos na ordem de R\$199 bilhões, uma carteira de crédito de R\$113 bilhões, e patrimônio líquido de R\$8,8 bilhões em 31 de março de 2011. O banco faz parte do grupo Itaú Unibanco, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Itaú BBA visa atuar em parceria com as grandes empresas, provendo o melhor e o mais completo conjunto de serviços financeiros. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevidéu, Buenos Aires, Santiago, Lisboa, além de escritórios de representação em Lima, Nova Iorque, Frankfurt, Paris, Luxemburgo, Madri, Londres e Xangai.

A área de *Investment Banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda fixa, renda variável e fusões e aquisições.

De acordo com o *ranking* ANBIMA, o Itaú BBA tem apresentado uma liderança consistente no *ranking* de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado o primeiro lugar nos anos de 2004 à 2010, com participações de mercado entre 19% e 46%. Em 2009, o Itaú BBA recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o prêmio "World's Best Investment Banks", na categoria Brasil, concedido pela Global Finance, publicação americana especializada em instituições financeiras de todo o mundo. Recebeu também o prêmio de "Melhor Banco de Investimento da América Latina", concedido pela "The Banker". Recebeu da LatinFinance, pelo terceiro ano consecutivo, o prêmio de "Best Local Investment Bank in Brazil". Recebeu ainda o prêmio de "Best Corporate Bond of the Year", concedido pela participação como *joint-bookrunner* na emissão de Senior Notes pela Telemar.

Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Banco Itaú BBA recentemente, destacam-se as ofertas de debêntures da ALL - América Latina Logística S.A. (R\$810 milhões), Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (R\$330 milhões), Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas (R\$370 milhões), Even Construtora e Incorporadora S.A (R\$250 milhões), OHL Brasil (R\$400 milhões, por meio de 2 concessionárias do grupo), Taesa (R\$815 milhões), BNDESPar (R\$2,025 bilhões), Hypermarchas S.A. (R\$651 milhões), Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (R\$300 milhões), da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (R\$1,0 bilhão), do Grupo OHL Brasil (R\$1,4 bilhão, por meio de 4 concessionárias do grupo), da CTEEP (R\$548 milhões), da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (R\$600 milhões), da Alupar (R\$250 milhões), da Camargo Corrêa S.A. (R\$1,0 bilhão), da Anhanguera Educacional Participações S.A. (R\$200 milhões), da Vivo Participações S.A. (R\$810 milhões), da Companhia Energética do Ceará - Coelce (R\$245 milhões) e da Telemar Norte Leste S.A (R\$2,6 bilhões). Em operações de notas promissórias recentemente coordenadas pelo Banco Itaú BBA, destacam-se as operações da Redecard (R\$724 milhões), do Grupo OHL Brasil (R\$750 milhões, por meio de 4 concessionárias do grupo), da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (R\$200 milhões), da Light Serviços de Eletricidade S.A. (R\$100 milhões), da Companhia Energética do Ceará - Coelce (R\$245 milhões), da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A (R\$650 milhões) e da Elektro Eletricidade e Serviços S.A (R\$120 milhões). Destacam-se ainda as operações FIDC Renner (R\$350 milhões), FIDC Globex (R\$1,166 milhões), FIDC CEEE IV-D (R\$130 milhões), FIDC Paulista Veículos II (R\$100 milhões), FIDC Energisa (R\$150 milhões), CRI PDG Securitizadora com risco PDG Realty (R\$405 milhões), CRI RB Capital com risco BR Distribuidora (R\$110,1 milhões), CRI WT PIC II com risco Volkswagen (R\$101,9 milhões) e as duas operações de CRI da BRC Securitizadora S.A. com risco Petrobras (R\$200 milhões e R\$120 milhões). No segmento de renda fixa internacional, em 2010, o Itaú BBA participou como *joint-bookrunner* de 24 ofertas de *bonds*, cujo montante total alcançou US\$13,3 bilhões, sendo o banco brasileiro que mais coordenou emissões para empresas brasileiras até dezembro de 2010. Em 2009 o Itaú BBA participou de 8 ofertas, com um montante total de US\$4,9 milhões. Dentre as operações recentemente em que o Itaú atuou como *bookrunner* ou *joint-bookrunner*, destacam-se as ofertas de Banco Votorantim (R\$1 bilhão), Marfrig (US\$750 milhões), Coelba (R\$400 milhões), Hypermarchas (US\$750 milhões), Votorantim (US\$750 milhões), Raghsa (US\$100 milhões), conglomerado Itaú Unibanco (US\$250 milhões), BR Properties (US\$85 milhões), Petrobras (US\$6 bilhões), Grupo Virgolino de Oliveira (US\$300 milhões), CMPC (US\$500 milhões), Sabesp (US\$350 milhões), AB Inbev (R\$750 milhões), BicBanco (US\$400 milhões), conglomerado Itaú Unibanco (US\$ 1 bilhão), de Suzano (US\$650 milhões) e República do Brasil (US\$550 milhões, sendo a primeira vez que um banco brasileiro participou de uma oferta do Tesouro).

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de ADRs, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora, que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa. Em 2009, o Itaú BBA atuou como coordenador e *bookrunner* de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$14,2 bilhões. No *ranking* ANBIMA, o banco terminou o ano de 2009 em primeiro lugar em número de operações, participando em 58% das operações ocorridas naquele ano.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso amplo e privilegiado a investidores estratégicos e financeiros para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários. De acordo com o *ranking* de fusões e aquisições da Thomson Finance, com base no número de transações em 2009, o Itaú BBA ficou em segundo lugar, com 24 operações realizadas com um volume total de R\$12,9 bilhões.

Santander

O Banco Santander (Brasil) S.A. é controlado pelo Banco Santander S.A., instituição com sede na Espanha, fundada em 1857, que, em 2007, participou do consórcio que realizou uma das mais importantes transações e o maior negócio da história da indústria bancária do mundo, ao adquirir 86% das ações do banco holandês ABN AMRO, por €71,0 bilhões, tornando-se o terceiro maior banco do País.

O Santander acredita ser o principal grupo financeiro da Espanha e da América Latina e desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou uma presença destacada no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc, assim como em Portugal.

O Grupo Santander entrou no mercado brasileiro em 1957, por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A.. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A.; em 1998, o Banco Noroeste S.A.; em 1999, o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.); e em 2000, adquiriu o Banespa.

Em 2004, o Santander no Brasil teve o *asset management* classificado como o melhor no *ranking* da Standard & Poor's.

No ano de 2005, recebeu o prêmio de melhor Tesouraria da América Latina, da revista Euromoney.

Em 2007, o consórcio formado pelos bancos Santander, RBS e Fortis adquiriu 86% das ações do banco holandês ABN Amro, por 71 bilhões de euros. No Brasil, com a compra do ABN Amro Real, o Santander tornou-se o terceiro maior banco do País.

Em 2009, o Banco Santander S.A. registrou lucro líquido de mais de €12,4 bilhões, tendo a América Latina representado 36,0% dos resultados do Santander no mundo, responsável por um lucro líquido de mais de €3,2 bilhões.

Em 2010, no Brasil, conforme divulgação do seu informe de resultado em IFRS de 2010, apresentou lucro líquido de R\$7.389 milhões, com crescimento de 34,05% (ou R\$1.874 milhões) em relação aos R\$5.508 milhões do mesmo período de 2009. O lucro antes de impostos de 2010 atingiu R\$9.724 milhões, aumentando em 39,1% frente a 2009. Os ativos representaram R\$374.663 milhões, com crescimento de 18,6% em doze meses e o patrimônio líquido totalizou R\$43.563 milhões (excluindo ágio de R\$28.312 milhões).

O Santander Brasil tem presença ativa em todos os segmentos do mercado financeiro: Banco Comercial, Banco Global de Atacado e Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros.

O Banco Global de Atacado possui foco em clientes corporativos globais, atendendo aproximadamente 700 grandes empresas brasileiras e conglomerados multinacionais, incluindo algumas das maiores empresas do Brasil. O Banco Santander atende também subsidiárias de seus clientes globais. Os clientes deste segmento se beneficiam da estrutura global dos serviços fornecidos pelo Grupo Santander, por meio da integração global da rede de serviços bancários de atacado, soluções de serviços globais e experiência em mercados locais.

No mercado de renda fixa local, o Santander tem, consistentemente, ocupado posição de destaque.

Nos anos de 2007, 2008 e 2009, as seguintes operações e classificações merecem destaque: (i) foi classificado como a quarta instituição, tanto em termos de volume de originação quanto em número de operações de renda fixa da ANBIMA, tendo intermediado 31 operações que totalizaram R\$3.002 milhões, equivalente a 6,2% do volume acumulado de originação no ano; (ii) estruturou e atuou como Coordenador Líder da maior operação da história do mercado brasileiro de renda fixa - a sétima emissão pública de debêntures da Companhia Vale do Rio Doce, no valor de R\$5,5 bilhões; (iii) sétima emissão pública de debêntures da Telemar Participações S.A., no montante total de R\$250 milhões; (iv) primeira emissão pública de debêntures da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., no montante total de R\$200 milhões; (v) primeira emissão pública de debêntures da Klabin Segall S.A., no montante total de R\$202,5 milhões; (vi) terceira emissão pública de debêntures da Tractebel Energia S.A., no montante total de R\$600 milhões; (vii) terceira emissão pública de debêntures da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., no montante total de R\$300 milhões; (viii) quinta emissão pública de debêntures da Companhia de Concessões Rodoviárias – CCR, no montante total de R\$598 milhões; (ix) segunda emissão pública de debêntures da Companhia Energética do Ceará – Coelce, no montante total de R\$245 milhões; (x) primeira emissão pública de debêntures da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no montante de R\$600 milhões.

Ainda para os mesmos anos, no segmento de operações estruturadas, o Santander intermediou importantes operações, conforme descrição a seguir: (i) CRIs da primeira emissão da WT VRJ Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A., totalizando R\$126,9 milhões; (ii) alienação de Quotas Subordinadas do FIDC Chemical, totalizando R\$41,8 milhões; (iii) CRIs da 3ª série e 4ª série da primeira emissão da Rio Bravo Crédito Cia. de Securitização, lastreados em créditos imobiliários devidos pela Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A., totalizando R\$100,2 milhões e R\$99,6 milhões, respectivamente; (iv) FIDC Chemical III, no montante de R\$324 milhões, sendo este o primeiro do programa de securitização da Braskem S.A.

Em 2010, o Santander (i) foi o coordenador líder da emissão de debêntures de Rota das Bandeiras, pelo montante de R\$1,1 bilhão; (ii) atuou como coordenador líder, finalizando a distribuição de 180.000 quotas seniores do FIDC Monsanto, totalizando o montante de R\$180 milhões; (iii) foi coordenador líder da segunda emissão pública de debêntures da Brookfield Incorporações S.A., no montante total de R\$366 milhões; (iv) foi o coordenador líder da emissão de debêntures de Forjas Taurus S.A., no montante de R\$113 milhões; (v) foi o coordenador da emissão de debêntures de Hypermarcas S.A., no montante de R\$651 milhões; (vi) foi o coordenador líder da emissão de debêntures da Vianorte S.A., pelo montante de R\$253 milhões; (vii) atuou como coordenador líder da emissão de debêntures da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., de montante de R\$307 milhões; (viii) foi coordenador líder de debêntures para Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., pelo valor de R\$406 milhões; (ix) atuou como coordenador líder na emissão de debêntures de Autovias S.A., pelo valor de R\$405 milhões; (x) atuou como coordenador na distribuição de quotas seniores do FIDC Lojas Renner no valor de R\$350 milhões; (xi) atuou como coordenador líder da emissão de debêntures de Gafisa S.A., somando o valor de R\$300 milhões; (xii) atuou como coordenador líder na emissão de debêntures de Telemar Norte Leste S.A., pelo valor de R\$2 bilhões.

No ano de 2011, o Santander (i) coordenou a 5ª emissão e distribuição pública de debêntures da Even Construtora e Incorporadora, no montante total de R\$250 milhões; (ii) atuou como coordenador líder na distribuição da segunda série de quotas seniores do FIDC Monsanto, somando o valor de R\$100 milhões; (iii) foi coordenador da emissão pública de debêntures da ALL – América Latina Logística S.A., no montante de R\$810 milhões.

Características Básicas do Fundo

Emissor:	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica.
Tipo	Fundo fechado.
Cedentes:	Petrobras, por si ou por meio de suas filiais, e sua respectiva sucessora, a qualquer título, ou uma nova sociedade incluída na forma do item 10 do Regulamento.
Classes de Quotas:	Uma única classe de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas.
Séries:	1ª Série de Quotas Seniores e 1ª Série de Quotas Subordinadas.
Quantidade Total de Quotas Seniores:	<p>20.000 quotas.</p> <p>Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores Adicionais) poderia ser acrescida em até 15%, ou seja, em até 3.000 Quotas Seniores suplementares, nas mesmas condições das Quotas Seniores inicialmente ofertadas ("<u>Quotas Seniores Suplementares</u>"), não tendo havido tal emissão.</p> <p>Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores Suplementares) poderia ser acrescida em até 20%, ou seja, em até 4.000 Quotas Seniores adicionais, nas mesmas condições das Quotas Seniores inicialmente ofertadas ("<u>Quotas Seniores Adicionais</u>"), não tendo havido tal emissão.</p>
Limite de Emissão das Quotas Seniores:	O valor de emissão da totalidade das Quotas Seniores será de R\$500.000.000,00 na 1ª Data de Emissão.
Quantidade Total de Quotas Subordinadas	<p>555 quotas.</p> <p>Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Subordinadas inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Subordinadas Adicionais) poderia ser acrescida em até 15%, ou seja, em até 83 Quotas Subordinadas suplementares, nas mesmas condições das Quotas Subordinadas inicialmente ofertadas ("<u>Quotas Subordinadas Suplementares</u>"), mas sempre na mesma proporção em que fossem necessárias para o enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura caso fossem acrescidas Quotas Seniores Suplementares, não tendo havido tal emissão.</p> <p>Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Subordinadas inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Subordinadas) poderia ser acrescida em até 20%, ou seja, em até 111 Quotas Subordinadas adicionais, nas mesmas condições das Quotas Seniores inicialmente ofertadas ("<u>Quotas Subordinadas Adicionais</u>"), mas sempre na mesma proporção em que fossem necessárias para o enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura caso fossem acrescidas Quotas Seniores Adicionais, não tendo havido tal emissão.</p>
Limite de Emissão de Quotas Subordinadas	O valor de emissão da totalidade das Quotas Subordinadas será de R\$13.875.000,00 na Data de Emissão.

Valor Unitário de Emissão das Quotas:	R\$25.000,00.
Valor Mínimo de Aplicação:	R\$25.000,00.
Prazo de Duração:	36 meses, contado da 1ª Data de Emissão, sem prejuízo do disposto no Regulamento.
Administrador:	O administrador do Fundo é a INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., que também prestará serviços de gestão da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.
Custodiante:	Itaú Unibanco S.A., na qualidade de prestador de serviços de custódia qualificada e controladoria ao Fundo, ou seu sucessor a qualquer título.
Avaliador da Carteira e Auditor do Fundo:	KPMG Auditores Independentes.
Agência Classificadora de Risco:	Standard&Poor's é a agência que prestará os serviços de classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas do Fundo.
Colocação:	Os Coordenadores realizarão (i) em regime de garantia firme de colocação, a distribuição pública de 20.000 Quotas Seniores, no valor de R\$500.000.000,00; e (ii) no regime de melhores esforços de colocação, a distribuição pública de 555 Quotas Subordinadas, no valor de R\$13.875.000,00. Não será admitida a distribuição parcial das Quotas Subordinadas. Para maiores informações <i>vide</i> seção "Procedimentos de Distribuição das Quotas – Plano de Distribuição", na página 31 deste Prospecto.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>:	Foi adotado o procedimento de <i>bookbuilding</i> , organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, por meio do qual foi definido, pelo Administrador, o Fator <i>Spread</i> das Quotas Seniores.
Resgate:	As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão resgatadas integralmente pelo Fundo na respectiva Data de Resgate.
Distribuição:	As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas objeto da Oferta serão registradas para distribuição no MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas.
Negociação:	As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão admitidas para negociação no mercado secundário no SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Destinação dos Recursos:	Os recursos provenientes da emissão das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas serão primordialmente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.
Classificação de Risco das Quotas Seniores:	brAAA (Standard&Poor's)
Classificação de Risco das Quotas Subordinadas:	brBBB (Standard&Poor's)

Subordinadas

Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação:

O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação. Para maiores informações *vide* seção "Eventos de Avaliação" e "Eventos de Liquidação", nas páginas 58 e 59, respectivamente, deste Prospecto.

Amortizações:

São as amortizações parciais das Quotas Seniores promovidas pelo Fundo nas respectivas Datas de Amortização, calculadas na forma do item 15 do Regulamento, nas datas "T" indicadas no respectivo Suplemento das Quotas Seniores.

Adicionalmente, o Administrador, a seu exclusivo critério e sem que haja qualquer imputação de qualquer multa, compensatória ou punitiva, poderá proceder à amortização antecipada, integral ou parcial, das Quotas Seniores em circulação, exclusivamente para fins de enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura e/ou à Alocação Mínima, observado o disposto no item 22 do Regulamento ou para os fins do disposto no item 31.1 do Regulamento, respectivamente.

Fatores de Risco:

Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados cuidadosamente antes da decisão de investimento nas Quotas, *vide* seção "Fatores de Risco", na página 35 deste Prospecto.

Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo:

Observado o disposto no Regulamento e conforme descrito na seção "Assembleia Geral" na página 64 deste Prospecto, compete à Assembleia Geral privativamente:

- I. tomar anualmente, no prazo máximo de 4 meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador;
- II. alterar o Regulamento;
- III. deliberar sobre a substituição do Administrador e/ou do Custodiante e/ou da Agência de Classificação de Risco;
- IV. deliberar sobre a elevação da taxa de administração e encargos cobrados pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução;
- V. deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração; e
- VI. deliberar sobre os procedimentos a serem adotados para resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios.

A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pelo Administrador ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% das Quotas em circulação.

A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% das Quotas em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Publicações:	Quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio de publicação de anúncio, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico, ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente.
Declarações:	As declarações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, do Administrador e do Coordenador Líder encontram-se anexas a este Prospecto.
Prospecto:	O Prospecto Definitivo está disponível nos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores: Banco Itaú BBA S.A. , Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar, São Paulo, SP (www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp - neste website acessar "FIDC Insumos Básicos da Indústria Petroquímica – Prospecto Definitivo"); Banco Santander (Brasil) S.A. , Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 2041 e 2.235, Bloco A, 27º andar, São Paulo, SP (www.santander.com.br/prospectos - neste website, acessar "Prospecto Definitivo do FIDC Insumos Básicos da Indústria Petroquímica"); INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. , Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, São Paulo, SP (www.intrag.com.br/prospectos - neste website selecionar "Prospectos e Regulamentos", item "Prospectos", selecionar em "FIDC Insumos Básicos da Indústria Petroquímica"); Comissão de Valores Mobiliários – CVM , Rua Sete de Setembro 111, 5º andar, CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ ou Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, São Paulo, SP (www.cvm.gov.br - neste website acessar, em "Acesso Rápido", o item "Ofertas Em Análise", selecionar "Quotas De FIDC/FIC_FIDC/FIDC-NP" e selecionar Prospecto Definitivo "Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica" no campo disponível); CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos , Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 1º andar, CEP 01452-001, São Paulo, SP ou Av. República do Chile 230, 11º andar, CEP 20031-919, Rio de Janeiro, RJ (www.cetip.com.br - neste website selecionar Ativos, selecionar Cotas de Fundos, item Conteúdo Relacionado, subitem Prospectos, item Prospectos de Fundo de Investimento Fechados, subitem Cotas De Fundos Fechados, Selecionar FIDC Insumos Básicos Da Indústria Petroquímica).
Informações Adicionais:	Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo ou a Oferta poderão ser obtidas com o Administrador, os Coordenadores e na CVM, nos endereços indicados na seção "Identificação do Administrador, dos Coordenadores, dos Auditores e dos Consultores Jurídicos", na página 9 deste Prospecto. O pedido de registro da Oferta foi apresentado à CVM em 24 de junho de 2011, tendo a CVM concedido o registro em 19 de setembro de 2011, sob o n.º CVM/SRE/RDF/2011/015 (Quotas Seniores) e n.º CVM/SRE/RDF/2011/016 (Quotas Subordinadas).

Características Básicas das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas

Características Básicas das Quotas Seniores

Quantidade de Quotas Seniores:	20.000.
Montante das Quotas Seniores:	R\$500.000.000,00, na 1ª Data de Emissão.
1ª Data de Emissão:	Primeira data da efetiva subscrição e integralização de Quotas, conforme definido no Suplemento das Quotas Seniores.
Datas de Amortização:	Conforme definido no Suplemento das Quotas Seniores.
Data de Resgate:	36 meses a contar da 1ª Data de Emissão.
Fator <i>Spread</i> das Quotas Seniores:	O Fator <i>Spread</i> das Quotas Seniores, definido em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução da CVM 400, equivalente a 0,90% ao ano, base 252 Dias Úteis, acrescido à Taxa DI.
Classificação de Risco das Quotas Seniores:	brAAA (Standard&Poor's)
Público Alvo:	O Público Alvo da Oferta são Investidores Qualificados.
Valor Mínimo de Investimento:	R\$25.000,00
Distribuição e Negociação das Quotas Seniores:	As Quotas Seniores serão registradas para (i) distribuição, no mercado primário, no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (ii) negociação, no mercado, secundário no SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Características Básicas das Quotas Subordinadas

Quantidade de Quotas Subordinadas:	555, sendo que não será admitida a distribuição parcial das Quotas Subordinadas.
Montante das Quotas Subordinadas:	R\$13.875.000,00, na 1ª Data de Emissão.
1ª Data de Emissão:	Primeira data da efetiva subscrição e integralização de quotas, conforme definido no Suplemento das Quotas Subordinadas.
Datas de Amortização:	Não há, exceto se exista Excesso de Cobertura, conforme item 22.2 do Regulamento.
Data de Resgate:	Somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores.
Meta de Rentabilidade das Quotas Subordinadas:	Não há.
Classificação de Risco das Quotas Subordinadas:	brBBB (Standard&Poor's)
Público Alvo:	O Público Alvo da Oferta são Investidores Qualificados, sendo certo que os Coordenadores levarão em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica na colocação das Quotas Subordinadas perante os investidores interessados.

**Valor Mínimo de
Investimento:**

R\$25.000,00.

**Negociação das Quotas
Subordinadas:**

As Quotas Subordinadas serão registradas para (i) distribuição, no mercado primário, no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (ii) negociação, no mercado, secundário no SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Sumário

O Fundo

O Fundo foi constituído, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 36 (trinta e seis) meses contado da 1ª Data de Emissão de Quotas, observadas as disposições do Regulamento, tendo este sido registrado no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 17 de junho de 2011, sob o n.º 1647438. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Os documentos referidos no parágrafo primeiro do artigo 8º e no parágrafo primeiro do artigo 20 da Instrução CVM 356 foram protocolados na CVM em 24 de junho de 2011.

O Fundo tem por objetivo atuar no sentido de proporcionar aos Quotistas a valorização de suas Quotas, por meio da aquisição pelo Fundo pelo Fundo (i) de Direitos Creditórios Elegíveis e/ou (ii) de Ativos Financeiros.

O Fundo emitirá Quotas Seniores e Quotas Subordinadas, para captar os recursos necessários à aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros, sendo que a emissão de Quotas Seniores será de 20.000 Quotas Seniores, com Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00, perfazendo o montante total de R\$500.000.000,00 na 1ª Data de Emissão. A emissão de Quotas Subordinadas será de 555 Quotas Subordinadas, com Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00, perfazendo o montante total de R\$13.875.000,00 na respectiva 1ª Data de Emissão.

Política de Investimento, de Composição e de Diversificação da Carteira do Fundo

O objetivo do Fundo é buscar proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida no item 6 do Regulamento, valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) de Direitos Creditórios Elegíveis e/ou (ii) de Ativos Financeiros.

O Fundo atuará preponderantemente no segmento de insumos básicos da indústria petroquímica brasileira, tendo em vista a natureza comercial e as características de originação dos Direitos Creditórios que cada Cedente detém e venha a deter contra seus respectivos Clientes e que serão cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão. Tais Direitos Creditórios são advindos de operações de venda mercantil a prazo de NAFTA, Etano e/ou Propano já fabricados e/ou comercializados pelas Cedentes e despachados aos Clientes no curso normal de suas atividades preponderantes no setor petroquímico, sendotais operações representadas por Notas Fiscais Fatura.

Não obstante o disposto no parágrafo acima, o Fundo somente poderá adquirir e manter em sua carteira Direitos Creditórios que atendam cumulativamente, na Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade ("Direitos Creditórios Elegíveis").

Os investimentos do Fundo estarão sujeitos aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto no item 6 do Regulamento e, em especial, o enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura.

O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observados os Critérios de Elegibilidade. Caso o Fundo não disponha de ofertas de Direitos de Crédito, que atendam aos Critérios de Elegibilidade, suficientes para atingir a Alocação Mínima, o Administrador poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento do limite de que trata este item por novo período de 90 (noventa) dias, sem necessidade de autorização da Assembleia Geral.

Na hipótese de realização de emissão de novas séries de Quotas Seniores após a alocação do Patrimônio Líquido do Fundo nos termos do item 6.3 do Regulamento, o Fundo deverá alocar os recursos provenientes da referida nova emissão em Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da integralização de tais Quotas.

Nos termos do artigo 40-A, parágrafo 1º, da Instrução CVM 356, o total de Direitos Creditórios devidos por cada Cliente pode chegar a 100% do Patrimônio Líquido do Fundo, a qualquer tempo.

O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em:

- I. títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen;
- II. fundos de investimento classificados como referenciados ou de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Bacen, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas; ou
- III. operações compromissadas com lastro nos títulos mencionados no inciso I acima e cuja contraparte seja uma Instituição Autorizada.

Observadas as demais disposições previstas na Instrução CVM 356 e na hipótese prevista no item 6.5.2 do Regulamento, o limite de concentração para os investimentos nos Ativos Financeiros indicados nos incisos II e III do item 6.5 do Regulamento será de, no máximo, 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo por instituição ou entidade.

Ainda observadas as demais disposições previstas na Instrução CVM 356, caso os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo representem montante inferior a 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, o limite de concentração previsto no item 6.5.1 do Regulamento será aumentado de 10% (dez por cento) para 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, por instituição ou entidade.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

Embora a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo seja direcionada para, além do investimento em Direitos Creditórios, Ativos Financeiros de perfil conservador, eventuais oscilações nos valores dos Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo podem resultar em perda patrimonial do Fundo. No entanto, não será devida qualquer multa ou penalidade pelo Administrador, pelo Custodiante, pelas Cedentes e quaisquer de suas Partes Relacionadas, decorrente desse fato.

O Fundo não poderá realizar:

- I. aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
- II. operações em mercado de derivativos;
- III. operações financeiras, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro em que (a) o Administrador; (b) o Custodiante; (c) qualquer Cedente; ou (d) qualquer de suas respectivas Partes Relacionadas, salvo no caso das Instituições Autorizadas, que figure, direta ou indiretamente, como contraparte; e
- IV. operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

O Fundo não adquirirá Direitos Creditórios representados por *warrants*, ou relativos a contratos de venda de Produtos com entrega futura, ou títulos ou certificados representativos desses contratos, nos termos do artigo 40, parágrafo 8º, da Instrução CVM 356.

O Administrador e o Custodiante, assim como suas respectivas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência dos Clientes ou pela correta constituição, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros.

As Cedentes, assim como suas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência dos Clientes. Cada Cedente é responsável pela originação, existência, correta constituição e formalização, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios por ela cedidos com a característica de títulos executivos extrajudiciais, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC em nome do Fundo, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Bacen ou pela CVM.

Os Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo ficarão em depósito com a respectiva Cedente, permanecendo sob sua responsabilidade nos termos da legislação aplicável e do Contrato de Cessão.

Os percentuais e limites referidos no item 6 do Regulamento serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, com exceção do limite previsto no item 6.5.1, que deverá ser observado em até 1 (um) Dia Útil contado a partir da data de investimento no respectivo Ativo Financeiro, devendo o Administrador zelar e emendar seus melhores esforços para evitar a concentração dos Ativos Financeiros.

As aplicações dos Quotistas não contam com qualquer mecanismo de seguro ou a garantia das Cedentes, do Administrador, do Custodiante, ou de suas Partes Relacionadas, nem mesmo do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Os Direitos Creditórios

O Fundo se destina a adquirir Direitos Creditórios livres e desembaraçados de quaisquer discussões comerciais, ônus, encargos ou gravames que cada Cedente detém e venha a deter contra seus respectivos Clientes, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos Clientes, representadas por Notas Fiscais Fatura, conforme o modelo constante do Anexo II do Contrato de Cessão.

A KPMG Auditores Independentes desenvolveu uma análise do perfil da carteira de Direitos Creditórios da Petrobras, compreendendo o faturamento de venda de NAFTA, Etano e Propano para um período de 37 meses compreendido entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de janeiro de 2011. Cada base de dados era representativa das vendas a cada uma das empresas a seguir: Braskem, Riopol e Quattor. O resultado dessa análise foi compilado em um relatório que consta do Anexo "Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios da KPMG", na página 277 deste Prospecto.

As Quotas

O Fundo emitirá, para distribuição pública, uma classe, da 1ª série, de 20.000 Quotas Seniores e uma classe, da 1ª série, de 555 (Quotas Subordinadas).

As Quotas Seniores somente serão subscritas e integralizadas depois de subscritas e integralizadas as Quotas Subordinadas, de forma que o Fundo atenda, a partir da 1ª Data de Emissão, na forma prevista no Regulamento, o Índice de Cobertura.

Emissão e integralização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo (valor da Quota na respectiva Data de Emissão), de acordo com os critérios de determinação do valor abaixo:

Quotas Seniores

A partir da 1ª (primeira) Data de Emissão das Quotas Seniores, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação; e (ii) o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQS_T = (VQS_{T-1} - VAE_{T-1} - VAP_{T-1}) \times \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread_{sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

VQS_T valor unitário de cada Quota Senior calculado na data "T";

VQS_{T-1} valor unitário de cada Quota Senior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à Data de Emissão, VQS_{T-1} será igual ao Valor Unitário de Emissão da Quota Senior;

VAE_{T-1} valor unitário da Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Quota Senior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

VAP_{T-1} valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Senior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

DI_{T-1} Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então $DI_{T-1} = 12,00$; e

$Spread_{Sn}$ Fator *Spread* das Quotas Seniores, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no respectivo Suplemento. Exemplo: Se o Fator *Spread* for 0,90% ao ano, então $Spread_{Sn} = 0,90$.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Seniores, será utilizada, em substituição, a última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos Quotistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI para definição do valor das Quotas Seniores, ou de ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos, ou a 15 (quinze) Dias Úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência de qualquer desses eventos, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral, dentro de 2 (dois) Dias Úteis, para que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores, o(s) respectivo(s) novo(s) parâmetro(s) a ser(em) utilizado(s) para a definição do valor das Quotas Seniores. Neste caso, os titulares das Quotas Subordinadas poderão sugerir parâmetro(s) alternativo(s), sendo certo, entretanto, que caso os titulares de Quotas Subordinadas não concordem com o(s) novo(s) parâmetro(s) aprovado(s) na Assembleia Geral, terão o poder de vetar a adoção do(s) referido(s) parâmetro(s), observado o quorum de deliberação estabelecido no item 26.5 do Regulamento. Até a data de deliberação do(s) novo(s) parâmetro(s) será utilizada, para cálculo do valor das Quotas Seniores, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Quotas Seniores quando da deliberação do(s) novo(s) parâmetro(s).

Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, definidos no item 14.3 do Regulamento, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas quotas, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, das Cedentes, do Administrador ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas quotas, a uma remuneração superior às estabelecidas, respectivamente, no item 14.3 do Regulamento, as quais representam o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.

Quotas Subordinadas

Nas mesmas datas referidas no item 14.3 do Regulamento e indicadas acima, as Quotas Subordinadas terão o seu respectivo valor unitário calculado para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este valor será equivalente à divisão do Patrimônio Líquido, subtraído do valor total das Quotas Seniores, pelo número de Quotas Subordinadas em circulação.

O Fundo somente poderá emitir as Quotas Seniores caso atenda ao Índice de Cobertura, depois de computada, *pro forma*, às referidas emissões em questão.

Amortização e Resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas

Observadas as disposições do Regulamento, as Quotas Seniores serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate.

A Amortização Periódica das Quotas Seniores ocorrerá, respeitado o disposto no item 15.3 do Regulamento, nas datas "T" indicadas no respectivo Suplemento (cada uma, uma "Data de Amortização") e conforme quadro a seguir.

Data de Amortização (T)	Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST)
1ª Amortização (6º mês, contado da 1ª Data de Emissão)	0,0%
2ª Amortização (12º mês, contado da 1ª Data de Emissão)	0,0%
3ª Amortização (18º mês, contado da 1ª Data de Emissão)	0,0%
4ª Amortização (24º mês, contado da 1ª Data de Emissão)	0,0%
5ª Amortização (30º mês, contado da 1ª Data de Emissão)	0,0%
6ª Amortização (34º mês, contado da 1ª Data de Emissão)	33,0%
7ª Amortização (35º mês, contado da 1ª Data de Emissão)	33,0%
8ª Amortização (36º mês, contado da 1ª Data de Emissão)*	34,0%

(*) Data de Resgate.

Portanto, serão 5 (cinco) amortizações semestrais seguidas de 1 (uma) amortização após quatro meses e 2 (duas) amortizações mensais subsequentes, sendo que nas 5 (cinco) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST), utilizado para cálculo do valor unitário da Amortização Periódica, será de 0,0%. Dessa forma, as 5 (cinco) primeiras datas (T) representam amortizações semestrais da remuneração. A partir do 34º (trigésimo quarto) mês, inclusive, o valor unitário das 2 (duas) Amortizações Periódicas seguintes será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST) equivalente a 33,0%, e o valor unitário da última Amortização Periódica será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST) equivalente a 34,0%.

As Quotas Subordinadas subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização, observado o disposto no Regulamento do Fundo.

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no item 22 do Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo possua Disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à Amortização Periódica das Quotas Seniores, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAP_T = VQS_T - (R\$25.000 - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T$$

onde:

VAP_T valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Senior na Data de Amortização "T";

VQS_T valor unitário da Quota Senior na Data de Amortização "T";

SAM_{T-1} somatório de AM_T efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Senior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$SVAE_{T-1}$ somatório dos valores unitários das Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Quotas, efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Senior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

PPS_T percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento.

AM_T AMT apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AM_T = (R\$25.000) \times PPS_T$$

Sempre que o Fundo deixar de atender à Alocação Mínima, apurada diariamente pelo Administrador, o Fundo deverá, conforme previsto no item 21.1 do Regulamento, promover a amortização compulsória de parcela do valor das Quotas Seniores, de forma que, computada, *pro forma*, a referida amortização, o Fundo volte a atender à Alocação Mínima, sempre observado o enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura, na forma do item 22.1 do Regulamento.

Os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

O Administrador deverá constituir reserva monetária formada com moeda corrente nacional e/ou Ativos Financeiros de liquidez imediata, destinada ao pagamento da próxima Amortização Periódica das Quotas Seniores ou do resgate das Quotas Seniores, conforme o caso, de acordo com o cronograma abaixo:

- I. até 30 (trinta) Dias Úteis antes de cada Data de Amortização ou Datas de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 30% (trinta por cento) do valor estimado da respectiva Amortização Periódica ou resgate das Quotas Seniores; e
- II. até 10 (dez) Dias Úteis antes de cada Data de Amortização e até 10 (dez) Dias Úteis antes das Datas de Resgate, conforme o caso, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado da respectiva Amortização Periódica ou resgate das Quotas Seniores

Na determinação dos montantes a serem segregados na Reserva de Amortização e Resgate, será sempre considerado o valor integral estimado da próxima Amortização Periódica na respectiva Data de Amortização, sendo o Fator *Spread* das Quotas Seniores aplicado, neste caso, sobre a Taxa DI Futura para o cálculo do rendimento projetado.

Se, em cada Data de Verificação de Amortização, a Reserva de Amortização e Resgate não atender ao disposto no item 15.6 do Regulamento, o Administrador deverá, a partir da respectiva Data de Verificação de Amortização, inclusive, (i) interromper a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, e (ii) destinar todas as Disponibilidades para recomposição da Reserva de Amortização e Resgate, até que esta atenda ao disposto no item 15.6 do Regulamento. Se, em cada Data de Verificação de Amortização, a Reserva de Amortização e Resgate atender ao disposto no item 15.6 do Regulamento, o valor excedente da Reserva de Amortização e Resgate será destinado à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.

Para verificação do saldo da Reserva de Amortização e Resgate, serão considerados (i) o saldo dos recursos financeiros ali segregados; e (ii) o valor de resgate dos investimentos realizados com tais recursos, líquido de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, sempre considerando as taxas e os critérios de remuneração dos respectivos investimentos. No caso de aplicações financeiras remuneradas a taxas pré-fixadas, será considerado o valor de resgate das respectivas aplicações, e no caso das aplicações financeiras remuneradas a taxas pós-fixadas, serão consideradas (i) a taxa de remuneração da respectiva aplicação no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Verificação de Amortização; e/ou (ii) a variação diária de quota de fundo de investimento, projetando-se as mesmas até a respectiva Data de Disponibilidade.

Observado o disposto no item 15 do Regulamento, as aplicações financeiras dos recursos segregados na Reserva de Amortização e Resgate deverão ser realizadas, preferencialmente, por períodos completos compreendidos entre a data em que os recursos transferidos à Reserva de Amortização e Resgate estiverem disponíveis para aplicação e, para fins de resgate da respectiva aplicação financeira, as Datas de Disponibilidade. Tais aplicações financeiras não poderão ter data de resgate posterior à Data de Disponibilidade (inclusive).

Para fins do previsto neste item "Amortização e Resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas", enquanto o valor unitário de cada Quota for superior ao seu Valor Unitário de Emissão, conforme definido no respectivo Suplemento, qualquer pagamento ao Quotista será considerado pagamento de juros.

A partir do momento que a Quota a ser amortizada ou resgatada tenha um valor igual ou inferior ao seu Valor Unitário de Emissão, qualquer pagamento ao Quotista será considerado pagamento de principal.

Índice de Liquidez

Enquanto existirem Quotas Seniores em circulação, o Patrimônio Líquido do Fundo deverá apresentar índice de liquidez ("Índice de Liquidez") igual ou superior a 1 (um) em cada Data de Verificação do Índice de Liquidez, o qual deverá ser calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Índice de Liquidez}_i = \frac{\text{Outros Ativos} + DC_i}{VA}$$

onde:

i i-ésimo mês contado a partir da 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores;

DC_i valor atribuído ao somatório dos Direitos Creditórios adimplentes integrantes da carteira do Fundo, devidamente atualizados, que tenham vencimento até o 10º (décimo) dia útil imediatamente anterior à Data de Amortização imediatamente subsequente à Data de Verificação do Índice de Liquidez;

VA valor de Amortização estimado de todas as Quotas Seniores para a Data de Amortização imediatamente subsequente à Data de Verificação do Índice de Liquidez; e

Outros Ativos o total de ativos integrantes da carteira do Fundo que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional.

O Índice de Liquidez deverá ser calculado pelo Administrador em cada Data de Verificação do Índice de Liquidez, com base no dia útil imediatamente anterior, a contar da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores.

Distribuição e Negociação das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão registradas para (i) distribuição, no mercado primário, no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (ii) negociação, no mercado, secundário no SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Críticas de Divulgação de Informações aos Quotistas

Assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio de publicação de anúncio, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico, ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente.

O Administrador

O Fundo é administrado e sua carteira gerida pela INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.. O Administrador deverá administrar o Fundo cumprindo suas obrigações com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral; (ii) na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, do disposto no Contrato de Cessão; e (iii) dos deveres de diligência, lealdade, informação aos Quotistas e salvaguarda da integridade dos direitos destes. Os deveres e obrigações do Administrador encontram-se detalhados no Regulamento.

Custodiante

O responsável pela prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356, é o Itaú Unibanco S.A..

Os deveres e obrigações do Custodiante encontram-se detalhados no Regulamento e no Contrato de Custódia.

Remuneração do Administrador, do Custodiante e do Escriturador

Taxa de administração: (A) montante fixo de até R\$3.150.000,00 (três milhões, cento e cinquenta mil reais) por ocasião do encerramento da primeira Oferta Pública de Quotas do Fundo, e (B) valor mensal de R\$1.900,00 (um mil e novecentos reais) acrescido de um dos seguintes valores, entre eles o maior: (i) valor fixo mensal de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) ou (ii) percentual anual, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, calculado sobre o Patrimônio Líquido do Fundo de acordo com o disposto a seguir;

- (i) 0,13% (treze centésimos por cento), caso o Patrimônio Líquido do Fundo seja inferior ou igual a R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais); ou
- (ii) 0,12% (doze centésimos por cento), caso o Patrimônio Líquido do Fundo seja superior a R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).

A parcela da Taxa de Administração prevista no item (B) acima será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º (quinto) Dia Útil do mês calendário subsequente ao dos serviços prestados. O primeiro pagamento desta parcela da Taxa de Administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente à primeira subscrição de Quotas, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a data da primeira subscrição de Quotas e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Administração.

Taxa de Custódia: A remuneração do Custodiante será paga diretamente pelo Fundo descontada da Taxa de Administração devida ao Administrador, sendo que a remuneração anual pelos serviços de custódia e controladoria equivale a 0,08% do patrimônio do Fundo, considerando um mínimo mensal de R\$15.000,00 (quinze mil reais).

Taxa de Escrituração A remuneração do Escriturador será paga pelo Administrador, sendo R\$1.000,00 (hum mil reais) pela implementação do Fundo, acrescido de um valor mensal de R\$1.200,00 (hum mil e duzentos reais) pelo funcionamento do Fundo, mais R\$0,70 (setenta centavos) por quotista. Eventos e Movimentações também serão cobrados, de acordo com a seguinte tabela:

Pagamento de Rendimentos	
Correntistas Itaú	R\$1,1403
Correntistas Outros Bancos	R\$3,5097
Transferência / implantação/ alteração cadastral/ movimentação de conta	R\$1,1827
Subscrição	
Cálculo	Isento
Boletim emitido	R\$0,6724
Boletim efetivado	R\$6,1424
Emissão de avisos / estratos / informes	R\$0,5151
Envio de Correspondência	Taxa dos Correios

Taxa de performance: Não há.

Conflito de Interesses

O Administrador declara que não se encontra em conflito de interesses no exercício de suas funções com o Custodiante ainda que as respectivas funções sejam exercidas por sociedades coligadas. O Administrador declara-se independente para a realização das atividades inerentes às suas funções, mesmo quando realizar operações nas quais atue na condição de contraparte do Fundo ou operações envolvendo títulos de emissão/titularidade do Administrador, de seu controlador, sociedades por ela diretamente ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

No mesmo sentido, não existe conflito de interesse entre as atividades a serem desempenhadas pelo Itaú BBA e/ou pelo Santander na função de Coordenadores da Oferta.

Relacionamento do Administrador e do Custodiante com a Petrobras

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento societário com a Petrobras.

Na data deste Prospecto, o Administrador não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com a Petrobras.

A Petrobras, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras, incluindo o Custodiante. Tais relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros entre outros. Na data deste Prospecto, o Custodiante prestava serviços de administração, custódia e controladoria do FIDC NP do Sistema Petrobras, sendo que a custódia e a controladoria estão em processo de transferência para o Custodiante.

Relacionamento do Administrador e do Custodiante com as Devedoras

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento societário com as Devedoras.

Na data deste Prospecto, o Administrador não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com as Devedoras.

As Devedoras, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras, incluindo o Custodiante. Tais relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros entre outros.

Relacionamento dos Coordenadores com a Petrobras

Itaú BBA

Além do relacionamento referente à Oferta descrito neste Prospecto, atualmente a Petrobras e sociedades integrantes do conglomerado econômico da Petrobras mantém relacionamento comercial com o Itaú BBA e/ou com as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, tais como: serviços de *cash management*, operações FINAME, CCB, fianças, CRI, *leasing* etc.. O Itaú BBA participou, ainda, da emissão global de ações da Petrobras no valor de R\$60 bilhões em setembro de 2010.

Além do relacionamento acima descrito e aquele referente à Oferta, a Petrobras não mantém outro relacionamento comercial relevante com o Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

A Petrobras entende que não há operação financeira realizada com o Itaú BBA ou sociedades do seu conglomerado econômico que venha a levar um conflito de interesses, tendo em vista a atuação na Oferta do Itaú BBA na qualidade de Coordenador Líder.

Santander

Além do relacionamento referente à Oferta descrito neste Prospecto, atualmente a Petrobras e/ou empresas que fazem parte do mesmo conglomerado mantêm com o Banco Santander (Brasil) S.A. e/ou empresas que compõem o mesmo conglomerado financeiro, diversas operações, tais como operações de *trade finance* (nas suas diversas linhas, pré-pagamento de exportação, financiamento de importação, cartas de crédito). Opera, também, por meio de financiamento a projetos, garantias locais de performance e na assessoria da emissão de títulos de dívida no exterior. O conglomerado Banco Santander presta, ainda, serviços bancários em geral, tais como gestão de recursos, pagamento a fornecedores, serviços de custódia, câmbio e depósitos a prazo, além de ter atuado como coordenador líder na distribuição de ações da Petrobras realizado em 2010.

Além do relacionamento acima descrito e aquele referente à Oferta, a Petrobras não mantém outro relacionamento comercial relevante com o Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

A Petrobras entende que não há operação financeira realizada com o Santander ou sociedades do seu conglomerado econômico que venha a levar um conflito de interesses, tendo em vista a atuação na Oferta do Santander na qualidade de Coordenador.

Relacionamento dos Coordenadores com as Devedoras

Itaú BBA

Além da participação do Itaú BBA na presente Oferta, o conglomerado do Itaú BBA mantém diversas operações com a Braskem e empresas ligadas Quattor, Rio Polimeros, Poli Brasil Polimeros. O relacionamento atual inclui operações de derivativos e empréstimos de curto e longo prazos. Os principais produtos são: Fiança, Finame, Capital de Giro, Finimp, Nota de Crédito à Exportação.

Santander

Além da participação na presente Oferta, o conglomerado Banco Santander (Brasil) S.A. mantém diversas operações com a Braskem e/ou empresas que compõem o mesmo conglomerado econômico, tais como operações de *trade finance* (nas suas diversas linhas, pré-pagamento de exportação, financiamento de importação, cartas de crédito). Opera também em operações de capital de giro de curto prazo, derivativos de longo e curto prazo e na assessoria da emissão de títulos de dívida no exterior. Além disso, o conglomerado Banco Santander realiza operações de fiança com as empresas Quattor e Quantiq. O conglomerado Banco Santander presta, ainda, serviços bancários em geral, tais como pagamento a fornecedores, cobrança, pagamento de salários, câmbio e depósitos a prazo.

Relacionamento Relevante entre os Prestadores de Serviços do Fundo

Relacionamento entre o Administrador e o Custodiante

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Custodiante integravam o mesmo conglomerado financeiro, controlado pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Administrador era controlada diretamente pelo Custodiante, que detinha 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos) das quotas representativas do seu capital social.

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Custodiante mantinham as seguintes relações: (a) o Custodiante foi contratado pelo Administrador para a prestação de serviços de custódia qualificada dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da carteira de investimentos do Fundo, nos termos do Contrato de Custódia; e (b) o Custodiante prestava serviços de custódia qualificada de ativos integrantes das carteiras de investimento de outros fundos de investimento em direitos creditórios administrados pelo Administrador, quais sejam, (i) "BMG FIDC - Créditos Consignados VI", (ii) "BMG FIDC Consignados Públicos VII", (iii) "CEMIG - FIDC Conta CRC", (iv) "FIDC EMAE – Energia", (v) "FIDC Energisa", (vi) "FIDC NP Alemanha Multicarteira", (vii) "FIDC NP América Multicarteira", (viii) "JP Morgan FIDC NP Multicarteira e Logística FIDC-NP", (ix) "Logística FIDC NP" e (x) "IDEIASNET FIDC - Recebíveis Comerciais e Serviços"; (xi) "Globex FIDC – Crédito Mercantil"; e (xii) "FIDC Lojas Renner". As prestações de serviços referidas na alínea (b) acima são reguladas por meio de contratos de prestação de serviços de custódia e controladoria de fundo de investimento em direitos creditórios celebrados entre o Administrador e o Custodiante. Como regra geral, tais contratos têm prazo de vigência até a liquidação integral das obrigações dos respectivos fundos de investimento em direitos creditórios, sendo que o primeiro desses contratos foi celebrado em 9 de junho de 2006 e o último em 17 de novembro de 2010. As remunerações devidas ao Custodiante nos termos dos contratos referidos acima são equivalentes a percentuais do patrimônio líquido dos fundos e variam de 0,04% (quatro centésimos por cento) a 0,50% (cinquenta centésimos por cento).

Relacionamento entre o Administrador e o Custodiante com o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, o Administrador, o Custodiante e o Coordenador Líder eram sociedades controladas pelo Itaú Unibanco Holding S.A., o qual detinha, indiretamente, 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) das quotas representativas do capital social do Administrador, e 100% (cem por cento) das ações com direito de voto do capital social do Custodiante e do Coordenador Líder.

Na data deste Prospecto, o Administrador e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder, além do relacionamento decorrente do fato de o Coordenador Líder atuar como Coordenador Líder da Oferta, bem como coordenador em distribuições públicas de quotas de outros fundos de investimento administrados pelo Administrador e para os quais o Custodiante presta serviços de controladoria e custódia qualificada.

A Petrobras (Cedente)

A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras foi constituída em 1953, a fim de conduzir as atividades correlatas à indústria de petróleo e gás natural pelo governo brasileiro. A Companhia começou suas operações em 1954 e durante aproximadamente quarenta anos conduziu com exclusividade as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural e de refino de petróleo no Brasil.

Como parte de uma reforma abrangente da regulação da indústria de petróleo e gás natural, o Congresso Brasileiro alterou a Constituição Federal do Brasil em 1995 a fim de autorizar o governo brasileiro a contratar qualquer empresa estatal ou privada para conduzir atividades nas áreas de exploração e produção e abastecimento de petróleo e gás no Brasil. Em 6 de agosto de 1997, o Brasil promulgou a Lei n.º 9.478 ("Lei do Petróleo"), que estabeleceu uma nova estrutura regulatória, extinguiu o direito exclusivo da Petrobras de conduzir atividades de petróleo e gás e permitiu a concorrência em todos os aspectos da indústria no Brasil. Desde então, a Petrobras está operando em um ambiente desregulamentado e competitivo. A Lei do Petróleo também criou uma agência regulatória independente e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional do Petróleo – ANP, para regular a indústria do petróleo, gás natural e combustíveis renováveis no Brasil e promover um ambiente competitivo para o setor. Em 2 de janeiro de 2002, o Brasil desregulamentou os preços do petróleo, derivados de petróleo e gás natural.

A Petrobras dedica-se, diretamente ou por meio de suas controladas, a pesquisa, lavra, refinação, processamento, comércio e transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover pesquisa, desenvolvimento, produção, transporte, distribuição e comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins.

Para informações complementares, *vide* seção "A Petrobras" na página 78 deste Prospecto.

As Devedoras

Braskem

A Braskem é uma produtora de resinas termoplásticas, cujos objetivos são (a) fabricação, comércio, importação e exportação de produtos químicos e petroquímicos; (b) produção de bens utilizáveis pelas empresas componentes do Pólo Petroquímico do Nordeste tais como, fornecimento de vapor, águas, ar comprimido, gases industriais, energia elétrica, assim como a prestação de serviços diversos às mesmas empresas; (c) participação em outras sociedades, como sócia cotista ou acionista; e (d) fabricação, distribuição, comercialização, importação e exportação de Gasolina; Óleo Diesel; Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e outros derivados de petróleo.

Quattor

A Quattor (como sucessora da Quattor Química e Polibutenos) possui e opera (a) uma unidade de insumos básicos no Pólo Petroquímico de São Paulo, o mais antigo pólo petroquímico do Brasil, que começou a operar em 1972; (b) uma unidade de polietileno de baixa densidade ("PEBD") no pólo petroquímico localizado na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, referido como "Pólo do ABC"; (c) uma unidade polivalente no Pólo do ABC, capaz de produzir polietileno de baixa densidade linear ("PEBDL") e polietileno de alta densidade ("PEAD"); (d) uma unidade de produção de PEBD localizada na Cidade de Cubatão, Estado de São Paulo; e (e) uma unidade de produção de poli-isobutileno na Cidade de Mauá, Estado de São Paulo.

Riopol

A Riopol possui e opera (a) uma unidade de insumos básicos no Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro, o mais novo pólo petroquímico do Brasil, que começou a operar em 2006; e (b) uma unidade polivalente no Pólo Petroquímicos do Rio de Janeiro, capaz de produzir PEBDL e PEAD.

Para informações complementares sobre as Devedoras, *vide* seção "As Devedoras" na página 83 deste Prospecto.

Procedimentos de Distribuição das Quotas

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, fixado nos seguintes termos:

Regime de Colocação

Os Coordenadores distribuirão, em regime de garantia firme de colocação, a totalidade das 20.000 Quotas Seniores passíveis de emissão, ao preço unitário de R\$25.000,00 na 1ª Data de Emissão, perfazendo o valor de R\$500.000.000,00, sempre considerando para tanto o Índice de Cobertura, conforme explicado a seguir, sendo que a colocação das 555 Quotas Subordinadas serão distribuídas sob o regime de melhores esforços de colocação. Não será admitida a distribuição parcial das Quotas Subordinadas, sendo que a Oferta somente será mantida se forem colocadas 555 Quotas Subordinadas.

Adicionalmente, a garantia firme descrita acima não se estendia às Quotas Seniores Suplementares e às Quotas Seniores Adicionais, caso fossem emitidas.

O Regulamento estabelece um Índice de Cobertura que tem por objetivo medir se a (i) a relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o valor total das Quotas Seniores se encontra em um nível não inferior a 102,041% (cento e dois inteiros e quarenta e um milésimos por cento), o qual deve ser observado pelo Fundo desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores até a última Data de Resgate. Para que o referido Índice de Cobertura seja atendido se faz necessário que a subscrição de Quotas Seniores seja precedida ou, no mínimo, acompanhada da subscrição de determinado montante de Quotas Subordinadas. Assim, o montante de Quotas Seniores passível de ser emitido dependerá do volume de Quotas Subordinadas que venham a ser subscritas.

Caso durante o período de distribuição não sejam subscritas e integralizadas Quotas Subordinadas em montante que permita a subscrição e distribuição do montante total de Quotas Seniores estabelecido acima, será realizada a subscrição e distribuição do montante de Quotas Seniores passível de emissão sem que se viole o mencionado Índice de Cobertura.

Tendo em vista a impossibilidade de definição prévia do montante exato de Quotas Seniores passível de subscrição, cada um dos Coordenadores garantirá a subscrição e colocação pública de acordo com a seguinte proporção:

- Coordenador Líder: garantirá a subscrição e colocação pública de 10.000 Quotas Seniores, no valor de R\$250.000.000,00; e
- Santander: garantirá a subscrição e colocação pública de 10.000 Quotas Seniores, no valor de R\$250.000.000,00.

Assim, 100% das Quotas Seniores passíveis de emissão sem a violação do Índice de Cobertura contarão com a garantia firme dos Coordenadores, sendo que os mesmos deverão subscrever o saldo eventualmente não colocado junto aos Investidores Qualificados.

As Quotas Seniores que não sejam passíveis de subscrição em vista da limitação imposta pelo Índice de Cobertura serão canceladas pelo Administrador independentemente de deliberação pela Assembleia Geral.

Plano de Distribuição

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a Oferta conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores, e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores. O plano da Oferta será fixado nos seguintes termos:

- após o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM e anteriormente à concessão de tal registro, serão realizadas apresentações para potenciais investidores (*road show*) ("Apresentações para Potenciais Investidores"), conforme determinado pelos Coordenadores, durante os quais serão distribuídos exemplares do Prospecto Preliminar;

- os materiais publicitários ou documentos de suporte às Apresentações para Potenciais Investidores eventualmente utilizados serão submetidos à aprovação prévia da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM 400, ou encaminhados à CVM previamente à sua utilização, nos termos do parágrafo 5º do artigo 50 da Instrução CVM 400, respectivamente;
- não existirão reservas antecipadas ou fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo a Oferta efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, no qual puderam ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e das Cedentes, observado, entretanto, que os Coordenadores se comprometeram a direcionar a Oferta a investidores que tenham perfil de risco adequado, bem como a observar tratamento justo e equitativo quanto aos mesmos;
- o público alvo da Oferta é composto por Investidores Qualificados;
- encerrado o Procedimento de *Bookbuilding*, os Coordenadores consolidaram as propostas dos investidores para subscrição das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, sendo que o montante de Quotas Seniores levou em conta o montante de Quotas Subordinadas subscrita para que seja obedecido o Índice de Cobertura do Fundo;
- observado o disposto no Contrato de Distribuição e no artigo 54 da Instrução CVM 400, a Oferta somente terá início após (a) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início; e (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores;
- iniciada a Oferta, os investidores interessados na subscrição das Quotas Seniores e/ou nas Quotas Subordinadas deverão fazê-la por meio da assinatura do Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco;
- caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores (i) até as 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, no caso das alíneas (b) e (c) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do preço de integralização, o preço de integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, no prazo de 3 Dias Úteis contados da data da respectiva revogação; e
- caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resilido, todos os atos de aceitação serão cancelados e os Coordenadores, comunicarão aos investidores o cancelamento da Oferta, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do preço de integralização, o preço de integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, no prazo de 3 Dias Úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

Para mais informações, *vide* seção "Cronograma da Oferta" na página 33 deste Prospecto.

Encerramento da Distribuição

A distribuição das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas será encerrada ao final do prazo de colocação, prazo esse que não será prorrogado por qualquer motivo, quando se dará a publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta.

Subscrição e Integralização das Quotas

No ato de subscrição das Quotas, o investidor (i) assinará o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, que serão autenticados pelo respectivo Coordenador e/ou pelos Coordenadores Consorciados, conforme o caso; e (ii) indicará um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o

recebimento das comunicações enviadas pelo Administrador ou pelo Custodiante nos termos do Regulamento. No ato de subscrição, o subscritor das referidas Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas ainda entregará a declaração de investidor qualificado prevista na Instrução CVM 409.

O preço de integralização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas será calculado de acordo com o Regulamento e será pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, no ato da subscrição pelos Investidores Qualificados, exclusivamente por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED) para a conta-corrente de titularidade do Fundo indicada pelo Administrador, ou via MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, servindo o comprovante da transferência como recibo de quitação.

Cronograma da Oferta

A Oferta seguirá o cronograma tentativo abaixo:

Eventos	Datas ^(*)
Protocolo da Documentação na CVM.....	24 de junho de 2011
Disponibilização do Prospecto Preliminar da Oferta.....	8 de agosto de 2011
Publicação do Aviso ao Mercado.....	8 de agosto de 2011
Início das apresentações sobre a Oferta (<i>road show</i>).....	8 de agosto de 2011
Encerramento das apresentações sobre a Oferta (<i>road show</i>).....	10 de agosto de 2011
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	1º de setembro de 2011
Obtenção do Registro da Oferta.....	14 de setembro de 2011
Publicação do Anúncio de Início.....	20 de setembro de 2011
Disponibilização do Prospecto Definitivo.....	20 de setembro de 2011
Liquidação Financeira.....	22 de setembro de 2011
Publicação do Anúncio de Encerramento.....	26 de setembro de 2011

(*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos ou adiantamentos, sem aviso prévio, a critério do Administrador e dos Coordenadores.

Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Nas hipóteses de suspensão, modificação e revogação da Oferta, que importem em restituição de valores aos investidores, o mesmo será realizado em até 3 Dias Úteis contados da data em que tenha sido verificada tal fato.

Custos de Distribuição

Os custos relativos à distribuição das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, referentes à comissão de coordenação e estruturação, comissão de colocação, prêmio de garantia firme, assessores legais e despesas com publicações e divulgação da Oferta, dentre outros, serão de exclusiva responsabilidade do Administrador.

A tabela a seguir demonstra os custos estimados da distribuição das Quotas a serem suportados pelo Administrador:

Custos da Oferta Suportados pela Administrador	Montante	(%) sobre o montante da Oferta
Comissão de Estruturação.....	R\$770.812,00	0,15%
Comissão de Colocação das Quotas Seniores.....	R\$500.000,00	0,10%
Comissão de Garantia Firme das Quotas Seniores.....	R\$750.000,00	0,15%
Classificação de Risco das Quotas Seniores.....	R\$48.000,00	0,01%
Classificação de Risco das Quotas Subordinadas.....	R\$16.000,00	0,00%
Auditoria.....	R\$55.000,00	0,01%
Assessor Legal.....	R\$350.000,00	0,07%
Despesas Gerais (<i>impressões e publicações</i>).....	R\$50.000,00	0,01%
Total dos Custos Suportados pelo Administrador.....	R\$2.539.812,50	0,49%

Os custos relativos à distribuição das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, referentes às taxa de registro perante a CVM e a taxa ANBIMA bem como as despesas com registro em cartório de títulos e documentos, serão suportados pelo Fundo e deduzidos do Patrimônio Líquido.

Custos que serão suportados pelo Fundo	Montante	(%) sobre o montante do Patrimônio Líquido estimado ⁽¹⁾
Taxa para Registro na CVM.....	R\$165.740,00	0,032%
Taxa ANBIMA.....	R\$13.439,94 ⁽²⁾	0,003%
Despesas para Registro perante o Cartório de Títulos e Documentos.....	R\$50.000,00	0,010%
Total dos Custos que serão suportados pelo Fundo.....	R\$229.179,94	0,045%

⁽¹⁾ O montante estimado do Patrimônio Líquido do Fundo na 1ª Data de Emissão é de R\$513.875.000,00.

⁽²⁾ 0,00245% do valor da operação, respeitando-se o limite mínimo de R\$12.400,00 e o máximo de R\$40.000,00, acrescida de uma taxa de registro do Fundo de R\$850,00.

A tabela a seguir apresenta os custos estimados da Oferta que serão suportados pelo Fundo e proporcional a cada classe de Quotas:

Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores (R\$)	Custo por Quota Senior	Quantidade de Quotas Seniores	Custo da oferta para a classe de Quotas Seniores (R\$)
R\$25.000,00	R\$7,00	20.000	R\$144.597,01
Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas (R\$)	Custo por Quota Subordinada	Quantidade de Quotas Subordinadas	Custo da oferta para a classe de Quotas Subordinadas (R\$)
R\$25.000,00	R\$152,00	555	R\$84.582,92

Fatores de Risco

Antes de decidir por aplicar recursos no Fundo ou adquirir Quotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco descritos nesta seção. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos nesta seção, poderá ocorrer perda ou atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Além dos riscos descritos abaixo podem existir riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos ou que atualmente são considerados irrelevantes e que também podem gerar a perda ou atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Os fatores de riscos associados a Braskem podem ser encontradas nas seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência da Braskem, disponibilizado nos seguintes endereços eletrônicos: www.cvm.gov.br e www.braskem.com.br/ri (neste website mover o cursor até "Informações Financeiras" e clicar em "Relatórios CVM". No website que abrirá, selecionar "Formulário de Referência").

Riscos associados ao investimento no Fundo

Risco relativo à limitação de ativos do Fundo.

A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas aos Quotistas é a liquidação dos Direitos Creditórios pelos Clientes e dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, podendo inclusive, realizar o resgate do saldo das Quotas Seniores mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios, conforme hipótese prevista no item 20.3.1 do Regulamento. Caso o Fundo necessite vender os ativos detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador e/ou o preço de alienação de tais ativos poderá refletir essa falta de liquidez causando perda patrimonial para o Fundo.

Risco relacionado à existência de Quotas Subordinadas que não representam garantia para os Quotistas Seniores.

A existência de Quotas Subordinadas no Fundo busca tão somente tentar garantir uma parcela de liquidez mínima ao Fundo e não uma garantia com relação à inadimplência de Direitos Creditórios do Fundo. Além disso, na ocorrência de desenquadramento do Fundo com relação ao Índice de Cobertura, os Quotistas Subordinados não estão obrigados a subscrever e integralizar as novas Quotas Subordinadas que venham a ser objeto de Oferta Restrita realizada conforme disposto no item 22 do Regulamento para fins de recomposição do Índice de Cobertura. Caso as novas Quotas Subordinadas não venham a ser subscritas e integralizadas pelos Quotistas Subordinados ou por outros investidores no âmbito da Oferta Restrita de Quotas Subordinadas, o Fundo permanecerá desenquadrado com relação ao seu Índice de Cobertura, o que poderá resultar em prejuízos aos Quotistas, seja em razão de eventual realização de Amortização Extraordinária das Quotas do Fundo ou, ainda, em razão da ocorrência de um Evento de Avaliação e, consequentemente, possível liquidação antecipada do Fundo.

Risco relacionado à impossibilidade de realização de uma Oferta Restrita e a consequente Amortização Extraordinária das Quotas ou liquidação antecipada do Fundo.

A ocorrência do desenquadramento do Fundo com relação ao Índice de Cobertura dentro do Período Restrito impedirá o Administrador de realizar uma Oferta Restrita de Quotas Subordinadas. Nesta hipótese, e desde que haja disponibilidade de caixa do Fundo, o reenquadramento do Índice de Cobertura se dará através da Amortização Extraordinária das Quotas do Fundo, podendo causar prejuízos a seus Quotistas. Adicionalmente, caso o Fundo não tenha disponibilidade de caixa suficiente para fazer frente à Amortização Extraordinária, o Fundo permanecerá desenquadrado com relação ao seu Índice de Cobertura, o que poderá resultar em um Evento

de Avaliação e, consequentemente, em uma possível liquidação antecipada do Fundo, podendo causar prejuízos a seus Quotistas.

Risco de descaracterização do regime tributário aplicável ao Fundo.

O Administrador envidará melhores esforços para compor a carteira do Fundo com Ativos Financeiros que sejam compatíveis com a classificação do Fundo como um fundo de investimento de longo prazo para fins tributários, considerando-se como tal um fundo de investimento que possui uma carteira de Ativos Financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da legislação aplicável. Todavia, não há garantia de que o Administrador conseguirá adquirir tais ativos e portanto, não há garantia de que o Administrador conseguirá fazer com que o Fundo seja classificável como de longo prazo para fins de aplicação do regime tributário a seus Quotistas.

Risco de liquidez relativa aos Ativos Financeiros.

Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez e outras condições atípicas nos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgate de suas Quotas.

Risco relacionado à amortização e resgate condicionado das Quotas.

O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que os mesmos são negociados. Dentre os riscos, inclui-se a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos Clientes e/ou os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto o Administrador quanto o Custodiante, bem como suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as Amortizações Periódicas ou Extraordinárias e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Risco relacionado aos Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação antecipada do Fundo.

O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação previstos no item 20 do Regulamento. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador (i) comunicará os Quotistas acerca do fato, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; e (ii) convocará, no Dia Útil subsequente ao dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos no Regulamento para um Evento de Liquidação. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Tais procedimentos de liquidação antecipada somente poderão ser interrompidos em caso de aprovação pela Assembleia Geral, observado o quorum previsto no item 26.4.1 do Regulamento.

Risco de mercado e fatores macroeconômicos.

A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, assim como em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos nesta seção, poderá resultar em perda, pelos Quotistas, do valor de parte ou de todo o valor investido. O Fundo, o Administrador e o Custodiante não se comprometeram e não poderão ser demandados a reembolsar os Quotistas por qualquer multa ou penalidade, dano ou prejuízo de qualquer natureza que os Quotistas sofram em decorrência dos riscos descritos no Regulamento.

Risco relacionado à inexistência de rendimento predeterminado.

O valor unitário das Quotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no item 14.3 do Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante, de qualquer Cedente e de suas respectivas Partes Relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro, ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor delas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o seu limite máximo de remuneração.

Risco relacionado à natureza das Quotas Subordinadas que se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate.

Os titulares das Quotas Subordinadas devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas estão condicionadas ainda à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização, após os pagamentos devidos aos titulares de Quotas Seniores a título de amortização e resgate. Considerando-se a natureza dos Direitos Creditórios e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, o Administrador, o Custodiante, qualquer Cedente e suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas ocorrerão nas datas originalmente previstas, ou a qualquer tempo, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador, o Custodiante, qualquer Cedente e suas respectivas Partes Relacionadas qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação caso estes assim decidam ou, mesmo que exista, que o preço de alienação das Quotas em tal mercado não seja inferior ao seu valor patrimonial, podendo causar prejuízos aos Quotistas. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, os Quotistas devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário ou sequer conseguirem realizar a venda, sendo que o Fundo, o Administrador, as Cedentes, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo. Ainda, as Quotas Subordinadas objeto de Oferta Restrita somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e, no mercado de balcão organizado, somente depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva data de subscrição, nos termos da Instrução CVM 476. No caso de liquidação antecipada do Fundo, o Fundo, o Administrador, as Cedentes, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, devendo os Quotistas possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

Risco de descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Seniores e dos Ativos Financeiros.

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros, que comporão o Patrimônio Líquido. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão atualizados de acordo com a taxa pré-fixada que for utilizada para o cálculo do respectivo Preço de Aquisição, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação, sempre observado o disposto no item 19 do Regulamento. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado diariamente utilizando-se a variação da Taxa DI, a qual é uma taxa pós-fixada, na forma do disposto no item 14.3 do Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. O Administrador, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou

prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações, em razão de tal descasamento.

Risco de descontinuidade do Fundo em razão de resgate ou amortização antecipada das Quotas; Pagamento através da entrega de Direitos Creditórios.

Conforme previsto nos itens 13, 15, 20 e 21 do Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em data anterior à respectiva Data de Resgate ou Data de Amortização, conforme o caso, podendo inclusive efetuar tais pagamentos em Direitos Creditórios. Deste modo, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco relacionados ao pagamento antecipado de Direitos Creditórios.

Os Clientes podem pagar antecipadamente, ainda que sem descontos, os Direitos Creditórios. Tais pagamentos antecipados podem reduzir o valor esperado dos Direitos Creditórios e trazer prejuízos ao Fundo, e consequentemente, aos seus Quotistas.

Risco de originação de Direitos Creditórios e Risco de descontinuidade do Fundo por insuficiência de Direitos Creditórios.

Os Direitos Creditórios são advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos já extraídos, produzidos, fabricados e/ou comercializados e despachados pelas respectivas Cedentes aos Clientes. O relacionamento comercial entre as Cedentes e os Clientes pode ser alterado no futuro e referidas operações de venda mercantil a prazo podem deixar de existir ou diminuir de volume substancialmente, afetando a originação de Direitos Creditórios que atendam à política de investimentos do Fundo. Da mesma forma, as atividades de extração, produção, fabricação e/ou comercialização e despacho de Produtos das Cedentes que resultam na originação dos Direitos Creditórios para atendimento à política de investimentos do Fundo, podem ser afetadas por outros fatores, tais como condições de mercado, efeitos da política econômica do governo brasileiro, riscos operacionais e riscos relacionados a questões ambientais. Ademais, a própria decisão da Cedente de honrar seu compromisso de cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo pode ser afetada por fatores diversos, inclusive pelos fatores mencionados acima ainda que o processo de originação dos Direitos Creditórios em si não tenha sido afetado. Assim sendo, não há garantia de que as Cedentes conseguirão e/ou irão originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima e continue em existência. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima poderá não apenas dar causa à amortização compulsória de Quotas Seniores nos termos do item 15.4 do Regulamento, mas também a uma eventual liquidação do Fundo e os Quotistas titulares das Quotas Seniores podem não ter acesso a outros investimentos com o mesmo retorno no prazo originalmente previsto para amortização das Quotas. Tal desenquadramento poderá também ter um impacto negativo na rentabilidade das Quotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos Creditórios.

Risco do originador.

As atividades das Cedentes, tais como a extração, produção e venda de Produtos que resultam na originação dos Direitos Creditórios para atendimento à política de investimentos do Fundo podem, devido a sua natureza, ser afetadas por diversos fatores, inclusive condições de mercado, efeitos da política econômica do governo brasileiro, riscos operacionais, e riscos relacionados a questões ambientais. Caso, em decorrência de problemas relacionados às atividades das Cedentes, o Fundo não consiga adquirir Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade, poderá haver um desenquadramento do Fundo com relação a seus limites de Alocação Mínima. Não há garantia de que as Cedentes conseguirão e/ou irão originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima e continue em existência. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima poderá não apenas dar causa à amortização compulsória de Quotas Seniores nos termos do item 15.4 do Regulamento mas também a uma eventual liquidação do Fundo e os Quotistas titulares das Quotas Seniores podem não ter acesso a outros investimentos com o mesmo retorno no prazo originalmente previsto para amortização das Quotas. Tal desenquadramento poderá também ter um impacto negativo na rentabilidade das Quotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos Creditórios.

Risco decorrente da fixação do preço dos Ativos Financeiros.

Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado (*marked-to-market*), poderão causar variações no valor dos Ativos Financeiros, inclusive podendo resultar em diminuição substancial do valor das Quotas.

Risco relativo à existência de quorum qualificado e necessidade de aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas.

O Regulamento do Fundo estabelece quorum qualificado para a Assembleia Geral deliberar sobre determinadas matérias de interesse dos Quotistas e, ainda, sobre a necessidade de certas matérias dependerem da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas. O quorum qualificado, bem como a dependência da aprovação de certas matérias pelos titulares das Quotas Subordinadas, em algumas circunstâncias, poderão acarretar limitações às atividades do Fundo, e, conseqüentemente, prejuízo ao mesmo e seus Quotistas.

Riscos associados aos Direitos Creditórios

Risco de liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios.

Em razão da inexistência (i) de um mercado secundário ativo e organizado para os Direitos Creditórios, e da consequente falta de liquidez dos Direitos Creditórios; e (ii) de qualquer tipo de coobrigação ou direito de regresso do Fundo contra qualquer Cedente, os Quotistas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

Risco de crédito dos Clientes (sacados/devedores); ausência de garantia por parte das Cedentes; e garantia da Braskem dos Direitos Creditórios devidos pelos demais Clientes.

As Cedentes somente se responsabilizam pela correta constituição, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios, bem como por sua exigibilidade, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização com a característica de títulos executivos extrajudiciais por elas cedidos. As Cedentes, o Administrador e o Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Clientes. Assim, a liquidez dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Clientes, ou da Braskem como fiadora dos demais Clientes, diretamente ao Fundo, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, por parte das Cedentes de que o pagamento dos Direitos Creditórios será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados. Os Direitos Creditórios devidos por Cliente que não seja a Braskem contarão com fiança outorgada pela Braskem, conforme cartas de fianças ora anexadas. Nesses casos, o risco de crédito do Fundo decorre da capacidade da Braskem em honrar tais fianças. Caso a Braskem não o faça, poderá haver prejuízos ao Fundo e seus Quotistas.

Risco de concentração.

A política de investimento do Fundo não estabelece limites de concentração de investimentos em Direitos Creditórios de um mesmo Cliente, assim, um Cliente pode ser devedor de Direitos Creditórios representando até 100% do Patrimônio Líquido do Fundo. Desta forma, o risco de crédito do Fundo decorre, em grande medida, da capacidade dos Clientes honrarem seus compromissos. Considerando que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Quotistas, o não pagamento, pelos Clientes, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, inclusive em razão de instauração de pedidos de falência, recuperação judicial, de planos de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência contra os Clientes, poderá comprometer o recebimento, pelos Quotistas, dos valores correspondentes a suas Quotas.

Risco de descumprimento pelas Cedentes de suas obrigações nos termos do Contrato de Cessão.

As Cedentes possuem obrigações nos termos do Contrato de Cessão, inclusive a obrigação de resolver a cessão de certos Direitos Creditórios, por exemplo, em decorrência de reclamação por parte de terceiros titulares de ônus, gravames, ou encargos constituídos sobre tais Direitos Creditórios. Eventuais descumprimentos pelas Cedentes de tais obrigações podem acarretar em perdas ao Fundo e seus Quotistas.

Risco relativo aos Critérios de Elegibilidade.

Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo, conforme previsto no item 8 do Regulamento. A solvência da carteira depende da situação econômico-financeira dos Clientes, a qual, por sua vez, está sujeita a diversos fatores relativos à administração e contratação de negócios dos Clientes, bem como ao cenário macroeconômico brasileiro e pode gerar impacto adverso relevante na capacidade dos Clientes adimplirem com suas obrigações. A observância pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade é apenas feita no momento de aquisição dos Direitos Creditórios e não constitui garantia de adimplência dos Clientes.

Risco relativo à constituição sucessiva de Direitos Creditórios.

Não obstante os Direitos Creditórios sejam lastreados em operações de venda mercantil já realizadas (créditos "performados"), a continuidade da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis pelas Cedentes ao Fundo depende (i) das Cedentes continuarem a fabricar e/ou comercializar Produtos, de forma a gerar novos Direitos Creditórios; e (ii) dos Clientes adquirirem os Produtos e efetuarem o respectivo pagamento. As Cedentes, em conjunto, dispõem da infra-estrutura que suporta a continuidade da fabricação e/ou comercialização dos Produtos, o que não é suficiente para assegurar que a produção das Cedentes e a demanda pelos Produtos permanecerão nos patamares atuais, o que pode afetar a continuidade da geração de Direitos Creditórios e, consequentemente, a manutenção da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis das Cedentes para o Fundo. Adicionalmente, eventuais pedidos de recuperação judicial ou a implementação de planos de recuperação extrajudicial de uma ou mais Cedentes, ou ainda a implementação de procedimentos de natureza similar, também poderão afetar negativamente a capacidade e continuidade da geração de Direitos Creditórios pelas Cedentes.

Risco do impacto dos custos e despesas referentes à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios.

Os custos e despesas relacionados aos procedimentos judiciais ou extrajudiciais para cobrança dos Direitos Creditórios vencidos integrantes do Patrimônio Líquido do Fundo, serão de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo. Dependendo do volume de Direitos Creditórios vencidos e não pagos e da complexidade envolvida nos casos, os custos e despesas relacionados aos procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança poderão prejudicar a rentabilidade das Quotas e o pagamento aos Quotistas dos valores referentes às amortizações e resgates das Quotas. O Administrador e o Custodiante, seus administradores, empregados e demais prepostos não serão responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência dos custos referentes à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, devendo o Fundo suportar todos os custos relacionados com estes procedimentos, sejam judiciais ou extrajudiciais.

Risco de irregularidade dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios.

O Custodiante realizará verificação periódica no mínimo trimestral dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante verificará, após a cessão dos Direitos Creditórios, o lastro dos Direitos Creditórios, comunicando o resultado dessa verificação ao Administrador, à Agência de Classificação de Risco, à Cedente e à Empresa de Auditoria. Considerando que tal verificação é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, e mesmo com a hipótese de resolução da cessão quanto aos Direitos Creditórios que apresentem inexistência ou irregularidade nos Documentos Comprobatórios ou em sua constituição, nos termos do Contrato de Cessão, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios e trazer prejuízo ao Fundo, bem como dificuldades para o pagamento dos valores referentes às amortizações e resgates aos Quotistas. A verificação será feita nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios especificados no Regulamento.

Riscos operacionais.

As rotinas e procedimentos operacionais estabelecidos no Contrato de Cessão, no Regulamento, no Contrato de Custódia e no Convênio de Cobrança Bancária, estão sujeitos a falhas operacionais, tais como, mas não se limitando a, falhas nos procedimentos de cadastro dos Clientes, de Cobrança Bancária e/ou cobrança judicial e extrajudicial, atraso na compensação bancária dos Avisos de Vencimento, fixação da política de crédito, controles internos adotados pelas Cedentes, bem como nos mecanismos de comunicação entre as Cedentes, o Custodiante, o Banco Cobrador e o Administrador. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de

investimento em direitos creditórios não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos das Cedentes, do Custodiante, do Banco Cobrador, do Administrador e do Fundo ocorrerão livre de erros. Além disso, da forma como está estruturado o Fundo, novos Clientes e novas Cedentes podem ser adicionados, o que poderá aumentar significativamente a complexidade operacional do Fundo. Cada Cedente será responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios por ela cedidos, na qualidade de fiel depositária, nos termos do Contrato de Cessão. A guarda dos Documentos Comprobatórios pelas respectivas Cedentes, ou por terceiros por elas contratados, pode representar uma limitação em uma eventual necessidade de o Fundo ter que realizar a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios, caso estes não sejam pagos pontualmente pelos Clientes. Ademais, as rotinas operacionais do Fundo foram estabelecidas considerando o relacionamento entre o Custodiante e o Banco Cobrador e a interatividade entre seus sistemas, de maneira que, caso haja a substituição do Custodiante ou do Banco Cobrador, bem como qualquer dos demais riscos operacionais venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos Creditórios poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

Risco de Fungibilidade; Risco de pagamento dos Direitos Creditórios diretamente às Cedentes.

Na hipótese dos Clientes realizarem os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios diretamente para uma Cedente, tal Cedente deverá repassar tais valores ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão. Não há garantia de que as Cedentes repassarão tais recursos ao Fundo, na forma estabelecida em tal contrato, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para reaver tais recursos.

Risco de alterações na Política de Concessão de Crédito.

A política de concessão de crédito das Cedentes, constante do "Anexo V – Política de Crédito da Cedente", é determinada e periodicamente reavaliada pelos comitês de crédito das Cedentes. Tais critérios de concessão de crédito constituem etapa relevante do processo de originação dos Direitos Creditórios e podem interferir na qualidade e/ou nos níveis de inadimplência de tais Direitos Creditórios. Eventuais alterações na política de concessão de crédito das Cedentes não estão sujeitas à aprovação e/ou ratificação dos Quotistas, mas apenas aos procedimentos internos de aprovação pelos órgãos societários e/ou comitês aplicáveis das Cedentes. Tais alterações não impedem a aquisição pelo Fundo de novos Direitos Creditórios. Sendo assim, a alteração na política de concessão de crédito das Cedentes poderá interferir no processo de originação e no perfil da carteira de Direitos Creditórios a ser cedida ao Fundo, o que poderá afetar o rendimento e/ou gerar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

Risco de governança e diluição do direito de voto.

O Fundo poderá distribuir suas Quotas Seniores em uma ou mais distribuições, até o limite máximo de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) em Quotas Seniores, de uma ou mais séries, e um número indeterminado de Quotas Subordinadas para que seja observado o Índice de Cobertura do Fundo, sem necessidade de aprovação em Assembleia Geral. Caso o Administrador decida pela emissão de novas Quotas Seniores e/ou novas Quotas Subordinadas dentro dos limites acima, a proporção da participação de cada Quotista no total de Quotas emitidas pelo Fundo pode ser reduzida, sem que os mesmos possam se manifestar sobre o assunto em Assembleia Geral.

Risco decorrente da ausência de registro dos Termos de Cessão.

Apenas o Contrato de Cessão, no qual estão definidos todos os termos, condições e características da cessão dos Direitos Creditórios, será registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na sede do Fundo e da Cedente. Os Termos de Cessão não serão registrados. O artigo 221 do Código Civil estabelece que os efeitos da cessão não se operam a respeito de terceiros antes que tal registro seja efetuado. Sendo assim, a ausência do registro dos Termos de Cessão poderá suscitar questionamentos por parte de terceiros alheios à operação, suscitando eventualmente que as cessões não foram totalmente aperfeiçoadas juridicamente, fato este que poderá enfraquecer as chances de defesa das Cedentes e do Fundo em caso de alegação de invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios o que pode vir a trazer prejuízo para os Quotistas.

Risco de questionamento de validade e eficácia da cessão dos Direitos Creditórios.

O Administrador e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios em razão de tais Direitos Creditórios virem a ser alcançados por obrigações de qualquer Cedente e/ou de terceiros. A cessão de Direitos Creditórios pode ser

invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada em:

- (i) fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos Creditórios a Cedente em questão esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado;
- (ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos Creditórios a Cedente em questão seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo penda, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real;
- (iii) fraude à execução fiscal, se a Cedente em questão, quando da celebração da cessão dos Direitos Creditórios, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de recuperação judicial ou de falência, ou, ainda, de planos de recuperação extrajudicial ou de processos similares contra a respectiva Cedente; e
- (iv) cessão irregular e inválida em inobservância a requisitos estabelecidos para que haja a cessão, conforme eventual interpretação das cláusulas dos documentos que formalizam os próprios Direitos Creditórios ou na própria legislação aplicável.

Os Direitos Creditórios

Introdução

Os Direitos Creditórios são os direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer discussões comerciais, ônus, encargos ou gravames que cada Cedente detém e venha a deter contra seus respectivos Clientes, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos Clientes, representadas por Notas Fiscais Fatura, conforme o modelo constante do Anexo II ao Contrato de Cessão.

Procedimentos de Vendas e Constituição dos Direitos Creditórios

Área Comercial

Formalização das Ordens

As vendas dos Produtos são efetuadas mediante pedidos apresentados pelos Clientes e inseridas no sistema integrado de controle de recebimento de matéria-prima, estoque, faturamento, finanças e contabilidade da Cedente ("SAP").

Bloqueio de Ordens

As ordens não confirmadas são bloqueadas pelo SAP. O bloqueio de ordens ocorre nas seguintes hipóteses:

- (i) limite de crédito excedido: Quando o somatório das Notas Fiscais Fatura em aberto for superior ao limite de crédito apurado e aprovado internamente para o referido Cliente; e
- (ii) títulos em aberto: Quando o Cliente possuir duplicatas em atraso.

Liberação das Ordens

As ordens bloqueadas pelo SAP são verificadas pelo COFIP - Centro de Operações da área Financeira da Petrobras.

A liberação das ordens bloqueadas pode ser autorizada, caso a caso, dependendo das condições que provocaram o bloqueio.

Carregamento dos Produtos e Faturamento

O carregamento dos Produtos só é autorizado pelo SAP caso o Cliente não possua qualquer restrição creditícia que tenha surgido após o processamento e liberação da respectiva ordem.

Transporte por Cabotagem

Nas vendas cujo transporte ocorre por cabotagem, os Produtos são transferidos por tubovia ou caminhões.

Após a chegada dos Produtos, estes são transportados por via marítima até outros portos no Brasil, por transportadora contratada.

Transporte por Tubovia

Nas vendas cuja entrega dos Produtos é realizada por tubovia, diariamente é feita a leitura do medidor da tubovia para verificação da quantidade de Produto que foi bombeada. Em seguida, é emitida a Nota Fiscal Fatura. O SAP só emite as Notas Fiscais Fatura após a conclusão do carregamento dos Produtos e não registra mais de uma Nota Fiscal Fatura com o mesmo número.

Área Financeira

As vendas a prazo são selecionadas e as respectivas Notas Fiscais Fatura são transmitidas, por meio eletrônico ou magnético, ao Custodiante, que efetuará a cobrança por meio dos Avisos de Vencimento. Através do SAP, a área financeira pode consultar, em tempo real, o registro de todas as Notas Fiscais Fatura enviadas para cobrança.

Procedimentos para a concessão do crédito

Política de Crédito das Cedentes

A política de crédito das Cedentes com relação aos Clientes é aquela que consta do "Anexo V – Política de Crédito da Cedente" do Regulamento, preparada especificamente para os Clientes, observado que eventuais alterações na referida política deverão ser informadas pelas Cedentes ao Administrador e à Agência de Classificação de Risco, não podendo impactar de forma adversa e relevante o Fundo e seus Quotistas, nos termos do Contrato de Cessão.

O Administrador atualizará o "Anexo V – Política de Crédito da Cedente" do Regulamento por ocasião da primeira Assembleia Geral subsequente ao recebimento da informação mencionada no item 11 do Regulamento, observado que tal atualização não será objeto de deliberação pelos Quotistas.

Nesta data, a(s) Cedente(s) possuem uma política de concessão de crédito especialmente desenvolvida para os Clientes e demais empresas parte do mesmo grupo econômico, e determinada por representantes das áreas de crédito, financeira e comercial da(s) Cedente(s), através de avaliação e reavaliação de crédito dos Clientes.

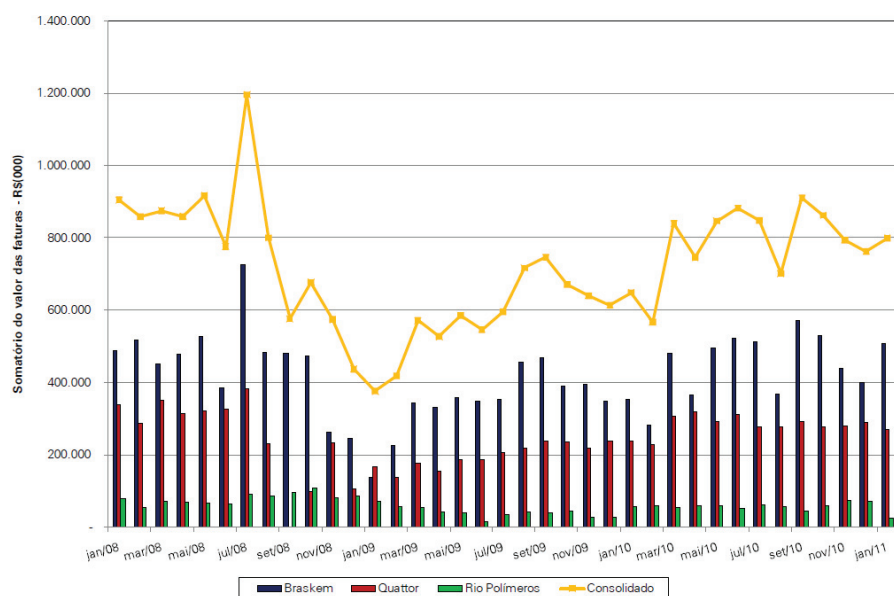
O processo de concessão de crédito aos Clientes pela(s) Cedente(s) inclui a realização de análise qualitativa e financeira dos Clientes, utilizada para definição do risco técnico e determinação do limite técnico para a realização de vendas a prazo de produtos, incluindo:

- (i) revisão trimestral das demonstrações financeiras dos Clientes;
- (ii) levantamento e avaliação das informações históricas e de relacionamento com os Clientes e demais empresas parte do mesmo grupo econômico, bem como destes junto ao mercado;
- (iii) avaliação destas informações pelos gerentes comerciais e pela área de gestão de crédito;
- (iv) análise para definição do risco e limite técnico dos Clientes pela área de gestão de crédito; e
- (v) envio da análise para a definição do limite de crédito pela alçada competente.

Inadimplementos, Perdas e Concentração dos Direitos Creditórios

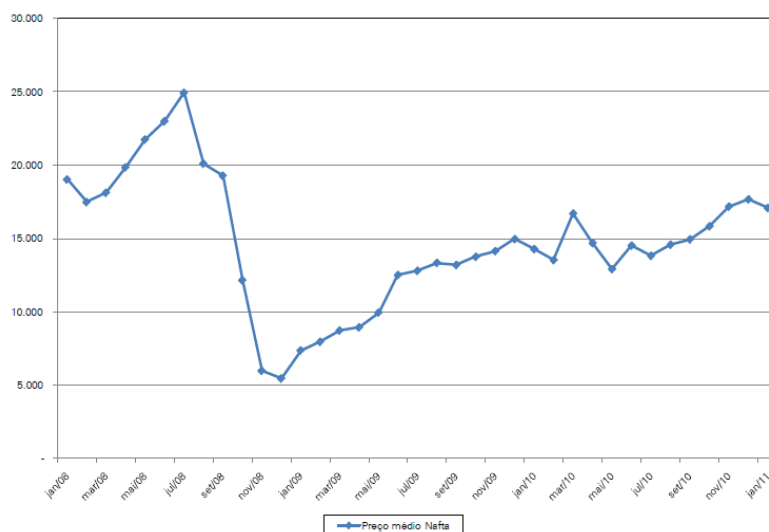
De acordo com o relatório da KPMG, o total da base de Notas Fiscais Fatura analisada das empresas Braskem, Quattor e RioPol é de R\$26.654.885 mil, distribuídos entre 7.527 Notas Fiscais Fatura. Esses valores foram assumidos como representativos em relação à totalidade das operações de compra de NAFTA, Etano e Propano realizadas por tais empresas contra a Petrobras, no período compreendido entre janeiro de 2008 e janeiro de 2011.

A tabela abaixo indica a variação no volume de faturamento observada ao longo do período para cada uma das empresas acima mencionadas e o consolidado.



Fonte: KPMG

As oscilações demonstradas acima são justificadas através do preço médio mensal de NAFTA, para o mesmo período analisado acima, conforme os preços apresentados na tabela a seguir.



Fonte: Bloomberg

As informações dessa seção foram fornecidas pela Petrobras e podem ser verificadas detalhadamente no "Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios da KPMG" anexo a este Prospecto na página 277.

Pré-Pagamento de Faturas

A KPMG analisou um período de 37 meses, compreendido entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de janeiro de 2011, o que totalizou R\$26.654.885 mil. Deste total, as faturas liquidadas no vencimento representam 95,3% do total consolidado da carteira de créditos analisados. A tabela abaixo demonstra os prazos de pagamento para as faturas liquidadas financeiramente, sendo que os prazos de baixa foram calculados considerando a diferença constante dos campos de vencimento e pagamento.

Faixas	Braskem		Quattor		Rio Polimeros		Consolidado	
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% % Acum.	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% % Acum.	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% % Acum.	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% % Acum.
Total sob análise	15.488.781		9.001.782		2.164.323		26.654.885	
(+) Juros	21.587		51.344		24.269		97.200	
(-) Desconto	4.987		158.493		30.191		193.671	
(-) Cancelamentos	383.421		137.489		7.198		528.109	
(-) Faturas a vencer após 31 de janeiro de 2011	28.499		17.407		21.195		67.101	
Faturas vencidas e/ou liquidadas até 31 de janeiro de 2011	15.093.460	100,00%	8.739.738	100,00%	2.136.008	100,00%	25.963.206	100,00%
Faturas liquidadas antecipadamente	90.836	0,6%	70.144	0,8%	45.984	2,2%	206.963	0,8%
acima de 180 dias	9.899	0,1%	20.913	0,2%	-	0,0%	30.811	0,1%
de 90 a 180 dias	487	0,0%	8.652	0,1%	722	0,0%	7.570	0,0%
de 60 a 90 dias	5.956	0,0%	44	0,0%	-	0,0%	8.000	0,0%
de 30 a 60 dias	74.485	0,5%	42.535	0,5%	45.282	2,1%	162.282	0,6%
de 1 a 30 dias	0,0%							
Faturas liquidadas no vencimento	14.377.161	95,3%	8.261.224	94,5%	1.899.421	89,2%	24.537.806	94,5%
Faturas vencidas e liquidadas com atraso	625.464	4,1%	408.370	4,7%	184.603	8,7%	1.218.437	4,7%
de 1 a 3 dias	560.084	3,7%	387.112	4,4%	118.416	5,8%	1.065.612	4,1%
de 4 a 7 dias	65.352	0,4%	21.257	0,2%	54.568	2,8%	141.177	0,5%
de 8 a 15 dias	28	0,0%	0	0,0%	10.138	0,5%	10.166	0,0%
de 16 a 30 dias	-	0,0%	-	0,0%	1.482	0,1%	1.482	0,0%

Fonte: KPMG

Adicionalmente, observado os termos do Contrato de Cessão, as faturas emitidas pelas Cedentes e oferecidas ao Fundo não prevêem nenhum tipo de desconto para os Clientes que as liquidem antecipadamente. Portanto, os pagamentos antecipados não geram impacto negativo ao Fundo e nem ao fluxo de amortização das Quotas, uma vez que estes pagamentos antecipados, nos termos do Contrato de Cessão, são realizados pelo valor de face do Direito Creditório. Ademais, ainda que na hipótese do Fundo eventualmente receber um volume elevado de recursos pagos antecipadamente não haverá impacto no Fundo haja vista que esses recursos serão utilizados para aquisição de Direitos Creditórios, sem prejuízo da realização de Amortização Extraordinária, nos termos do Regulamento.

As informações dessa seção foram fornecidas pela Petrobras e podem ser verificadas detalhadamente no "Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios da KPMG" anexo a este Prospecto na página 277.

A Estrutura da Operação

Encontra-se nesta seção uma descrição não exaustiva da estrutura da operação, que foi preparada apenas com a finalidade de oferecer uma visão global do Fundo, sendo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento e do Contrato de Cessão, foram resumidos e/ou simplificados. Os potenciais investidores devem consultar as demais seções deste Prospecto e o Regulamento antes de decidir por aplicar recursos no Fundo ou adquirir Quotas Seniores e Quotas Subordinadas.

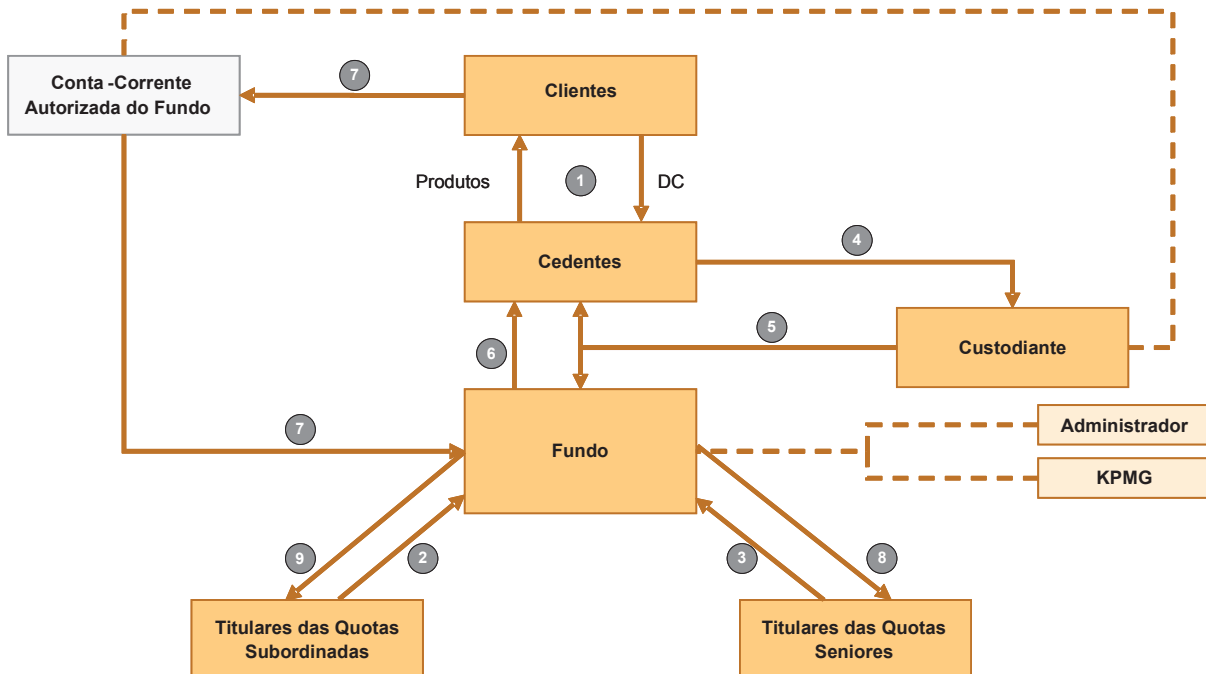
Resumo da Estrutura

Nos termos do Regulamento, o Fundo tem como objetivo proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida no Regulamento, valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) de Direitos Creditórios Elegíveis e/ou (ii) de Ativos Financeiros. Os termos e condições da aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, incluindo os Critérios de Elegibilidade, encontram-se detalhados no Regulamento e no Contrato de Cessão (para mais informações, *vide* seção "Critérios e Características da Cessão dos Direitos Creditórios" na página 61 deste Prospecto).

De forma a captar os recursos necessários para aquisição dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, o Fundo emitirá Quotas Seniores e Quotas Subordinadas, sendo que a classe de Quotas Seniores será de 20.000 Quotas Seniores, com valor unitário de emissão de R\$25.000,00, perfazendo na 1ª Data de Emissão o montante total de R\$500.000.000,00 e a classe de Quotas Subordinadas será de 555 Quotas Subordinadas, com valor unitário de emissão de R\$25.000,00, perfazendo na 1ª Data de Emissão o montante total de R\$13.875.000,00.

Caso, em qualquer Data de Verificação do Índice de Cobertura, o Fundo não atenda ao Índice de Cobertura, o Administrador deverá (i) realizar a Amortização Extraordinária das Quotas, desde que esteja exclusivamente em um Período Restrito; ou (ii) realizar Oferta Restrita de Quotas Subordinadas do Fundo, caso não esteja em um Período Restrito, devendo observar o direito de preferência de subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas pelos Quotistas Subordinados, conforme disposto no Regulamento.

Estrutura do Fundo



1. As Cedentes realizam operações de venda para seus Clientes e, assim, geram os Direitos Creditórios.

2. Até a Data de Emissão das Quotas Seniores deverá ter sido subscrito e integralizado Quotas Subordinadas no valor que seja suficiente para que o Fundo, depois de computada, *pro forma*, a emissão das Quotas Seniores, atenda ao Índice de Cobertura.
3. Na Data de Emissão, as Quotas Seniores são subscritas e integralizadas após as Quotas Subordinadas, por seu valor calculado na forma do Regulamento, até o montante em que o Fundo, depois de computada, *pro forma*, a referida emissão, atenda ao Índice de Cobertura.
4. Nos termos do Contrato de Cessão, as Cedentes oferecem Direitos Creditórios ao Fundo. As duplicatas representativas dos Direitos Creditórios são enviadas pelas Cedentes, por meio eletrônico ou magnético, diretamente ao Custodiante, para que este verifique o atendimento, pelos Direitos Creditórios ofertados, aos Critérios de Elegibilidade.
5. Verificado e constatado o atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante coloca à disposição das Cedentes e do Administrador, as informações e relatórios referente aos Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo Fundo.
6. O Fundo efetua, nos termos do Contrato de Cessão, o pagamento do Preço de Aquisição à respectiva Cedente.
7. Na data de vencimento dos Direitos Creditórios, os Clientes realizam o pagamento por meio da rede bancária, diretamente na Conta-Corrente Autorizada do Fundo mantida no Custodiante.
8. Nas Datas de Amortização ou nas Datas de Resgate, o Fundo realiza os pagamentos, conforme o caso, da Amortização Periódica ou do valor de resgate aos titulares das Quotas Seniores.
9. As Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores, observado os termos do Regulamento.

Política de Investimento, de Composição e de Diversificação da Carteira do Fundo

O objetivo do Fundo é buscar proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida no item 6 do Regulamento, valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) de Direitos Creditórios Elegíveis e/ou (ii) de Ativos Financeiros.

O Fundo atuará preponderantemente no segmento de insumos básicos da indústria petroquímica brasileira, tendo em vista a natureza comercial e as características de origem dos Direitos Creditórios que cada Cedente detém e venha a deter contra seus respectivos Clientes e que serão cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão. Tais Direitos Creditórios são advindos de operações de venda mercantil a prazo de NAFTA, Etano e/ou Propano já fabricados e/ou comercializados pelas Cedentes e despachados aos Clientes no curso normal de suas atividades preponderantes no setor petroquímico, sendo tais operações representadas por Notas Fiscais Fatura.

Não obstante o disposto no parágrafo acima, o Fundo somente poderá adquirir e manter em sua carteira Direitos Creditórios Elegíveis.

Os investimentos do Fundo estarão sujeitos aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto no item 6 do Regulamento e, em especial, o enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura.

O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observados os Critérios de Elegibilidade. Caso o Fundo não disponha de ofertas de Direitos de Crédito, que atendam aos Critérios de Elegibilidade, suficientes para atingir a Alocação Mínima, o Administrador poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento do limite de que trata este item por novo período de 90 (noventa) dias, sem necessidade de autorização da Assembleia Geral.

Na hipótese de realização de emissão de novas séries de Quotas Seniores após a alocação do Patrimônio Líquido do Fundo nos termos do item 6.3 do Regulamento, o Fundo deverá alocar os recursos provenientes da referida nova emissão em Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da integralização de tais Quotas.

Nos termos do artigo 40-A, parágrafo 1º, da Instrução CVM 356, o total de Direitos Creditórios devidos por cada Cliente pode chegar a 100% do Patrimônio Líquido do Fundo, a qualquer tempo.

O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em:

- I. títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen;
- II. fundos de investimento classificados como referenciados ou de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Bacen, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas; ou
- III. operações compromissadas com lastro nos títulos mencionados no inciso I acima e cuja contraparte seja uma Instituição Autorizada.

Observadas as demais disposições previstas na Instrução CVM 356 e na hipótese prevista no item 6.5.2 do Regulamento, o limite de concentração para os investimentos nos Ativos Financeiros indicados nos incisos II e III do item 6.5 do Regulamento será de, no máximo, 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo por instituição ou entidade.

Ainda observadas as demais disposições previstas na Instrução CVM 356, caso os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo representem montante inferior a 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, o limite de concentração previsto no item 6.5.1 do Regulamento será aumentado de 10% (dez por cento) para 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, por instituição ou entidade.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

Embora a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo seja direcionada para, além do investimento em Direitos Creditórios, Ativos Financeiros de perfil conservador, eventuais oscilações nos valores dos Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo podem resultar em perda patrimonial do Fundo. No entanto, não será devida qualquer multa ou penalidade pelo Administrador, pelo Custodiante, pelas Cedentes e quaisquer de suas Partes Relacionadas, decorrente desse fato.

O Fundo não poderá realizar:

- I. aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
- II. operações em mercado de derivativos;
- III. operações financeiras, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro em que (a) o Administrador; (b) o Custodiante; (c) qualquer Cedente; ou (d) qualquer de suas respectivas Partes Relacionadas, salvo no caso das Instituições Autorizadas, que figure, direta ou indiretamente, como contraparte; e
- IV. operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

O Fundo não adquirirá Direitos Creditórios representados por *warrants*, ou relativos a contratos de venda de Produtos com entrega futura, ou títulos ou certificados representativos desses contratos, nos termos do artigo 40, parágrafo 8º, da Instrução CVM 356.

O Administrador e o Custodiante, assim como suas respectivas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência dos Clientes ou pela correta constituição, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros.

As Cedentes, assim como suas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência dos Clientes. Cada Cedente é responsável pela origem, existência, correta constituição e formalização, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios por ela cedidos com a característica de títulos executivos extrajudiciais, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC em nome do Fundo, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Bacen ou pela CVM.

Os Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo ficarão em depósito com a respectiva Cedente, permanecendo sob sua responsabilidade nos termos da legislação aplicável e do Contrato de Cessão.

Os percentuais e limites referidos no item 6 do Regulamento serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, com exceção do limite previsto no item 6.5.1 do Regulamento, que deverá ser observado em até 1 (um) Dia Útil contado a partir da data de investimento no respectivo Ativo Financeiro, devendo o Administrador zelar e emendar seus melhores esforços para evitar a concentração dos Ativos Financeiros.

As aplicações dos Quotistas não contam com qualquer mecanismo de seguro ou a garantia das Cedentes, do Administrador, do Custodiante, ou de suas Partes Relacionadas, nem mesmo do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Critérios e Características da Cessão dos Direitos Creditórios

As Cedentes declaram e asseguram que são legítima e única titulares dos Direitos Creditórios.

As Cedentes, no Contrato de Cessão e na melhor forma de direito, prometem, em caráter irrevogável e irretratável, ceder ao Fundo os Direitos Creditórios, e o Fundo se obriga a adquiri-los de acordo com os termos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento.

Para os fins da Cláusula 1.2 do Contrato de Cessão, as Cedentes comprometem-se, também em caráter irrevogável e irretratável, a oferecer, contínua e prioritariamente, ao Fundo, Direitos Creditórios, uma vez existentes e elegíveis, para que o Fundo os adquira em quantidade que, observado o disposto no Regulamento, permita ao Administrador manter o enquadramento do Fundo à Alocação Mínima, sem prejuízo de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa das Cedentes estabelecidos no Contrato de Cessão.

As Cedentes, assim como suas respectivas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência dos seus respectivos Clientes, no entanto, as Cedentes são exclusivamente responsáveis pela originação, existência, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, correta constituição e formalização, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios cedidos com a característica de títulos executivos extrajudiciais, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

A obrigação do Fundo de adquirir Direitos Creditórios nos termos do Contrato de Cessão, observada a existência de recursos, o atendimento aos Critérios de Elegibilidade e a ordem de alocação de recursos estabelecida no item 22 do Regulamento, é condicionada ao integral cumprimento, pelas Cedentes, das obrigações assumidas nos termos do Contrato de Cessão.

Nos termos dos artigos 287 e 893 do Código Civil e do Contrato de Cessão, os Direitos Creditórios compreendem, além dos direitos de crédito decorrentes de operações de venda mercantil a prazo, todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações inerentes aos Direitos Creditórios ou a estes relacionados, inclusive fianças outorgadas pela Braskem às Cedentes com relação às obrigações de pagamento do respectivo Cliente, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

Critérios de Elegibilidade

O Custodiante, por ordem e conta do Fundo, somente efetuará a aquisição de Direitos Creditórios das Cedentes se estes atenderem, na respectiva Data de Aquisição, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade:

- (i) não tenham data de vencimento inferior a 80 (oitenta) dias contados da respectiva Data de Aquisição e superior a 95 (noventa e cinco) dias contados da Data de Aquisição, observado que não será admitida a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis cuja data de vencimento seja posterior à última Data de Resgate de Quotas em circulação; e
- (ii) que cada respectivo Cliente, cumulativamente, na Data de Aquisição:

- (a) não seja devedor de outro Direito Creditório de titularidade do Fundo, vencido e não pago por mais de 5 (cinco) dias; e
- (b) não tenha falência decretada, recuperação judicial deferida ou recuperação extrajudicial homologada.

Verificação dos Critérios de Elegibilidade

A verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade na Data de Aquisição será de responsabilidade exclusiva do Custodiante e, desde que observados os termos do Contrato de Cessão e do Regulamento, será definitiva.

O Custodiante verificará o atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade na Data de Aquisição com base nas informações encaminhadas pelas Cedentes ao Banco Cobrador, as quais serão mantidas pelo Custodiante. Além destas informações, o Custodiante verificará o atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade com base nos dados relativos ao Fundo mantidos pelo Custodiante, bem como em informações obtidas junto a entidades de proteção ao crédito, tais como SERASA. Os Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo Fundo nos termos do Contrato de Cessão que, por qualquer razão e a qualquer tempo, após a respectiva aquisição, deixem de atender aos Critérios de Elegibilidade, não poderão ser reclamados, a qualquer título, pelo Fundo perante as Cedentes.

As informações encaminhadas pelas Cedentes e constantes no cadastro da Conta de Cobrança no Banco Cobrador serão identificadas pelo Custodiante através do campo de identificação do Direito Creditório, o qual deverá ser único e exclusivo para cada Direito Creditório gerado. Não serão adquiridos Direitos Creditórios que tenham o campo de identificação contendo informações idênticas a outro Direito Creditório já adquirido pelo Fundo.

Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis e Contraprestações

Pela aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, o Custodiante, em nome e por conta do Fundo, pagará às Cedentes, na Data de Aquisição, o valor certo e ajustado calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PA_y = \frac{ValorDC_y}{\left(1 + TxDes_y\right)^{\frac{du}{252}}}$$

$$TxDes_y = \left\{ \frac{(1 + Taxa_{LP})^{\frac{dc_{LP}}{30}}}{\left[(1 + Taxa_{LP_e})^{\frac{dc_{LP}}{30}} \times (TotalAliq) + (1 - TotalAliq) \right]} \right\}^{\left(\frac{252}{du}\right)} - 1$$

onde:

$y = 1, 2 \dots n$	Direito Creditório Elegível a ser adquirido;
PA_y	Preço de Aquisição do Direito Creditório Elegível "y";
$ValorDC_y$	Valor do Direito Creditório Elegível "y";
$TxDes_y$	Taxa de desconto para a aquisição do Direito Creditório Elegível "y". Taxa anual, expressa na forma percentual, calculada com base em ano de 252 Dias Úteis;
dc_{LP}	Número de dias corridos entre a Data de Aquisição do Direito Creditório Elegível "y", inclusive, e a data de vencimento do Direito Creditório Elegível "y", exclusive;
Du	Número de Dias Úteis entre a Data de Aquisição do Direito Creditório Elegível "y", inclusive, e a data de vencimento do Direito Creditório Elegível "y", exclusive;

TotalAliq_e Somatório das alíquotas de ICMS e PIS/COFINS do Estado "e" incidentes sobre o Direito Creditório Elegível "y";

Taxa_{LP_e} Taxa de Longo Prazo do Estado "e". Taxa mensal, expressa na forma percentual, na convenção exponencial, calculada com base em mês de 30 dias.

A taxa de longo prazo aplicável para cada Estado vigente no início das atividades do Fundo até sua alteração nos termos da Cláusula 6.3 do Contrato de Cessão será informadas por correio eletrônico ao Administrador pela respectiva Cedente com até 3 (três) Dias Úteis de antecedência da primeira Data de Aquisição.

A definição da Taxa de Longo Prazo será feita trimestralmente, 15 (quinze) dias antes do primeiro Dia Útil dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano calendário, seguindo o fluxo abaixo:

- (i) Na Data de Definição da Taxa de Longo Prazo, o Administrador deverá solicitar à Cedente uma confirmação contendo os valores das alíquotas de ICMS, PIS e/ou COFINS que serão utilizadas pela Cedente durante os próximos 90 (noventa) dias contados da virada do mês para a formação dos Direitos Creditórios Elegíveis em cada um dos respectivos Estados;
- (ii) Em até 2 (dois) Dias Úteis após tal solicitação, a Cedente deverá encaminhar, por correio eletrônico, a confirmação mencionadas no inciso (i) acima; e
- (iii) Com base na informação obtida da Cedente, o Administrador utilizará a fórmula abaixo para calcular e informar à Cedente a nova Taxa de Longo Prazo em cada um dos Estados que estará vigente no próximo trimestre:

$$Taxa_{LP_e} = \left\{ \frac{\left[(1 + Taxa_{CDI}) \times (1 + Spread + Margem) \right]^{\frac{61}{252}} \times (1 - TotalAliq_e)}{1 - \left\{ \left[(1 + Taxa_{CDI}) \times (1 + Spread + Margem) \right]^{\frac{61}{252}} \times TotalAliq_e \right\}} \right\}^{\frac{30}{88}} - 1$$

onde:

Taxa_{LP_e} Taxa de Longo Prazo do Estado "e". Taxa mensal, expressa na forma percentual, na convenção exponencial, calculada com base em mês de 30 dias;

Taxa_{CDI} Taxa anual, expressa na forma percentual, calculada com base em ano de 252 Dias Úteis, será correspondente a taxa de juros de ajuste do 1º (primeiro) Dia Útil anterior a Data de Definição da Taxa de Longo Prazo para contratos futuros de depósitos interfinanceiros de um dia, com respectivo vencimento e código indicados segundo a sistemática elaborada na Tabela 1 do Anexo X do Contrato de Cessão, conforme divulgada pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros, no informativo "Boletim Diário Versão Completa (Mercadorias e Futuros)", disponível em sua página na Internet;

Spread Taxa anual exponencial, calculada com base em ano de 252 Dias Úteis, definida durante o processo de "bookbuilding" da respectiva oferta de Quotas;

Margem 0,90%;

TotalAliq_e Somatório das alíquotas de ICMS e PIS/COFINS do Estado "e" incidentes sobre o Direito Creditório "y".

Caso ocorra qualquer alteração nas alíquotas de ICMS, PIS e/ou COFINS durante o curso dos 90 (noventa) dias previsto na Cláusula 6.3(i) do Contrato de Cessão, a Cedente enviará, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de tal alteração, notificação nesse sentido ao Administrador, alterando-se por conseguinte a Data de Definição da Taxa de Longo Prazo, bem como a respectiva Taxa de Longo Prazo, a fim de considerar as novas alíquotas de ICMS, PIS e/ou COFINS.

O Administrador solicitará, com 2 (dois) Dias Úteis de antecedência à Data de Definição da Taxa de Longo Prazo, uma confirmação da Cedente de que a Taxa de Longo Prazo foi alterada nos termos do Contrato de Cessão.

Em até 1 (um) Dia Útil contado da data de tal solicitação, a Cedente deverá encaminhar, por correio eletrônico, a confirmação de que a Taxa de Longo Prazo foi alterada nos termos do Contrato de Cessão.

O Administrador somente alterará a Taxa de Longo Prazo de cada um dos respectivos Estados para o cálculo do Preço de Aquisição após o recebimento da confirmação pela Cedente de que a Taxa de Longo Prazo foi alterada nos termos da Cláusula 6.3 do Contrato de Cessão, caso contrário deverá manter a respectiva Taxa de Longo Prazo do período anterior.

O pagamento do Preço de Aquisição à Cedente, deverá, ser feito pelo Fundo em moeda corrente nacional, ressalvado o disposto na Cláusula 7.4 do Contrato de Cessão.

Cobrança dos Direitos Creditórios

Os Direitos Creditórios serão registrados em cobrança no Banco Cobrador contratado pelo Cedente, nos termos do Convênio de Cobrança Bancária, por meio de Aviso de Vencimento, conforme modelo constante do Anexo III ao Contrato de Cessão, observado que eventuais alterações do referido modelo serão definidas de comum acordo entre as Partes e incorporadas a este Contrato de Cessão mediante correspondência acordada por todas as Partes constituindo-se tal modelo, a partir de então, no Anexo III ao Contrato de Cessão.

Somente os Direitos Creditórios que tiverem a titularidade dos registros eletrônicos dos Avisos de Vencimento alterados para o Fundo, serão cobrados pelo Custodiante por meio do Banco Cobrador, de forma que os recursos decorrentes dos Avisos de Vencimento sejam transferidos diretamente para a Conta do Fundo, sem que tais recursos transitem em conta corrente de titularidade da Cedente.

Para os fins do artigo 290 Código Civil, o Aviso de Vencimento servirá como notificação aos Clientes acerca da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e será emitido pelo Banco Cobrador, com as mensagens, em destaque, no campo apropriado, na forma do Anexo III, quanto à cessão de tal Direito Creditório ao Fundo e a possibilidade de pagamento ser feito somente em banco.

A Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios será feita pelo Banco Cobrador, nos termos do Convênio de Cobrança Bancária, por meio da emissão dos respectivos Avisos de Vencimento aos Clientes

A cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, integrantes do Patrimônio Líquido, será feita pelo Fundo, direta ou indiretamente através da contratação de terceiros, sendo que o Fundo adotará para tanto, os procedimentos de cobrança definidos em Assembleia Geral de Quotistas.

Resolução da Cessão

Nos termos da Cláusula 5.1 do Contrato de Cessão, considerar-se-á resolvida, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação à Cedente, sem qualquer custo para o Fundo, a cessão dos Direitos Creditórios que não estejam de acordo com o seguinte disposto: que os Direitos Creditórios prometidos à cessão ao Fundo (a) foram devidamente constituídos de acordo com a legislação brasileira, são de sua legítima e exclusiva titularidade, não são objeto de quaisquer discussões comerciais e, caso discussões comerciais venham a ocorrer, estas não comprometerão a validade, liquidez, valor e exigibilidade pelo Fundo, do respectivo Direito Creditório, e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que, de qualquer modo, possam obstar a cessão prometida e o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por este adquiridos; (b) são representados por Documentos Comprobatórios; (c) não foram objeto de cessão a terceiros; (d) referem-se a Produtos já fabricados e/ou comercializados pela Cedente, despachados, e recebidos pelos Clientes; e (e) no caso de Direitos Creditórios contra Clientes que não a Braskem, contam com fiança outorgada pela Braskem à Cedente com relação às obrigações de pagamento do respectivo Cliente.

Sem prejuízo da resolução da cessão operar-se de pleno direito e sem qualquer outra formalidade, a Cedente deverá notificar o Fundo e o Custodiante identificando individualmente os Direitos Creditórios objeto da ocorrência de Condição Resolutiva da Cessão no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que a ocorrência tiver efetivamente chegado a seu conhecimento.

Na hipótese de ocorrência de Condição Resolutiva da Cessão e mediante recebimento da notificação mencionada na Cláusula 5.2 do Contrato de Cessão, o Custodiante providenciará a baixa dos Direitos Creditórios objeto da Condição Resolutiva da Cessão, e colocará à disposição no site www.itaucustodia.com.br relatório discriminando os Direitos Creditórios baixados e o valor correspondente ao Preço de Aquisição destes Direitos Creditórios atualizado pela taxa de desconto utilizada no cálculo do Preço de Aquisição aplicada *pro rata temporis* desde a respectiva Data de Aquisição até a data da efetiva baixa.

O Administrador, após consultar o relatório mencionado na Cláusula 5.3 do Contrato de Cessão, notificará o Valor de Restituição à Cedente, que estará obrigada a restituir o Valor de Restituição, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data desta notificação, através de transferência de (i) moeda corrente nacional à vista, e/ou (ii) novos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, podendo-se conjugar as alternativas (i) e (ii), em qualquer proporção entre elas, observado o disposto na Cláusula 7 do Contrato de Cessão.

Nos casos previstos na Cláusula 5 do Contrato de Cessão, a Cedente subrogar-se-á, automaticamente, em todos os direitos inerentes ao Direito Creditório cuja cessão tiver sido resolvida nos termos do Contrato de Cessão.

Caso o Fundo receba diretamente do Cliente valores decorrentes do pagamento de Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida nos termos do Contrato de Cessão, o Fundo transferirá tais valores, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título, para a Cedente no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contado do recebimento desses valores, permanecendo o Fundo como depositário, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil, dos referidos valores até a sua efetiva transferência.

Eventos de Revisão do Contrato de Cessão

São considerados Eventos de Revisão quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das declarações, das obrigações de fazer e/ou não fazer do Contrato de Cessão que não seja um Evento de Resilição e que, a critério do Fundo, possa comprometer (a) a aquisição sucessiva dos Direitos Creditórios Elegíveis; e/ou (b) a capacidade do Fundo de cumprir com seus pagamentos e demais compromissos perante os Quotistas, desde que, no caso específico de descumprimento não voluntário da Cedente, a Cedente tenha sido notificada para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do recebimento da referida notificação;
- (ii) modificações estatutárias que alterem o objeto social preponderante da Cedente e que venham a impactar de maneira adversa e relevante ou impedir as obrigações da Cedente decorrentes do presente Contrato de Cessão;
- (iii) caso ocorra quaisquer dos Eventos de Avaliação, nos termos do Regulamento;
- (iv) hipótese de rescisão ou resilição, conforme o caso, do Contrato de Custódia;
- (v) salvo o disposto no Regulamento, caso o Fundo deixe de estar enquadrado na Alocação Mínima por período igual ou superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos;
- (vi) na ocorrência de rebaixamento em 2 (dois) níveis da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída às Quotas Seniores, de acordo com os critérios de classificação adotados pela Agência de Classificação de Risco;
- (vii) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que, a critério do Administrador, afetem negativamente e de forma relevante o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente os Quotistas;
- (viii) ocorrência de graves alterações nas condições econômicas e financeiras do Brasil ou o início de vigência ou alteração de normas legais e/ou regulamentares, em especial as de natureza fiscal e relativas ao funcionamento do mercado financeiro, que, a critério do Administrador, possam onerar excessivamente, dificultar ou prejudicar de forma relevante o curso normal das aquisições de Direitos Creditórios pelo Fundo e o cumprimento de obrigações do Administrador perante os Quotistas nos termos do Regulamento ou do Fundo nos termos do Contrato de Cessão;

- (ix) caso a Cedente não altere, por 2 (duas) vezes consecutivas, a Taxa de Longo Prazo informada trimestralmente pelo Administrador, na forma da Cláusula 6.3 do Contrato de Cessão;
- (x) dissolução e/ou liquidação da Cedente, exceção feita aos casos onde a entidade sucessora da Cedente permaneça sob o mesmo controle efetivo da Cedente;
- (xi) inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificada pelo Custodiante, desde que, notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (xii) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento e no Contrato de Custódia, que não seja um Evento de Liquidação, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do prazo do recebimento da referida notificação;
- (xiii) não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento da Reserva de Amortização e Resgate, em 2 (duas) Datas de Verificação de Amortização consecutivas ou em 3 (três) Datas de Verificação de Amortização alternadas durante o prazo de duração de cada série de Quotas Seniores do Fundo;
- (xiv) caso a Taxa DI seja igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- (xv) amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- (xvi) não realização da Amortização Extraordinária das Quotas Seniores, nos termos previstos no item 21 do Regulamento;
- (xvii) caso o Administrador identifique no resultado das verificações de lastro realizadas pelo Custodiante, trimestralmente junto à Cedente, que 5% (cinco por cento) ou mais dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo não estejam em conformidade com os parâmetros descritos no Anexo VI do Regulamento;
- (xviii) não pagamento, em até 2 (dois) Dias Úteis contados das Datas de Amortização e/ou das Datas de Resgate, do valor da Amortização Periódica e/ou do valor de resgate das Quotas Seniores;
- (xix) não pagamento por qualquer Cliente ou pela Braskem como fiadora, conforme o caso, de qualquer Direito Creditório que tenha sido cedido ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão, caso tal inadimplemento por falta de pagamento não seja sanado no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de vencimento do título de crédito representativo de tal Direito Creditório;
- (xx) protesto legítimo de títulos contra a Braskem, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos), ou o equivalente em reais ou outras moedas, salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Administrador que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo; ou
- (xxi) não pagamento, pela Braskem, de qualquer Dívida cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos), ou o equivalente em reais ou outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de vencimento de tal Dívida, antecipada ou prevista no respectivo contrato (incluindo, se aplicável, o eventual prazo de cura previsto no respectivo contrato) ressalvado que não será considerada vencida qualquer Dívida que seja objeto de contestação legítima e de boa-fé por parte do Cliente, conforme o caso.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará as providências estabelecidas nos itens 20.1 e seguintes do Regulamento para os Eventos de Avaliação do Fundo e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso, conforme o caso.

Eventos de Resilição do Contrato de Cessão

São considerados Eventos de Resilição, quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) decretação de falência de uma Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Cedente;
- (ii) decretação de falência de um Cliente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pelo respectivo Cliente;
- (iii) na ocorrência de liquidação do Fundo, por deliberação da Assembleia Geral;
- (iv) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo até a data de liquidação do Fundo, por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com o procedimento estabelecido no Regulamento;
- (v) caso não seja determinado pelos titulares das Quotas Seniores, e devidamente aprovado pelos titulares das Quotas Subordinadas, novo(s) parâmetro(s) de apuração do valor das Quotas Seniores, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI, na Assembleia Geral a ser realizada conforme previsto no item 14.3.2 do Regulamento;
- (vi) caso os titulares das Quotas Seniores venham a deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação nos termos do item 20.1.2 do Regulamento;
- (vii) caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do item 4.1.4 do Regulamento; ou
- (viii) ocorrência de qualquer Evento de Liquidação nos termos do Regulamento.

A ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição facultará ao Fundo a imediata resilição do Contrato de Cessão, devendo este observar o disposto nos itens 20.2 e seguintes do Regulamento.

O exercício da faculdade referida no parágrafo acima (i) não acarretará qualquer ônus ou penalidade de qualquer natureza ao Fundo e não obstará a aplicação, nos termos do Contrato de Cessão, das penalidades previstas na Cláusula 10 do Contrato de Cessão cujos termos sobreviverão ao término do Contrato de Cessão; e (ii) não eximirá a Cedente do integral e pontual cumprimento (i) das obrigações assumidas nos termos do Contrato de Cessão, dos Termos de Cessão celebrados e que sejam exigíveis, assim como não prejudicará o direito do Fundo de exigir, por todos os meios estabelecidos nos referidos instrumentos contratuais, o cumprimento de tais obrigações; ou (ii) das obrigações decorrentes das Condições Resolutivas da Cessão referentes a Direitos Creditórios cedidos.

Índice de Cobertura

Conforme estabelecido no Regulamento, desde a 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, o Administrador verificará, em cada Data de Verificação do Índice de Cobertura, se a relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o valor total das Quotas Seniores se encontra em um nível não inferior a 102,041% (cento e dois inteiros e quarenta e um milésimos por cento). Para fins específicos do item 22 do Regulamento, no cálculo do Patrimônio Líquido do Fundo não será deduzida a provisão prevista no item 19.4 do Regulamento.

Caso, em qualquer Data de Verificação do Índice de Cobertura, o Fundo não atenda ao Índice de Cobertura, o Administrador deverá, em até 5 (cinco) dias úteis da data que tomar conhecimento do desenquadramento do Índice de Cobertura, (i) realizar a Amortização Extraordinária das Quotas, caso o Fundo esteja em um Período Restrito ou (ii) contratar instituição intermediária para realizar Oferta Restrita de Quotas Subordinadas do Fundo, caso não esteja em um Período Restrito, devendo observar o direito de preferência de subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas pelos Quotistas Subordinados. Os Quotistas Subordinados deverão, no âmbito da Oferta Restrita, em até 2 (dois) dias úteis da data de recebimento da notificação com relação ao exercício de seu respectivo direito de preferência, devolver ao Administrador correspondência indicando se exercerá seu direito de preferência e assim procederá à subscrição e integralização de Quotas Subordinadas proporcionalmente à sua participação, em moeda corrente nacional, para o reenquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura.

Caso um ou mais Quotistas Subordinados não exerçam seu direito de preferência, o Administrador contratará instituição intermediária que deverá oferecer as novas Quotas Subordinadas a outros Investidores Qualificados, observando as normas aplicáveis à Oferta Restrita, em especial o artigo 3º da Instrução CVM 476, sendo que, caso não ocorra subscrição e integralização suficiente de novas Quotas Subordinadas para atender ao Índice de Cobertura, em até 30 (trinta) dias contados da verificação inicial do não atendimento ao Índice de Cobertura pelo Fundo, o Administrador deverá proceder à Amortização Extraordinária, na forma no item 21 do Regulamento, de modo que o Fundo seja reenquadrado ao seu Índice de Cobertura.

A subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas será efetivada na forma indicada no item 22 do Regulamento e observará os procedimentos estabelecidos nos documentos relativos a respectiva Oferta Restrita de Quotas Subordinadas, de forma que considerada, *pro forma*, a integralização pretendida, o Fundo volte a atender ao Índice de Cobertura.

Caso, em qualquer Data de Verificação do Índice de Cobertura, o resultado da relação a que se refere o item 22.1 do Regulamento seja superior ao Índice de Cobertura, o Fundo deverá aplicar o valor correspondente ao Excesso de Cobertura para:

- I. adquirir Direitos Creditórios Elegíveis ou Ativos Financeiros, nos termos do item 6.1 do Regulamento; e
- II. desde que o Índice de Cobertura seja maior que 102,249% (cento e dois inteiros e duzentos e quarenta e nove milésimos por cento), e desde que solicitado por escrito por todos os Quotistas Subordinados, amortizar em até 2 (dois) Dias Úteis, as Quotas Subordinadas em montante tal que, após referida amortização, o Índice de Cobertura seja igual ou maior que 102,249% (cento e dois inteiros e duzentos e quarenta e nove milésimos por cento).

Reserva de Amortização e Resgate

O Administrador deverá constituir reserva monetária formada com moeda corrente nacional e/ou Ativos Financeiros de liquidez imediata, destinada ao pagamento da próxima Amortização Periódica das Quotas Seniores ou do resgate das Quotas Seniores, conforme o caso, de acordo com o cronograma abaixo:

- III. até 30 (trinta) Dias Úteis antes de cada Data de Amortização ou Datas de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 30% (trinta por cento) do valor estimado da respectiva Amortização Periódica ou resgate das Quotas Seniores; e
- IV. até 10 (dez) Dias Úteis antes de cada Data de Amortização e até 10 (dez) Dias Úteis antes das Datas de Resgate, conforme o caso, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado da respectiva Amortização Periódica ou resgate das Quotas Seniores

Na determinação dos montantes a serem segregados na Reserva de Amortização e Resgate, será sempre considerado o valor integral estimado da próxima Amortização Periódica na respectiva Data de Amortização, sendo o Fator *Spread* das Quotas Seniores aplicado, neste caso, sobre a Taxa DI Futura para o cálculo do rendimento projetado.

Observado o disposto no item 15 do Regulamento, as aplicações financeiras dos recursos segregados na Reserva de Amortização e Resgate deverão ser realizadas, preferencialmente, por períodos completos compreendidos entre a data em que os recursos transferidos à Reserva de Amortização e Resgate estiverem disponíveis para aplicação e, para fins de resgate da respectiva aplicação financeira, as Datas de Disponibilidade. Tais aplicações financeiras não poderão ter data de resgate posterior à Data de Disponibilidade (inclusive).

Verificação do saldo da Reserva de Amortização e Resgate

Se, em cada Data de Verificação de Amortização, a Reserva de Amortização e Resgate não atender ao disposto no item 15.6 do Regulamento, o Administrador deverá, a partir da respectiva Data de Verificação de Amortização, inclusive, (i) interromper a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, e (ii) destinar todas as Disponibilidades para recomposição da Reserva de Amortização e Resgate, até que esta atenda ao disposto no item 15.5 do Regulamento. Se, em cada Data de Verificação de Amortização, a Reserva de Amortização e Resgate atender ao disposto no item 15.6 do Regulamento, o valor excedente da Reserva de Amortização e Resgate será destinado à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.

Para verificação do saldo da Reserva de Amortização e Resgate, serão considerados (i) o saldo dos recursos financeiros ali segregados; e (ii) o valor de resgate dos investimentos realizados com tais recursos, líquido de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, sempre considerando as taxas e os critérios de remuneração dos respectivos investimentos. No caso de aplicações financeiras remuneradas a taxas pré-fixadas, será considerado o valor de resgate das respectivas aplicações, e no caso das aplicações financeiras remuneradas a taxas pós-fixadas, serão consideradas (i) a taxa de remuneração da respectiva aplicação no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Verificação de Amortização; e/ou (ii) a variação diária de quota de fundo de investimento, projetando-se as mesmas até a respectiva Data de Disponibilidade.

Ordem de Alocação de Recursos

Diariamente, a partir da 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores e até a liquidação do Fundo, o Administrador obriga-se a utilizar as Disponibilidades para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- I. pagamento dos Encargos do Fundo;
- II. formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- III. devolução aos titulares de Quotas Seniores de série específica dos valores aportados ao Fundo nos termos do item 24 do Regulamento, por meio do resgate ou amortização de Quotas Seniores, na proporção de suas respectivas contribuições;
- IV. constituição da Reserva de Amortização e Resgate referente às Quotas Seniores, observado o disposto no item 15 do Regulamento;
- V. pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- VI. pagamento do Preço de Aquisição;
- VII. formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- VIII. pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

Taxa de Administração e Encargos do Fundo

A parcela da Taxa de Administração prevista no item 12.1 (B) do Regulamento, será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º (quinto) Dia Útil do mês calendário subsequente ao dos serviços prestados. O primeiro pagamento desta parcela da Taxa de Administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente à primeira subscrição de Quotas, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a data da primeira subscrição de Quotas e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Administração.

Todos os valores em reais serão corrigidos anualmente, sempre no mês de janeiro, pela variação do IPC - FIPE (Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) do ano anterior, ou na sua falta, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou, na falta de ambos, do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna), publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Não será cobrada taxa de performance.

Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração, as seguintes despesas:

- I. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- II. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;

- III. despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- IV. honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria, encarregada da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- V. emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo;
- VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- VII. quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- VIII. taxas de custódia de ativos do Fundo;
- IX. contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
- X. despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas na forma do item 26.9 do Regulamento; e
- XI. honorários e despesas devidos à Agência de Classificação de Risco.

Quaisquer despesas não previstas neste item como Encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços por este contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração fixada no item 12.1 do Regulamento.

Sem prejuízo das responsabilidades do Administrador e do Diretor Designado, poderão ser constituídos conselhos consultivos, por iniciativa dos Quotistas ou do próprio Administrador, observado que tais órgãos não poderão ser remunerados.

Eventos de Avaliação

Conforme item 20.1 do Regulamento, são considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

- I. descumprimento, pelas Cedentes, de qualquer das declarações, das obrigações de fazer e/ou não fazer no Contrato de Cessão que não seja um Evento de Resilição e que, a critério do Fundo, possa comprometer (a) a aquisição sucessiva dos Direitos Creditórios Elegíveis; e/ou (b) a capacidade do Fundo de cumprir com seus pagamentos e demais compromissos perante os Quotistas, desde que, no caso específico de descumprimento não voluntário das Cedentes, as Cedentes tenham sido notificadas para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do recebimento da referida notificação;
- II. modificações estatutárias que alterem o objeto social preponderante das Cedentes e que venham a impactar de maneira adversa e relevante ou impedir as obrigações das Cedentes decorrentes do Contrato de Cessão;
- III. caso ocorra quaisquer dos Eventos de Revisão, nos termos do Contrato de Cessão;
- IV. hipótese de rescisão ou resilição, conforme o caso, do Contrato de Custódia;
- V. salvo o disposto no Regulamento, caso o Fundo deixe de estar enquadrado na Alocação Mínima por período igual ou superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos;
- VI. na ocorrência de rebaixamento em 2 (dois) níveis da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída às Quotas Seniores, de acordo com os critérios de classificação adotados pela Agência de Classificação de Risco;

- VII. criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que, a critério do Administrador, afetem negativamente e de forma relevante o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente os Quotistas;
- VIII. ocorrência de graves alterações nas condições econômicas e financeiras do País ou o início de vigência ou alteração de normas legais e/ou regulamentares, em especial as de natureza fiscal e relativas ao funcionamento do mercado financeiro, que, a critério do Administrador, possam onerar excessivamente, dificultar ou prejudicar de forma relevante o curso normal das aquisições de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo e o cumprimento das obrigações do Administrador perante os Quotistas nos termos do Regulamento ou do Fundo nos termos do Contrato de Cessão;
- IX. caso a Cedente não altere, por 2 (duas) vezes consecutivas, a Taxa de Longo Prazo informada trimestralmente pelo Administrador, na forma da Cláusula 6.3 do Contrato de Cessão;
- X. dissolução e/ou liquidação de uma Cedente, exceção feita aos casos onde a entidade sucessora de tal Cedente permaneça sob o mesmo controle efetivo da Cedente dissolvida e/ou liquidada;
- XI. inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificada pelo Custodiante, desde que, notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- XII. inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento e no Contrato de Custódia, que não seja um Evento de Liquidação, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do prazo do recebimento da referida notificação;
- XIII. não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento da Reserva de Amortização e Resgate, em 2 (duas) Datas de Verificação de Amortização consecutivas ou em 3 (três) Datas de Verificação de Amortização alternadas durante o prazo de duração de cada série de Quotas Seniores do Fundo;
- XIV. não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento do Índice de Liquidez, em 2 (duas) Datas de Verificação do Índice de Liquidez consecutivas ou em 3 (três) Datas de Verificação do Índice de Liquidez alternadas durante o último período de 12 (doze) meses;
- XV. não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento ao Índice de Cobertura, em 2 (duas) Datas de Verificação do Índice de Cobertura consecutivas ou em 3 (três) Datas de Verificação do Índice de Cobertura alternadas durante o último período de 12 (doze) meses;
- XVI. caso a Taxa DI seja igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- XVII. amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- XVIII. não realização da Amortização Extraordinária das Quotas Seniores, nos termos previstos no item 21 do Regulamento;
- XIX. a realização de 3 (três) Amortizações Extraordinárias de Quotas Seniores, nos termos previstos no item 21 do Regulamento, para recomposição do Índice de Cobertura durante qualquer período de 12 meses consecutivos;
- XX. caso o Administrador identifique no resultado das verificações de lastro realizadas pelo Custodiante, trimestralmente junto às Cedentes, que 5% (cinco por cento) ou mais dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo não estejam em conformidade com os parâmetros descritos no Anexo VI do Regulamento;
- XXI. não pagamento, em até 2 (dois) Dias Úteis contados das Datas de Amortização e/ou das Datas de Resgate, do valor da Amortização Periódica e/ou do valor de resgate das Quotas Seniores;

- XXII. não pagamento por qualquer Cliente ou pela Braskem como fiadora, conforme o caso, de qualquer Direito Creditório que tenha sido cedido ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão, caso tal inadimplemento por falta de pagamento não seja sanado no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de vencimento do título de crédito representativo de tal Direito Creditório;
- XXIII. protesto legítimo de títulos contra a Braskem, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos), ou o equivalente em reais ou outras moedas, salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Administrador que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo; ou
- XXIV. não pagamento, pela Braskem, de qualquer Dívida cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos), ou o equivalente em reais ou outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de vencimento de tal Dívida, antecipada ou prevista no respectivo contrato (incluindo, se aplicável, o eventual prazo de cura previsto no respectivo contrato) ressalvado que não será considerada vencida qualquer Dívida que seja objeto de contestação legítima e de boa-fé por parte do Cliente, conforme o caso.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador comunicará os Quotistas acerca do fato, nos termos do item 29.1 do Regulamento, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso, conforme o caso.

O Administrador convocará, em até 3 (três) Dias Úteis contados do dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo. Neste caso, o Administrador, se necessário, promoverá os ajustes no Regulamento aprovados pelos referidos Quotistas na Assembleia Geral. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos nos itens 20.2.1, 20.2.2 e 20.2.3 do Regulamento.

Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no item 20.1.2 do Regulamento, referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação antecipada do Fundo.

Eventos de Liquidação

Conforme disposto no 20.2 do Regulamento, são considerados Eventos de Liquidação do Fundo, para efeitos do artigo 24 da Instrução CVM 356, quaisquer das seguintes ocorrências:

- I. decretação de falência de uma Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela respectiva Cedente;
- II. decretação de falência de um Cliente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pelo respectivo Cliente;
- III. cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo até a data de liquidação do Fundo, por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com o procedimento estabelecido no Regulamento;
- IV. caso não seja determinado pelos titulares das Quotas Seniores, e devidamente aprovado pelos titulares das Quotas Subordinadas, novo(s) parâmetro(s) de apuração do valor das Quotas Seniores, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI, na Assembleia Geral a ser realizada conforme previsto no item 14.3.2 do Regulamento;

- V. caso não haja recursos suficientes para adotar os procedimentos de cobrança nos termos do item 24.2.1 do Regulamento;
- VI. resilição do Contrato de Cessão, nos termos de referido instrumento;
- VII. caso os titulares das Quotas Seniores venham a deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação nos termos do item 20.1.2 do Regulamento;
- VIII. caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do item 4.1.4 do Regulamento; ou
- IX. ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição do Contrato de Cessão.

Procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo

De acordo com o item 20.2.1 do Regulamento, na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso, conforme o caso; (ii) notificar os Quotistas, observado o disposto no item 28.1 do Regulamento; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, definidos nos itens 20.2.2 e seguintes do Regulamento.

Na ocorrência da hipótese prevista no item 20.2.1 do Regulamento, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem acerca da interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo e, se a interrupção da liquidação do Fundo não for aprovado, os Quotistas deverão deliberar sobre os procedimentos que serão adotados na liquidação do Fundo, de modo a preservar seus direitos, interesses e prerrogativas. A deliberação da interrupção dos procedimentos de liquidação deverá observar o quorum estabelecido no item 26.4.1 do Regulamento. É assegurado aos titulares de Quotas Seniores, no caso de decisão pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos titulares de Quotas Seniores dissidentes, pelo seu respectivo valor, calculado de acordo com o item 14.3 do Regulamento.

Observada a ordem de alocação dos recursos definida no item 23 do Regulamento e a deliberação de não interrupção da liquidação do Fundo pelos Quotistas na Assembleia Geral referida no item 20.2.2 do Regulamento, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo (i) resiliará o Contrato de Cessão; e (ii) procederá ao resgate antecipado, total ou parcial, das Quotas Seniores, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, sendo que, quando os recursos depositados na Conta Corrente Autorizada do Fundo forem equivalentes ao menor valor entre (a) o valor de resgate das Quotas Seniores e (b) R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), o Administrador debitará a Conta Corrente Autorizada do Fundo.

Os procedimentos descritos no item 20.2 do Regulamento somente poderão ser interrompidos (i) após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas, ou (ii) mediante a deliberação de Quotistas em Assembleia Geral, nos termos do item 20.2.3 do Regulamento.

Dação em Pagamento dos Direitos Creditórios

Conforme item 20.3.1 do Regulamento, caso, 60 (sessenta) dias após a última data de vencimento de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no item 20.2.2 do Regulamento, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas, o Administrador realizará o resgate do saldo das Quotas mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou co-obrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação. No caso de dação em pagamento de Direitos Creditórios, tal operação se dará fora do ambiente da CETIP.

Para fins do disposto no item 20.3.1 do Regulamento, os Direitos Creditórios dados em pagamento aos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas constituirão um condomínio, cujas frações ideais de cada titular de Quotas serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas detidas por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Quotas. O Administrador deverá notificar os Quotistas, na forma do item 28.1 do Regulamento, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil; e (ii) informar a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Quotas fizer jus.

Caso os titulares das Quotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Quotas Seniores em circulação.

Custos Referentes à Cobrança dos Ativos do Fundo

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e/ou dos Ativos Financeiros, nos termos do inciso VI do item 12.3 do Regulamento, serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, observado o disposto no item 24.2 do Regulamento não estando as Cedentes, o Administrador ou o Custodiante de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. As Cedentes, o Administrador e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou das Cedentes, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no item 24.1 do Regulamento.

Caso o Fundo não apresente Patrimônio Líquido com liquidez suficiente para suportar os custos referentes aos procedimentos para a salvaguarda dos direitos do Fundo, os Quotistas aportarão tais recursos diretamente no Fundo, por meio da subscrição e integralização de Quotas Seniores de série específica, considerando o valor da participação de cada Quotista no Fundo. Os recursos aportados ao Fundo nos termos acima serão reembolsados por meio do resgate ou amortização das Quotas Seniores então integralizadas, de acordo com os procedimentos previstos no Regulamento e observado o disposto no item 23 do Regulamento.

Fica, desde já, estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do aporte de recursos a que se refere o item 24.2 do Regulamento, caso necessário; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo, direto ou indireto, sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma do item 24 do Regulamento.

Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do item 24.2 do Regulamento deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo

Conforme disposto no item 28 do Regulamento, o Patrimônio Líquido do Fundo corresponde à soma algébrica dos valores correspondentes aos ativos integrantes da carteira do Fundo, aos valores disponíveis em moeda corrente nacional e os valores a receber, menos as exigibilidades referentes às despesas do Fundo e provisões.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, mediante a utilização dos seguintes critérios: (i) os Ativos Financeiros serão precificados pelo seu valor de mercado, de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), e de acordo com o Manual de Precificação de Ativos do Custodiante disponibilizado no *website* www.itaucustodia.com.br; e (ii) enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios, estes serão contabilizados e registrados, todo Dia Útil, com base em seu custo de aquisição, com apropriação *pro rata die* de seus respectivos rendimentos pelo prazo a decorrer até o seu vencimento.

Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo serão reconhecidos em razão do recebimento de seu valor pelo Fundo, computando-se a valorização e eventuais amortizações em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

O Custodiante constituirá, de acordo com orientação do Administrador, provisão para os Direitos Creditórios de acordo com o disposto na regulamentação vigente.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito adquiridos.

O Fundo terá escrituração contábil própria.

Crítérios de divulgação de informações aos Quotistas

A convocação de Assembleia Geral, bem como quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio de publicação de anúncio, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente, conforme disposto no item 29 do Regulamento.

As publicações referidas acima deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador e das instituições que distribuírem Quotas.

Qualquer mudança no periódico referido acima deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral.

No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, deverão ser colocadas à disposição dos Quotistas, na sede e agências do Administrador, informações sobre: (i) o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e (iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios do Fundo e dos Ativos Financeiros, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Atendimento aos Quotistas

Para o esclarecimento de dúvidas ou envio de reclamações e sugestões relacionadas ao Fundo e/ou ao Regulamento, recomenda-se que os Quotistas contatem o seu distribuidor de valores mobiliários. Se necessário, os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador, por meio do telefone (11) 5029-1456, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 9 às 18 horas, ou utilizar o "Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) Itaú", por meio do telefone 0800 728 0728, o qual estará disponível em Dias Úteis durante 24 horas. Se o Quotista, após a utilização dos canais acima relacionados, desejar a reavaliação da solução apresentada para o seu problema, ele deverá recorrer à "Ouvidoria Corporativa Itaú", por meio do telefone 0800 570 0011, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 9 às 18 horas, ou também mediante o envio de correspondência ao Administrador, na Caixa Postal n.º 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala poderão contatar o Administrador por meio do telefone 0800 722 1722, em serviço que estará disponível todos os Dias Úteis, das 9 às 18 horas.

Assembleia Geral

As regras das assembleias gerais do Fundo estão contidas no item 26 do Regulamento, quais sejam:

Sem prejuízo das demais competências previstas no Regulamento, à Assembleia Geral compete privativamente: (i) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador; (ii) alterar o Regulamento; (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador e/ou do Custodiante e/ou da Agência de Classificação de Risco; (iv) deliberar sobre a elevação da taxa de administração, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução; (v) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração; (vi) deliberar sobre os procedimentos a serem adotados para resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios; (vii) aprovar a assinatura de qualquer aditamento ao Contrato de Cessão, exceto no caso de aditamento para inclusão de Nova Cedente e Novo Cliente e no caso de alterações permitidas nos termos da Cláusula 16.7 do Contrato de Cessão; (viii) resolver se um Evento de Avaliação deve ser considerado um Evento de Liquidação, observado o disposto no Regulamento; e (ix) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Quotistas, nos termos do item 26.9 do Regulamento.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorra exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes ou entidades de mercado de balcão organizado em que as Quotas do Fundo sejam admitidas à negociação, bem como de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros

utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contado da divulgação do fato aos Quotistas.

Convocação

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, no mínimo, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou correio eletrônico enviados aos representantes dos Quotistas indicados na forma do item 14.2.1 do Regulamento, e, a critério do Administrador, por meio de aviso publicado no periódico mencionado no item 28.1 do Regulamento (atualmente, o jornal "Valor Econômico"), dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pelo Administrador ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Instalação e Local

A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Quorum de deliberação

A presidência da Assembleia Geral caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente, (i) ao Administrador; ou (ii) ao Quotista eleito pelos titulares das Quotas Seniores presentes.

Sem prejuízo do disposto no item 26.2.5 do Regulamento, o Administrador e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante do Administrador deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede do Administrador no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

Ressalvado o disposto no item 26.4.1 e sem prejuízo do disposto no item 26.5 do Regulamento, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pela maioria dos votos dos titulares das Quotas presentes à Assembleia Geral.

Independentemente do disposto no item 26.5 do Regulamento, as seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão de votos favoráveis de Quotistas que representem, em primeira convocação, a maioria das Quotas em circulação e, em segunda convocação, a maioria das Quotas presentes:

- I. aprovação da substituição do Administrador;
- II. aprovação de alteração ao item 12 (Taxa de Administração e Encargos do Fundo) do Regulamento; e
- III. aprovação de incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo.

Para efeito da constituição de qualquer quórum de deliberação da Assembleia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores de titularidade das Cedentes e/ou de suas respectivas Partes Relacionadas, assim como de agentes ou representantes de quaisquer dessas pessoas, caso as Cedentes, os Clientes e/ou suas respectivas Partes Relacionadas venham a ser titulares de Quotas Seniores.

Sem prejuízo da aprovação mencionada no item 26.4 do Regulamento e do quorum ali estabelecido, as seguintes deliberações dependerão ainda da aprovação da maioria dos titulares das Quotas Subordinadas em circulação, constituindo, assim, direito de veto dos titulares das Quotas Subordinadas em deliberações tomadas com relação

às seguintes matérias: (a) a extinção da Taxa DI, conforme previsto no item 14.3.2 do Regulamento, (b) o aumento na remuneração das Quotas Seniores, (c) alteração dos Eventos de Avaliação; (d) alteração dos Eventos de Liquidação; (e) alteração do item 8 (Critérios de Elegibilidade) do Regulamento; e/ou (f) alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observado cada quórum estabelecido no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.

Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse.

Ao tratar dos quoruns aplicáveis para a aprovação de matérias pela Assembleia Geral, as referências a itens do Regulamento e cláusulas do Contrato de Cessão estão acompanhadas de textos explicativos inseridos entre parênteses, os quais possuem finalidade meramente elucidativa. Havendo conflito entre tais textos explicativos e as referências a itens do Regulamento e cláusulas do Contrato de Cessão, deverão prevalecer as referências a tais cláusulas.

A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas do Fundo, observado, entretanto, que somente pode exercer as funções de representante de Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos: (i) ser Quotista do Fundo ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas do Fundo; (ii) não exercer cargo ou função no Administrador, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e (iii) não exercer cargo nas Cedentes.

As Quotas

Encontra-se nesta seção uma descrição não exaustiva das principais características das Quotas. Os potenciais investidores devem consultar as demais Seções deste Prospecto e o Regulamento antes de decidir por aplicar recursos no Fundo ou adquirir Quotas.

Características das Quotas Seniores

Dentre outras previstas no Capítulo 13 do Regulamento, as Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento;
- Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00;
- seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, de acordo com os critérios definidos no Regulamento;
- direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, observadas as disposições do Regulamento, sendo que a cada Quota Senior corresponderá 1 voto; e
- o valor mínimo da primeira aplicação de cada Quotista Senior no Fundo será de R\$25.000,00.

Características das Quotas Subordinadas

Dentre outras previstas no Capítulo 13 do Regulamento, as Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- subordinam-se às Quotas Seniores, para efeito de amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento;
- somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, nos termos do Regulamento e/ou no término do Prazo de Duração;
- um Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00;
- seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Regulamento;
- direito de votar nas Assembleias Gerais, observadas as disposições do Regulamento, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 voto; e
- ressalvada a preferência das Quotas Seniores, é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas.

Emissão e integralização das Quotas

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma prevista no Regulamento, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Quota na respectiva Data de Emissão), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN exclusivamente na Conta-Corrente Autorizada do Fundo indicada pelo Administrador, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Amortização e Resgate das Quotas

As Quotas Seniores serão resgatadas integralmente pelo Fundo na Datas de Resgate indicada no Suplemento. A Amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas seguirá o cronograma definidos na seção "Amortização e Resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas" na página 23 deste Prospecto e no respectivo Suplemento.

Amortização Extraordinária

O Administrador, a seu exclusivo critério e sem que haja qualquer imputação de qualquer multa, compensatória ou punitiva, poderá proceder à amortização antecipada, integral ou parcial, das Quotas Seniores em circulação, exclusivamente para fins de enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura e/ou à Alocação Mínima, observado o disposto no item 22 do Regulamento, ou para os fins do disposto no item 31.1 do Regulamento, respectivamente. O Administrador informará imediatamente aos titulares das Quotas Seniores, por meio de comunicação aos seus representantes indicados na forma do item 14.2.1 do Regulamento, da realização da Amortização Extraordinária, o valor total da Amortização Extraordinária e o valor da Amortização Extraordinária relativa às Quotas Seniores de titularidade do respectivo Quotista, conforme o caso.

A Amortização Extraordinária das Quotas Seniores será realizada impreterivelmente a partir do 5º (quinto) Dia Útil contado do encaminhamento do Aviso de Amortização Extraordinária.

A Amortização Extraordinária beneficiará todos os titulares de Quotas Seniores sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação.

Na hipótese prevista no item 21.1 do Regulamento, a Amortização Extraordinária será feita, prioritariamente, sobre o valor nominal da respectiva Quota.

Negociação das Quotas

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão registradas para distribuição no MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão registradas para negociação no mercado secundário no SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas.

Na hipótese de negociação de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas em entidade integrante do mercado secundário, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo quotista observará os procedimentos estabelecidos pela respectiva entidade de mercado de balcão organizado em que as Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas estejam admitidas à negociação, observando-se que o intermediário deverá verificar a condição de Investidor Qualificado do novo quotista.

Adicionalmente, as Quotas Subordinadas eventualmente objeto de Oferta Restrita somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva data de subscrição, nos termos da Instrução CVM 476.

Tributação

O disposto nesta seção foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo informar genericamente o tratamento fiscal aplicável aos Quotistas e ao Fundo, sem envolver a análise das situações tributárias específicas que podem alcançar os Quotistas, motivo pelo qual os Quotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável aos investimentos realizados no Fundo.

Tributação aplicável aos Quotistas

IOF/Títulos

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate das Quotas do Fundo ocorrido em prazo igual ou inferior a 30 (trinta) dias, limitado ao rendimento da operação, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo tal limite igual a 0% do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

IOF/Câmbio

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38%. Contudo, os

Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil estão sujeitos ao IOF/Câmbio de acordo com as seguintes alíquotas:

- (i) 6% nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no País, realizados por investidores estrangeiros, para aplicações nas Quotas do Fundo; e
- (ii) 0% nas liquidações de operações de câmbio para fins de retorno dos recursos aplicados por investidor estrangeiro nas operações de que trata o inciso (i) acima.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25%, relativamente a operações ocorridas após tal aumento.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base a residência dos Quotistas do Fundo (a) no Brasil; e (b) no exterior; e 3 eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimentos ou ganhos e a sua consequente tributação: (i) resgate/liquidação de Quotas do Fundo; (ii) cessão ou alienação de Quotas do Fundo; e (iii) amortização das Quotas do Fundo:

Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

- (i) Resgate das Quotas do Fundo: na situação de resgate/liquidação de Quotas do Fundo, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas do Fundo, sendo tributado na fonte conforme a seguir descrito:

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, ou seja, detenha títulos com prazo médio superior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados segundo as seguintes alíquotas regressivas: (a) 22,50%, para aplicações com prazo de até 180 dias, (b) 20%, para aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias, (c) 17,50%, em aplicações com prazo de 361 até 720 dias, e (d) 15%, para aplicações com prazo acima de 720 dias.

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, ou seja, detenha títulos com prazo médio igual ou inferior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados segundo as seguintes alíquotas regressivas: (a) 22,50%, para aplicações com prazo de até 180 dias, e (b) 20%, para aplicações com prazo acima de 180 dias.

A carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância do disposto na legislação pertinente.

- (ii) Cessão ou alienação das Quotas do Fundo: os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas do Fundo devem ser tributados à alíquota de 15%, a depender da forma como for conduzida a operação. Adicionalmente, para as operações realizadas em bolsa de valores, mercadorias e futuro e assemelhadas, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, há a incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 0,005%; e
- (iii) Amortização das Quotas do Fundo: no caso de amortização de Quotas do Fundo, o imposto deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira do Fundo, às alíquotas regressivas aplicáveis à hipótese de resgate/liquidação das Quotas do Fundo, definidas em função do prazo do investimento do respectivo Quotista do Fundo, descritas no item (i) acima.

Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, que ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade do investimento ("Paraíso Fiscal").

Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

- Resgate de Quotas: O rendimento auferido no resgate de Quotas será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda à alíquota de 15%.
- Cessão ou alienação de Quotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15%, a depender da forma como for conduzida a operação.
- Amortização de Quotas: No caso de amortização de Quotas, o Imposto de Renda incidirá sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota de 15% na modalidade fonte.

Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil nas operações de amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 22,50% em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25%, em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

Tributação aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

Sumário dos Principais Contratos Firmados pelo Fundo

Abaixo segue uma descrição dos principais contratos firmados pelo Fundo com as Cedentes, conforme o caso, e os prestadores de serviços abaixo descritos.

Contrato de Cessão

O principal contrato firmado pelo Fundo é o Contrato de Cessão, por meio do qual a Cedente prometeu, em caráter irrevogável e irretratável, ceder os Direitos Creditórios ao Fundo, que se comprometeu a adquiri-los de acordo com os termos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento. Para tanto, a Cedente se obrigará, em caráter irrevogável e irretratável, a oferecer, contínua e prioritariamente ao Fundo, Direitos Creditórios em quantidade que, observado o disposto no Regulamento, permita o enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura e à Alocação Mínima.

De acordo com o Contrato de Cessão não existe a possibilidade de substituição, acréscimo ou remoção de quaisquer Direitos Creditórios Cedidos.

Para maiores informações, ver seção "A Estrutura da Operação - Critérios e Características da Cessão dos Direitos Creditórios", na página 48 deste Prospecto.

Contrato de Distribuição

Por meio do Contrato de Distribuição, o Administrador contratou os Coordenadores para a prestação dos serviços de distribuição pública das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas. Para maiores informações *vide* seção "Procedimentos de Distribuição das Quotas", na página 31 deste Prospecto.

Contrato de Custódia

O Administrador contratou o Custodiante para a prestação dos serviços de custódia e controladoria relativo aos direitos creditórios, títulos, valores mobiliários e modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356. Nos termos do Regulamento, o Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- I. zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar todos os procedimentos e rotinas definidos no Regulamento, no Contrato de Custódia e no Contrato de Cessão, que sejam de sua responsabilidade;
- II. fazer a guarda, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal;
- III. sistematizar e organizar, em ordem cronológica, os relatórios da base de dados do Fundo;
- IV. receber e realizar a Cobrança Bancária, por si ou terceiros contratados para este fim, dos valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- V. efetuar a liquidação financeira Direitos Creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e Documentos Comprobatórios da operação;
- VI. cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósito dos mesmo;
- VII. Colocar à disposição do Administrador, diariamente, a carteira de investimentos do Fundo atualizada, discriminando o valor atualizado e composição da carteira do Fundo, contendo quantidade, espécie e cotação dos ativos, valores a pagar, a receber e total de cada aplicação;
- VIII. efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, de acordo com as instruções do Administrador, nos termos da legislação aplicável;
- IX. verificar o atendimento dos Direitos Creditórios a serem ofertados pelas Cedentes ao Fundo aos Critérios de Elegibilidade a cada cessão, com base em arquivos eletrônicos enviados pelas Cedentes;

- X. informar à Agência de Classificação de Risco, tão logo chegue ao seu conhecimento, a ocorrência (i) de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação e (ii) o descumprimento, pelo Administrador, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos no Regulamento, no Contrato de Cessão ou no Contrato de Custódia;
- XI. notificar o Administrador, tão logo chegue ao seu conhecimento, a respeito de qualquer descumprimento, por qualquer Cedente, de suas respectivas obrigações originárias do Contrato de Cessão; e
- XII. fazer a verificação periódica, no mínimo trimestral, dos Documentos Comprobatórios de acordo com o disposto no Contrato de Cessão.

Nos termos do do Regulamento, o Custodiante é responsável pelo recebimento e a análise da documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios. O Custodiante ou terceiro por ele contratado realizará a verificação dos Documentos Comprobatórios que lastreiam os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, de acordo com a regulamentação em vigor e com o disposto no Regulamento e no Contrato de Custódia. O Custodiante realizará a verificação da existência e formalização dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios do Fundo, trimestralmente e após as cessões dos Direitos Creditórios para o Fundo, observando-se as informações discriminadas a seguir em relação às informações dos Direitos Creditórios do Fundo e às informações constantes nos Documentos Comprobatórios: (a) Nota Fiscal Fatura legível, sem rasuras e com campos preenchidos; (b) número da Nota Fiscal Fatura; (c) número do CNPJ do comprador na Nota Fiscal Fatura; (d) nome do sacado na Nota Fiscal Fatura; (e) a Data de Vencimento na Nota Fiscal Fatura; (f) Valor da Nota Fiscal Fatura; e (g) o canhoto de recebimento está assinado e datado em dia igual ou posterior a Nota Fiscal Fatura.

A verificação dos Documentos Comprobatórios que lastreiam os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo será realizada pelo Custodiante, individualmente e pela sua totalidade.

Para informações sobre os mecanismos de substituição do Custodiante, bem como sobre os procedimentos que devem ser adotados em caso de renúncia, *vide* seção "Custodiante – Substituição ou Renúncia do Custodiante" na página 77 deste Prospecto.

Gestão da Carteira do Fundo

Sem prejuízo da responsabilidade do Administrador e do Diretor Designado, o Administrador contratou o Gestor para a prestação dos serviços de gestão da carteira do Fundo, cuja remuneração compõe a taxa de administração.

Para informações sobre os mecanismos de substituição do Gestor, *vide* seção "Administrador – Substituição ou Renúncia" na página 75 deste Prospecto.

Agência de Classificação de Risco

As Quotas têm sua classificação de risco atribuída pela Standard & Poor's, a Agência de Classificação de Risco especializada contratada pelo Fundo. A classificação de risco das Quotas será revisada trimestralmente e divulgada aos Quotistas na forma prevista no Regulamento.

Substituição da Agência de Classificação de Risco

A substituição da Agência de Classificação de Risco por iniciativa do Fundo, nos termos do Regulamento, depende de aprovação da Assembleia Geral, sendo para tanto necessário o voto favorável de mais da metade das Quotas Seniores presentes à Assembleia Geral.

Empresa de Auditoria

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, e da análise da atuação do Administrador.

Substituição da Empresa de Auditoria

Nos termos da Instrução CVM 356, a Empresa de Auditoria foi contratada pelo Administrador e, portanto, sua substituição poderá ser determinada pelo Administrador independentemente de realização de Assembleia Geral.

Destinação dos Recursos

Os recursos provenientes da emissão das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas serão primordialmente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo estabelecida no Regulamento e, obrigatoriamente, a seguinte ordem de preferência de alocação de recursos, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a liquidação:

- pagamento dos Encargos do Fundo;
- formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- devolução aos titulares de Quotas Seniores de série específica dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Regulamento, por meio do resgate ou amortização de Quotas Seniores, na proporção de suas respectivas contribuições;
- constituição da Reserva de Amortização e Resgate referente às Quotas Seniores, observado o disposto no Regulamento;
- pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- pagamento do Preço de Aquisição;
- formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

Administrador

O Fundo será administrado e a carteira gerida pela INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 2009.

O Administrador é controlado diretamente pelo Itaú Unibanco, que detém 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos percentuais) das quotas representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos na administração de fundos de investimento no País.

O Administrador oferece serviços de administração fiduciária visando a atender às necessidades de controle e acompanhamento da gestão própria ou terceirizada de seus clientes. Estes serviços compreendem a administração legal de fundos de investimento, incluindo as atividades de supervisão, monitoramento, compliance e controle da adequação dos investimentos e aplicações aos limites estabelecidos na legislação aplicável e normas e diretrizes fixadas na política de investimento.

O Administrador exerce suas atividades buscando sempre as melhores condições para os fundos de investimentos, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade em relação aos interesses do cliente, evitando práticas que possam ferir a relação fiduciária com ele mantida.

Em fevereiro de 2011, atuando exclusivamente na atividade de administração fiduciária de fundos de investimento em direitos creditórios, o Administrador atingiu o volume de R\$4,1 bilhões de ativos sob sua supervisão (*under servicing*).

Observadas as limitações estabelecidas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares vigentes, o Administrador tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos outros ativos que integrem a carteira do Fundo.

Pelos serviços de administração do Fundo e gestão da carteira, o Administrador receberá a Taxa de Administração, calculada nos termos do Regulamento e do item "

Remuneração do Administrador, do Custodiante", na página 27 deste Prospecto.

Gerenciamento de Riscos

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na seção "Fatores de Risco" na página 35 deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* completamente separada da área de gestão. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando estabelecer o nível máximo de exposição a risco. A utilização dos mecanismos de controle de riscos descritos neste Prospecto não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que o Administrador mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

Substituição ou Renúncia

O Administrador, por meio de publicação no periódico utilizado para divulgar informações do Fundo, sempre com aviso prévio de 30 (trinta) dias, poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Regulamento.

Na hipótese do Administrador renunciar às suas funções e a Assembleia Geral mencionada no parágrafo acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir o Administrador ou (ii) não obtiver quorum suficiente para deliberar sobre a substituição do Administrador ou a liquidação do Fundo, o Administrador procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias a contar da data da referida Assembleia Geral.

O Administrador poderá ser destituída de suas funções, a qualquer momento e independentemente de qualquer notificação prévia, na hipótese de descredenciamento por parte da CVM e/ou por vontade única e exclusiva dos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação estabelecido no Regulamento.

Política de Exercício de Direito de Voto

No intuito de defender os interesses do Fundo e dos cotistas, o Administrador, também responsável por gerir a carteira do Fundo, adota política de exercício de direito de voto em assembleias gerais de fundos de investimento e, conforme o caso, de detentores de outros Ativos Financeiros em que o Fundo invista ("Política"), disponível na sede do Administrador e registrada na ANBIMA.

A Política disciplina os princípios gerais, o processo decisório, as matérias obrigatórias e orienta as decisões do Administrador, na qualidade de gestora do Fundo.

A Política se encontra, na íntegra, no seguinte endereço eletrônico www.intrag.com.br.

Custodiante

O Fundo contratou o Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Itáúsa, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, para prestar os serviços de custódia qualificada e controladoria ao Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Custódia.

O Custodiante presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 (trinta) anos, tem profundo conhecimento do mercado financeiro local, ampla gama de clientes e grande capilaridade, o que potencializa sua capacidade de atuação como Custodiante do Fundo. Atua, de modo competitivo e independente, em todos os segmentos do mercado financeiro, oferecendo um leque completo de soluções, serviços, produtos e consultoria especializada. Na data deste Prospecto, os clientes do Custodiante contavam com mais de 3.900 (três mil e novecentos) pontos de atendimento e 32.700 (trinta e dois mil e setecentos) caixas eletrônicos em todo o Brasil.

Pioneiro no desenvolvimento de produtos e serviços para o mercado de capitais, com uma estrutura totalmente dedicada e capacitada para prover serviços de alta qualidade e grande número de serviços agregados, o Custodiante atua há mais de 10 (dez) anos na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos e clubes de investimento e carteiras administradas. O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais. A estratégia de investir constantemente na qualificação das equipes, excelência dos serviços, tecnologia e soluções inovadoras levou o Custodiante a conquistar o prêmio de único custodiante local "Top Rated" no Brasil e "Best in Class" em 9 (nove) das 10 (dez) categorias analisadas pela pesquisa, segundo a revista Global Custodian (Edição Winter 2009, 2009 Agent Banks in Emerging Markets Survey / Melhor Prestador de Serviços de Custódia Local do Mercado Brasileiro).

O Custodiante obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de: (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos offshore. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a: (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

Tecnologia e sistemas

O Custodiante possui uma estrutura tecnológica que (a) reduz consideravelmente seus custos administrativos, técnicos e operacionais na condução de suas atividades, e (b) ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação. O Centro Técnico e Operacional do Itaú Unibanco, que dá suporte à Diretoria de Soluções para o Mercado de Capitais, mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os sistemas relativos à prestação de serviços para o mercado de capitais.

Os aplicativos de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) contam com estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços a terceiros não acessam informações referentes aos fundos de investimento e carteiras de investimento sob a responsabilidade do Custodiante, suas partes relacionadas e/ou vice-versa. Além disso, os aplicativos de uso mais específico normalmente utilizam uma estrutura de servidores de banco de dados independentes.

Sistemas de back-up

O Custodiante utiliza-se de recursos de *back-up* baseados em softwares empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes. Nos ambientes críticos existe estrutura de *disaster recovery on-line*, utilizando duplicidade de *hardware* e *software* e replicação online de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de *hardware* e *software* dedicados para uma situação emergencial. Tanto a estrutura de *back-up* como a de *disaster recovery* estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência. O plano de *disaster recovery* consiste em servidores replicados que ficam em

ambiente fisicamente distante do *site* normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos em situações limite.

Políticas de compliance e controles internos

A "Área de Mercado de Capitais" do Custodiante possui uma superintendência de *compliance* própria para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas, bem como para o acompanhamento da regulamentação aplicável.

Os processos de custódia e controladoria de fundos de investimento foram recentemente re-certificados pela norma ISO 9000. Os processos de gestão contínua e revisão de procedimentos e respectivos manuais são realizados regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral pelo Custodiante.

Substituição ou Renúncia do Custodiante

O Custodiante poderá ser substituído de suas funções, a qualquer tempo, mediante deliberação da Assembleia Geral.

Sem prejuízo do disposto no Regulamento, no Contrato de Cessão, no Contrato de Custódia, neste Prospecto e nos demais instrumentos do qual seja parte, o Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, às funções a ele atribuídas nos termos do Regulamento, do Contrato de Cessão, do Contrato de Custódia e, conforme o caso, nos demais documentos referentes à operacionalização do Fundo.

Agente Escriturador

O Fundo contratou a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64, para prestar os serviços de escrituração de quotas do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Escrituração.

Os serviços de escrituração das Quotas serão pagos diretamente pelo Administrador ao Agente Escriturador, nos termos do Contrato de Escrituração.

A Petrobras

Introdução

A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras foi constituída em 1953, a fim de conduzir as atividades correlatas à indústria de petróleo e gás natural pelo governo brasileiro. A Companhia começou suas operações em 1954 e durante aproximadamente quarenta anos conduziu com exclusividade as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural e de refino de petróleo no Brasil.

Como parte de uma reforma abrangente da regulação da indústria de petróleo e gás natural, o Congresso Brasileiro alterou a Constituição Federal do Brasil em 1995 a fim de autorizar o governo brasileiro a contratar qualquer empresa estatal ou privada para conduzir atividades nas áreas de exploração e produção e abastecimento de petróleo e gás no Brasil. Em 6 de agosto de 1997, o Brasil promulgou a Lei Petróleo, que estabeleceu uma nova estrutura regulatória, extinguiu o direito exclusivo da Petrobras de conduzir atividades de petróleo e gás e permitiu a concorrência em todos os aspectos da indústria no Brasil. Desde então, a Petrobras está operando em um ambiente desregulamentado e competitivo. A Lei do Petróleo também criou uma agência regulatória independente e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional do Petróleo – ANP, para regular a indústria do petróleo, gás natural e combustíveis renováveis no Brasil e promover um ambiente competitivo para o setor. Em 2 de janeiro de 2002, o Brasil desregulamentou os preços do petróleo, derivados de petróleo e gás natural.

A diretoria de relações com investidores da Petrobras encontra-se no seguinte endereço:

Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS

Diretoria de Relações com Investidores

Avenida República do Chile nº 65 – 22º andar – sala 2202B (Atendimento ao Acionista)

20031-912 Rio de Janeiro, RJ

acionistas@petrobras.com.br

www.petrobras.com.br/ri

Capital Social

As ações ordinárias e as ações preferenciais de emissão da Petrobras são negociadas na BM&F Bovespa sob os códigos "PETR3" e "PETR4", na New York Stock Exchange, sob a forma de ADSs, sob os códigos "PBR" e "PBRA", na Bolsa de Valores de Madrid, Espanha, por meio do mercado internacional de valores latinoamericanos – LATIBEX sob os códigos "XPBR" e "XPBRA" e na Bolsa de Comercio de Buenos Aires sob os códigos "APBR" e "APBRA", sendo que a maioria do seu capital votante é detida pelo governo federal brasileiro.

Em 30 de junho de 2011, o capital social da Petrobras, subscrito e integralizado, era de R\$205.357.103.148,30, dividido em 13.044.496.930 ações sem valor nominal, sendo 7.442.454.142 ações ordinárias 5.602.042.788 ações preferenciais, que estavam distribuídas da seguinte maneira:

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações
União Federal	3.775.067.100	-	3.775.067.100
BNDESPar	173.400.392	1.341.348.766	1.514.749.158
BNDES	425.898.159	-	425.898.159
Fundo de Participação Social – FPS	6.000.000	2.433.460	8.433.460
Fundo Soberano – FFIE	344.055.327	161.596.958	505.652.285
ADR (Ações ON)	1.604.733.492	-	1.604.733.492
ADR (Ações PN)	-	1.586.368.998	1.586.368.998
FMP - FGTS Petrobras	179.304.536	-	179.304.536
Estrangeiros (Resolução nº 2.689 CMN)	399.900.749	775.129.472	1.175.030.221
Demais pessoas físicas e jurídicas ⁽¹⁾	534.094.387	1.735.165.134	2.269.259.521
Total	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930

(1) Contempla custódia BM&F Bovespa e demais entidades.

Principais Atividades e Destaques Operacionais

A Petrobras dedica-se, diretamente ou por meio de suas controladas, a pesquisa, lavra, refinação, processamento, comércio e transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover

pesquisa, desenvolvimento, produção, transporte, distribuição e comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins.

A Petrobras é uma companhia energética integrada, com foco em petróleo, derivados, petroquímico, gás e energia, biocombustíveis, refino e distribuição, sendo a 3ª maior empresa de energia em valor de mercado do mundo, de acordo com a pesquisa da consultoria especializada PFC Energy (www.pfcenergy.com), divulgada em 2010.

A Petrobras é uma companhia que tem grau de investimento reconhecido pelas principais agências de risco, tendo recebido da Moody's o *rating* "A3", da Standard & Poor's o grau "BBB-", e, finalmente, da Fitch o *rating* "BBB".

Abaixo segue alguns dos principais destaques operacionais da Petrobras:

Exploração e Produção de Petróleo e Gás	Refino, Transporte e Comercialização	Distribuição
<ul style="list-style-type: none"> Reservas provadas de óleo e gás natural de 15,986 bilhões de barris de boe (2010) Média de produção 2010: 2.338 mboe/dia 97,5% da produção brasileira de petróleo e gás natural 	<ul style="list-style-type: none"> 12 refinarias operam 90% da capacidade de refino no Brasil 2.007 mbbl/dia de capacidade de refino 1.798 mbbl/dia de produção nacional de refino 	<ul style="list-style-type: none"> Distribuição de derivados de petróleo através da subsidiária Petrobras Distribuidora 7.306 postos de serviços Serviços próprios e franquados respondem por 30,9% das vendas de derivados no Brasil 38,8% da distribuição de derivados no Brasil
Gás e Energia	Produção de Bio-Combustíveis	Internacional
<ul style="list-style-type: none"> Transporte e distribuição de gás, geração de energia elétrica usando gás natural e fontes de energia renováveis Termoelétricas a gás: parque gerador com 15 unidades Capacidade instalada de geração de 5.284 MW 	<ul style="list-style-type: none"> Jul/2008, criação da Petrobras Biocombustível 3 usinas de biodiesel Capacidade total (2010): 7,5 mbbl/d Etanol: abertura de novos mercados em 2010 através da participação minoritária em empresas produtoras 	<ul style="list-style-type: none"> Exploração e produção, refino, transporte e comercialização, distribuição e operações de energia e gás no exterior Atua em 25 países, nos 5 continentes

Inclusão de Novas Cedentes

A Petrobras poderá, após a 1ª (primeira) emissão de Quotas do Fundo, optar, mediante notificação ao Fundo e ao Custodiante, pela inclusão de outras empresas vendedoras de Produtos que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos: (i) sejam subsidiárias integrais da Petrobras; (ii) cujo objeto social seja substancialmente semelhante ao da Cedente; e (iii) no caso de Direitos Creditórios contra Clientes que não a Braskem, sejam beneficiárias de fiança outorgada pela Braskem para as obrigações de pagamento de tais Clientes com relação ao fornecimento de Produtos, em termos substancialmente iguais aos da fiança prestada pela Braskem à Petrobras, como Cedentes para todos os fins e efeitos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

A inclusão prevista acima somente passará a produzir efeitos a partir da data em que o Custodiante, na qualidade de interveniente anuente, e as partes do Contrato de Cessão celebrarem aditamento ao mesmo e o levarem a registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, conforme Cláusula 14.2 do Contrato de Cessão.

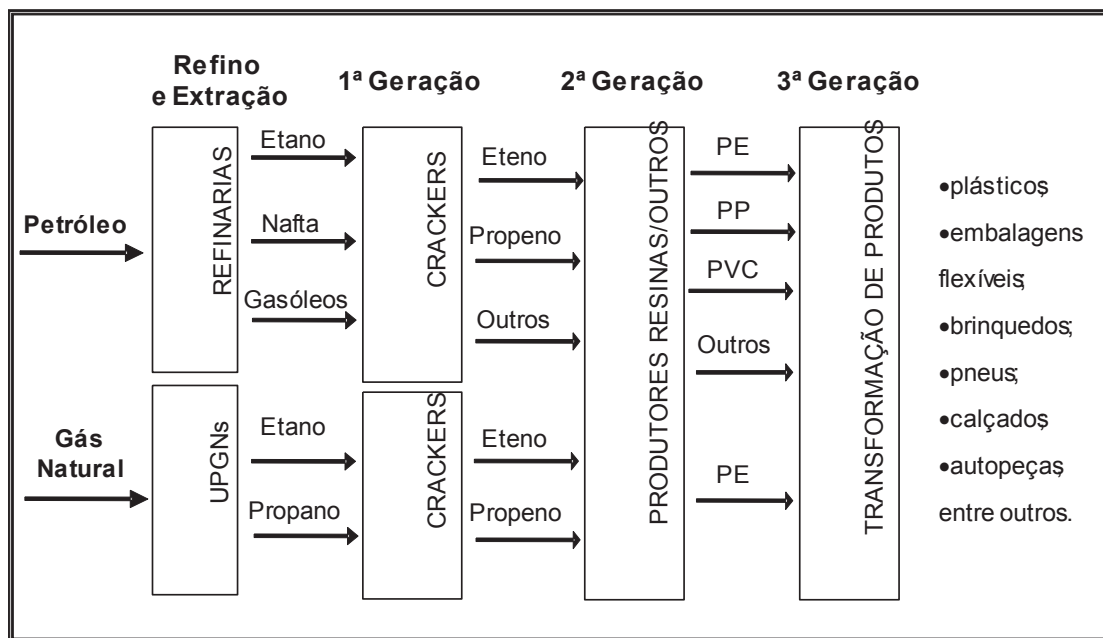
Caso qualquer dos requisitos previstos no item 10.1 do Regulamento e na Cláusula 14.1 do Contrato de Cessão deixem de ser satisfeitos por qualquer Cedente, a Cedente em questão não mais poderá ceder Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão.

Visão Geral do Setor Petroquímico Brasileiro

Estrutura

O setor petroquímico transforma subprodutos de petróleo bruto, principalmente NAFTA ou gás natural, em bens de consumo e industriais utilizados para diversas finalidades. O setor petroquímico brasileiro é, via de regra, organizado em produtores de primeira, segunda e terceira geração com base na fase de transformação de várias matérias-primas ou insumos petroquímicos.

O gráfico a seguir ilustra resumidamente as diferentes fases envolvidas na produção petroquímica:



Produtores de Primeira Geração

Os produtores de primeira geração do Brasil, denominados "craqueadores" fracionam ou "craqueiam" a NAFTA, seu principal insumo, em petroquímicos básicos. As unidades de craqueamento compram NAFTA, que é subproduto do processo de refino de petróleo, principalmente da Petrobras, bem como de outros fornecedores localizados fora do Brasil. Os petroquímicos básicos produzidos pelas unidades de craqueamento de NAFTA incluem:

- olefinas, principalmente eteno, propeno e butadieno;
- aromáticos, tais como benzeno, tolueno e xilenos; e
- combustíveis, solventes e outros produtos.

Produtores de Segunda Geração

Os produtores de segunda geração processam os petroquímicos básicos comprados das unidades de craqueamento de NAFTA, produzindo petroquímicos intermediários. Esses petroquímicos intermediários incluem:

- polietileno, poliestireno e PVC (cada um produzido a partir do eteno);
- polipropileno e acrilonitrila (cada um produzido a partir do propeno);
- caprolactama (produzida a partir do benzeno).; e
- polibutadieno (produzido a partir do butadieno).

Os petroquímicos intermediários são produzidos na forma sólida em péletes de plástico ou em pó e são transportados primordialmente por caminhão a produtores de terceira geração que, em geral, não ficam situados próximo aos produtores de segunda geração.

Produtores de Terceira Geração

Os Produtores de Terceira Geração, denominados transformadores, compram os petroquímicos intermediários de produtores de segunda geração e os transformam em produtos finais, incluindo:

- plásticos (produzidos a partir de polietileno, polipropileno e PVC);
- fibras acrílicas (produzidas a partir de acrilonitrila);
- nylon (produzido a partir de caprolactama);
- elastômeros (produzidos a partir de butadieno);
- embalagens descartáveis (produzidas a partir de poliestireno);
- utilidades domésticas (utensílios domésticos e eletrodomésticos, entre outros);
- brinquedos;
- calçados, solados, sandálias plásticas e de borracha;
- pneus; e
- autopeças (painéis internos, pára-choques, entre outros).

Os produtores de terceira geração fabricam vários bens de consumo e industriais, inclusive recipientes e materiais de embalagem, tais como sacos, filmes e garrafas, tecidos, detergentes, tintas, autopeças, brinquedos e bens de consumo eletrônicos.

Papel do Governo Brasileiro

A atual estrutura do setor petroquímico brasileiro reflete o plano do governo brasileiro, desenvolvido durante a década de 1970, de estabelecer um setor petroquímico nacional para atender os mercados brasileiros. Os produtores de primeira e segunda geração ficam situados próximos uns dos outros, de maneira a possibilitar o uso comum de instalações, tais como utilidades, e a viabilizar a entrega de insumos. Anteriormente à privatização do setor, as expansões de capacidade de produção das unidades de craqueamento de NAFTA e dos produtores de segunda geração eram coordenadas de forma a assegurar que o fornecimento de petroquímicos atendesse a demanda. A infra-estrutura que se desenvolveu ao redor dos pólos petroquímicos promoveu a interdependência de produtores de primeira e segunda geração, visto que instalações limitadas eram construídas para viabilizar o transporte e armazenamento de insumos para importação ou exportação. Subsequentemente à privatização do setor, a interdependência aumentou, visto terem os produtores de segunda geração, que continuam dependentes das unidades de craqueamento de NAFTA para compra de insumos e utilidades, aumentado sua participação societária nas unidades de craqueamento de NAFTA, bem como em suas respectivas administrações.

O governo brasileiro buscou desenvolver o setor petroquímico por meio da formação de empreendimentos tripartites entre o governo brasileiro, empresas petroquímicas estrangeiras e investidores privados brasileiros. Em 1992, o governo brasileiro iniciou um programa de privatização visando reduzir significativamente suas participações no setor petroquímico. Esse programa foi projetado para aumentar a participação de investidores privados no setor petroquímico, melhorando sua eficiência. Em consequência do programa de privatização, a participação do governo brasileiro representada por ações ordinárias da Braskem e por ações ordinárias da Copesul, PQU e Ipiranga, foi reduzida significativamente, sendo substituída por empresas do setor privado. Como resultado de processo de privatização similar, a participação privada dos produtores de segunda geração aumentou.

Papel da Petrobras

Anteriormente a 1995, a Constituição do Brasil concedia ao governo brasileiro um monopólio, exercido por intermédio da Petrobras, sobre a pesquisa, exploração, produção, refino, importação e transporte de petróleo bruto e produtos de petróleo refinado (exceto produtos petroquímicos) no Brasil. A Constituição Federal também

previa que subprodutos do processo de refino, tais como a NAFTA, poderiam ser fornecidos no Brasil somente pela Petrobras ou por seu intermédio. A NAFTA é o principal insumo utilizado no Brasil para produção de petroquímicos básicos, tais como eteno e propeno. Em 1995, a Constituição Federal foi alterada para permitir que as atividades de petróleo e a ele relacionadas fossem realizadas por empresas privadas, por meio de concessão ou autorização do governo brasileiro. Desde então, o governo brasileiro vem tomando várias medidas para liberalizar o setor petroquímico do Brasil.

Em 1997, a Lei n.º 9.478/97 regulamentou a Emenda Constitucional de 1995 por meio da criação do Conselho Nacional de Política Energética e da Agência Nacional de Petróleo, encarregados de regulamentar e fiscalizar o setor petrolífero e o setor de energia brasileiro. Subsequentemente à criação da Agência Nacional de Petróleo, foram introduzidas novas regras e regulamentos destinados a gradualmente eliminar o monopólio da Petrobras.

As Devedoras

Braskem

Atividades

A Braskem é uma produtora de resinas petroquímicas, cujos os objetivos são (a) fabricação, comércio, importação e exportação de produtos químicos e petroquímicos; (b) produção de bens utilizáveis pelas empresas componentes do Pólo Petroquímico do Nordeste tais como, fornecimento de vapor, águas, ar comprimido, gases industriais, energia elétrica, assim como a prestação de serviços diversos às mesmas empresas; (c) participação em outras sociedades, como sócia cotista ou acionista; e (d) fabricação, distribuição, comercialização, importação e exportação de Gasolina; Óleo Diesel; Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e outros derivados de petróleo.

Capital Social

O capital social da Braskem, em 31 de março de 2011, era de R\$8.043.222.080,50, dividido em 801.665.617 ações, sendo 451.669.063 ações ordinárias, 349.402.736 ações preferenciais classe "A" e 593.818 ações preferenciais classe "B".

O quadro abaixo indica os principais acionistas da Braskem nesta data:

	Ações							
	Ordinárias		Preferenciais classe "A"		Preferenciais classe "B"		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
BRK Investimentos Petroquímicos S.A.	420.651.494	93,1%	-	-	-	-	420.761.481	52,5%
Odebrecht Serviços e Participações S.A.	-	-	79.182.486	22,7%	-	-	79.182.486	9,9%
Petrobras	18.000.087	4,0%	75.792.587	21,7%	-	-	93.792.674	11,7%
BNDESPAR	-	-	44.317.452	12,7%	-	-	44.317.452	5,5%

Em 18 de outubro de 2007, as ações pertencentes à Construtora Norberto Odebrecht S.A. foram transferidas em sua totalidade para a empresa Belgrávia Empreendimentos Imobiliários S.A.

Em decorrência da incorporação da Triunfo, em 5 de maio de 2009 o capital social da Braskem foi aumentado em R\$117.989.288,35, mediante a emissão de 13.387.157 novas ações preferenciais classe "A", devidamente distribuídas aos antigos acionistas de Triunfo.

Em 31 de dezembro de 2009: (i) Odebrecht transferiu 1.406.173 ações ordinárias que detinha em Braskem para Belgrávia em troca por 1.406.173 ações preferenciais classe A que Belgrávia detinha em Braskem; (ii) Odebrecht transferiu 87.646.298 ações ordinárias que detinha em Braskem para OSP; (iii) Norquisa transferiu 29.639.199 ações ordinárias e 2.185.246 ações preferenciais classe A detidas em Braskem para OSP; (iv) Belgravia transferiu 1.406.173 ações ordinárias e 77.106.500 ações preferenciais classe A de Braskem para OSP; e (v) OSP transferiu 118.691.670 ações ordinárias que detinha em Braskem para OSP e troca por 118.691.670 ações de BRK.

Em 31 de dezembro de 2009, Petroquisa transferiu 59.014.254 ações ordinárias que detinha na Braskem para WBW.

Em 8 de fevereiro de 2010, WBW foi incorporada por BRK e BRK emitiu 59.014.503 ações ordinárias para Petroquisa em troca pelas ações de WBW.

Em 30 de março de 2010, OSP contribuiu R\$1.000 milhões para BRK pela emissão de 26.170.847 ações ordinárias da BRK. Em 5 de abril de 2010, Petroquisa contribuiu R\$2.500 milhões para BRK pela emissão de 65.425.867 ações ordinárias de BRK.

Em abril de 2010, foi realizado um aumento de capital na Braskem, por meio de subscrição privada pelos acionistas, da qual resultou a contribuição de R\$3.742.622.078,40 pela emissão de 243.206.530 ações ordinárias e 16.697.781 ações preferenciais classe A da Braskem. Neste aumento de capital, BRK subscreveu 243.055.556 ações ordinárias.

Em junho de 2010, foi realizada assembleia geral para realizar um aumento de capital na Braskem em decorrência da incorporação das ações da Quattor pela Braskem. Neste sentido, foi aumentado o capital social da

Braskem em R\$199.356.374,97, sendo R\$34.612.788,72 destinados à reserva de capital e R\$164.743.586,24 destinados ao capital social, através da emissão de 18.000.087 novas ações ordinárias, subscritas pela Petrobras e pela Petroquisa.

Em agosto de 2010, foi realizada assembleia geral para realizar um aumento de capital na Braskem em decorrência da incorporação das ações da RioPol pela Braskem. Neste sentido, foi aumentado o capital social da Braskem em R\$103.086.765,11, sendo R\$80.801.733,34 destinados à reserva de capital e R\$22.285.031,77 destinados ao capital social, através da emissão de 2.434.890 novas ações preferências classe "A", subscritas pela Petrobras e pela Braskem Petroquímica S.A. ("BraskemPQ").

Em 27 de dezembro de 2010, foi aprovada, em assembleia geral da Braskem, a incorporação das ações da BraskemPQ, convertendo-a em subsidiária integral da Braskem. A relação de troca estabelecida no protocolo e justificação, aprovado na mesma assembleia, foi de 0,300571316385725 ação preferencial classe "A" de emissão da Braskem para cada ação ordinária ou preferencial de emissão da BraskemPQ. Em decorrência da incorporação de ações, a Braskem emitiu 398.175 (trezentas e noventa e oito mil, cento e setenta e cinco) novas ações preferenciais classe "A", no valor total de R\$4.270.254,26 (quatro milhões, duzentos e setenta mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte e seis centavos), todas sem valor nominal, sendo os R\$4.270.254,26 (quatro milhões, duzentos e setenta mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte e seis centavos) destinados ao aumento do capital social da Companhia, o qual passou de R\$8.038.951.826,24 (oito bilhões, trinta e oito milhões, novecentos e cinquenta e um mil, oitocentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos) para R\$8.043.222.080,50 (oito bilhões, quarenta e três milhões, duzentos e vinte e dois mil, oitenta reais e cinquenta centavos).

Acionistas Controladores

O acionista controlador da Braskem atualmente é a BRK Investimentos Petroquímicos S.A., a qual é titular de 52,7% do capital social da Braskem, incluindo 420.651.494 ações ordinárias com direito a voto (ou 93,1% do capital votante da Braskem). BRK é controlada pela (1) OSP, que é titular de 53,8% do capital social e votante da BRK; (2) Petroquisa, que é titular de 21,9% do capital social e votante da BRK; e (3) Petrobras, que é titular de 24,3% do capital social e votante da BRK.

Odebrecht, OSP, Petrobras, Petroquisa e BRK são partes de um acordo de acionistas que regula a participação destas sociedades, direta ou indiretamente, em Braskem.

Acordo de Acionistas

Odebrecht, OSP, Petrobras e Petroquisa, sendo a Braskem e BRK como partes intervenientes, celebraram em 8 de fevereiro de 2010, com prazo de vigência de 35 anos.

Segundo este acordo de acionistas, a Petrobras e a Petroquisa: (i) possuem o direito de, em conjunto, indicar membros do conselho de administração da Braskem e seus suplentes, conforme descrito abaixo; (ii) enquanto detiverem, direta ou indiretamente, uma participação de menos de 30% e mais do que 18% das ações com direito a voto, terão em conjunto o direito de veto de certas ações da Braskem e, em alguns casos, das subsidiárias da Braskem; (iii) enquanto detiverem, direta ou indiretamente, uma participação de 18% ou mais das ações com direito a voto, terão em conjunto direito de veto com relação às operações com partes relacionadas de determinados valores limites.

Com relação à indicação de membros do conselho de administração e do conselho fiscal, a Petrobras e a Petroquisa podem indicar em conjunto: (i) 4 membros do conselho de administração e seus respectivos suplentes enquanto detiverem, direta ou indiretamente, uma participação de 30% ou mais das no capital votante; (ii) 3 membros do conselho de administração e seus respectivos suplentes enquanto detiverem, direta ou indiretamente, uma participação entre 18% e menos do que 30% do capital votante; (iii) a maioria dos membros do conselho fiscal e seus respectivos suplentes enquanto detiverem, direta ou indiretamente, uma participação de 30% ou mais do capital votante; e (iv) 2 membros do conselho fiscal e seus respectivos suplentes enquanto detiverem, direta ou indiretamente, uma participação entre 18% e menos do que 30% no capital votante da Braskem. Enquanto a Petrobras e a Petroquisa tiverem o direito de indicar 3 ou 4 membros do conselho de administração, um destes indicados ocupará o cargo de vice-presidente do conselho de administração.

Adicionalmente, as partes do acordo de acionistas concordaram em: (i) exceto por algumas exceções, não constituir gravas ou ônus sobre as ações que detém na Braskem; (ii) conceder direito de preferência e direito de venda conjunta às demais partes em caso de venda de qualquer das ações da Braskem; e (iii) permitir que uma parte eventualmente diluída adquira ações da parte que causou sua diluição de forma que as participações sejam restabelecidas.

Outras Subsidiárias e Participações Societárias Relevantes

A Braskem detém, ainda, participações societárias em outras empresas, inclusive a Cetrel e a Borealis Brasil S.A., com as quais mantém relações comerciais tais como contratação de serviço de tratamento de água e resíduos orgânicos gerados pela Braskem, e venda de polipropileno e polietileno.

Administração

O Conselho de Administração e a Diretoria da Braskem são responsáveis por operar seus negócios.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Braskem é composto por 11 membros e seus respectivos suplentes. O Conselho de Administração é um órgão deliberativo responsável por, entre outras coisas, determinar políticas e diretrizes para os negócios, subsidiárias integrais e companhias controladas da Braskem.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos na assembleia geral de acionistas por mandato de 2 anos, podendo ser reeleitos. O prazo de gestão do Presidente e do Vice-Presidente é de 1 ano, permitida a reeleição. Os mandatos de todos os membros atuais se encerram na assembleia geral ordinária de 2012 que apreciará as contas dos administradores do exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. A tabela abaixo lista os atuais membros do Conselho de Administração:

Nome	Data de Eleição	Prazo do Mandato	Cargo
Marcelo Bahia Odebrecht	30.04.2010	2 anos	Membro efetivo
Cláudio Melo Filho	30.04.2010	2 anos	Suplente
José Carlos Grubisich Filho	30.04.2010	2 anos	Membro efetivo
José de Freitas Mascarenhas	30.04.2010	2 anos	Suplente
Alfredo Lisboa Ribeiro Tellechea	30.04.2010	2 anos	Membro efetivo
André Amaro da Silveira	30.04.2010	2 anos	Suplente
Álvaro Fernandes da Cunha Filho	30.04.2010	2 anos	Membro efetivo
Felipe Montoro Jens	30.04.2010	2 anos	Suplente
Newton Sérgio de Souza	30.04.2010	2 anos	Membro efetivo
Monica Bahia Odebrecht	31.01.2011	1 ano e 3 meses	Suplente
Luciano Nitrini Guidolin	31.01.2011	1 ano e 3 meses	Membro efetivo
Carla Gouveia Barreto	30.04.2010	2 anos	Suplente
Paulo Roberto Costa	30.04.2010	2 anos	Membro efetivo
Antonio Aparecida de Oliveira	30.04.2010	2 anos	Suplente
Almir Guilherme Barbassa	30.04.2010	2 anos	Membro efetivo
Pedro Augusto Bonesio	30.04.2010	2 anos	Suplente
Francisco Pais	30.04.2010	2 anos	Membro efetivo
Andrea Damiani Maia	30.04.2010	2 anos	Suplente
Maria das Graças Silva Foster	30.04.2010	2 anos	Membro efetivo
Arão Dias Tisser	30.04.2010	2 anos	Suplente
Eduardo Rath Fingerl	30.04.2010	2 anos	Membro efetivo
Marcos Luiz Abreu de Lima	30.04.2010	2 anos	Suplente

Diretoria

A Diretoria da Braskem é um órgão executivo de administração. Os diretores são representantes legais da Braskem e são responsáveis pela organização interna, operações cotidianas e pela implementação das políticas gerais e diretrizes determinadas pelo Conselho de Administração.

O Estatuto Social da Braskem determina que a Diretoria seja formada por no mínimo 4 e no máximo 10 membros, sendo um Diretor Presidente e cada um responsável pelos negócios de uma área determinada pelo Conselho de Administração.

Os membros da Diretoria são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 anos correspondentes aos mandatos dos membros do conselho de administração, podendo ser reeleitos. O mandato atual de todos os atuais Diretores se encerram em 2012. A tabela abaixo lista os atuais membros da Diretoria:

Nome	Data da Eleição	Prazo do Mandato	Cargo
Carlos Jose Fadigas de Souza Filho	07.12.2010	1ª RCA após AGO de 2012	Diretor Presidente / Superintendente
Décio Fabrício Oddone da Costa	06.05.2010	2 anos	Diretor
Edmundo José Correia Aires	06.05.2010	2 anos	Diretor
Manoel Carnaúba Cortez	06.05.2010	2 anos	Diretor
Marcela Aparecida Drehmer Andrade	06.05.2010	2 anos	Diretora de Relações com Investidores
Maurício Roberto de Carvalho Ferro	06.05.2010	2 anos	Diretor
Patrick Horbach Fairon	06.05.2010	2 anos	Diretor

Conselho Fiscal

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão societário independente da administração da Braskem e de seus auditores independentes. O Conselho Fiscal pode funcionar tanto de forma permanente quanto de forma não permanente, caso em que atuará somente no exercício social em que sua instalação for solicitada pelos acionistas.

As principais responsabilidades do Conselho Fiscal consistem em fiscalizar as atividades da administração, rever as demonstrações financeiras da companhia aberta e reportar suas conclusões aos acionistas.

O Estatuto Social da Braskem determina que o Conselho Fiscal seja composto por até 5 membros e seus suplentes e funcione de forma permanente.

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 1 ano, permitida a reeleição, sendo que a eleição acontece sempre por ocasião da Assembleia Geral Ordinária.

O mandato atual de todos os conselheiros se encerra em 2011. A tabela abaixo lista os atuais membros do Conselho Fiscal:

Nome	Data da Eleição	Prazo do Mandato	Cargo
Ismael Campos de Abreu	30.04.2010	1 ano	Membro efetivo
Afonso Celso Florentino de Oliveira	30.04.2010	1 ano	Suplente
Aluizio da Rocha Coelho Neto	30.04.2010	1 ano	Membro efetivo
Jayne Gomes da Fonseca Júnior	30.04.2010	1 ano	Suplente
Antônio Luiz Vianna de Souza	30.04.2010	1 ano	Membro efetivo
Marcílio José Ribeiro Júnior	30.04.2010	1 ano	Suplente
Marcos Antonio Silva Menezes	30.04.2010	1 ano	Membro efetivo
Sérgio José de Barros	30.04.2010	1 ano	Suplente
Manoel Mota Fonseca	30.04.2010	1 ano	Membro efetivo
Ana Patrícia Soares Nogueira	30.04.2010	1 ano	Suplente

Demonstrações Financeiras da Braskem

As Demonstrações Financeiras auditadas dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 são incorporadas por referência a este Prospecto, estando disponíveis para consulta nos seguintes endereços eletrônicos:

www.cvm.gov.br

www.braskem.com.br/ri (neste *website* mover o cursor até "Informações Financeiras" e clicar em "Release de Resultados". No *website* que abrirá, selecionar o ano 2008, 2009 ou 2010, conforme o caso, e clicar no item 4T08, 4T09 ou 4T10, conforme o caso, na DFP desejada).

Mais informações sobre a Braskem, inclusive em relação aos fatores de riscos associados a Braskem, podem ser encontradas em seu formulário de referência disponibilizado nos seguintes endereços eletrônicos:

www.cvm.gov.br

www.braskem.com.br/ri (neste *website* mover o cursor até "Informações Financeiras" e clicar em "Relatórios CVM". No *website* que abrirá, selecionar "Formulário de Referência").

Quattor

Atividades

A Quattor é uma subsidiária integral da Braskem, cujo objeto social envolve (i) a indústria, o comércio, o desenvolvimento, a importação, a exportação, o transporte, a representação e a consignação de produtos petroquímicos, bem como subprodutos, compostos e derivados, tais como polipropileno, filmes de polipropileno, polietilenos, elastômeros e seus respectivos manufaturados; (ii) a locação ou empréstimo gratuito de bens de sua propriedade ou que possua em decorrência de contrato de arrendamento mercantil, desde que efetivada como atividade meio para o objeto social preconizado na alínea "i" acima; e (iii) a prestação de serviços relacionados às atividades acima.

Capital Social

O capital social da Quattor é de R\$3.717.157.798,71, dividido em 248.919.198 ações ordinárias, todas detidas pela Braskem.

Demonstrações Financeiras da Quattor

As Demonstrações Financeiras auditadas da Quattor dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 estão anexadas a este Prospecto.

RioPol

Atividades

A RioPol é uma sociedade controlada pela Braskem, que tem como objeto social (i) a implantação e exploração de indústrias petroquímicas, visando a produção e o comércio de resinas termoplásticas e outros produtos petroquímicos, bem como suas matérias primas, produtos derivados e correlatos, compreendendo a fabricação, processamento, beneficiamento, industrialização, mistura, importação, exportação, compra, distribuição e venda desses produtos; (ii) a prestação, a terceiros, de serviços de assessoria e consultoria técnica e administrativa relacionados a essas atividades; (iii) a representação comercial autônoma; e (iv) a participação, como sócia quotista ou acionista, no capital de outras empresas.

Capital Social

O capital social da RioPol é de R\$1.469.806.511,63, dividido em 1.271.897.730 ações ordinárias e 300 ações preferenciais, todas detidas pela Braskem.

Demonstrações Financeiras da Riopol

As Demonstrações Financeiras auditadas da Riopol dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 estão anexadas a este Prospecto.

Inclusão de Novos Clientes

Para a inclusão de qualquer outro comprador de Produtos cadastrado pelas Cedentes e que esteja sob o controle efetivo da Braskem na Relação de Clientes, a Petrobras deverá encaminhar ao Fundo e ao Custodiante (a) um relatório e arquivo eletrônico preparados por empresa de auditoria independente de renome internacional, nos quais constem as seguintes informações sobre o Novo Cliente apuradas em período não inferior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de elaboração do relatório: (i) a razão social e CNPJ/MF do Novo Cliente; (ii) valor total de compras do Novo Cliente; (iii) dados detalhados e individualizados relativos às Notas Fiscais Fatura emitidas, incluindo data de emissão, data de vencimento e data de efetivo pagamento; (b) confirmação pela Petrobras de que as obrigações de pagamento de tal Novo Cliente, referentes às operações comerciais lastro dos Direitos Creditórios, contam com fiança da Braskem em termos aceitáveis para o Fundo; e (c) confirmação pela Petrobras de que o Novo Cliente: (i) não apresenta títulos vencidos e não pagos (em aberto); e (ii) não atrasou mais de 20% (vinte por cento) do total faturado no ano anterior ao ano então corrente.

Após receber as informações mencionadas acima, o Custodiante, na qualidade de interveniente anuente, e as Partes do Contrato de Cessão celebrarão um aditamento a tal Contrato de Cessão para inclusão do Novo Cliente na Relação de Clientes, o qual será levado a registro em Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme Cláusula 14.2 do Contrato de Cessão.

O aditamento ao Contrato de Cessão para refletir a inclusão de Novo Cliente deverá conter declaração da Petrobras de que as informações prestadas nos termos do item 9.1 do Regulamento são verdadeiras, corretas, completas e precisas, sob seu aspecto material e formal, bem como quaisquer outras declarações que as partes entendam necessárias à época de tal aditamento.

Na hipótese de incorporação de 1 (um) Cliente por uma empresa que não conste da Relação de Clientes, a inclusão da incorporadora na Relação de Clientes observará o procedimento estabelecido no item 9 do Regulamento e no Contrato de Cessão para a inclusão de Novo Cliente na Relação de Clientes.

Na hipótese de fusão de 2 (dois) ou mais Clientes que constem da Relação de Clientes ou incorporação de 1 (um) Cliente por outro Cliente que conste da Relação de Clientes, a empresa resultante da fusão ou a incorporadora será incluída na Relação de Clientes com base nas informações consolidadas dos Clientes que lhe deram origem, constantes da Base de Dados.

Anexos

Instrumento de Constituição do Fundo

Regulamento

Contrato de Cessão

Suplemento das Quotas Seniores

Suplemento das Quotas Subordinadas

Declaração do Administrador, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

Declaração do Coordenador Líder, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

Súmula e Relatório da Agência de Classificação de Risco

Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios da KPMG

Carta de Fiança 101

Demonstrações Financeiras Quattor

Demonstrações Financeiras Riopol

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Instrumento de Constituição do Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INSUMOS BÁSICOS DA
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA**

1. Por este instrumento particular, INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 2003, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, na qualidade de instituição administradora ("Administrador"), neste ato representada na forma de seu contrato social, resolve:
- (a) constituir um fundo de investimento em direitos creditórios padronizado nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, e da Instrução da CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356"), em regime de condomínio fechado, que será denominado FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - INSUMOS BÁSICOS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA ("Fundo");
 - (b) aprovar o regulamento do Fundo, que segue anexo ao presente instrumento de constituição ("Regulamento");
 - (c) nomear o SR. LUCIANO COELHO DE MAGALHÃES NETTO, brasileiro, divorciado, economista, portador da cédula de identidade RG n.º 05.423.879-5 - IRP/RJ, inscrito no CPF/MF sob n.º 742.274.837-00, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha n.º 100, Torre Olavo Setubal, para ser o diretor do Administrador responsável, civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações relativas ao Fundo, nos termos do Regulamento;
 - (d) assumir as funções de administração do Fundo e de gestão da carteira de investimentos do Fundo;
 - (e) aprovar a contratação das seguintes instituições para a prestação de serviços ao Fundo:
 - (i) ITAÚ UNIBANCO S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha n.º 100, Torre Olavo Setubal, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04, para ser responsável pelos serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da carteira do Fundo, bem como de cobrança bancária dos direitos creditórios;

62
17 JUN 2011
OFICIAL R.I.D.
MSP/FILME

1647438

SÃO PAULO

62
OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

17 JUN 82 1647438

SÃO PAULO

- (ii) ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64, para ser responsável pelo serviço de escrituração das quotas emitidas pelo Fundo;
- (iii) KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes Barros, 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 57.755.217/0001.29, devidamente cadastrada na CVM, para ser responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo; e
- (iv) STANDARD & POOR'S, divisão da McGraw-Hill Interamericana no Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 201, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.295.585/0002-20, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco, para ser responsável pela classificação de risco das quotas seniores e das quotas subordinadas de emissão do Fundo;
- (f) aprovar a emissão, pelo Fundo, (i) de 20.000 (vinte mil) Quotas Seniores (sem considerar as Quotas Seniores Adicionais e as Quotas Seniores Suplementares, nos termos permitido pelo artigo 14, parágrafo 2º e pelo artigo 24, da Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, "Instrução CVM 400"), com valor de emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por Quota Sênior na primeira data de emissão, perfazendo o valor total de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); e (ii) de 555 (quinhentas e cinquenta e cinco) Quotas Subordinadas (sem considerar as Quotas Subordinadas Adicionais e as Quotas Subordinadas Suplementares, nos termos permitido pelo artigo 14, parágrafo 2º e pelo artigo 24, da Instrução CVM 400), com valor de emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por Quota Subordinada na primeira data de emissão, perfazendo o valor total de R\$13.875.000,00 (treze milhões, oitocentos e setenta e cinco mil reais). As Quotas terão as características e os direitos definidos no Regulamento ora aprovado, e nos respectivos suplementos ao Regulamento referentes à primeira emissão de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas do Fundo, sendo que o parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Quotas Seniores (meta de rentabilidade ou *benchmark*) será definido de acordo com o procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelos Coordenadores (conforme abaixo definidos), na forma da regulamentação aplicável (procedimento de *bookbuilding*) e constará do respectivo suplemento das Quotas Seniores. As Quotas serão objeto de distribuição pública nos termos da Instrução CVM 400 ("Oferta"), a qual

(i) será destinada a Investidores Qualificados; (ii) será intermediada por sociedades integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários; e (iii) dependerá de prévio registro perante a CVM. Os termos utilizados neste item (f) e que não estão definidos neste instrumento têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Regulamento;

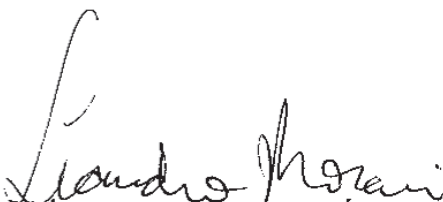
(g) aprovar a contratação do BANCO ITAÚ BBA S.A. ("Coordenador Líder") e do BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. ("Santander" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), para serem responsáveis pela coordenação da Oferta, podendo ser contratadas outras instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para participar da Oferta; e

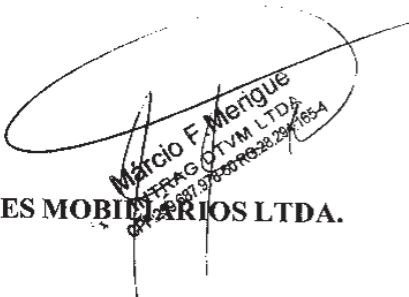
(h) submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de constituição do Fundo e de realização da primeira emissão de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas do Fundo, bem como os demais documentos exigidos pela Instrução CVM 356 e pela Instrução CVM 400, para a obtenção (i) do registro de funcionamento do Fundo e (ii) do registro da distribuição pública das quotas seniores e das quotas subordinadas do Fundo.

2. Estando assim deliberado este instrumento de constituição do Fundo e aprovação da primeira emissão de quotas seniores e de quotas subordinadas do Fundo, vai o presente assinado em 6 (seis) vias de igual teor e forma.

Este instrumento de deliberação e o Regulamento com seus anexos deverão ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo (SP), 16 de junho de 2011.


INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
CPF: 264.474.378-82
RG: 14.141.988-8


Márcio F. Meriguet
INTRAG CVM LTDA
CPF: 001.978.509-28 RG: 28.297.185-4




Emol.
Estado
Ipesp
R. Civil
T. Justiça

6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.314/0001-70
Rua Benjamin Constant, 152 - Centro - CEP. 01005-000 - São Paulo/SP
R\$ 7.052,99 Protocolado e prenotado sob o n. **1.647.438** em
R\$ 2.004,54 **17/06/2011** e registrado, hoje, em microfilme
R\$ 1.484,84 sob o n. **1.647.438**, em títulos e documentos.
R\$ 371,21 São Paulo, 17 de junho de 2011
R\$ 371,21

Total R\$ 11.284,79

Selos e taxas
Recolhidos
p/verba


Radislau Lamotta - Oficial
Antonio Vilmar Carneiro - Escrevente Autorizado

69

OFICIAL R.T.D.
MICROFILME

4 AGO 2011

1652029

SÃO PAULO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INSUMOS BÁSICOS DA
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

Pelo presente instrumento particular, INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada equiparada a instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 2.528, de 29 de julho de 2003, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100 – Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.418.140/0001-31, na qualidade de instituição administradora ("Administrador") do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INSUMOS BÁSICOS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.850.522/0001-24 ("Fundo"),

CONSIDERANDO que:

- (A) o Administrador deseja alterar o regulamento do Fundo ("Regulamento"); e
- (B) o Fundo não possui, na presente data, quotistas e, portanto, o Regulamento do Fundo pode ser alterado independentemente de realização de assembléia geral, por deliberação do Administrador;

RESOLVE:

- I. alterar o Regulamento, que passará a vigorar com a redação constante do Anexo A ao presente instrumento; e
- II. submeter à CVM este instrumento particular de alteração do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da oferta de quotas seniores e de quotas subordinadas do Fundo.

Esta deliberação e o Regulamento do Fundo, com seus anexos, deverão ser registrados no 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo (SP), 03 de agosto de 2011.

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. Mengue

Testemunhas:

João de Oliveira Zambon
CPF: 090.709.498-81
OAB/SP 152731

Marcio Rodrigues Simões
CPF: 209.452.198-30
RG: 27.325.035-8

INSTRUMENTO PARTICULAR DA SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INSUMOS BÁSICOS DA
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

Pelo presente instrumento particular, INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada equiparada a instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 2003, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, na qualidade de instituição administradora ("Administrador") do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS INSUMOS BÁSICOS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 13.850.522/0001-24 ("Fundo"),

CONSIDERANDO que:

- (A) As Quotas do Fundo não serão negociadas no sistema de negociação de títulos privados de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&F Bovespa, e em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX;
- (B) foi realizado, em 1º de setembro de 2011, o procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding") para definição (i) do Fator *Spread* das Quotas Seniores;
- (C) o Administrador deseja alterar o Regulamento do Fundo para refletir (i) a exclusão das referências ao mercado de negociação da BM&F Bovespa; e (ii) o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*; e
- (D) o Fundo não possui, na presente data, quotistas e, portanto, o Regulamento do Fundo pode ser alterado independentemente de realização de assembleia geral, por deliberação do Administrador.

(Termos com iniciais maiúsculas utilizados neste "Instrumento Particular da Segunda Alteração do Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica" ("Segundo Aditamento") que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Regulamento).

RESOLVE:

- I. alterar a seção de definições para elidir as definições da BM&F Bovespa, do BOVESPAFIX e da SOMAFIX.
- II. alterar a Cláusula 13 do Regulamento para refletir que não serão emitidas Quotas Seniores Adicionais e/ou Quotas Seniores Suplementares;

1654858

1654858

- III. alterar a Cláusula 18.2 para suprimir a possibilidade das quotas do Fundo serem negociadas no sistema de negociação de títulos privados de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&F Bovespa, e em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX;
- IV. alterar o "Suplemento – 1ª Série de Quotas Seniores", constantes do Anexo II do Regulamento e o "Suplemento – Emissão Inicial de Quotas Subordinadas", constante do Anexo IV do Regulamento, os quais passarão a ter o conteúdo do "Anexo A" e do "Anexo B", respectivamente, a este Segundo Aditamento;
- V. consolidar, na forma do "Anexo C" a este Segundo Aditamento, o inteiro teor do Regulamento, incorporando as alterações descritas nos itens acima; e
- VI. submeter à CVM este Segundo Aditamento e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro da oferta de quotas seniores e de quotas subordinadas do Fundo.

Esta deliberação e o Regulamento do Fundo, com seus anexos, deverão ser registrados no 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 5 de setembro de 2011

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Maria F. Mengue
INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
CPF 259.887.978-60

Alex Severino de Souza
Gerente de Produtos-006868321

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

SÃO PAULO

13 SET 2011

1654.858



Emol.
Estado
Ipesp
R. Civil
T. Justiça

6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.314/0001-70
Rua Benjamin Constant, 152 - Centro - CEP: 01005-000 - São Paulo/SP
R\$ 318,36
R\$ 90,68
R\$ 67,06
R\$ 16,98
R\$ 16,98
R\$ 510,06
Protocolado e prenotado sob o n. 1.654.858 em
05/09/2011 e registrado, hoje, em microfilme
sob o n. 1.654.858, em títulos e documentos.
Averbado à margem do registro n. 1652029
São Paulo, 05 de setembro de 2011

Total

Selos e taxas
Recolhidos
p/verba

Radislau Larnotta - Oficial
Antonio Vilmar Carneiro - Escrevente Autorizado

Regulamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo C

REGULAMENTO

DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INSUMOS BÁSICOS DA
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

1654858

1654858

1654858

Datado de

5 de setembro de 2011

REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INSUMOS BÁSICOS DA
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES	1
2. FUNDO	10
3. PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO	11
4. ADMINISTRADOR	11
5. RESPONSABILIDADES DO ADMINISTRADOR	13
6. OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA	18
7. FATORES DE RISCO	21
8. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	34
9. INCLUSÃO DE NOVOS CLIENTES	35
10. INCLUSÃO DE NOVAS CEDENTES	36
11. ORIGINAÇÃO, CESSÃO E COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	36
12. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO	38
13. QUOTAS	40
14. EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS	44
15. AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS E RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E RESGATE	46
16. ÍNDICE DE LIQUIDEZ	49
17. PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS	50
18. REGISTRO PARA NEGOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	51
19. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	51
20. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	52
21. AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	58
22. ENQUADRAMENTO AO ÍNDICE DE COBERTURA	58
23. ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	60
24. CUSTOS REFERENTES À COBRANÇA DOS ATIVOS DO FUNDO	60
25. CUSTODIANTE	62

26. ASSEMBLEIA GERAL	63
27. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	66
28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	67
29. PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS	67
30. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	68
31. DISPOSIÇÕES FINAIS	68

15971102 1654859
 15971102 1654859

REGULAMENTO DO
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INSUMOS BÁSICOS DA
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

1. DEFINIÇÕES

"Administrador": é a INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31 e autorizada pela CVM para exercer atividades de administração de fundos de investimento e distribuição de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 2.528, de 29 de julho de 1993, ou quem vier a substituí-la na função de Administrador do Fundo.

"Agência de Classificação de Risco": é a STANDARD&POOR'S, divisão da McGraw-Hill Interamericana no Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.295.585/0002-20, agência classificadora de risco especializada contratada pelo Fundo, responsável pela avaliação de risco das Quotas nos termos deste Regulamento, ou qualquer outra agência de classificação de risco internacionalmente reconhecida que vier a ser contratada para a classificação de risco das Quotas do Fundo.

"Agente Escriturador": é ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64, responsável pelos serviços de escrituração das Quotas.

"Alocação Mínima": é a razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o Patrimônio Líquido, que deverá, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, ser igual ou superior a 50% (cinquenta por cento), nos termos do item 6.3 deste Regulamento.

"Amortização Extraordinária": tem o significado que lhe é atribuído no item 21.1 deste Regulamento.

"Amortização Periódica": é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas respectivas Datas de Amortização, calculada na forma do item 15 deste Regulamento, e previstas no respectivo Suplemento das Quotas Seniores.

"Anexos": são os anexos a este Regulamento.

"Arquivo Retorno de Cessão" tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.5 do Contrato de Cessão.

02/09/2012
1654858

1654858

1654858

SÃO PAULO

[illegible][illegible]

09 JAN 2011 1654858 CHINA CYS

[illegible]

09 JAN 2011 1654858 CRYSTAL

09 JAN 2011 1654858 CRYSTAL

09 JAN 2011 1654858 CRYSTAL

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

09 JAN 2011 1654858 CRYSTAL

"Conta Corrente Autorizada do Fundo": é a conta corrente de titularidade do Fundo referida na Cláusula 7 do Contrato de Cessão ou outra conta corrente que vier a ser indicada pelo Administrador para recebimento de valores pelo Fundo.

"Contrato de Cessão": é o "Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças", celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e a Petrobras, com a interveniência do Custodiante e do Banco Itaú BBA S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de coordenadores, conforme alterado de tempos em tempos na forma do Contrato de Cessão.

"Contrato de Custódia": é o "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios", a ser celebrado pelo Fundo, representado pelo Administrador, e o Custodiante, até a 1ª (primeira) Data de Emissão, conforme alterado de tempos em tempos. O Contrato de Custódia estabelece, entre outras, as obrigações do Custodiante como custodiante dos Direitos de Creditórios adquiridos e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM 356.

"Controlada": é qualquer sociedade, entidade ou pessoa jurídica (1) na qual a respectiva Cedente detenha, direta e isoladamente, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação ou quota com direito a voto; e (2) em relação à qual a respectiva Cedente detenha o poder de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da respectiva sociedade, entidade ou pessoa jurídica.

"Convênio de Cobrança Bancária": é o convênio de prestação de serviço de Cobrança Bancária, firmado pela Cedente com o Banco Cobrador, que poderá, por meio de aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.

"Critérios de Elegibilidade": são os critérios a serem observados pelo Custodiante para que os Direitos Creditórios possam ser adquiridos pelo Fundo, conforme definidos no item 8 deste Regulamento.

"Custodiante": é ITAÚ UNIBANCO S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Itaúsa, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, para prestar os serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo aqueles de que trata o artigo 38 da Instrução CVM 356, ou outra instituição que vier a substituí-la nos termos deste Regulamento.

"CVM": é a Comissão de Valores Mobiliários.

"Data de Amortização": são as datas que vierem a ser indicadas nos respectivos Suplementos de Quotas Seniores, nas quais ocorrerá a Amortização Periódica destas, conforme definido no item 15.2 deste Regulamento.

"Data de Aquisição": é cada data em que o Custodiante verificar o atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade e enviar o Arquivo Retorno de Cessão para a respectiva Cedente, na forma descrita no Contrato de Cessão.

"Data de Disponibilidade": é o Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

"Data de Emissão": é a data em que os recursos decorrentes da integralização das Quotas são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do item 14.1 deste Regulamento, e que deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.

"Data de Verificação de Amortização": tem o significado que lhe é atribuído no item 15.6 deste Regulamento.

"Data de Verificação do Índice de Cobertura": é, a partir da 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores e até a última Data de Resgate, o dia 15 (quinze) de cada mês.

"Data de Verificação do Índice de Liquidez": é, a partir da 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores e até a última Data de Resgate, o dia 15 (quinze) de cada mês.

"Datas de Resgate": são as datas em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, conforme o caso, indicadas no respectivo Suplemento de Quotas Seniores.

"Dia Útil": é qualquer dia que não seja sábado, domingo, dia declarado como feriado nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na praça em que o Custodiante é sediado ou em âmbito nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que declarado como feriado nacional eventuais ausências de expedientes bancários serão considerados Dias Úteis. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não sejam Dia Útil, considerar-se-á como a data devida para o referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte.

"Direitos Creditórios": são os direitos de crédito que cada Cedente detém e venha a deter contra seus respectivos Clientes, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos Clientes, representadas por Notas Fiscais Fatura, conforme o modelo constante do Anexo II ao Contrato de Cessão.

"Direitos Creditórios Elegíveis": são Direitos Creditórios que, na Data de Aquisição, atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade.

"Diretor Designado": é o diretor do Administrador designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas.

"Disponibilidades": tem o significado que lhe é atribuído no item 15.6 deste Regulamento.

"Dívida": é qualquer obrigação pecuniária classificada como empréstimos, financiamentos ou emissões públicas ou privadas de títulos e valores mobiliários, conversíveis ou não, no mercado local e/ou internacional (exceto obrigações decorrentes de fundos de investimentos em direitos creditórios), conforme reportado nas mais recentes demonstrações financeiras disponíveis da respectiva Cedente ou Cliente, conforme o caso, elaboradas segundo os princípios contábeis determinados pela legislação brasileira e pela regulamentação da CVM.

"Documentos Comprobatórios": são os títulos de crédito representativos dos Direitos Creditórios e os seguintes documentos: (i) para "Vendas FOB" (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura e tiquete de balança comprovando a entrega dos Produtos aos Clientes; (ii) para "Vendas CIF" (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura, o respectivo conhecimento de embarque dos Produtos e comprovante de entrega dos Produtos aos Clientes; e (iii) para "Venda por Tubovia", a Nota Fiscal Fatura e o relatório de leitura do medidor da tubovia.

"Empresa de Auditoria": é a KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes Barros 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29, ou sua sucessora no exercício de suas funções, encarregada da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise da atuação do Administrador.

"Encargos do Fundo": tem o significado que lhe é atribuído no item 12.3 deste Regulamento.

"Etano": significa etano produzido por uma Cedente.

"Eventos de Avaliação": são os eventos definidos no item 20.1 deste Regulamento.

"Eventos de Liquidação": são os eventos definidos no item 20.2 deste Regulamento.

"Eventos de Resilição": são os eventos indicados na Cláusula 9.2 do Contrato de Cessão.

"Eventos de Revisão": são os eventos indicados na Cláusula 9.1 do Contrato de Cessão.

OFICINA R.D.
FOLIO

1654858

SÃO PAULO

2011
581

"Excesso de Cobertura": tem o significado que lhe é atribuído no item 22.2 deste Regulamento.

"Fator Spread das Quotas Seniores": é o *spread* sobre a Taxa DI aplicável a cada série de Quotas Seniores, determinado na forma do item 13.6.2 deste Regulamento e indicado no respectivo Suplemento.

"Fundo": é o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios– Insumos Básicos da Indústria Petroquímica.

"Índice de Cobertura": tem o significado que lhe é atribuído no item 22.1 deste Regulamento.

"Índice de Liquidez": tem o significado que lhe é atribuído no item 16.1 deste Regulamento.

"Instituições Autorizadas": são as seguintes instituições e/ou suas respectivas Partes Relacionadas: Banco do Brasil S.A., Banco Safra S.A., HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A.

"Instrução CVM 356": é a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.

"Instrução CVM 400": é a Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.

"Instrução CVM 409": é a Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

"Instrução CVM 476": é a Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

"Investidor(es) Qualificado(s)": são aquelas pessoas definidas como tal no artigo 109 da Instrução CVM 409, e os fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, nos termos da referida instrução, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.

"MDA": é o Módulo de Distribuição de Ativos administrado e operacionalizado pela CETIP.

"NAFTA": significa nafta petroquímica produzida por uma Cedente.

"Nota Fiscal Fatura": é o documento emitido em razão da realização de operação de venda mercantil a prazo de Produtos celebrada entre uma Cedente e seu respectivo Cliente, conforme modelo constante do Anexo II ao Contrato de Cessão.

"Nova Cedente": é qualquer outra vendedora de Produtos que satisfaça os requisitos previstos no item 10 deste Regulamento.

"Novo Cliente": é o comprador de Produtos cadastrado pelas Cedentes, que esteja sob o controle efetivo da Braskem e que venha a ser inserido na Relação de Clientes, de acordo com o procedimento previsto no item 9 deste Regulamento.

"Oferta": é toda e qualquer distribuição pública de Quotas realizada durante o prazo de duração do Fundo nos termos da Instrução CVM 400 ou da Instrução CVM 476.

"Oferta Pública": é toda e qualquer distribuição pública de Quotas realizada durante o prazo de duração do Fundo nos termos da Instrução CVM 400, com o prévio registro na CVM.

"Oferta Restrita": é toda e qualquer distribuição pública de Quotas Subordinadas com esforços restritos de colocação durante o prazo de duração do Fundo, nos termos da Instrução CVM 476, a qual (i) será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados; (ii) será intermediada por sociedades integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários; (iii) estará automaticamente dispensada de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 476; e (iv) estará sujeita às restrições de negociação estabelecidas na Instrução CVM 476.

"Partes Relacionadas": são (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa, (v) fundos de investimento exclusivos, *trusts* ou outras entidades controladas por qualquer das pessoas mencionadas nos incisos (i) a (iv). Para os fins desta definição, controle tem o significado que lhe atribui o artigo 116 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores.

"Patrimônio Líquido": é o patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do item 28 deste Regulamento.

"Período Restrito": é o período de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento de uma Oferta Restrita durante o qual uma outra Oferta Restrita de novas Quotas Subordinadas não poderá ser realizada, conforme previsto no artigo 9 da Instrução CVM 476.

"Petrobras": é a PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, sociedade de economia mista com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Chile 65, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.000.167/0001-01.

"Plano Contábil": é o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular n.º 1.273, emitida pelo Bacen em 29 de dezembro de 1987, conforme alterada, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável.

DE
1102
1591
1654858

SCOPAUO

"Política": tem o significado que lhe é atribuído no item 31.5 deste Regulamento.

"Prazo de Duração": é o prazo de duração do Fundo, conforme estabelecido no item 3 deste Regulamento.

"Preço de Aquisição": é o preço de aquisição de cada Direito Creditório Elegível, calculado nos termos da Cláusula 6.1 do Contrato de Cessão.

"Produtos": são NAFTA, Etano e Propano, produtos fabricados e/ou comercializados pelas Cedentes no curso normal de suas atividades preponderantes no setor petroquímico, em conformidade com seus respectivos atos constitutivos.

"Propano": significa propano produzido por uma Cedente.

"Prospecto": é o prospecto da primeira distribuição pública das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas de emissão do Fundo e suas respectivas atualizações.

"Quattor": é a QUATTOR PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Graça Aranha 182, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.017.802/0001-89.

"Quotas": são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas, consideradas em conjunto.

"Quotas Seniores": são as quotas de classe senior, que não se subordinam às demais para efeito de amortização e resgate, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries, na forma deste Regulamento.

"Quotas Seniores Adicionais": tem o significado previsto no item 13.4.2 deste Regulamento.

"Quotas Seniores Suplementares": tem o significado previsto no item 13.4.1 deste Regulamento.

"Quotas Subordinadas": são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo, que se subordinam às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, na forma deste Regulamento.

"Quotas Subordinadas Adicionais": tem o significado previsto no item 13.8.2 deste Regulamento.

"Quotas Subordinadas Suplementares": tem o significado previsto no item 13.8.1 deste Regulamento.

"Quotistas Seniores": são os titulares das Quotas Seniores.

"Quotistas Subordinados": são os titulares das Quotas Subordinadas.

"Quotistas": são os titulares de Quotas.

SECRETARIA DE
FISCALIAZAO

62

1102
-59ET

1654858

SECRETARIO

"Regulamento": é o regulamento consolidado do Fundo, registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

"Relação de Clientes": é a relação de Clientes anexa ao Contrato de Cessão na forma do seu Anexo VI, a qual será enviada ao Custodiante pela Cedente.

"Relatório Especial de Revisão": tem o significado que lhe é atribuído no item 9.1 deste Regulamento.

"Reserva de Amortização e Resgate": tem o significado que lhe é atribuído no item 15.6 deste Regulamento.

"Riopol": é a RIO POLÍMEROS S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Graça Aranha 182, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.202.799/0001-61.

"SELIC": é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

"SF": significa o SF - Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

"Suplemento" significa um Suplemento de Quotas Seniores ou um Suplemento de Quotas Subordinadas, conforme aplicável.

"Suplemento de Quotas Seniores": é o suplemento de cada série da classe de Quotas Seniores, preparado nos termos do item 13.3.1 deste Regulamento, conforme o modelo constante do Anexo I deste Regulamento.

"Suplemento de Quotas Subordinadas": é o suplemento referente a cada emissão de Quotas Subordinadas, preparado nos termos do item 13.7 deste Regulamento, conforme o modelo constante do Anexo III deste Regulamento.

"Taxa de Administração": tem o significado previsto no item 12 deste Regulamento.

"Taxa DI": é a taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, calculada com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP.

"Taxa de Longo Prazo": tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.2 do Contrato de Cessão.

"Termo de Cessão": é o documento preparado na forma do Anexo V ao Contrato de Cessão.

"Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento": é o documento pelo qual os Quotistas, dentre outras coisas, (i) declaram estar cientes dos riscos envolvidos no investimento nas Quotas do Fundo; (ii) aderem ao Regulamento, e (iii) atestam a sua condição de Investidores Qualificados.

"Valor Unitário de Emissão": é o valor unitário de cada Quota na respectiva 1ª (primeira) Data de Emissão.

2. FUNDO

2.1 O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS-INSUMOS BÁSICOS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA é regido pelo presente Regulamento e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

2.2 Para os fins deste Regulamento e seus Anexos, os termos e expressões neles não definidos terão o significado que lhes é atribuído no item 1 deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.

2.3 No prazo de até 20 (vinte) dias contado (i) de sua aprovação pelo Administrador, o Regulamento e os Suplementos; e (ii) de sua aprovação pela Assembleia Geral, os eventuais aditamentos ao Regulamento, serão registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2.3.1 As alterações do Regulamento vigorarão a partir da data do protocolo na CVM (i) da lista de Quotistas presentes na Assembleia Geral realizada com essa finalidade; (ii) da cópia da ata da referida Assembleia Geral; e (iii) do exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma determinada pelo artigo 25 da Instrução CVM 356.

2.4 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente poderão ser resgatadas ao término do prazo de duração de cada série, ao término do Prazo de Duração do Fundo, ou ainda em virtude da liquidação antecipada do Fundo, conforme o disposto no item 20.2 deste Regulamento. É admitida, ainda, a amortização de Quotas, nos termos dos itens 15 e 21 deste Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral.

2.5 Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, os Investidores Qualificados.

3. PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

- 3.1 Prazo de duração regular do Fundo ("Prazo de Duração") será de 36 (trinta e seis) meses contado da 1ª Data de Emissão de Quotas, sem prejuízo do disposto nos itens 3.2, 3.3 e 20.2 deste Regulamento.
- 3.2 O Prazo de Duração poderá ser prorrogado por deliberação dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral.
- 3.3 Na hipótese do Prazo de Duração não se encerrar em Dia Útil, a liquidação do Fundo será efetuada no primeiro Dia Útil subsequente.

4. ADMINISTRADOR

- 4.1 O Fundo é administrado pelo Administrador, instituição devidamente autorizada pela CVM a administrar carteira de valores mobiliários.

4.1.1 O Administrador deverá administrar o Fundo cumprindo suas obrigações com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral; (ii) na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, do disposto no Contrato de Cessão; e (iii) dos deveres de diligência, lealdade, informação aos Quotistas e salvaguarda da integridade dos direitos destes.

4.1.2 O Administrador, observadas as limitações deste Regulamento e da regulamentação aplicável, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros, inclusive o de comparecer e votar, em nome do Fundo, nas assembleias gerais ou especiais de interesse do Fundo.

4.1.3 Observados os termos e as condições estabelecidas neste Regulamento, no Contrato de Cessão e observada a regulamentação aplicável, o Administrador, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:

- I. iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos, observado o disposto no item 24 deste Regulamento;
- II. celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado aos Direitos Creditórios ou aos Ativos Financeiros, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas;

III. constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pelo Administrador, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses contado da data de sua outorga, exceção feita às procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e

IV. contratar, às suas expensas, serviços de gestão da carteira do Fundo com suas Partes Relacionadas, desde que devidamente autorizadas pela CVM e observado o disposto no artigo 39 da Instrução CVM 356.

4.1.4 Caso eventualmente ocorra, por qualquer meio, a transferência do controle acionário, direto ou indireto, do Administrador para uma instituição que não seja uma Instituição Autorizada, o Administrador deverá comunicar esse fato aos Quotistas, na forma do item 29.1 deste Regulamento, e convocar Assembleia Geral para que os mesmos deliberem sobre a substituição do Administrador.

4.2 O Administrador poderá ser substituído a qualquer tempo pela Assembleia Geral, na forma do item 26 deste Regulamento, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

4.3 O Administrador poderá, mediante aviso publicado no periódico referido no item 29.1 deste Regulamento e, adicionalmente, a seu critério, também por meio eletrônico enviado aos representantes dos Quotistas indicados na forma do item 14.2.1 deste Regulamento renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, a ser realizada em até 60 (sessenta) dias contados da referida publicação de renúncia, Assembleia Geral para decidir sobre a indicação do seu substituto ou a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável.

4.3.1 Na hipótese prevista no item 4.3 deste Regulamento, o Administrador permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de 30 (trinta) dias contado da data de realização da Assembleia Geral ou por prazo inferior, conforme determinado pelos Quotistas na respectiva Assembleia Geral, o qual poderá, mediante determinação dos Quotistas, ser prorrogado uma única vez por igual período, para que a instituição substituta escolhida pelos referidos Quotistas assumam efetivamente todos os deveres e as obrigações do Administrador de acordo com os termos e as condições deste Regulamento.

4.3.2 Decorridos 30 (trinta) dias do prazo estabelecido no item 4.3 deste Regulamento sem que os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, tenham deliberado a indicação do substituto do Administrador ou sem que tenha sido instalada a referida Assembleia Geral, o Administrador iniciará

os procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo, nos termos deste Regulamento, e comunicará tal fato à CVM.

- 4.3.3 Nas hipóteses de substituição do Administrador e de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade do próprio Administrador.
- 4.4 O Administrador deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contado da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Administrador ou por qualquer terceiro envolvido diretamente com a administração do Fundo, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Administrador, nos termos deste Regulamento.

5. RESPONSABILIDADES DO ADMINISTRADOR

5.1 São, dentre outras previstas neste Regulamento e na legislação aplicável, obrigações do Administrador:

- I. manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal: (a) a documentação relativa às operações do Fundo; (b) o registro dos Quotistas; (c) o livro de atas de Assembleias Gerais; (d) o livro de presença de Quotistas; (e) o Prospecto, até o encerramento da Oferta Pública; (f) os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere o item 5.4 deste Regulamento; (g) os registros contábeis do Fundo; e (h) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco;
- II. receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante;
- III. entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e do Prospecto, bem como dar-lhes ciência do (a) nome do periódico utilizado para divulgação de informações; e (b) da taxa de administração cobrada;
- IV. sem prejuízo da divulgação de informações a que se refere o item 29.2 deste Regulamento, divulgar no periódico referido no item 29.1 deste Regulamento, no prazo de 15 (quinze) dias contados do encerramento de cada trimestre civil, e manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas, as rentabilidades

acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem e os relatórios preparados pela Agência Classificadora de Risco;

- V. custear as despesas de propaganda do Fundo;
- VI. fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- VII. colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, as demonstrações financeiras do Fundo, observado o disposto no item 29 deste Regulamento;
- VIII. sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo;
- IX. providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização das classificações de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas pela Agência de Classificação de Risco;
- X. assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere o item 5.4 deste Regulamento;
- XI. observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo, conforme o disposto no item 6 deste Regulamento;
- XII. proceder à contratação, em nome do Fundo, dos prestadores de serviços do Fundo, como o Custodiante, a Agência de Classificação de Risco, a Empresa de Auditoria e os assessores legais do Fundo;
- XIII. executar, diretamente ou por meio da contratação do Agente Escriturador, serviços que incluem, dentre outras obrigações, (a) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (b) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (c) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (d) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro de cada ano, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;

- XIV. efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável;
- XV. informar à Agência de Classificação de Risco, no Dia Útil imediatamente subsequente ao conhecimento: (a) da substituição do Administrador, da Empresa de Auditoria ou do Custodiante; (b) da ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e (c) da celebração de aditamentos ao Contrato de Cessão;
- XVI. providenciar o registro do Regulamento, de seus eventuais aditamentos e Suplementos, nos termos do item 2.3 deste Regulamento;
- XVII. acompanhar o cumprimento das funções atribuídas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia;
- XVIII. comunicar aos Quotistas, na forma do item 29.1 deste Regulamento, a ocorrência da hipótese prevista no item 4.1.4 deste Regulamento;
- XIX. disponibilizar à Agência de Classificação de Risco, quando solicitado, os documentos do Fundo que estejam sob a sua guarda, relevantes para a análise da Agência de Classificação de Risco, a critério desta última;
- XX. comunicar imediatamente os Quotistas, na forma prevista neste Regulamento, sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua ciência de tal fato;
- XXI. no caso de intervenção ou liquidação extrajudicial do Banco Cobrador, do Custodiante ou qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados Ativos Financeiros ou Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros para outra conta de depósitos de titularidade do Fundo;
- XXII. atualizar o "Anexo V – Política de Crédito da Cedente" caso haja alteração pelas Cedentes da sua política de concessão de crédito, sendo que tal atualização será processada pelo Administrador, conforme previsto nos itens 11.1 e 11.1.1 deste Regulamento, respeitados os termos do Contrato de Cessão; e
- XXIII. no caso de Oferta Restrita, informar à CVM o encerramento da Oferta Restrita no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476.

- 5.2 É vedado ao Administrador, em nome próprio:
- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo;
 - II. utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
 - III. efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

5.2.1 As vedações de que tratam o item 5.2 deste Regulamento abrangem os recursos próprios das Partes Relacionadas do Administrador, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

5.2.2 Excetuam-se do ora disposto os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Bacen e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes das carteiras do Fundo.

5.3 É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma;
- II. realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento em desacordo com a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista no item 6 deste Regulamento;
- III. aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- IV. adquirir Quotas do Fundo;
- V. pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável e/ou neste Regulamento;
- VI. vender Quotas do Fundo a prestação;
- VII. vender Quotas do Fundo a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de Quotas cuja classe se subordine às demais para efeito de resgate;
- VIII. prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- IX. fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

- X. obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa; e
- XI. efetuar locação, empréstimo, penhor, caução ou qualquer ônus ou gravame a qualquer título, dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, no todo ou em parte.

5.4 O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Quotistas, que evidencie: (i) que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente; (ii) que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado; (iii) os procedimentos de verificação de lastro dos Direitos Creditórios adotados pelo Custodiante; (iv) os resultados da verificação do lastro realizada no trimestre anterior pelo Custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados; (v) eventuais alterações nos seguintes itens, com apresentação dos possíveis impactos decorrentes de tais alterações sobre a rentabilidade da carteira do Fundo: (a) na natureza dos Direitos Creditórios; (b) nos instrumentos jurídicos que representam os Direitos Creditórios; (c) na política de cobrança dos Direitos Creditórios, inclusive inadimplentes, com demonstrativos das despesas incorridas pelo Fundo em tal cobrança, e; (e) na Política de Crédito das Cedentes que representem individualmente 10% (dez por cento) ou mais da carteira do Fundo no trimestre; (vi) eventuais alterações nas garantias existentes para o conjunto de ativos do Fundo; (vii) forma como se operou a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, incluindo (a) descrição de contratos relevantes firmados com esse propósito, se houver; e (b) indicação do caráter definitivo, ou não, da cessão; (viii) impacto no valor do Patrimônio Líquido do Fundo e na rentabilidade da carteira dos eventos de pré-pagamento, bem como análise do impacto dos eventos de pré-pagamento; (ix) condições de alienação, a qualquer título, inclusive por venda ou permuta, de Direitos Creditórios, incluindo: (a) momento da alienação (antes ou depois do vencimento); e (b) motivação da alienação; (x) impacto no valor do Patrimônio Líquido do Fundo e na rentabilidade da carteira de uma possível descontinuidade nas operações de alienação de Direitos Creditórios realizadas: (a) pelas Cedentes; (b) por instituições que, direta ou indiretamente, prestam serviços para o Fundo; ou (c) por pessoas a eles ligadas; (xi) análise do impacto da descontinuidade das alienações descrito no inciso "x" deste item 5.4; (xii) quaisquer eventos previstos nos contratos firmados para estruturar a operação que acarretaram a amortização antecipada dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo; e (xiii) informações sobre fatos ocorridos que afetaram a regularidade dos fluxos de pagamento previstos.

RECEBUE
DO
CARTÃO

8587591
15 SET 2011

SÃO PAULO

- 5.4.1 Os demonstrativos referidos no item 5.4 deste Regulamento devem ser enviados à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e permanecer à disposição dos Quotistas, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

6. OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

- 6.1 O objetivo do Fundo é buscar proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste item 6, valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) de Direitos Creditórios Elegíveis e/ou (ii) de Ativos Financeiros.
- 6.1.1 O Fundo atuará preponderantemente no segmento de insumos básicos da indústria petroquímica brasileira, tendo em vista a natureza comercial e as características de origem dos Direitos Creditórios que cada Cedente detém e venha a deter contra seus respectivos Clientes e que serão cedidos ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão. Tais Direitos Creditórios são advindos de operações de venda mercantil a prazo de NAFTA, Etano e/ou Propano já fabricados e/ou comercializados pelas Cedentes e despachados aos Clientes no curso normal de suas atividades preponderantes no setor petroquímico, sendo tais operações representadas por Notas Fiscais Fatura.
- 6.1.2 Não obstante o disposto no item 6.1.1 acima, o Fundo somente poderá adquirir e manter em sua carteira Direitos Creditórios que atendam cumulativamente, na Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade ("Direitos Creditórios Elegíveis").
- 6.2 Os investimentos do Fundo estarão sujeitos aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto neste item 6 e, em especial, o enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura.
- 6.3 O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observados os Critérios de Elegibilidade ("Alocação Mínima"). Caso o Fundo não disponha de ofertas de Direitos Creditórios, que atendam aos Critérios de Elegibilidade, suficientes para atingir a Alocação Mínima, o Administrador poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento do limite de que trata este item por novo período de 90 (noventa) dias, sem necessidade de autorização da Assembleia Geral.
- 6.3.1 Na hipótese de realização de emissão de novas séries de Quotas Seniores após a alocação do Patrimônio Líquido do Fundo nos termos do item 6.3

deste Regulamento, o Fundo deverá alocar os recursos provenientes da referida nova emissão em Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da integralização de tais Quotas.

- 6.4 Nos termos do artigo 40-A, parágrafo 1º, da Instrução CVM 356, o total de Direitos Creditórios devidos por cada Cliente pode chegar a 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, a qualquer tempo.
- 6.5 O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em:
- I. títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen;
 - II. fundos de investimento classificados como referenciados ou de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Bacen, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas; ou
 - III. operações compromissadas com lastro nos títulos mencionados no inciso I acima e cuja contraparte seja uma Instituição Autorizada.
- 6.5.1 Observadas as demais disposições previstas na Instrução CVM 356 e na hipótese prevista no item 6.5.2 abaixo, o limite de concentração para os investimentos nos Ativos Financeiros indicados nos incisos II e III do item 6.5 deste Regulamento será de, no máximo, 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo por instituição ou entidade.
- 6.5.2 Ainda observadas as demais disposições previstas na Instrução CVM 356, caso os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo representem montante inferior a 70% (setenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, o limite de concentração previsto no item 6.5.1 acima será aumentado de 10% (dez por cento) para 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, por instituição ou entidade.
- 6.6 Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.
- 6.7 Embora a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo seja direcionada para, além do investimento em Direitos Creditórios, Ativos Financeiros de perfil conservador, eventuais oscilações nos valores dos Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo podem resultar em perda patrimonial do Fundo. No entanto, não será devida qualquer multa ou penalidade pelo Administrador, pelo Custodiante, pelas Cedentes e quaisquer de suas Partes Relacionadas, decorrente desse fato.

6.8 O Fundo não poderá realizar:

- I. aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
- II. operações em mercado de derivativos;
- III. operações financeiras, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro em que (a) o Administrador; (b) o Custodiante; (c) qualquer Cedente; ou (d) qualquer de suas respectivas Partes Relacionadas, salvo no caso das Instituições Autorizadas, figure, direta ou indiretamente, como contraparte; e
- IV. operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente do Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

6.9 O Fundo não adquirirá Direitos Creditórios representados por *warrants*, ou relativos a contratos de venda de Produtos com entrega futura, ou títulos ou certificados representativos desses contratos, nos termos do artigo 40, parágrafo 8º, da Instrução CVM 356.

6.10 O Administrador e o Custodiante, assim como suas respectivas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência dos Clientes ou pela correta constituição, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros.

6.11 As Cedentes, assim como suas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência dos Clientes. Cada Cedente é responsável pela origem, existência, correta constituição e formalização, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios por ela cedidos com a característica de títulos executivos extrajudiciais, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

6.12 Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC em nome do Fundo, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Bacen ou pela CVM.

6.13 Os Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo ficarão em depósito com a respectiva Cedente, permanecendo sob sua responsabilidade nos termos da legislação aplicável e do Contrato de Cessão.

6.14 Os percentuais e limites referidos neste item 6 serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, com exceção do limite previsto no item 6.5.1, que deverá ser observado em até 1 (um) Dia Útil contado a partir da data de investimento

no respectivo Ativo Financeiro, devendo o Administrador zelar e emendar seus melhores esforços para evitar a concentração dos Ativos Financeiros.

- 6.15 As aplicações dos Quotistas não contam com qualquer mecanismo de seguro ou a garantia das Cedentes, do Administrador, do Custodiante, ou de suas Partes Relacionadas, nem mesmo do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

7. FATORES DE RISCO

- 7.1 Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas. As Cedentes, o Administrador, o Custodiante ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento. Ressalte-se que, na eventualidade de o Fundo vir a sofrer prejuízos que o levem a apresentar Patrimônio Líquido negativo, os Quotistas poderão vir a ser chamados a aportar recursos adicionais no Fundo, de modo que este possa arcar com suas obrigações. Potenciais investidores no Fundo devem também ler atentamente os fatores de risco incluídos no Prospecto referentes à Braskem e demais Clientes, antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo.

7.2 Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se:

- I. Risco relativo à limitação de ativos do Fundo. A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas aos Quotistas é a liquidação dos Direitos Creditórios pelos Clientes e dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, podendo inclusive, realizar o resgate do saldo das Quotas Seniores mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios, conforme hipótese prevista no item 20.3.1 deste Regulamento. Caso o Fundo necessite vender os ativos detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador e/ou o preço de alienação de tais ativos poderá refletir essa falta de liquidez causando perda patrimonial para o Fundo.

- II. Risco relacionado à existência de Quotas Subordinadas que não representam garantia para os Quotistas Seniores. A existência de Quotas Subordinadas no Fundo busca tão somente tentar garantir uma parcela de liquidez mínima ao Fundo e não uma garantia com relação à inadimplência de Direitos Creditórios do Fundo. Além disso, na ocorrência de desenquadramento do Fundo com relação ao Índice de Cobertura, os Quotistas Subordinados não estão obrigados a subscrever e integralizar as novas Quotas Subordinadas que venham a ser objeto de Oferta Restrita realizada conforme disposto no item 22 deste Regulamento para fins de recomposição do Índice de Cobertura. Caso as novas Quotas Subordinadas não venham a ser subscritas e integralizadas pelos Quotistas Subordinados ou por outros investidores no âmbito da Oferta Restrita de Quotas Subordinadas, o Fundo permanecerá desenquadrado com relação ao seu Índice de Cobertura, o que poderá resultar em prejuízos aos Quotistas, seja em razão de eventual realização de Amortização Extraordinária das Quotas do Fundo ou, ainda, em razão da ocorrência de um Evento de Avaliação e, consequentemente, possível liquidação antecipada do Fundo.
- III. Risco relacionado à impossibilidade de realização de uma Oferta Restrita e a consequente Amortização Extraordinária das Quotas ou liquidação antecipada do Fundo. A ocorrência do desenquadramento do Fundo com relação ao Índice de Cobertura dentro do Período Restrito impedirá o Administrador de realizar uma Oferta Restrita de Quotas Subordinadas. Nesta hipótese, e desde que haja disponibilidade de caixa do Fundo, o reenquadramento do Índice de Cobertura se dará através da Amortização Extraordinária das Quotas do Fundo, podendo causar prejuízos a seus Quotistas. Adicionalmente, caso o Fundo não tenha disponibilidade de caixa suficiente para fazer frente à Amortização Extraordinária, o Fundo permanecerá desenquadrado com relação ao seu Índice de Cobertura, o que poderá resultar em um Evento de Avaliação e, consequentemente, em uma possível liquidação antecipada do Fundo, podendo causar prejuízos a seus Quotistas.
- IV. Risco de descaracterização do regime tributário aplicável ao Fundo. O Administrador envidará melhores esforços para compor a carteira do Fundo com Ativos Financeiros que sejam compatíveis com a classificação do Fundo como um fundo de investimento de longo prazo para fins tributários, considerando-se como tal um fundo de investimento que possui uma carteira de Ativos Financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da legislação aplicável. Todavia, não há garantia de que o Administrador conseguirá adquirir tais ativos e portanto, não há garantia de que o Administrador conseguirá fazer com que o Fundo

seja classificável como de longo prazo para fins de aplicação do regime tributário a seus Quotistas.

- V. Risco de liquidez relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez e outras condições atípicas nos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgate de suas Quotas.
- VI. Risco relacionado à amortização e resgate condicionado das Quotas. O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que os mesmos são negociados. Dentre os riscos, inclui-se a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos Clientes e/ou os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto o Administrador quanto o Custodiante, bem como suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as Amortizações Periódicas ou Extraordinárias e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- VII. Risco relacionado aos Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação antecipada do Fundo. O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação previstos no item 20 deste Regulamento. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador (i) comunicará os Quotistas acerca do fato, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; e (ii) convocará, no Dia Útil subsequente ao dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos neste Regulamento para um Evento de Liquidação. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o

Administrador deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e o eventual pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Tais procedimentos de liquidação antecipada somente poderão ser interrompidos em caso de aprovação pela Assembleia Geral, observado o quorum previsto no item 26.4.1.

VIII. Risco de mercado e fatores macroeconômicos. A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, assim como em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos neste item 7, poderá resultar em perda, pelos Quotistas, do valor de parte ou de todo o valor investido. O Fundo, o Administrador e o Custodiante não se comprometeram e não poderão ser demandados a reembolsar os Quotistas por qualquer multa ou penalidade, dano ou prejuízo de qualquer natureza que os Quotistas sofram em decorrência dos riscos descritos neste Regulamento.

IX. Risco relacionado à inexistência de rendimento predeterminado. O valor unitário das Quotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no item 14.3 deste Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Custodiante, de qualquer Cedente e de suas respectivas Partes Relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro, ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor delas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o seu limite máximo de remuneração.

X. Risco relacionado à natureza das Quotas Subordinadas que se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores

para efeitos de amortização e resgate. As amortizações e resgates das Quotas Subordinadas estão condicionadas ainda à existência de disponibilidades do Fundo para sua realização, após os pagamentos devidos aos titulares de Quotas Seniores a título de amortização e resgate. Considerando-se a natureza dos Direitos Creditórios e o risco a eles inerente, bem como aos Ativos Financeiros, o Administrador, o Custodiante, qualquer Cedente e suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas ocorrerão nas datas originalmente previstas, ou a qualquer tempo, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador, o Custodiante, qualquer Cedente e suas respectivas Partes Relacionadas qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- XI. Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários. O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação caso estes assim decidam ou, mesmo que exista, que o preço de alienação das Quotas em tal mercado não seja inferior ao seu valor patrimonial, podendo causar prejuízos aos Quotistas. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, os Quotistas devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário ou sequer conseguirem realizar a venda, sendo que o Fundo, o Administrador, as Cedentes, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo. Ainda, as Quotas Subordinadas objeto de Oferta Restrita somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e, no mercado de balcão organizado, somente depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva data de subscrição, nos termos da Instrução CVM 476. No caso de liquidação antecipada do Fundo, o Fundo, o Administrador, as Cedentes, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, devendo os Quotistas possuir condição financeira para levar ao vencimento

RECEBIDO
1654858
15 SET 2011
SAC FUNDOS

os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

- XII. Risco de descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Seniores e dos Ativos Financeiros. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras preponderantemente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros, que comporão o Patrimônio Líquido. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão atualizados de acordo com a taxa pré-fixada que for utilizada para o cálculo do respectivo Preço de Aquisição, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação, sempre observado o disposto no item 19 deste Regulamento. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado diariamente utilizando-se a variação da Taxa DI, a qual é uma taxa pós-fixada, na forma do disposto no item 14.3 deste Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores. O Administrador, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações, em razão de tal descasamento.
- XIII. Risco de descontinuidade do Fundo em razão de resgate ou amortização antecipada das Quotas; Pagamento através da entrega de Direitos Creditórios. Conforme previsto nos itens 13, 15, 20 e 21 deste Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em data anterior à respectiva Data de Resgate ou Data de Amortização, conforme o caso, podendo inclusive efetuar tais pagamentos em Direitos Creditórios. Deste modo, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.
- XIV. Risco relacionados ao pagamento antecipado de Direitos Creditórios. Os Clientes podem pagar antecipadamente, ainda que sem descontos, os Direitos Creditórios. Tais pagamentos antecipados podem reduzir o valor esperado dos Direitos Creditórios e trazer prejuízos ao Fundo, e, conseqüentemente, aos seus Quotistas.
- XV. Risco de originação de Direitos Creditórios e Risco de descontinuidade do Fundo por insuficiência de Direitos Creditórios. Os Direitos Creditórios são advindos de operações de venda

mercantil a prazo de Produtos já extraídos, produzidos, fabricados e/ou comercializados e despachados pelas respectivas Cedentes aos Clientes. O relacionamento comercial entre as Cedentes e os Clientes pode ser alterado no futuro e referidas operações de venda mercantil a prazo podem deixar de existir ou diminuir de volume substancialmente, afetando a originação de Direitos Creditórios que atendam à política de investimentos do Fundo. Da mesma forma, as atividades de extração, produção, fabricação e/ou comercialização e despacho de Produtos das Cedentes que resultam na originação dos Direitos Creditórios para atendimento à política de investimentos do Fundo, podem ser afetadas por outros fatores, tais como condições de mercado, efeitos da política econômica do governo brasileiro, riscos operacionais e riscos relacionados a questões ambientais. Ademais, a própria decisão da Cedente de honrar seu compromisso de cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo pode ser afetada por fatores diversos, inclusive pelos fatores mencionados acima ainda que o processo de originação dos Direitos Creditórios em si não tenha sido afetado. Assim sendo, não há garantia de que as Cedentes conseguirão e/ou irão originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima e continue em existência. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima poderá não apenas dar causa à amortização compulsória de Quotas Seniores nos termos do item 15.4 deste Regulamento, mas também a uma eventual liquidação do Fundo e os Quotistas titulares das Quotas Seniores podem não ter acesso a outros investimentos com o mesmo retorno no prazo originalmente previsto para amortização das Quotas. Tal desenquadramento poderá também ter um impacto negativo na rentabilidade das Quotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos Creditórios.

XVI. Risco do originador. As atividades das Cedentes, tais como a extração, produção e venda de Produtos que resultam na originação dos Direitos Creditórios para atendimento à política de investimentos do Fundo podem, devido a sua natureza, ser afetadas por diversos fatores, inclusive condições de mercado, efeitos da política econômica do governo brasileiro, riscos operacionais, e riscos relacionados a questões ambientais. Caso, em decorrência de problemas relacionados às atividades das Cedentes, o Fundo não consiga adquirir Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade, poderá haver um desenquadramento do Fundo com relação a seus limites de Alocação Mínima. Não há garantia de que as Cedentes conseguirão e/ou irão originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima e continue em existência. O desenquadramento em relação

à Alocação Mínima poderá não apenas dar causa à amortização compulsória de Quotas Seniores nos termos do item 15.4 deste Regulamento mas também a uma eventual liquidação do Fundo e os Quotistas titulares das Quotas Seniores podem não ter acesso a outros investimentos com o mesmo retorno no prazo originalmente previsto para amortização das Quotas. Tal desenquadramento poderá também ter um impacto negativo na rentabilidade das Quotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos Creditórios.

XVII. Risco decorrente da fixação do preço dos Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado (*marked-to-market*), poderão causar variações no valor dos Ativos Financeiros, inclusive podendo resultar em diminuição substancial do valor das Quotas.

XVIII. Risco relativo à existência de quorum qualificado e necessidade de aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas. O Regulamento do Fundo estabelece quorum qualificado para a Assembleia Geral deliberar sobre determinadas matérias de interesse dos Quotistas e, ainda, sobre a necessidade de certas matérias dependerem da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas. O quorum qualificado, bem como a dependência da aprovação de certas matérias pelos titulares das Quotas Subordinadas, em algumas circunstâncias, poderão acarretar limitações às atividades do Fundo, e, conseqüentemente, prejuízo ao mesmo e seus Quotistas.

Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se:

- I. Risco de liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios. Em razão da inexistência (i) de um mercado secundário ativo e organizado para os Direitos Creditórios, e da conseqüente falta de liquidez dos Direitos Creditórios; e (ii) de qualquer tipo de coobrigação ou direito de regresso do Fundo contra qualquer Cedente, os Quotistas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.
- II. Risco de crédito dos Clientes (sacados/devedores); ausência de garantia por parte das Cedentes; e garantia da Braskem dos Direitos Creditórios devidos pelos demais Clientes. As Cedentes somente se responsabilizam pela correta constituição, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios, bem como por sua exigibilidade, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização com a

característica de títulos executivos extrajudiciais por elas cedidos. As Cedentes, o Administrador e o Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Clientes. Assim, a liquidez dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Clientes, ou da Braskem como fiadora dos demais Clientes, diretamente ao Fundo, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, por parte das Cedentes de que o pagamento dos Direitos Creditórios será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados. Os Direitos Creditórios devidos por Cliente que não seja a Braskem contarão com fiança outorgada pela Braskem. Nesses casos, o risco de crédito do Fundo decorre da capacidade da Braskem em honrar tais fianças. Caso a Braskem não o faça, poderá haver prejuízos ao Fundo e seus Quotistas.

III. Risco de concentração. A política de investimento do Fundo não estabelece limites de concentração de investimentos em Direitos Creditórios de um mesmo Cliente, assim, um Cliente pode ser devedor de Direitos Creditórios representando até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. Desta forma, o risco de crédito do Fundo decorre, em grande medida, da capacidade dos Clientes honrarem seus compromissos. Considerando que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Quotistas, o não pagamento, pelos Clientes, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, inclusive em razão de instauração de pedidos de falência, recuperação judicial, de planos de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência contra os Clientes, poderá comprometer o recebimento, pelos Quotistas, dos valores correspondentes a suas Quotas.

IV. Risco de descumprimento pelas Cedentes de suas obrigações nos termos do Contrato de Cessão. As Cedentes possuem obrigações nos termos do Contrato de Cessão, inclusive a obrigação de resolver a cessão de certos Direitos Creditórios, por exemplo, em decorrência de reclamação por parte de terceiros titulares de ônus, gravames, ou encargos constituídos sobre tais Direitos Creditórios. Eventuais descumprimentos pelas Cedentes de tais obrigações podem acarretar em perdas ao Fundo e seus Quotistas.

V. Risco relativo aos Critérios de Elegibilidade. Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo, conforme previsto no item 8 deste Regulamento. A solvência da carteira depende da situação econômico-financeira dos Clientes, a qual, por sua vez, está sujeita a diversos fatores relativos à administração e contratação de

negócios dos Clientes, bem como ao cenário macroeconômico brasileiro e pode gerar impacto adverso relevante na capacidade dos Clientes adimplirem com suas obrigações. A observância pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade é apenas feita no momento de aquisição dos Direitos Creditórios e não constitui garantia de adimplência dos Clientes.

VI. Risco relativo à constituição sucessiva de Direitos Creditórios. Não obstante os Direitos Creditórios sejam lastreados em operações de venda mercantil já realizadas (créditos "performados"), a continuidade da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis pelas Cedentes ao Fundo depende (i) das Cedentes continuarem a fabricar e/ou comercializar Produtos, de forma a gerar novos Direitos Creditórios; e (ii) dos Clientes adquirirem os Produtos e efetuarem o respectivo pagamento. As Cedentes, em conjunto, dispõem da infra-estrutura que suporta a continuidade da fabricação e/ou comercialização dos Produtos, o que não é suficiente para assegurar que a produção das Cedentes e a demanda pelos Produtos permanecerão nos patamares atuais, o que pode afetar a continuidade da geração de Direitos Creditórios e, consequentemente, a manutenção da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis das Cedentes para o Fundo. Adicionalmente, eventuais pedidos de recuperação judicial ou a implementação de planos de recuperação extrajudicial de uma ou mais Cedentes, ou ainda a implementação de procedimentos de natureza similar, também poderão afetar negativamente a capacidade e continuidade da geração de Direitos Creditórios pelas Cedentes.

VII. Risco do impacto dos custos e despesas referentes à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios. Os custos e despesas relacionados aos procedimentos judiciais ou extrajudiciais para cobrança dos Direitos Creditórios vencidos integrantes do Patrimônio Líquido do Fundo, serão de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo. Dependendo do volume de Direitos Creditórios vencidos e não pagos e da complexidade envolvida nos casos, os custos e despesas relacionados aos procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança poderão prejudicar a rentabilidade das Quotas e o pagamento aos Quotistas dos valores referentes às amortizações e resgates das Quotas. O Administrador e o Custodiante, seus administradores, empregados e demais prepostos não serão responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência dos custos referentes à cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, devendo o Fundo suportar todos os custos relacionados com estes procedimentos, sejam judiciais ou extrajudiciais.

RECEBIDO
FUND. FOME

1654858

SÃO PAULO

15 SET 2011

VIII. Risco de irregularidade dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios. O Custodiante realizará verificação periódica no mínimo trimestral dos Documentos Comprobatórios. O Custodiante verificará, após a cessão dos Direitos Creditórios, o lastro dos Direitos Creditórios, comunicando o resultado dessa verificação ao Administrador, à Agência de Classificação de Risco, à Cedente e à Empresa de Auditoria. Considerando que tal verificação é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, e mesmo com a hipótese de resolução da cessão quanto aos Direitos Creditórios que apresentem inexistência ou irregularidade nos Documentos Comprobatórios ou em sua constituição, nos termos do Contrato de Cessão, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios e trazer prejuízo ao Fundo, bem como dificuldades para o pagamento dos valores referentes às amortizações e resgates aos Quotistas. A verificação será feita nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios especificados neste Regulamento.

0-11

8587591

2011
155
57
1

CONFIDENTIAL

- 32

mesmos possam se manifestar sobre o assunto em Assembleia Geral.

XIII. Risco decorrente da ausência de registro dos Termos de Cessão. Apenas o Contrato de Cessão, no qual estão definidos todos os termos, condições e características da cessão dos Direitos Creditórios, será registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na sede do Fundo e da Cedente. Os Termos de Cessão não serão registrados. O artigo 221 do Código Civil estabelece que os efeitos da cessão não se operam a respeito de terceiros antes que tal registro seja efetuado. Sendo assim, a ausência do registro dos Termos de Cessão poderá suscitar questionamentos por parte de terceiros alheios à operação, suscitando eventualmente que as cessões não foram totalmente aperfeiçoadas juridicamente, fato este que poderá enfraquecer as chances de defesa das Cedentes e do Fundo em caso de alegação de invalidade ou ineficácia da cessão de Direitos Creditórios o que pode vir a trazer prejuízo para os Quotistas.

XIV. Risco de questionamento de validade e eficácia da cessão dos Direitos Creditórios. O Administrador e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios em razão de tais Direitos Creditórios virem a ser alcançados por obrigações de qualquer Cedente e/ou de terceiros. A cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada em:

- (i) fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos Creditórios a Cedente em questão esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado;
- (ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos Creditórios a Cedente em questão seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo penda, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real;
- (iii) fraude à execução fiscal, se a Cedente em questão, quando da celebração da cessão dos Direitos Creditórios, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de

01-01-2010
1654858

1654858

SÃO PAULO

01-01-2010

1654858

recuperação judicial ou de falência, ou, ainda, de planos de recuperação extrajudicial ou de processos similares contra a respectiva Cedente; e

- (iv) cessão irregular e inválida em inobservância a requisitos estabelecidos para que haja a cessão, conforme eventual interpretação das cláusulas dos documentos que formalizam os próprios Direitos Creditórios ou na própria legislação aplicável.

8. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

8.1 O Custodiante, por conta e ordem do Fundo, somente efetuará a aquisição de Direitos Creditórios de uma ou mais Cedentes se estes atenderem, na respectiva Data de Aquisição, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade ("Crítérios de Elegibilidade"):

1. não tenham data de vencimento inferior a 80 (oitenta) dias contados da respectiva Data de Aquisição e superior a 95 (noventa e cinco) dias contados da Data de Aquisição, observado que não será admitida a aquisição de Direitos Creditórios cuja data de vencimento seja posterior à última Data de Resgate de Quotas em circulação; e

que cada respectivo Cliente, na Data de Aquisição: (a) não seja devedor de outro Direito Creditório de titularidade do Fundo, vencido e não pago por mais de 5 (cinco) dias; e (b) não tenha falência decretada, recuperação judicial deferida ou recuperação extrajudicial homologada.

8.1.1 A verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade na Data de Aquisição será de responsabilidade exclusiva do Custodiante e, desde que observados os termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão, será definitiva.

8.1.2 A perda, por qualquer motivo, após a aquisição pelo Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível não dará ao Fundo qualquer recurso contra qualquer Cedente.

8.1.3 Caso a Assembleia Geral delibere qualquer alteração em relação aos Critérios de Elegibilidade e o Custodiante, por razões técnicas ou econômicas razoavelmente demonstráveis, não tenha condições de verificar o enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade modificados, o Custodiante poderá requerer o término do Contrato de Custódia em até 30 (trinta) Dias Úteis contados do recebimento de notificação escrita do Administrador informando ao Custodiante sobre a referida alteração deste Regulamento. Na hipótese de requerer o término do Contrato de Custódia em decorrência do disposto acima, o Custodiante não será responsável pela verificação do

atendimento, em cada Data de Aquisição, dos Direitos Creditórios com relação aos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados sem a sua expressa concordância, desde a data da referida alteração até a data da efetiva interrupção da prestação dos seus serviços ao Fundo ou da sua substituição por um novo custodiante. Caso não requeira o término do Contrato de Custódia no prazo indicado neste item, serão consideradas aceitas tacitamente pelo Custodiante as alterações promovidas pela Assembleia Geral em relação aos Critérios de Elegibilidade.

9. INCLUSÃO DE NOVOS CLIENTES

- 9.1 Para a inclusão de qualquer outro comprador de Produtos cadastrado pelas Cedentes e que esteja sob o controle efetivo da Braskem na Relação de Clientes ("Novo Cliente"), a Petrobras deverá encaminhar ao Fundo e ao Custodiante (a) um relatório e arquivo eletrônico preparados por empresa de auditoria independente de renome internacional, nos quais constem as seguintes informações sobre o Novo Cliente apuradas em período não inferior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de elaboração do relatório ("Relatório Especial de Revisão"): (i) a razão social e CNPJ/MF do Novo Cliente; (ii) valor total de compras do Novo Cliente; (iii) dados detalhados e individualizados relativos às Notas Fiscais Fatura emitidas, incluindo data de emissão, data de vencimento e data de efetivo pagamento; (b) confirmação pela Petrobras de que as obrigações de pagamento de tal Novo Cliente, referentes às operações comerciais lastro dos Direitos Creditórios, contam com fiança da Braskem em termos aceitáveis para o Fundo; e (c) confirmação pela Petrobras de que o Novo Cliente: (i) não apresenta títulos vencidos e não pagos (em aberto); e (ii) não atrasou mais de 20% (vinte por cento) do total faturado no ano anterior ao ano então corrente.
- 9.2 Após receber as informações mencionadas no item 9.1 deste Regulamento, o Custodiante, na qualidade de interveniente anuente, e as Partes do Contrato de Cessão celebrarão um aditamento a tal Contrato de Cessão para inclusão do Novo Cliente na Relação de Clientes, o qual será levado a registro em Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme Cláusula 13.2 do Contrato de Cessão.
- 9.3 O aditamento ao Contrato de Cessão para refletir a inclusão de Novo Cliente deverá conter declaração da Petrobras de que as informações prestadas nos termos do item 9.1 deste Regulamento são verdadeiras, corretas, completas e precisas, sob seu aspecto material e formal, bem como quaisquer outras declarações que as partes entendam necessárias à época de tal aditamento.
- 9.4 Na hipótese de incorporação de 1 (um) Cliente por uma empresa que não conste da Relação de Clientes, a inclusão da incorporadora na Relação de

Clientes observará o procedimento estabelecido neste item 9 e no Contrato de Cessão para a inclusão de Novo Cliente na Relação de Clientes.

- 9.5 Na hipótese de fusão de 2 (dois) ou mais Clientes que constem da Relação de Clientes ou incorporação de 1 (um) Cliente por outro Cliente que conste da Relação de Clientes, a empresa resultante da fusão ou a incorporadora será incluída na Relação de Clientes com base nas informações consolidadas dos Clientes que lhe deram origem, constantes da Base de Dados.

10. INCLUSÃO DE NOVAS CEDENTES

- 10.1 A Petrobras poderá, após a 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas do Fundo, optar, mediante notificação ao Fundo e ao Custodiante, pela inclusão de outras empresas vendedoras de Produtos que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos ("Novas Cedentes"): (i) sejam subsidiárias integrais da Petrobras; (ii) cujo objeto social seja substancialmente semelhante ao da Cedente; e (iii) no caso de Direitos Creditórios contra Clientes que não a Braskem, sejam beneficiárias de fiança outorgada pela Braskem para as obrigações de pagamento de tais Clientes com relação ao fornecimento de Produtos, em termos substancialmente iguais aos da fiança prestada pela Braskem à Petrobras, como Cedentes para todos os fins e efeitos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

- 10.1.1 A inclusão prevista no item 10.1 deste Regulamento somente passará a produzir efeitos a partir da data em que o Custodiante, na qualidade de interveniente anuente, e as partes do Contrato de Cessão celebrarem aditamento ao mesmo e o levarem a registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, conforme Cláusula 14.2 do Contrato de Cessão.

- 10.2 Caso qualquer dos requisitos previstos no item 10.1 deste Regulamento e na Cláusula 14.1 do Contrato de Cessão deixem de ser satisfeitos por qualquer Cedente, a Cedente em questão não mais poderá ceder Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

11. ORIGINAÇÃO, CESSÃO E COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- 11.1 A política de crédito das Cedentes com relação aos Clientes é aquela que consta do "Anexo V – Política de Crédito da Cedente" deste Regulamento, preparada especificamente para os Clientes, observado que eventuais alterações na referida política deverão ser informadas pelas Cedentes ao Administrador e à Agência de Classificação de Risco, não podendo impactar de forma adversa e relevante o Fundo e seus Quotistas, nos termos do Contrato de Cessão.

- 11.1.1 O Administrador atualizará o "Anexo V – Política de Crédito da Cedente" deste Regulamento por ocasião da primeira Assembleia Geral subsequente ao recebimento da informação mencionada no item 11 deste Regulamento, observado que tal atualização não será objeto de deliberação pelos Quotistas.
- 11.2 Os procedimentos de oferta, cessão, formalização da cessão, aquisição e cobrança dos Direitos Creditórios observarão os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão, em especial as Cláusulas 1 e 4 do Contrato de Cessão, bem como o disposto nos itens abaixo.
- 11.3 A cessão dos Direitos Creditórios das Cedentes para o Fundo será considerada realizada na data em que o Custodiante verificar o atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade e enviar o Arquivo Retorno de Cessão para a respectiva Cedente, na forma descrita no Contrato de Cessão ("Data de Aquisição").
- 11.4 Na Data de Aquisição, o Administrador autorizará o Custodiante a providenciar o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios à respectiva Cedente após conclusão do procedimento descrito na Cláusula 4.5 do Contrato de Cessão.
- 11.5 Ressalvado o disposto na Cláusula 5 do Contrato de Cessão, a cessão realizada será irrevogável e irretroatável, com a transferência para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra as respectivas Cedentes, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, inclusive eventuais fianças prestadas pela Braskem à respectiva Cedente com relação às obrigações de pagamento do respectivo Cliente.
- 11.6 A Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios será feita pelo Banco Cobrador, nos termos do Convênio de Cobrança Bancária, por meio da emissão dos respectivos Avisos de Vencimento aos Clientes.
- 11.7 A cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, integrantes do Patrimônio Líquido, será feita pelo Fundo, direta ou indiretamente através da contratação de terceiros, sendo que o Fundo adotará para tanto, os procedimentos de cobrança definidos em Assembleia Geral de Quotistas.
- 11.8 O Custodiante, no exercício de suas atividades, não será responsável pela indicação de Direitos Creditórios inadimplidos a protesto nem pela inserção de nome dos Clientes inadimplentes em órgãos de proteção ao crédito, tais como SERASA.

12. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO

12.1 Pela prestação dos serviços de administração do Fundo, inclusive gestão da carteira do mesmo, o Administrador fará jus a uma taxa de administração ("Taxa de Administração") equivalente (A) a um montante fixo de até R\$3.150.000,00 (três milhões, cento e cinquenta mil reais) por ocasião do encerramento de primeira Oferta Pública de Quotas do Fundo, e (B) ao valor mensal de R\$1.900,00 (um mil e novecentos reais) acrescido de um dos seguintes valores, entre eles o maior: (i) valor fixo mensal de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) ou (ii) percentual anual, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, calculado sobre o Patrimônio Líquido do Fundo de acordo com o disposto a seguir;

- (a) 0,13% (treze centésimos por cento), caso o Patrimônio Líquido do Fundo seja inferior ou igual a R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais); ou
- (b) 0,12% (doze centésimos por cento), caso o Patrimônio Líquido do Fundo seja superior a R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).

12.1.1 A parcela da Taxa de Administração prevista no item 12.1 (B) acima, será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º (quinto) Dia Útil do mês calendário subsequente ao dos serviços prestados. O primeiro pagamento desta parcela da Taxa de Administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente à primeira subscrição de Quotas, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a data da primeira subscrição de Quotas e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Administração.

12.1.2 Todos os valores em reais constantes do *caput* deste Artigo serão corrigidos anualmente, sempre no mês de janeiro, pela variação do IPC - FIPE (Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) do ano anterior, ou na sua falta, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou, na falta de ambos, do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

12.2 Não será cobrada taxa de performance, de ingresso ou de saída pelo Administrador.

12.3 Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração, as seguintes despesas ("Encargos do Fundo"):

- I. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- II. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- III. despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- IV. honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria, encarregada da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- V. emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo;
- VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- VII. quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- VIII. taxas de custódia de ativos do Fundo;
- IX. contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
- X. despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas na forma do item 26.9 deste Regulamento; e
- XI. honorários e despesas devidos à Agência de Classificação de Risco.

12.4 Quaisquer despesas não previstas neste item 12 como Encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

12.5 O Administrador poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços por este contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração fixada no item 12.1 acima.

12.6 Sem prejuízo das responsabilidades do Administrador e do Diretor Designado, poderão ser constituídos conselhos consultivos, por iniciativa dos Quotistas ou do próprio Administrador, observado que tais órgãos não poderão ser remunerados.

13. QUOTAS

13.1 As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e são divididas em 2 (duas) classes, sendo 1 (uma) única classe de Quotas Seniores e 1 (única) classe de Quotas Subordinadas.

13.1.1 As Quotas Seniores poderão ser divididas em séries com valores e prazos diferenciados para amortização, resgate e remuneração.

13.2 O Fundo poderá distribuir suas Quotas em uma ou mais distribuições, até o limite máximo de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) em Quotas Seniores (apurado pela soma do valor das Quotas Seniores objeto de distribuição nas respectivas Datas de Emissão), de uma ou mais séries, e número indeterminado de Quotas Subordinadas de forma a atender ao Índice de Cobertura do Fundo.

13.3 O Administrador, em nome do Fundo, poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores até o limite previsto no item 13.2 deste Regulamento, independentemente de aprovação da Assembleia de Quotistas, observadas às disposições da Instrução CVM nº 356 e desde que:

- (a) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;
- (b) o Fundo não esteja em desacordo com o Índice de Cobertura e/ou a emissão da nova série não gere referido desenquadramento;
- (c) o respectivo Suplemento de Quotas Seniores seja devidamente preenchido e levado a registro no respectivo Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo; e
- (d) a emissão seja levada a registro, se obtenha dispensa de registro, ou seja dispensada automaticamente de registro, perante a CVM.

13.3.1 Cada emissão de série de Quotas Seniores deverá ser necessariamente precedida do preenchimento do respectivo suplemento, cujo modelo consta do Anexo I deste Regulamento ("Suplemento de Quotas Seniores"), o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série: (i) quantidade de Quotas Seniores; (ii) o valor unitário de emissão; (iii) Data de Emissão; (iv) Datas de Amortização programadas; (v) Data de Resgate; (vi) Fator *Spread* da respectiva série de Quotas Seniores e (vii) número mínimo de Quotas a serem distribuídas, conforme o caso.

13.4 O Fundo emitirá inicialmente, através de Oferta Pública, 20.000 (vinte mil) Quotas Seniores, mediante preenchimento do Suplemento de Quotas Seniores da primeira série, na forma do Anexo II a este Regulamento.

13.4.1 Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores Adicionais) poderia ser acrescida em até 15% (quinze por cento), nas mesmas condições das Quotas Seniores inicialmente ofertadas ("Quotas Seniores Suplementares"), não tendo havido tal emissão.

- 13.4.2 Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores Suplementares) poderia ser acrescida em até 20% (vinte por cento), nas mesmas condições das Quotas Seniores inicialmente ofertadas ("Quotas Seniores Adicionais"), não tendo havido tal emissão
- 13.5 A totalidade das Quotas Seniores de cada série deverá ser subscrita e integralizada no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação do anúncio de início de distribuição da respectiva série. A Data de Emissão de cada distribuição será determinada pelo Administrador.
- 13.5.1 Caso a totalidade das Quotas Seniores de cada emissão não seja subscrita no prazo acima mencionado ou no prazo de distribuição estipulado pelo Administrador para cada emissão, até o dia imediatamente anterior ao do seu término o saldo não colocado será cancelado.
- 13.6 As Quotas Seniores de cada série, independentemente das Datas de Emissão de cada uma delas, conferirão aos seus Quotistas os mesmos direitos e obrigações conforme descritos abaixo, excetuando-se os prazos e valores para amortização, resgate e remuneração, que serão estabelecidos para cada uma das séries no respectivo Suplemento.
- 13.6.1 As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns a todas as séries:
- I. prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
 - II. seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no item 14.3 deste Regulamento; e
 - III. direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, observadas as disposições deste Regulamento, sendo que a cada Quota Senior corresponderá 1 (um) voto.
- 13.6.2 O Fator *Spread* das Quotas Seniores, conforme indicado no Suplemento, será apurado por instituição financeira integrante do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários, de acordo com o procedimento estabelecido no respectivo contrato de distribuição, sendo que para a 1ª (primeira) emissão de Quotas Seniores, este procedimento será estabelecido no contrato de distribuição denominado "Contrato de Coordenação, Subscrição e Colocação de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica", celebrado entre o Administrador e o Banco Itaú BBA S.A. e o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de coordenadores.

13.6.3 As Quotas Seniores somente serão subscritas e integralizadas depois de subscritas e integralizadas as Quotas Subordinadas, de forma que o Fundo atenda, a partir da 1ª (primeira) Data de Emissão, na forma prevista no Regulamento, ao Índice de Cobertura. Na hipótese de durante o período de distribuição não serem subscritas e integralizadas Quotas Subordinadas em montante que permita a subscrição e distribuição do montante de Quotas Seniores estabelecido neste item, o saldo de Quotas Seniores excedente ao número de Quotas Seniores passíveis de subscrição e distribuição será cancelado pelo Administrador independentemente de deliberação pela Assembleia Geral.

13.7 Cada emissão de Quotas Subordinadas deverá ser necessariamente precedida do preenchimento do respectivo suplemento, cujo modelo consta do Anexo III deste Regulamento ("Suplemento de Quotas Subordinadas"), o qual deverá conter as seguintes informações: (i) quantidade de Quotas Subordinadas; (ii) o valor unitário de emissão; (iii) Data de Emissão; (iv) após a 1ª (primeira) emissão de Quotas Subordinadas, custo de distribuição por Quota Subordinada a ser arcado por cada respectivo subscritor de Quotas Subordinadas; (v) prazo para distribuição; e (vi) número mínimo de Quotas a serem distribuídas; em cada caso, conforme o caso.

13.7.1 Caso a totalidade das Quotas Subordinadas de cada emissão não seja subscrita no prazo para distribuição estipulado no respectivo Suplemento de Quotas Subordinadas, até o dia imediatamente anterior ao do seu término o saldo não colocado será cancelado.

13.8 O Fundo emitirá inicialmente, através de Oferta Pública, 555 (quinhentas e cinquenta e cinco) Quotas Subordinadas, mediante preenchimento de Suplemento de Quotas Subordinadas, na forma do Anexo IV a este Regulamento.

13.8.1 Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Subordinadas inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Subordinadas Adicionais) poderia ser acrescida em até 15% (quinze por cento), nas mesmas condições das Quotas Subordinadas inicialmente ofertadas ("Quotas Subordinadas Suplementares"), mas sempre na mesma proporção em que fossem necessárias para o enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura caso fossem acrescidas Quotas Seniores Suplementares, não tendo havido tal emissão.

13.8.2 Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Subordinadas inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Subordinadas Suplementares) poderia ser acrescida em até 20% (vinte por cento), nas mesmas condições das Quotas Subordinadas inicialmente ofertadas ("Quotas Subordinadas Adicionais"), mas sempre na mesma proporção em que fossem necessárias para o enquadramento do

Fundo ao Índice de Cobertura caso fossem acrescidas Quotas Seniores Adicionais, não tendo havido tal emissão.

13.8.3 Será admitida a aquisição, por um mesmo Investidor Qualificado, de todas as Quotas Subordinadas, não havendo, portanto, requisitos de dispersão das Quotas Subordinadas do Fundo.

13.9 As Quotas Subordinadas, independentemente das respectivas Datas de Emissão, conferirão aos seus Quotistas os mesmos direitos e obrigações conforme descritos abaixo.

13.10 As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- I. são subscritas e integralizadas em dinheiro, podendo haver, após a 1ª (primeira) emissão de Quotas Subordinadas, cobrança pelo Administrador de custos de distribuição por Quota Subordinada a ser arcado por cada respectivo subscritor de Quotas Subordinadas, em valor a ser estipulado no respectivo Suplemento de Quotas Subordinadas, conforme o caso;
- II. subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- III. somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, nos termos do item 20.3.1 deste Regulamento e/ou no término do Prazo de Duração;
- IV. seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no item 14.4 deste Regulamento;
- V. observado o disposto no item 26 deste Regulamento, direito de votar nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto;
- VI. direito de preferência na subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas objeto de Oferta Restrita; e
- VII. é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas.

13.11 As Quotas são transferíveis nos termos do item 18 deste Regulamento e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

13.12 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação, nos termos do item 20.2 deste Regulamento.

13.13 O somatório do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas será necessariamente equivalente ao valor do Patrimônio Líquido.

14. EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

14.1 As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos itens 14.3 e 14.4 deste Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Quota na respectiva Data de Emissão), por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED, do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos administrado e operacionalizado pela CETIP, ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo Bacen, servindo o comprovante de depósito ou transferência como recibo de quitação.

14.2 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista. Os Investidores Qualificados poderão efetuar aplicações de recursos no Fundo diretamente com o Administrador, observado o disposto no item 14.1 deste Regulamento e as normas e regulamentos aplicáveis.

14.2.1 Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar (a) o boletim de subscrição, se comprometendo a integralizar as Quotas subscritas respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento; (b) Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento; e (c) a declaração de Investidor Qualificado e, no caso de Oferta Restrita, deverá declarar também que (c.i) a Oferta Restrita não foi registrada na CVM; e (c.ii) as Quotas Subordinadas somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e estão sujeitas a restrições previstas neste Regulamento e na regulamentação aplicável, especialmente a Instrução CVM 476, e indicará um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pelo Administrador nos termos deste Regulamento, quando aplicável.

14.2.2 As Quotas serão integralizadas à vista, no ato da subscrição.

14.2.3 O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação do Administrador, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

14.3 A partir da 1ª (primeira) Data de Emissão das Quotas Seniores, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido

dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação; e (ii) o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQS_T = (VQS_{T-1} - VAE_{T-1} - VAP_{T-1}) \times \left[\left(\frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{Spread_{Sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

VQS_T valor unitário de cada Quota Senior calculado na data "T";

VQS_{T-1} valor unitário de cada Quota Senior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à Data de Emissão, VQS_{T-1} será igual ao Valor Unitário de Emissão da Quota Senior;

VAE_{T-1} valor unitário da Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Quota Senior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

VAP_{T-1} valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Senior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

DI_{T-1} Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00% (doze por cento), então $DI_{T-1} = 12,00$; e

$Spread_{Sn}$ Fator *Spread* das Quotas Seniores, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no respectivo Suplemento. Exemplo: Se o Fator *Spread* for 0,90% ao ano, então $Spread_{Sn} = 0,90$.

14.3.1 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Seniores, será utilizada, em substituição, a última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos Quotistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

14.3.2 Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI para definição do valor das Quotas Seniores, ou de ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos, ou a 15 (quinze) Dias Úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência de qualquer desses eventos, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral, dentro de 2 (dois) Dias Úteis, para que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores, o(s) respectivo(s) novo(s) parâmetro(s) a ser(em) utilizado(s) para a definição do valor das Quotas Seniores. Neste caso, os titulares das Quotas Subordinadas poderão sugerir parâmetro(s) alternativo(s), sendo certo, entretanto, que caso os titulares de Quotas Subordinadas não concordem com o(s) novo(s) parâmetro(s) aprovado(s) na Assembleia Geral, terão o poder de vetar a adoção do(s)

referido(s) parâmetro(s), observado o quorum de deliberação estabelecido no item 26.5 deste Regulamento. Até a data de deliberação do(s) novo(s) parâmetro(s) será utilizada, para cálculo do valor das Quotas Seniores, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Quotas Seniores quando da deliberação do(s) novo(s) parâmetro(s).

14.3.3 Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, definidos no item 14.3 deste Regulamento, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas quotas, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, das Cedentes, do Administrador ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas quotas, a uma remuneração superior às estabelecidas, respectivamente, no item 14.3 deste Regulamento, as quais representam o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.

14.4 Nas mesmas datas referidas no item 14.3 deste Regulamento, as Quotas Subordinadas terão o seu respectivo valor unitário calculado para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este valor será equivalente à divisão do Patrimônio Líquido, subtraído do valor total das Quotas Seniores, pelo número de Quotas Subordinadas em circulação.

14.5 O Fundo somente poderá emitir as Quotas Seniores caso atenda ao Índice de Cobertura, depois de computada, *pro forma*, às referidas emissões em questão.

15. AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS E RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E RESGATE

15.1 Observadas as disposições deste Regulamento, as Quotas Seniores serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate.

15.2 A Amortização Periódica das Quotas Seniores ocorrerá, respeitado o disposto no item 15.3 deste Regulamento, nas datas "T" indicadas no respectivo Suplemento (cada uma, uma "Data de Amortização").

15.3 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no item 23 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo possua Disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada

Data de Amortização, à Amortização Periódica das Quotas Seniores, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAP_T = VQS_T - (R\$25.000 - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T$$

onde:

VAP_T valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Senior na Data de Amortização "T";

VQS_T valor unitário da Quota Senior na Data de Amortização "T";

SAM_{T-1} somatório de AM_T efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Senior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$SVAE_{T-1}$ somatório dos valores unitários das Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Quotas, efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Senior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

PPS_T percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento.

AM_T AMT apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AM_T = (R\$25.000) \times PPS_T$$

- 15.4 Sempre que o Fundo deixar de atender à Alocação Mínima, apurada diariamente pelo Administrador, o Fundo deverá, conforme previsto no item 21.1 deste Regulamento, promover a amortização compulsória de parcela do valor das Quotas Seniores, de forma que, computada, *pro forma*, a referida amortização, o Fundo volte a atender à Alocação Mínima, sempre observado o enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura, na forma do item 22.1 deste Regulamento.
- 15.5 Os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.
- 15.6 O Administrador deverá constituir reserva monetária ("Reserva de Amortização e Resgate") formada com moeda corrente nacional e/ou Ativos Financeiros de liquidez imediata ("Disponibilidades"), destinada ao pagamento da próxima Amortização Periódica das Quotas Seniores ou do

resgate das Quotas Seniores, conforme o caso, de acordo com o cronograma abaixo:

- I. até 30 (trinta) Dias Úteis antes de cada Data de Amortização ou Datas de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 30% (trinta por cento) do valor estimado da respectiva Amortização Periódica ou resgate das Quotas Seniores; e
- II. até 10 (dez) Dias Úteis antes de cada Data de Amortização e até 10 (dez) Dias Úteis antes das Datas de Resgate, conforme o caso ("Data de Verificação de Amortização"), o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado da respectiva Amortização Periódica ou resgate das Quotas Seniores

15.6.1 Na determinação dos montantes a serem segregados na Reserva de Amortização e Resgate, será sempre considerado o valor integral estimado da próxima Amortização Periódica na respectiva Data de Amortização, sendo o Fator *Spread* das Quotas Seniores aplicado, neste caso, sobre a Taxa DI Futura para o cálculo do rendimento projetado.

15.6.2 Se, em cada Data de Verificação de Amortização, a Reserva de Amortização e Resgate não atender ao disposto no item 15.6 deste Regulamento, o Administrador deverá, a partir da respectiva Data de Verificação de Amortização, inclusive, (i) interromper a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, e (ii) destinar todas as Disponibilidades para recomposição da Reserva de Amortização e Resgate, até que esta atenda ao disposto no item 15.6 deste Regulamento. Se, em cada Data de Verificação de Amortização, a Reserva de Amortização e Resgate atender ao disposto no item 15.6 deste Regulamento, o valor excedente da Reserva de Amortização e Resgate será destinado à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.

15.6.3 Para verificação do saldo da Reserva de Amortização e Resgate, serão considerados (i) o saldo dos recursos financeiros ali segregados; e (ii) o valor de resgate dos investimentos realizados com tais recursos, líquido de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, sempre considerando as taxas e os critérios de remuneração dos respectivos investimentos. No caso de aplicações financeiras remuneradas a taxas pré-fixadas, será considerado o valor de resgate das respectivas aplicações, e no caso das aplicações financeiras remuneradas a taxas pós-fixadas, serão consideradas (i) a taxa de remuneração da respectiva aplicação no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Verificação de Amortização; e/ou (ii) a variação diária de quota de fundo de investimento, projetando-se as mesmas até a respectiva Data de Disponibilidade.

- 15.7 Observado o disposto neste item 15, as aplicações financeiras dos recursos segregados na Reserva de Amortização e Resgate deverão ser realizadas, preferencialmente, por períodos completos compreendidos entre a data em que os recursos transferidos à Reserva de Amortização e Resgate estiverem disponíveis para aplicação e, para fins de resgate da respectiva aplicação financeira, as Datas de Disponibilidade. Tais aplicações financeiras não poderão ter data de resgate posterior à Data de Disponibilidade (inclusive).
- 15.8 Para fins do previsto item 15, enquanto o valor unitário de cada Quota for superior ao seu Valor Unitário de Emissão, conforme definido no respectivo Suplemento, qualquer pagamento ao Quotista será considerado pagamento de juros.
- 15.8.1 A partir do momento que a Quota a ser amortizada ou resgatada tenha um valor igual ou inferior ao seu Valor Unitário de Emissão, qualquer pagamento ao Quotista será considerado pagamento de principal.

16. ÍNDICE DE LIQUIDEZ

- 16.1 Enquanto existirem Quotas Seniores em circulação, o Patrimônio Líquido do Fundo deverá apresentar índice de liquidez ("Índice de Liquidez") igual ou superior a 1 (um) em cada Data de Verificação do Índice de Liquidez, o qual deverá ser calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Índice de Liquidez}_i = \frac{\text{Outros Ativos} + DC_i}{VA}$$

onde:

i i-ésimo mês contado a partir da 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores;

DC_i valor atribuído ao somatório dos Direitos Creditórios adimplentes integrantes da carteira do Fundo, devidamente atualizados, que tenham vencimento até o 10º (décimo) dia útil imediatamente anterior à Data de Amortização imediatamente subsequente à Data de Verificação do Índice de Liquidez;

VA valor de Amortização estimado de todas as Quotas Seniores para a Data de Amortização imediatamente subsequente à Data de Verificação do Índice de Liquidez; e

Outros Ativos o total de ativos integrantes da carteira do Fundo que não constituam Direitos Creditórios, incluindo recursos em moeda corrente nacional.

- 16.2 O Índice de Liquidez deverá ser calculado pelo Administrador em cada Data de Verificação do Índice de Liquidez, com base no dia útil imediatamente anterior, a contar da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores.

17. PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS

- 17.1 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no item 23 deste Regulamento, o Administrador deverá, conforme o caso, transferir ou creditar, na Data de Disponibilidade, as Disponibilidades (i) segregadas na Reserva de Amortização e Resgate; (ii) depositadas na Conta Corrente Autorizada do Fundo; sendo que as verbas ali creditadas serão transferidas aos titulares das Quotas Seniores, nas respectivas Datas de Amortização ou Datas de Resgate, conforme o caso, no montante apurado conforme os itens 14.3 e 15.3 deste Regulamento.

- 17.1.1 O Administrador, por meio do Agente Escriturador, efetuará o pagamento das amortizações e do resgate de Quotas em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP, conforme as Quotas estejam custodiadas no SF, ou por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo Bacen, para os titulares de Quotas que não estejam depositadas em custódia nos sistemas acima mencionados.

- 17.1.2 Os recursos depositados em Conta Corrente Autorizada do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador no Dia Útil imediatamente anterior ao da realização do referido pagamento.

- 17.1.3 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no item 23 deste Regulamento, os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no item 20.3.1 deste Regulamento, mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou coobrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores ou Quotas Subordinadas em circulação, conforme o caso. No caso de dação em pagamento de Direitos Creditórios, tal operação se dará fora do ambiente da CETIP.

- 17.1.4 Caso a Data de Disponibilidade não seja um Dia Útil, tais recursos deverão estar disponíveis até o 1º (primeiro) Dia Útil anterior. Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, o Administrador efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem a incidência de qualquer acréscimo aos valores devidos.

18. REGISTRO PARA NEGOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

18.1 As Quotas serão registradas para distribuição no MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica dessas Quotas.

18.2 As Quotas serão registradas para negociação no SF, administrado e operacionalizado pela CETIP. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e as instituições intermediárias, se houver, serão responsáveis por assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

18.2.1 As Quotas Subordinadas eventualmente objeto de Oferta Restrita somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva data de subscrição, nos termos da Instrução CVM 476.

18.2.2 Sem prejuízo do disposto no item 18.2 deste Regulamento, na hipótese de cessão ou transferência das Quotas de forma privada, o quotista alienante das Quotas deverá (a) obter do respectivo adquirente (i) termo de adesão devidamente assinado; (ii) declaração de investidor qualificado; (iii) cadastro nos termos da Instrução CVM nº. 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada; e (b) enviar imediatamente ao Administrador os documentos de que trata este item. A não observância pelo Quotista vendedor do procedimento previsto neste dispositivo obstará a transferência das cotas pelo escriturador ao adquirente.

18.2.3 Caso as Quotas sejam negociadas nos termos do item 18.2 deste Regulamento, caberá exclusivamente aos eventuais intermediários assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados, sendo ainda que, no caso das Quotas Subordinadas que forem objeto de Oferta Restrita, os eventuais intermediários da negociação também se responsabilizam pela observância do cumprimento dos 90 (noventa) dias de prazo de restrição de negociação, conforme artigo 13 da Instrução CVM 476.

18.3 Na hipótese de negociação de Quotas em entidade integrante do mercado secundário, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista observará os procedimentos estabelecidos pela respectiva entidade de mercado de balcão organizado em que as Quotas estejam admitidas à negociação, observando-se que o intermediário deverá verificar a condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

19. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

19.1 Conforme disposto no item 28 deste Regulamento, o Patrimônio Líquido do Fundo corresponde à soma algébrica dos valores correspondentes aos ativos integrantes da carteira do Fundo, aos valores disponíveis em moeda

corrente nacional e os valores a receber, menos as exigibilidades referentes às despesas do Fundo e provisões.

19.2 Os ativos que compõem a carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, mediante a utilização dos seguintes critérios: (i) os Ativos Financeiros serão precificados pelo seu valor de mercado, de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), e de acordo com o Manual de Precificação de Ativos do Custodiante disponibilizado no *website* www.itaucustodia.com.br; e (ii) enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios, estes serão contabilizados e registrados, todo Dia Útil, com base em seu custo de aquisição, com apropriação *pro rata die* de seus respectivos rendimentos pelo prazo a decorrer até o seu vencimento.

19.3 Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo serão reconhecidos em razão do recebimento de seu valor pelo Fundo, computando-se a valorização e eventuais amortizações em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

19.4 O Custodiante constituirá, de acordo com orientação do Administrador, provisão para os Direitos Creditórios de acordo com o disposto na regulamentação vigente.

19.5 As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos Creditórios adquiridos.

19.6 O Fundo terá escrituração contábil própria.

20. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

20.1 São considerados eventos de avaliação do Fundo ("Eventos de Avaliação") quaisquer das seguintes ocorrências:

- I. descumprimento, pelas Cedentes, de qualquer das declarações, das obrigações de fazer e/ou não fazer no Contrato de Cessão que não seja um Evento de Resilição e que, a critério do Fundo, possa comprometer (a) a aquisição sucessiva dos Direitos Creditórios Elegíveis; e/ou (b) a capacidade do Fundo de cumprir com seus pagamentos e demais compromissos perante os Quotistas, desde que, no caso específico de descumprimento não voluntário das Cedentes, as Cedentes tenham sido notificadas para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do recebimento da referida notificação;

- II. modificações estatutárias que alterem o objeto social preponderante das Cedentes e que venham a impactar de maneira adversa e relevante ou impedir as obrigações das Cedentes decorrentes do Contrato de Cessão;
- III. caso ocorra quaisquer dos Eventos de Revisão, nos termos do Contrato de Cessão;
- IV. hipótese de rescisão ou resilição, conforme o caso, do Contrato de Custódia;
- V. salvo o disposto neste Regulamento, caso o Fundo deixe de estar enquadrado na Alocação Mínima por período igual ou superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos;
- VI. na ocorrência de rebaixamento em 2 (dois) níveis da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída às Quotas Seniores, de acordo com os critérios de classificação adotados pela Agência de Classificação de Risco;
- VII. criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que, a critério do Administrador, afetem negativamente e de forma relevante o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente os Quotistas;
- VIII. ocorrência de graves alterações nas condições econômicas e financeiras do Brasil ou o início de vigência ou alteração de normas legais e/ou regulamentares, em especial as de natureza fiscal e relativas ao funcionamento do mercado financeiro, que, a critério do Administrador, possam onerar excessivamente, dificultar ou prejudicar de forma relevante o curso normal das aquisições de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo e o cumprimento das obrigações do Administrador perante os Quotistas nos termos deste Regulamento ou do Fundo nos termos do Contrato de Cessão;
- IX. caso a Cedente não altere, por 2 (duas) vezes consecutivas, a Taxa de Longo Prazo informada trimestralmente pelo Administrador, na forma da Cláusula 6.3 do Contrato de Cessão;
- X. dissolução e/ou liquidação de uma Cedente, exceção feita aos casos onde a entidade sucessora de tal Cedente permaneça sob o mesmo controle efetivo da Cedente dissolvida e/ou liquidada;
- XI. inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificada pelo Custodiante, desde que, notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;

- XII. inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia, que não seja um Evento de Liquidação, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do prazo do recebimento da referida notificação;
- XIII. não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento da Reserva de Amortização e Resgate, em 2 (duas) Datas de Verificação de Amortização consecutivas ou em 3 (três) Datas de Verificação de Amortização alternadas durante o prazo de duração de cada série de Quotas Seniores do Fundo;
- XIV. não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento do Índice de Liquidez, em 2 (duas) Datas de Verificação do Índice de Liquidez consecutivas ou em 3 (três) Datas de Verificação do Índice de Liquidez alternadas durante o último período de 12 (doze) meses;
- XV. não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento ao Índice de Cobertura, em 2 (duas) Datas de Verificação do Índice de Cobertura consecutivas ou em 3 (três) Datas de Verificação do Índice de Cobertura alternadas durante o último período de 12 (doze) meses;
- XVI. caso a Taxa DI seja igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- XVII. amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- XVIII. não realização da Amortização Extraordinária das Quotas Seniores, nos termos previstos no item 21 deste Regulamento;
- XIX. a realização de 3 (três) Amortizações Extraordinárias de Quotas Seniores, nos termos previstos no item 21 deste Regulamento, para recomposição do Índice de Cobertura durante qualquer período de 12 (doze) meses consecutivos;
- XX. caso o Administrador identifique no resultado das verificações de lastro realizadas pelo Custodiante, trimestralmente junto às Cedentes, que 5% (cinco por cento) ou mais dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo não estejam em conformidade com os parâmetros descritos no Anexo VI deste Regulamento;
- XXI. não pagamento, em até 2 (dois) Dias Úteis contados das Datas de Amortização e/ou das Datas de Resgate, do valor da Amortização Periódica e/ou do valor de resgate das Quotas Seniores;
- XXII. não pagamento por qualquer Cliente ou pela Braskem como fiadora, conforme o caso, de qualquer Direito Creditório que tenha

XXIII. protesto legítimo de títulos contra a Braskem, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos), ou o equivalente em reais ou outras moedas, salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Administrador que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo; ou

20.1.1 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador comunicará os Quotistas acerca do fato, nos termos do item 29.1 deste Regulamento, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso, conforme o caso.

20.1.2 O Administrador convocará, em até 3 (três) Dias Úteis contados do dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo. Neste caso, o Administrador, se necessário, promoverá os ajustes no Regulamento aprovados pelos referidos Quotistas na Assembleia Geral. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos nos itens 20.2.1, 20.2.2 e 20.2.3 deste Regulamento.

158

20.2 São considerados eventos de liquidação do Fundo, para efeitos do artigo 24 da Instrução CVM 356 ("Eventos de Liquidação"), quaisquer das seguintes ocorrências:

- I. decretação de falência de uma Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela respectiva Cedente;
- II. decretação de falência de um Cliente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pelo respectivo Cliente;
- III. cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo até a data de liquidação do Fundo, por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com o procedimento estabelecido neste Regulamento;
- IV. caso não seja determinado pelos titulares das Quotas Seniores, e devidamente aprovado pelos titulares das Quotas Subordinadas, novo(s) parâmetro(s) de apuração do valor das Quotas Seniores, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI, na Assembleia Geral a ser realizada conforme previsto no item 14.3.2 deste Regulamento;
- V. caso não haja recursos suficientes para adotar os procedimentos de cobrança nos termos do item 24.2 deste Regulamento;
- VI. rescisão do Contrato de Cessão, nos termos de referido instrumento;
- VII. caso os titulares das Quotas Seniores venham a deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação nos termos do item 20.1.2 deste Regulamento;
- VIII. caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do item 4.1.4 deste Regulamento; ou
- IX. ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição do Contrato de Cessão.

20.2.1 Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso, conforme o caso; (ii) notificar os Quotistas, observado o disposto no item 29.1 deste Regulamento; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, definidos nos itens 20.2.2 e seguintes deste Regulamento.

20.2.2 Na ocorrência da hipótese prevista no item 20.2.1 deste Regulamento, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a

RECEBIDO
1654858

50

15 SET 2011

1654858

fim de que os Quotistas deliberem acerca da interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo e, se a interrupção da liquidação do Fundo não for aprovado, os Quotistas deverão deliberar sobre os procedimentos que serão adotados na liquidação do Fundo, de modo a preservar seus direitos, interesses e prerrogativas. A deliberação da interrupção dos procedimentos de liquidação deverá observar o quorum estabelecido no item 26.4.1 deste Regulamento. É assegurado aos titulares de Quotas Seniores, no caso de decisão pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos titulares de Quotas Seniores dissidentes, pelo seu respectivo valor, calculado de acordo com o item 14.3 deste Regulamento.

20.2.3 Observada a ordem de alocação dos recursos definida no item 23 deste Regulamento e a deliberação de não interrupção da liquidação do Fundo pelos Quotistas na Assembleia Geral referida no item 20.2.2 deste Regulamento, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo (i) resiliará o Contrato de Cessão; e (ii) procederá ao resgate antecipado, total ou parcial, das Quotas Seniores, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, sendo que, quando os recursos depositados na Conta Corrente Autorizada do Fundo forem equivalentes ao menor valor entre (a) o valor de resgate das Quotas Seniores e (b) R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), o Administrador debitará a Conta Corrente Autorizada do Fundo.

20.3 Os procedimentos descritos no item 20.2 deste Regulamento somente poderão ser interrompidos (i) após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas, ou (ii) mediante a deliberação de Quotistas em Assembleia Geral, nos termos do item 20.2.3 deste Regulamento.

20.3.1 Caso, 60 (sessenta) dias após a última data de vencimento de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no item 20.2.2 deste Regulamento, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas, o Administrador realizará o resgate do saldo das Quotas mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou co-obrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação. No caso de dação em pagamento de Direitos Creditórios, tal operação se dará fora do ambiente da CETIP.

20.3.2 Para fins do disposto no item 20.3.1 deste Regulamento, os Direitos Creditórios dados em pagamento aos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas constituirão um condomínio, cujas frações ideais de cada titular de Quotas serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas detidas por cada titular sobre o valor total das Quotas

em circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Quotas. O Administrador deverá notificar os Quotistas, na forma do item 29.1 deste Regulamento, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil; e (ii) informar a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Quotas fizer jus.

20.3.3 Caso os titulares das Quotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Quotas Seniores em circulação.

21. AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

21.1 O Administrador, a seu exclusivo critério e sem que haja qualquer imputação de qualquer multa, compensatória ou punitiva, poderá proceder à amortização antecipada, integral ou parcial, das Quotas Seniores em circulação, exclusivamente para fins de enquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura e/ou à Alocação Mínima, observado o disposto nos itens 15.4 e 22 deste Regulamento, ou para os fins do disposto no item 31.1 deste Regulamento, respectivamente ("Amortização Extraordinária"). O Administrador informará imediatamente aos titulares das Quotas Seniores, por meio de comunicação aos seus representantes indicados na forma do item 14.2.1 deste Regulamento ("Aviso de Amortização Extraordinária"), da realização da Amortização Extraordinária, o valor total da Amortização Extraordinária e o valor da Amortização Extraordinária relativa às Quotas Seniores de titularidade do respectivo Quotista, conforme o caso.

21.1.1 A Amortização Extraordinária das Quotas Seniores será realizada impreterivelmente a partir do 5º (quinto) Dia Útil contado do encaminhamento do Aviso de Amortização Extraordinária.

21.1.2 A Amortização Extraordinária beneficiará todos os titulares de Quotas Seniores sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação.

21.1.3 Nas hipóteses previstas no item 21.1 deste Regulamento, a Amortização Extraordinária será feita, prioritariamente, sobre o valor nominal da respectiva Quota.

22. ENQUADRAMENTO AO ÍNDICE DE COBERTURA

22.1 Desde a 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, o Administrador verificará, em cada Data de Verificação do Índice de Cobertura, se a relação entre (a) o valor do Patrimônio

Líquido e (b) o valor total das Quotas Seniores se encontra em um nível não inferior a 102,041% (cento e dois inteiros e quarenta e um milésimos por cento) ("Índice de Cobertura"). Para fins específicos desse item 22, no cálculo do Patrimônio Líquido do Fundo não será deduzida a provisão prevista no item 19.4 deste Regulamento.

22.1.1 Caso, em qualquer Data de Verificação do Índice de Cobertura, o Fundo não atenda ao Índice de Cobertura, o Administrador deverá, em até 5 (cinco) dias úteis da data que tomar conhecimento do desenquadramento do Índice de Cobertura, (i) realizar a Amortização Extraordinária das Quotas, caso o Fundo esteja em um Período Restrito ou (ii) contratar instituição intermediária para realizar Oferta Restrita de Quotas Subordinadas do Fundo, caso não esteja em um Período Restrito, devendo observar o direito de preferência de subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas pelos Quotistas Subordinados. Os Quotistas Subordinados deverão, no âmbito da Oferta Restrita, em até 2 (dois) dias úteis da data de recebimento da notificação com relação ao exercício de seu respectivo direito de preferência, devolver ao Administrador correspondência indicando se exercerá seu direito de preferência e assim procederá à subscrição e integralização de Quotas Subordinadas proporcionalmente à sua participação, em moeda corrente nacional, para o reenquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura.

22.1.2 Caso um ou mais Quotistas Subordinados não exerçam seu direito de preferência, o Administrador contratará instituição intermediária que deverá oferecer as novas Quotas Subordinadas a outros Investidores Qualificados, observando as normas aplicáveis à Oferta Restrita, em especial o artigo 3º da Instrução CVM 476, sendo que, caso não ocorra subscrição e integralização suficiente de novas Quotas Subordinadas para atender ao Índice de Cobertura, em até 30 (trinta) dias contados da verificação inicial do não atendimento ao Índice de Cobertura pelo Fundo, o Administrador deverá proceder à Amortização Extraordinária, na forma no item 21 deste Regulamento, de modo que o Fundo seja reenquadrado ao seu Índice de Cobertura.

22.1.3 A subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas será efetivada na forma indicada neste item 22 e observará os procedimentos estabelecidos nos documentos relativos a respectiva Oferta Restrita de Quotas Subordinadas, de forma que considerada, *pro forma*, a integralização pretendida, o Fundo volte a atender ao Índice de Cobertura.

22.2 Caso, em qualquer Data de Verificação do Índice de Cobertura, o resultado da relação a que se refere o item 22.1 deste Regulamento seja superior ao Índice de Cobertura ("Excesso de Cobertura"), o Fundo deverá aplicar o valor correspondente ao Excesso de Cobertura para:

- I. adquirir Direitos Creditórios Elegíveis ou Ativos Financeiros, nos termos do item 6 deste Regulamento; e

- II. desde que o Índice de Cobertura seja maior que 102,249% (cento e dois inteiros e duzentos e quarenta e nove milésimos por cento), e desde que solicitado por escrito por todos os Quotistas Subordinados, amortizar em até 2 (dois) Dias Úteis, as Quotas Subordinadas em montante tal que, após referida amortização, o Índice de Cobertura seja igual ou maior que 102,249% (cento e dois inteiros e duzentos e quarenta e nove milésimos por cento).

23. ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

- 23.1 Diariamente, a partir da 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores e até a liquidação do Fundo, o Administrador obriga-se a utilizar as Disponibilidades para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- I. pagamento dos Encargos do Fundo;
- II. formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- III. devolução aos titulares de Quotas Seniores de série específica dos valores aportados ao Fundo nos termos do item 24 deste Regulamento, por meio do resgate ou amortização de Quotas Seniores, na proporção de suas respectivas contribuições;
- IV. constituição da Reserva de Amortização e Resgate referente às Quotas Seniores, observado o disposto no item 15 deste Regulamento;
- V. pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- VI. pagamento do Preço de Aquisição;
- VII. formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- VIII. pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas.

24. CUSTOS REFERENTES À COBRANÇA DOS ATIVOS DO FUNDO

- 24.1 Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e/ou dos Ativos Financeiros, nos termos do inciso VI do item 12.3 deste Regulamento, serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, observado o disposto no item

RECEBUE
1654858

1654858

2013 SET 15

QUOTAS

24.2 deste Regulamento não estando as Cedentes, o Administrador ou o Custodiante de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. As Cedentes, o Administrador e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou das Cedentes, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no item 24.2 deste Regulamento.

24.2 Caso o Fundo não apresente Patrimônio Líquido com liquidez suficiente para suportar os custos referentes aos procedimentos para a salvaguarda dos direitos do Fundo, os Quotistas aportarão tais recursos diretamente no Fundo, por meio da subscrição e integralização de Quotas Seniores de série específica, considerando o valor da participação de cada Quotista no Fundo. Os recursos aportados ao Fundo nos termos acima serão reembolsados por meio do resgate ou amortização das Quotas Seniores então integralizadas, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento e observado o disposto no item 23 deste Regulamento.

24.2.1 Fica, desde já, estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do aporte de recursos a que se refere o item 24.2 deste Regulamento, caso necessário; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo, direto ou indireto, sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste item 24.

24.2.2 Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do item 24.2 deste Regulamento deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

858759L

07/07/2011 858759L 2011 1B5

067981
858759L
2011

- 000000000
858759L
2011

- X. notificar o Administrador, tão logo chegue ao seu conhecimento, a respeito de qualquer descumprimento, por qualquer Cedente, de suas respectivas obrigações originárias do Contrato de Cessão; e
- XI. fazer a verificação periódica, no mínimo trimestral, dos Documentos Comprobatórios de acordo com o disposto no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia.

25.2 No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem do Administrador, a abrir e movimentar, em nome do Fundo; (i) cada Conta Corrente Autorizada do Fundo; (ii) as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (1) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (3) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

26. ASSEMBLEIA GERAL

26.1 Sem prejuízo das demais competências previstas neste Regulamento, à Assembleia Geral compete privativamente, observados os respectivos quoruns de deliberação definidos neste Regulamento:

- I. tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador;
- II. alterar o Regulamento;
- III. deliberar sobre a substituição do Administrador e/ou do Custodiante e/ou da Agência de Classificação de Risco;
- IV. deliberar sobre a elevação da taxa de administração, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução;
- V. deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração;
- VI. deliberar sobre os procedimentos a serem adotados para resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios;
- VII. aprovar a assinatura de qualquer aditamento ao Contrato de Cessão, exceto no caso de aditamento para inclusão de Nova Cedente e Novo Cliente e no caso de alterações permitidas nos termos da Cláusula 16.7 do Contrato de Cessão;
- VIII. resolver se um Evento de Avaliação deve ser considerado um

Evento de Liquidação, observado o disposto neste Regulamento; e

IX. eleger e destituir o(s) representante(s) dos Quotistas, nos termos do item 26.9 deste Regulamento.

26.1.1 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorra exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes ou entidades de mercado de balcão organizado em que as Quotas do Fundo sejam admitidas à negociação, bem como de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contado da divulgação do fato aos Quotistas.

26.2 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, no mínimo, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou correio eletrônico enviados aos representantes dos Quotistas indicados na forma do item 14.2.1 deste Regulamento, e, a critério do Administrador, por meio de aviso publicado no periódico mencionado no item 29.1 deste Regulamento, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

26.2.1 A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pelo Administrador ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

26.2.2 A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

26.2.3 A presidência da Assembleia Geral caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente, (i) ao Administrador; ou (ii) ao Quotista eleito pelos titulares das Quotas Seniores presentes.

26.2.4 Sem prejuízo do disposto no item 26.2.5 deste Regulamento, o Administrador e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para

participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

26.2.5 Independentemente de quem tenha convocado, o representante do Administrador deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

26.3 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede do Administrador no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

26.4 Ressalvado o disposto no item 26.4.1 e sem prejuízo do disposto no item 26.5 deste Regulamento, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pela maioria dos votos dos titulares das Quotas presentes à Assembleia Geral.

26.4.1 Independentemente do disposto no item 26.5 deste Regulamento, as seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão de votos favoráveis de Quotistas que representem, em primeira convocação, a maioria das Quotas em circulação e, em segunda convocação, a maioria das Quotas presentes:

- I. aprovação da substituição do Administrador;
- II. aprovação de alteração ao item 12 (Taxa de Administração e Encargos do Fundo) deste Regulamento; e
- III. aprovação de incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo.

26.4.2 Para efeito da constituição de qualquer quórum de deliberação da Assembleia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores de titularidade das Cedentes e/ou de suas respectivas Partes Relacionadas, assim como de agentes ou representantes de quaisquer dessas pessoas, caso as Cedentes, os Clientes e/ou suas respectivas Partes Relacionadas venham a ser titulares de Quotas Seniores.

26.5 Sem prejuízo da aprovação mencionada no item 26.4 deste Regulamento e do quorum ali estabelecido, as seguintes deliberações dependerão ainda da aprovação da maioria dos titulares das Quotas Subordinadas em circulação, constituindo, assim, direito de veto dos titulares das Quotas Subordinadas em deliberações tomadas com relação às seguintes matérias: (a) a extinção da Taxa DI, conforme previsto no item 14.3.2 deste Regulamento, (b) o aumento na remuneração das Quotas Seniores, (c) alteração dos Eventos de Avaliação; (d) alteração dos Eventos de Liquidação; (e) alteração do item 8 (Critérios de Elegibilidade) deste Regulamento; e/ou (f) alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas.

- 26.6 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observado cada quórum estabelecido neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.
- 26.7 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse.
- 26.8 Ao tratar dos quoruns aplicáveis para a aprovação de matérias pela Assembleia Geral, as referências a itens deste Regulamento e cláusulas do Contrato de Cessão estão acompanhadas de textos explicativos inseridos entre parênteses, os quais possuem finalidade meramente elucidativa. Havendo conflito entre tais textos explicativos e as referências a itens deste Regulamento e cláusulas do Contrato de Cessão, deverão prevalecer as referências a tais cláusulas.
- 26.9 A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas do Fundo, observado, entretanto, que somente pode exercer as funções de representante de Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:
- (i) ser Quotista do Fundo ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas do Fundo;
 - (ii) não exercer cargo ou função no Administrador, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
 - (iii) não exercer cargo nas Cedentes.

27. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 27.1 O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.
- 27.2 As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:
- I. opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;

- II. demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- III. notas explicativas contendo as informações referidas no item 19.6 deste Regulamento e outras informações julgadas pela Empresa de Auditoria como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.
- 27.2.1 A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do item 5.4 deste Regulamento.
- 27.3 O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano, encerrando-se em 31 de julho de cada ano.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- 28.1 O patrimônio líquido do Fundo ("Patrimônio Líquido") corresponderá ao somatório dos valores das disponibilidades em moeda corrente nacional, dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, apurados na forma do item 19 deste Regulamento, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas no item 18.4 deste Regulamento.

- 28.1.1 Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, das Cedentes e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

29. PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

- 29.1 A convocação de Assembleia Geral, bem como quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio de publicação de anúncio, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente.
- 29.1.1 As publicações referidas no item 29.1 deste Regulamento deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador e das instituições que distribuírem Quotas.
- 29.1.2 Qualquer mudança no periódico referido no item 29.1 deste Regulamento deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral.

29.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, deverão ser colocadas à disposição dos Quotistas, na sede e agências do Administrador, informações sobre:

- I. o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
- II. a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e
- III. o comportamento da carteira de Direitos Creditórios do Fundo e dos Ativos Financeiros, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

29.3 Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar as notas conferidas pela Agência de Classificação de Risco às Quotas Seniores, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

29.4 O Administrador deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores (i) informe mensal, conforme modelo e conteúdo disponíveis na referida página, observando o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, e (ii) as demonstrações financeiras anuais do Fundo, observando o prazo de até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram.

29.5 As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento e com o Prospecto protocolado na CVM, devendo observar as regras aplicáveis sobre publicidade de informações relativas ao Fundo.

30. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

30.1 A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas. As classificações de risco deverão ser atualizadas, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador.

30.1.1 Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas.

31. DISPOSIÇÕES FINAIS

31.1 Não obstante o previsto no item 14.3.3 deste Regulamento, em caso de recebimento, pelo Fundo, de quaisquer valores pagos pelas Cedentes a título de penalidade, conforme previsto na Cláusula 10 do Contrato de Cessão, o Administrador deverá repassar diretamente tais valores aos

titulares das Quotas Seniores, na proporção das respectivas participações no Fundo, mediante a realização de Amortização Extraordinária.

- 31.2 O presente Regulamento e suas alterações serão levados a registro no Cartório de Registro e Títulos e Documentos localizados na sede do Administrador, em 10 (dez) Dias Úteis contados da deliberação da Assembleia Geral ou do Administrador, e em 30 (trinta) dias quando a alteração advier de exigência legal ou regulamentar.
- 31.3 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.
- 31.4 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 31.5 No intuito de defender os interesses do Fundo e dos Quotistas, o Administrador adota política de exercício de direito de voto em assembleias gerais de fundos de investimento e, conforme o caso, de detentores de outros Ativos Financeiros em que o Fundo invista ("Política").
- 31.5.1 A íntegra da Política encontra-se registrada na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e está disponível na sede do Administrador e no *website* do Administrador www.intrag.com.br.
- 31.6 Para o esclarecimento de dúvidas ou envio de reclamações e sugestões relacionadas ao Fundo e/ou a este Regulamento, recomenda-se que os Quotistas contatem o seu distribuidor de valores mobiliários. Se necessário, os Quotistas poderão entrar em contato com o Administrador, por meio do telefone (11) 5029-1456, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 9 às 18 horas, ou utilizar o "Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) Itaú", por meio do telefone 0800 728 0728, o qual estará disponível em Dias Úteis durante 24 horas. Se o Quotista, após a utilização dos canais acima relacionados, desejar a reavaliação da solução apresentada para o seu problema, ele deverá recorrer à "Ouvidoria Corporativa Itaú", por meio do telefone 0800 570 0011, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 9 às 18 horas, ou também mediante o envio de correspondência ao Administrador, na Caixa Postal n.º 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala poderão contatar o Administrador por meio do telefone 0800 722 1722, em serviço que estará disponível todos os Dias Úteis, das 9 às 18 horas.

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
INSUMOS BÁSICOS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

ANEXO I

MODELO DE SUPLEMENTO – [•] SÉRIE DE QUOTAS SENIORES

Montante das Quotas Seniores: R\$[•] ([•] reais)

Quantidade de Quotas Seniores: [•] ([•])

[Quantidade Mínima de Quotas Seniores para Distribuição:] [•] ([•])

Data de Emissão: [•]

Valor unitário de emissão: R\$[•] ([•] reais), [calculado de acordo com o item 14.3 do Regulamento].

Data de Resgate: [•] ([•]) meses a contar da Data de Emissão

Fator *Spread* das Quotas Seniores: [•]%

Amortização Periódica: [•]

Data de Amortização (T)

"Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST)"

1ª Amortização	%
2ª Amortização	%
3ª Amortização	%
4ª Amortização	%
5ª Amortização	%
6ª Amortização	%
7ª Amortização	%
8ª Amortização	%
[•]ª Amortização (*)	%

(*) Data de Resgate.

[O valor mínimo da primeira aplicação de cada Quotista Senior no Fundo será de R\$[•] ([•] reais).]

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica", registrado no 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, em 17 de junho de 2011, sob o n.º 1647438, conforme aditado).

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
INSUMOS BÁSICOS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

ANEXO II

SUPLEMENTO – 1ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES

Montante das Quotas Seniores:	R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).
Quantidade de Quotas Seniores:	20.000 (vinte mil).
Data de Emissão:	Primeira data da efetiva subscrição e integralização de Quotas Seniores.
Valor Unitário de Emissão:	R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Data de Resgate:	36 (trinta e seis) meses a contar da Data de Emissão.
Fator <i>Spread</i> das Quotas Seniores:	0,90%
Amortização Periódica:	5 (cinco) amortizações semestrais seguidas de 1 (uma) amortização após quatro meses e 2 (duas) amortizações mensais subsequentes, sendo que nas 5 (cinco) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST), utilizado para cálculo do valor unitário da Amortização Periódica, será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 15.3 do Regulamento, as 5 (cinco) primeiras datas (T) representam amortizações semestrais da remuneração. A partir do 34º (trigésimo quarto) mês, inclusive, o valor unitário das 2 (duas) Amortizações Periódicas seguintes será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST) equivalente a 33,0%, e o valor unitário da última Amortização Periódica será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST) equivalente a 34,0%, conforme tabela abaixo.

<u>Data de Amortização (T)</u>	<u>"Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST)"</u>
1ª Amortização (6º mês contado da 1ª Data de Emissão)	0,0%
2ª Amortização (12º mês contado da 1ª Data de Emissão)	0,0%
3ª Amortização (18º mês contado da 1ª Data de Emissão)	0,0%
4ª Amortização (24º mês contado da 1ª Data de Emissão)	0,0%
5ª Amortização (30º mês contado da 1ª Data de Emissão)	0,0%
6ª Amortização (34º mês contado da 1ª Data de Emissão)	33,0%
7ª Amortização (35º mês contado da 1ª Data de Emissão)	33,0%
8ª Amortização (36º mês contado da 1ª Data de Emissão)*	34,0%

(*) Data de Resgate.

O valor mínimo da primeira aplicação de cada Quotista Senior do Fundo será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica", registrado no 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, em 17 de junho de 2011, sob o n.º 1647438, conforme aditado)).

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
INSUMOS BÁSICOS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

ANEXO III

MODELO DE SUPLEMENTO –QUOTAS SUBORDINADAS

Montante das Quotas
Subordinadas: R\$[.] ([.] reais)

Quantidade de Quotas
Subordinadas: [.] ([.]

Data de Emissão: [.]

Valor unitário de emissão: R\$[.] ([.] reais), calculado na forma do item 14.4 do
Regulamento.

[Prazo para Distribuição:] [[.] ([.] dias]

[Quantidade Mínima de
Quotas Subordinadas para
Distribuição:] [[.] ([.)]]

[Custo de Distribuição por
Quota Subordinada:] R\$[.] ([.] reais)

[O valor mínimo da primeira aplicação de cada Quotista Subordinado no Fundo
será de R\$[.] ([.] reais).]

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que
lhes foi atribuído no "Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Insumos Básicos
da Indústria Petroquímica", registrado no 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca
de São Paulo, Estado de São Paulo, em 17 de junho de 2011, sob o n.º1647438, conforme aditado).

RECEBIDO
DO
REGISTRO

1654858

15 SET 2011

SÃO PAULO

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
INSUMOS BÁSICOS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

ANEXO IV

SUPLEMENTO – EMISSÃO INICIAL DE QUOTAS SUBORDINADAS

Montante das Quotas Subordinadas:	R\$13.875.000,00 (treze milhões, oitocentos e setenta e cinco mil reais).
Quantidade de Quotas Subordinadas:	555 (quinhentas e cinquenta e cinco).
Data de Emissão:	Primeira data da efetiva subscrição e integralização de Quotas Subordinadas.
Valor Unitário de Emissão:	R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Prazo para Distribuição:	10 (dez) dias.

O valor mínimo da primeira aplicação de cada Quotista Subordinado no Fundo será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica", registrado no 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, em 17 de junho de 2011, sob o n.º1647438, conforme aditado).

RECEBIMOS
DO
SINDECATO

1654858

1654858

SÃO PAULO

100

2014
55
07
1

○
○
○
○
○
○
○

8587591
1957
2011

○
○
○
○
○
○
○

- 178

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Contrato de Cessão

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

São partes deste "Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão"):

I. como cedente:

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, sociedade de economia mista com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Chile 65, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 33.000.167/0001-01, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por si ou por meio de suas filiais ("Petrobras" ou "Cedente");

II. como cessionário:

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INSUMOS BÁSICOS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído sob a forma de condomínio fechado de acordo com o disposto na Instrução n.º 356, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356"), inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 13.850.522/0001-24 ("Fundo", e, em conjunto com a Cedente, "Partes", ou, cada um individualmente, "Parte"), neste ato representado na forma de seu regulamento por INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31 e autorizada pela CVM para exercer atividades de administração de fundos de investimento e distribuição de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 2.528, de 29 de julho de 1993, neste ato representada na forma do seu contrato social ("Administrador");

III. como interveniente anuente:

ITAÚ UNIBANCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o

n.º 60.701.190/0001-40, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Custodiante"); e

- IV. como intervenientes anuentes exclusivamente para os fins da Cláusula 15 deste Contrato de Cessão:

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.400, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Itaú BBA" ou "Coordenador Líder"); e

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Juscelino Kubitschek nº 2235, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Santander" e, em conjunto com o Itaú BBA, "Coordenadores");

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Cedente, no curso normal de seus negócios, gera recebíveis contra seus Clientes no setor petroquímico e desejam ceder tais recebíveis ao Fundo;
- (B) o Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos destinada preponderantemente à aplicação em Direitos Creditórios de titularidade da Cedente e originados no âmbito das operações de compra e venda mercantil de determinados produtos realizadas entre a Cedente e os Clientes;
- (C) o Fundo emitirá, no âmbito de sua primeira emissão, em classe única, Quotas Seniores e Quotas Subordinadas destinadas à colocação no mercado de capitais brasileiro, por meio de distribuição pública ("Oferta") realizada nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), a ser realizada por intermédio de instituições financeiras devidamente habilitadas e autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro;
- (D) a cessão objeto deste Contrato de Cessão somente será efetuada e consumada mediante a realização da Oferta por intermédio dos Coordenares que integram o presente Contrato de Cessão, na qualidade de intervenientes anuentes, somente e exclusivamente para os fins da Cláusula 15 deste Contrato de Cessão que trata das hipóteses de indenização acordadas entre

a Cedente e os Coordenadores para os fins exclusivos da Oferta;

(Termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste Contrato de Cessão têm o significado que lhes foi atribuído em seu Anexo I)

as Partes e as intervenientes anuentes resolvem celebrar este Contrato de Cessão, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir.

1. PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- 1.1 A Cedente declara e assegura que é legítima e única titular dos direitos de crédito que detém e que venha a deter contra seus respectivos Clientes, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos Clientes, representadas por Notas Fiscais Fatura, conforme o modelo constante do Anexo II a este Contrato de Cessão ("Direitos Creditórios").
- 1.2 A Cedente, neste ato e na melhor forma de direito, promete, em caráter irrevogável e irretratável, ceder ao Fundo os Direitos Creditórios, e o Fundo se obriga a adquiri-los de acordo com os termos e condições estabelecidos neste Contrato de Cessão e no Regulamento.
- 1.3 Para os fins da Cláusula 1.2 deste Contrato de Cessão, a Cedente compromete-se, também em caráter irrevogável e irretratável, a oferecer, contínua e prioritariamente, ao Fundo, Direitos Creditórios, uma vez existentes e elegíveis, para que o Fundo os adquira em quantidade que, observado o disposto no Regulamento, permita ao Administrador manter o enquadramento do Fundo à Alocação Mínima, sem prejuízo de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa da Cedente estabelecidos neste Contrato de Cessão.
- 1.4 Os Direitos Creditórios serão registrados em cobrança no Banco Cobrador contratado pelo Cedente, nos termos do Convênio de Cobrança Bancária, por meio de boleto de cobrança emitido ao respectivo Cliente ("Aviso de Vencimento"), conforme modelo constante do Anexo III a este Contrato de Cessão, observado que eventuais alterações do referido modelo serão definidas de comum acordo entre as Partes e incorporadas a este Contrato de Cessão mediante correspondência acordada por todas as Partes constituindo-se tal modelo, a partir de então, no Anexo III a este Contrato de Cessão.

- 1.5 Somente os Direitos Creditórios que tiverem a titularidade dos registros eletrônicos dos Avisos de Vencimento alterados para o Fundo, serão cobrados pelo Custodiante por meio do Banco Cobrador, de forma que os recursos decorrentes dos Avisos de Vencimento sejam transferidos diretamente para a Conta do Fundo, sem que tais recursos transitem em conta corrente de titularidade da Cedente.
- 1.6 Para os fins do artigo 290 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, do Brasil ("Código Civil"), o Aviso de Vencimento servirá como notificação aos Clientes acerca da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e será emitido pelo Banco Cobrador, com as mensagens, em destaque, no campo apropriado, na forma do Anexo III, quanto à cessão de tal Direito Creditório ao Fundo e a possibilidade de pagamento ser feito somente em banco.
- 1.7 A Cedente, assim como suas respectivas Partes Relacionadas, não responde pela solvência dos Clientes, no entanto, a Cedente é exclusivamente responsável pela originação, existência, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, correta constituição e formalização, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios cedidos com a característica de títulos executivos extrajudiciais, nos termos do Regulamento e deste Contrato de Cessão.
- 1.8 A obrigação do Fundo de adquirir Direitos Creditórios nos termos deste Contrato de Cessão, observada a existência de recursos, o atendimento aos Critérios de Elegibilidade e a ordem de alocação de recursos estabelecida no item 23 do Regulamento, é condicionada ao integral cumprimento, pela Cedente, das obrigações assumidas nos termos deste Contrato de Cessão.
- 1.9 Nos termos dos artigos 287 e 893 do Código Civil e deste Contrato de Cessão, os Direitos Creditórios compreendem, além dos direitos de crédito decorrentes de operações de venda mercantil a prazo, todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações inerentes aos Direitos Creditórios ou a estes relacionados, inclusive fianças outorgadas pela Braskem à Cedente com relação às obrigações de pagamento do respectivo Cliente, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

2. DECLARAÇÕES DAS PARTES

- 2.1 A Cedente declara e assegura ao Fundo e ao Custodiante, na data de assinatura deste Contrato de Cessão e a cada Data de Aquisição, exceto se de outra forma previsto abaixo, que:

- (i) é uma companhia validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação societária que lhe é aplicável, atualmente em vigor e com as normas da CVM em vigor a ela aplicáveis;
- (ii) quaisquer autorizações dos seus órgãos deliberativos e executivos (inclusive assembleia geral de acionistas, conselho de administração e/ou diretoria, conforme o caso) necessárias à celebração deste Contrato de Cessão e de cada Termo de Cessão, bem como à assunção e o cumprimento das obrigações decorrentes dos mesmos foram, no caso deste Contrato de Cessão, e terão sido, no caso de cada Termo de Cessão, devidamente obtidas previamente à celebração dos mesmos;
- (iii) os seus representantes legais que assinam este Contrato de Cessão têm, e os que assinarão cada um dos Termos de Cessão terão, poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações neles estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos aqui definidos e, sendo mandatários, tiveram e terão os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor por ocasião das respectivas assinaturas;
- (iv) os Direitos Creditórios prometidos à cessão ao Fundo (a) foram devidamente constituídos de acordo com a legislação brasileira, são de sua legítima e exclusiva titularidade, não são objeto de quaisquer discussões comerciais e, caso discussões comerciais venham a ocorrer, estas não comprometerão a validade, liquidez, valor e exigibilidade pelo Fundo, do respectivo Direito Creditório, e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que, de qualquer modo, possam obstar a cessão prometida e o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por este adquiridos; (b) são representados por Documentos Comprobatórios; (c) não foram objeto de cessão a terceiros; (d) referem-se a Produtos já fabricados e/ou comercializados pela Cedente, despachados, e recebidos pelos Clientes; e (e) no caso de Direitos Creditórios contra Clientes que não a Braskem, contam com fiança outorgada pela Braskem à Cedente com relação às obrigações de pagamento do respectivo Cliente;
- (v) os Direitos Creditórios prometidos à cessão ao Fundo não foram e não são objeto de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, ou procedimento arbitral,

por parte dos respectivos Clientes, que possa, direta ou indiretamente, comprometer a sua validade, eficácia e/ou sua característica de títulos líquidos, certos e exigíveis;

- (vi) não há qualquer restrição, condição ou proibição para a realização da cessão dos Direitos Creditórios prometidos à cessão objeto do presente Contrato de Cessão, ressalvadas as hipóteses em que consentimentos e autorizações de Clientes eram necessários e foram prévia e devidamente obtidos;
- (vii) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras exigíveis pela legislação societária e/ou pelas normas regulamentares da CVM até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa o cumprimento das suas obrigações decorrentes deste Contrato de Cessão;
- (viii) os Direitos Creditórios prometidos à cessão ao Fundo não estão sujeitos a qualquer desconto, abatimento, compensação e/ou dedução de qualquer natureza pelo respectivo Cliente, quando da cessão ao Fundo;
- (ix) seu sistema eletrônico para emissão de Documentos Comprobatórios dispõe de controles construídos de modo a impedir a emissão sem lastro e/ou em duplicidade dos referidos documentos;
- (x) os Direitos Creditórios serão registrados em cobrança no Banco Cobrador contratado pela Cedente, nos termos do Convênio de Cobrança Bancária, por meio de Aviso de Vencimento;
- (xi) seus auditores independentes efetuam a revisão limitada trimestral e auditoria anual da conciliação, elaborada pela Cedente, do saldo contábil com o saldo de contas a receber relativo a todas as suas vendas a prazo, inclusive aquelas que dão origem aos Direitos Creditórios;
- (xii) a celebração deste Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, ou a constituição em mora, ou o vencimento antecipado de quaisquer obrigações assumidas pela Cedente decorrentes de (a) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato de Cessão, do quais a Cedente seja parte ou aos quais a qualquer título, qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos,

tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade, em especial os Direitos Creditórios estejam vinculados; (b) qualquer norma legal ou regulamentar a que a Cedente, ou qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade estejam sujeitos; e (c) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa que afete a Cedente, ou qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade;

- (xiii) ressalvado o disposto nas Cláusulas 1.6, 4.11 e 16.14 deste Contrato de Cessão, todos os registros, notificações, aprovações e autorizações de qualquer autoridade governamental, credor ou contraparte em contratos por ela celebrados, sejam estes necessários em decorrência de norma legal, regulamentar ou disposição contratual, para assegurar a validade, eficácia e exigibilidade das obrigações assumidas pela Cedente nos termos deste Contrato de Cessão foram devidamente obtidas pela Cedente;
- (xiv) todos os Direitos Creditórios prometidos à cessão pela Cedente (a) têm e terão origem em legítimas e efetivas operações de venda mercantil a prazo de Produtos, realizada com estrita observância aos procedimentos estabelecidos no Anexo IV a este Contrato de Cessão ("Procedimentos de Venda"); e (b) foram e serão gerados pelo sistema eletrônico a que se referem os itens (ix) e (x) acima;
- (xv) todos os Clientes da Relação de Clientes da Cedente que constitui o Anexo VI a este Contrato de Cessão encontram-se por esta cadastrados e identificados pelo correspondente número de inscrição no CNPJ/MF;
- (xvi) a cessão de Direitos Creditórios nos termos deste Contrato de Cessão não estabelece, direta ou indiretamente, qualquer relação de consumo, bem como qualquer relação trabalhista entre a Cedente, entre a Cedente e o Fundo e entre a Cedente e o Custodiante, assim como entre o Fundo e os Clientes;
- (xvii) não há em curso nenhum evento que se caracterize como um dos eventos descritos na alínea (i) da Cláusula 9.1 do presente Contrato de Cessão ou no item 20.1, I do Regulamento;
- (xviii) não há qualquer ação, demanda ou processo, administrativo ou judicial ou arbitral, que de qualquer

forma implique ou possa implicar em impedimento à celebração do presente Contrato de Cessão;

- (xix) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações indispensáveis ao seu funcionamento e cuja falta possa causar um impacto adverso relevante nas atividades da Cedente e possa impedir a consecução das obrigações da Cedente constantes do presente Contrato de Cessão, foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados;
- (xx) este Contrato de Cessão é, e os Termos de Cessão serão, por ocasião de sua celebração, validamente celebrados, constituindo obrigação legal, válida e vinculante, sendo exequível contra a Cedente de acordo com os seus termos;
- (xxi) não serão cedidos ao Fundo Direitos Creditórios contra Clientes que estejam, no momento da respectiva cessão, em situação de inadimplência que envolva valor maior do que R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) junto à Cedente com relação à venda de NAFTA, Etano e Propano; e
- (xxii) todas as informações constantes dos arquivos eletrônicos e documentos fornecidos pela Cedente são verdadeiras, corretas, completas e precisas, sob seu aspecto material e formal.

2.2 O Administrador, devidamente autorizado na forma do Regulamento, declara e assegura, em nome do Fundo e, conforme o caso, em seu próprio nome, na data de assinatura deste Contrato de Cessão e em cada Data de Aquisição, que:

- (i) o Fundo é uma comunhão de recursos validamente constituída sob a forma de condomínio fechado, na forma da Instrução CVM 356, estando apto a cumprir as normas da CVM aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios;
- (ii) é uma sociedade limitada, equiparada a instituição financeira, validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a administrar fundos de investimento, possuindo todas as condições técnicas e operacionais para prestar os serviços de administração do Fundo;
- (iii) a celebração deste Contrato de Cessão e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes, assim como dos demais instrumentos legais relacionados com a

promessa de cessão de Direitos Creditórios ora avençada, estão devidamente autorizados pelo Regulamento, e/ou pelos atos constitutivos do Administrador, conforme o caso;

- (iv) os representantes legais do Administrador e do Fundo que assinam este Contrato de Cessão têm, e os que assinarão cada um dos Termos de Cessão terão, poderes regulamentares e estatutários para tanto, assim como para assumir, em nome próprio ou por conta e ordem do Fundo, as obrigações deste decorrentes;
- (v) tem todas as licenças e autorizações relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas válidas ou em efeito processo de revalidação nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis;
- (vi) seus livros contábeis estão regularmente abertos e registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, estando, também, devidamente atualizados; e
- (vii) encontra-se técnica e operacionalmente habilitado a prestar os serviços de administração do Fundo, nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável.

3. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

3.1 O Custodiante, por ordem e conta do Fundo, somente efetuará a aquisição de Direitos Creditórios da Cedente se estes atenderem, na respectiva Data de Aquisição, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade ("Critérios de Elegibilidade"):

- (i) não tenham data de vencimento inferior a 80 (oitenta) dias contados da respectiva Data de Aquisição e superior a 95 (noventa e cinco) dias contados da Data de Aquisição, observado que não será admitida a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis cuja data de vencimento seja posterior à última Data de Resgate de Quotas em circulação; e
- (ii) que cada respectivo Cliente, cumulativamente, na Data de Aquisição:
 - (a) não seja devedor de outro Direito Creditório de titularidade do Fundo, vencido e não pago por mais de 5 (cinco) dias; e

(b) não tenha falência decretada, recuperação judicial deferida ou recuperação extrajudicial homologada.

- 3.2 A verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade na Data de Aquisição será de responsabilidade exclusiva do Custodiante e, desde que observados os termos deste Contrato de Cessão e do Regulamento, será definitiva.
- 3.3 O Custodiante verificará o atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade na Data de Aquisição com base nas informações encaminhadas pela Cedente ao Banco Cobrador, as quais serão mantidas pelo Custodiante. Além destas informações, o Custodiante verificará o atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade com base nos dados relativos ao Fundo mantidos pelo Custodiante, bem como em informações obtidas junto a entidades de proteção ao crédito, tais como SERASA. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5 deste Contrato de Cessão, os Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo Fundo nos termos deste Contrato de Cessão que, por qualquer razão e a qualquer tempo, após a respectiva aquisição, deixem de atender aos Critérios de Elegibilidade, não poderão ser reclamados, a qualquer título, pelo Fundo perante a Cedente.
- 3.4 As informações encaminhadas pela Cedente e constantes no cadastro da Conta de Cobrança no Banco Cobrador serão identificadas pelo Custodiante através do campo de identificação do Direito Creditório, o qual deverá ser único e exclusivo para cada Direito Creditório gerado. Não serão adquiridos Direitos Creditórios que tenham o campo de identificação contendo informações idênticas a outro Direito Creditório já adquirido pelo Fundo.

4. FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO E CUSTÓDIA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

- 4.1 O Administrador deverá informar a Cedente e a Braskem, até às 18h (dezoito horas) de cada Dia Útil, mediante envio de correio eletrônico, o montante estimado de recursos disponíveis para aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo.
- 4.2 Os Direitos Creditórios que a Cedente esteja disposta a oferecer ao Fundo, deverão ser registrados na Conta de Cobrança em até 1 (um) Dia Útil do recebimento da informação mencionada na Cláusula 4.1 deste Contrato de Cessão.

- 4.3 O registro dos Direitos Creditórios na Conta de Cobrança caracterizará a oferta, irrevogável e irretroatável, de cessão, ao Fundo, dos Direitos Creditórios.
- 4.4 Tendo recebido a informação da disponibilidade financeira e de interesse do Fundo para aquisição dos Direitos Creditórios, conforme disponibilizada pelo Administrador no *website* www.itaucustodia.com.br até às 10h30m (dez horas e trinta minutos) do Dia Útil, imediatamente subsequente ao Dia Útil mencionado na Cláusula 4.2 deste Contrato de Cessão, o Custodiante deverá (a) verificar na Conta de Cobrança os Direitos Creditórios registrados que atendam aos Critérios de Elegibilidade; e (b) solicitar ao Banco Cobrador, conforme autorizado pela Cedente, a transferência eletrônica do registro da titularidade dos Avisos de Vencimento dos Direitos Creditórios que atendam os Critérios de Elegibilidade até o limite da disponibilidade financeira informada pelo Administrador.
- 4.4.1 Para os fins do disposto nesta Cláusula 4.4, a Cedente autoriza o Custodiante a tomar todas as providências, junto ao Banco Cobrador, necessárias para a transferência de sua titularidade para titularidade do Fundo, dos Avisos de Vencimento referente aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo.
- 4.5 No mesmo Dia Útil e imediatamente após a conclusão do procedimento descrito na Cláusula 4.4 deste Contrato de Cessão, o Custodiante colocará à disposição da Cedente e do Administrador no *website* www.itaucustodia.com.br, (i) a relação dos Direitos Creditórios Elegíveis selecionados (o "Relatório de Direitos Creditórios Elegíveis") e (ii) a relação dos Direitos Creditórios rejeitados, com o respectivo motivo da rejeição identificado individualmente e enviará por meio de arquivo eletrônico retorno do Direitos Creditórios adquiridos e o respectivo valor presente de cada Direito Creditório para a Cedente ("Arquivo Retorno de Cessão").
- 4.6 A cessão dos Direitos Creditórios da Cedente para o Fundo será considerada realizada na data em que o Custodiante verificar o atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade e enviar o Arquivo Retorno de Cessão para a Cedente, na forma descrita na Cláusula 4.5 deste Contrato de Cessão ("Data de Aquisição").
- 4.7 Na Data de Aquisição, o Administrador autorizará o Custodiante a providenciar o pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios à Cedente logo após a conclusão do procedimento descrito na Cláusula 4.5 deste Contrato de Cessão.

- 4.8 Ressalvado o disposto na Cláusula 5 deste Contrato de Cessão, a cessão realizada será irrevogável e irretratável, com a transferência para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, inclusive eventuais fianças prestadas pela Braskem à Cedente com relação às obrigações de pagamento do respectivo Cliente.
- 4.9 A partir da primeira Data de Aquisição, a Cedente deverá elaborar e assinar, até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês, desde que tenham ocorrido cessões de Direitos Creditórios Elegíveis pela Cedente ao Fundo no mês imediatamente anterior, termo preparado na forma do modelo constante do Anexo V a este Contrato de Cessão ("Termo de Cessão"), que terá como anexo a descrição dos Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo Fundo da Cedente desde o período imediatamente anterior à elaboração do respectivo Termo de Cessão.
- 4.10 Após a assinatura de cada Termo de Cessão, a Cedente deverá encaminhar ao Administrador, no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis, 2 (duas) vias originais do Termo de Cessão devidamente assinadas pelos representantes legais da Cedente. O Administrador, ao receber as vias originais do Termo de Cessão (a) providenciará as assinaturas pelos representantes legais do Fundo nas vias originais do Termo de Cessão e (b) encaminhará à Cedente, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis, 1 (uma) via original do Termo de Cessão devidamente assinado por todas as partes.
- 4.11 Para fins de atendimento do artigo 290 do Código Civil, a notificação aos Clientes observará o disposto na Cláusula 1.6 deste Contrato de Cessão.
- 4.12 O Fundo, por intermédio do Custodiante, neste ato, constitui a Cedente como depositária, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil e sob as penas ali previstas, para que guardem, como se seus fossem e às suas próprias expensas, na forma de depósito voluntário, os originais de todos os Documentos Comprobatórios relativos aos respectivos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que tenha sido cedido pela Cedente ao Fundo e a Cedente aceita tal nomeação e assume a responsabilidade por todos os prejuízos comprovados que venha a causar ao Fundo, nos termos do artigo 652 do Código Civil.
- 4.13 A guarda, custódia e armazenagem dos Documentos Comprobatórios será realizada pela Cedente nos respectivos estabelecimentos indicados no Anexo VIII a este Contrato de

Cessão ("Estabelecimentos") de acordo com os procedimentos previstos no Anexo IX a este Contrato de Cessão.

- 4.14 O Custodiante e o Administrador ou terceiros por eles contratados terão acesso aos Documentos Comprobatórios, podendo, mediante comunicação prévia com 15 (quinze) Dias Úteis, ou, em prazo menor, se assim solicitado pelas autoridades competentes, sem nenhum custo adicional, consultar ou retirar os Documentos Comprobatórios.
- 4.15 A perda, o extravio, a inexistência ou a indisponibilidade, por qualquer motivo, dos Documentos Comprobatórios (exceto nos casos expressamente previstos neste Contrato de Cessão), deverá ser imediatamente comunicada ao Custodiante, responsabilizando-se a Cedente pelos prejuízos a que derem causa, em decorrência da perda, extravio, inexistência ou indisponibilidade dos Documentos Comprobatórios que inviabilize a cobrança do respectivo Direito Creditório pelo Fundo e/ou Custodiante, sendo a Cedente então obrigada a realizar o ressarcimento ao Fundo e/ou ao Custodiante do valor integral do crédito, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, da verificação da perda, extravio ou verificação de inexistência ou indisponibilidade dos respectivos Documentos Comprobatórios.
- 4.15.1 Ressalvados os casos de culpa, dolo ou má-fé da Cedente, a indisponibilidade temporária de qualquer dos Documentos Comprobatórios, decorrente de seu trânsito, não ensejará para a Cedente a responsabilidade referida na Cláusula 4.15 deste Contrato de Cessão, desde que (i) apresentem, por escrito, justificativa ao Custodiante sobre a impossibilidade de disponibilização de qualquer dos Documentos Comprobatórios e (ii) providenciem a disponibilização dos Documentos Comprobatórios ao Custodiante e/ou ao Administrador ou terceiros por eles contratados, no prazo máximo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da solicitação dos Documentos Comprobatórios pelo Custodiante e/ou Administrador ou terceiros por ele contratados.
- 4.15.2 Caso haja ressarcimento por parte da Cedente nos termos da Cláusula 4.15 deste Contrato de Cessão, o Fundo e/ou o Custodiante deverá, conforme o caso, repassar à Cedente, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados do seu recebimento, quaisquer valores que estes venham a eventualmente receber do Cliente como pagamento relativo ao crédito consubstanciado nos Documentos Comprobatórios cuja perda, extravio ou

verificação de inexistência ou indisponibilidade tenha gerado o pagamento do respectivo ressarcimento.

4.16 A Cedente, neste ato, assume as seguintes obrigações e responsabilidades perante o Fundo e o Custodiante:

- (i) praticar todo e qualquer ato necessário ao bom e fiel cumprimento de suas obrigações nos termos deste Contrato de Cessão;
- (ii) zelar pela boa guarda e conservação dos Documentos Comprobatórios, pelo prazo mínimo exigido pela legislação fiscal aplicável;
- (iii) armazenar os Documentos Comprobatórios nos Estabelecimentos de forma sistemática, organizada e cronológica, observada a metodologia definida no Anexo IX deste Contrato de Cessão, de forma a permitir o seu controle, identificação e tempestiva localização nos prazos estabelecidos neste Contrato de Cessão; e
- (iv) utilizar companhia transportadora idônea para realizar a movimentação e o transporte de Documentos Comprobatórios, caso necessário.

4.17 A contratação da Cedente como depositária dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios por elas cedidos não resulta e/ou resultará, de qualquer forma, em ingerência e/ou controle, pela Cedente, dos Direitos Creditórios a eles referentes.

4.18 Fica aqui disciplinado que a Cedente não poderá, em hipótese alguma: (i) requerer que se recolha os Documentos Comprobatórios a depósito público e (ii) furtar-se à restituição dos Documentos Comprobatórios, renunciando ao benefício previsto no artigo 638 do Código Civil.

4.19 As partes convencionam que não são aplicáveis ao presente Contrato de Cessão as regras previstas no artigo 643 do Código Civil, restando a Cedente exclusivamente responsável por quaisquer despesas e/ou prejuízos inerentes ao depósito dos Documentos Comprobatórios, devendo manter o Custodiante e o Fundo indenados de qualquer responsabilidade ou custos neste sentido. Ademais, em caso de restituição dos Documentos Comprobatórios, de acordo com as hipóteses e condições aqui previstas, os custos serão suportados exclusivamente pela Cedente, a qual deverá manter o Fundo indene de quaisquer custos, despesas e encargos nesse sentido, sob pena de pagamento das penalidades aplicáveis e indenização por perdas e danos eventualmente incorridos pelo Fundo e/ou Custodiante nesse sentido.

- 4.20 Na ocorrência de quaisquer eventos, que, uma vez devidamente comprovados, demonstrem a inaptidão e/ou impossibilidade da Cedente no tocante às suas obrigações de depositária, deverá o Fundo, por intermédio do Custodiante, e às expensas da Cedente, constituir novo depositário, que deverá respeitar e observar as previsões previstas na Cláusula 4 deste Contrato de Cessão e artigos 627 e seguintes do Código Civil.

5. RESOLUÇÃO DA CESSÃO

- 5.1 Considerar-se-á resolvida, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação à Cedente, sem qualquer custo para o Fundo, a cessão dos Direitos Creditórios que não estejam de acordo com o disposto na alínea (iv) da Cláusula 2.1 deste Contrato de Cessão ("Condição Resolutiva da Cessão").
- 5.2 Sem prejuízo da resolução da cessão operar-se de pleno direito e sem qualquer outra formalidade, a Cedente deverá notificar o Fundo e o Custodiante identificando individualmente os Direitos Creditórios objeto da ocorrência de Condição Resolutiva da Cessão no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que a ocorrência tiver efetivamente chegado a seu conhecimento.
- 5.3 Na hipótese de ocorrência de Condição Resolutiva da Cessão e mediante recebimento da notificação mencionada na Cláusula 5.2 acima, o Custodiante providenciará a baixa dos Direitos Creditórios objeto da Condição Resolutiva da Cessão, e colocará à disposição no site www.itaucustodia.com.br relatório discriminando os Direitos Creditórios baixados e o valor correspondente ao Preço de Aquisição destes Direitos Creditórios atualizado pela taxa de desconto utilizada no cálculo do Preço de Aquisição aplicada *pro rata temporis* desde a respectiva Data de Aquisição até a data da efetiva baixa ("Valor de Restituição").
- 5.4 O Administrador, após consultar o relatório mencionado na Cláusula 5.3 acima, notificará o Valor de Restituição à Cedente, que estará obrigada a restituir o Valor de Restituição, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data desta notificação, através de transferência de (i) moeda corrente nacional à vista, e/ou (ii) novos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, podendo-se conjugar as alternativas (i) e (ii), em qualquer proporção entre elas, observado o disposto na Cláusula 7 abaixo.
- 5.5 Nos casos previstos nesta Cláusula 5, a Cedente subrogar-se-á, automaticamente, em todos os direitos inerentes ao Direito

Creditório cuja cessão tiver sido resolvida nos termos deste Contrato.

- 5.6 Caso o Fundo receba diretamente do Cliente valores decorrentes do pagamento de Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida nos termos deste Contrato, o Fundo transferirá tais valores, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título, para a Cedente no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contado do recebimento desses valores, permanecendo o Fundo como depositário, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil, dos referidos valores até a sua efetiva transferência.

6. PREÇO DE AQUISIÇÃO E CONTRAPRESTAÇÕES

- 6.1 Pela aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, o Custodiante, em nome e por conta do Fundo, pagará à Cedente, na Data de Aquisição, o valor certo e ajustado calculado de acordo com a seguinte fórmula ("Preço de Aquisição"):

$$PA_y = \frac{ValorDC_y}{\left(1 + TxDes_y\right)^{\frac{du}{252}}}$$

$$TxDes_y = \left\{ \frac{\left(1 + Taxa_{LP}\right)^{\frac{dc_{LP}}{30}}}{\left[\left(1 + Taxa_{LP_e}\right)^{\frac{dc_{LP}}{30}} \times (TotalAliq) + (1 - TotalAliq)\right]} \right\}^{\left(\frac{252}{du}\right)} - 1$$

onde:

$y = 1,$
 $2 \dots n$

Direito Creditório Elegível a ser adquirido;

PA_y

Preço de Aquisição do Direito Creditório Elegível "y";

$ValorDC_y$

Valor do Direito Creditório Elegível "y";

$TxDes_y$

Taxa de desconto para a aquisição do Direito Creditório Elegível "y". Taxa anual, expressa na forma percentual, calculada com base em ano de 252 Dias Úteis;

dc_{LP}

Número de dias corridos entre a Data de Aquisição do Direito Creditório Elegível "y", inclusive, e a data de vencimento do Direito Creditório Elegível "y", exclusive;

Du	Número de Dias Úteis entre a Data de Aquisição do Direito Creditório Elegível "y", inclusive, e a data de vencimento do Direito Creditório Elegível "y", exclusive;
$TotalAliq_e$	Somatório das alíquotas de ICMS e PIS/COFINS do Estado "e" incidentes sobre o Direito Creditório Elegível "y";
$Taxa_{LP_e}$	Taxa de Longo Prazo do Estado "e". Taxa mensal, expressa na forma percentual, na convenção exponencial, calculada com base em mês de 30 dias.

- 6.2 A taxa de longo prazo aplicável para cada Estado ("Taxa de Longo Prazo") vigente no início das atividades do Fundo até sua alteração nos termos da Cláusula 6.3 deste Contrato de Cessão será informadas por correio eletrônico ao Administrador pela Cedente com até 3 (três) Dias Úteis de antecedência da primeira Data de Aquisição.
- 6.3 A definição da Taxa de Longo Prazo será feita trimestralmente, 15 (quinze) dias antes do primeiro Dia Útil dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano calendário, seguindo o fluxo abaixo:
- (i) Na Data de Definição da Taxa de Longo Prazo, o Administrador deverá solicitar à Cedente uma confirmação contendo os valores das alíquotas de ICMS, PIS e/ou COFINS que serão utilizadas pela Cedente durante os próximos 90 (noventa) dias contados da virada do mês para a formação dos Direitos Creditórios Elegíveis em cada um dos respectivos Estados;
 - (ii) Em até 2 (dois) Dias Úteis após tal solicitação, a Cedente deverá encaminhar, por correio eletrônico, a confirmação mencionadas no inciso (i) acima; e
 - (iii) Com base na informação obtida da Cedente, o Administrador utilizará a fórmula abaixo para calcular e informar à Cedente a nova Taxa de Longo Prazo em cada um dos Estados que estará vigente no próximo trimestre:

$$Taxa_{LP_e} = \left\{ \frac{\left[(1 + TaxaCDI) \times (1 + Spread + M \arg em) \right]^{\frac{61}{252}} \times (1 - TotalAliq_e)}{1 - \left\{ \left[(1 + TaxaCDI) \times (1 + Spread + M \arg em) \right]^{\frac{61}{252}} \times TotalAliq_e \right\}} \right\}^{\frac{30}{88}} - 1$$

onde:

<i>Taxa_{LP_e}</i>	Taxa de Longo Prazo do Estado "e". Taxa mensal, expressa na forma percentual, na convenção exponencial, calculada com base em mês de 30 dias;
<i>Taxa CDI</i>	Taxa anual, expressa na forma percentual, calculada com base em ano de 252 Dias Úteis, será correspondente a taxa de juros de ajuste do 1º (primeiro) Dia Útil anterior a Data de Definição da Taxa de Longo Prazo para contratos futuros de depósitos interfinanceiros de um dia, com respectivo vencimento e código indicados segundo a sistemática elaborada na Tabela 1 do Anexo X a este Contrato de Cessão, conforme divulgada pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros, no informativo "Boletim Diário Versão Completa (Mercadorias e Futuros)", disponível em sua página na Internet (" <u>Contrato DI Futuro</u> ");
<i>Spread</i>	Taxa anual exponencial, calculada com base em ano de 252 Dias Úteis, definida durante o processo de "bookbuilding" da respectiva oferta de Quotas;
<i>Margem</i>	1%;
<i>TotalAliq_e</i>	Somatório das alíquotas de ICMS e PIS/COFINS do Estado "e" incidentes sobre o Direito Creditório "y".

6.3.1. Caso ocorra qualquer alteração nas alíquotas de ICMS, PIS e/ou COFINS durante o curso dos 90 (noventa) dias previsto na Cláusula 6.3 (i) deste Contrato de Cessão, a Cedente enviará, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de tal alteração, notificação nesse sentido ao Administrador, alterando-se por conseguinte a Data de Definição da Taxa de Longo Prazo, bem como a respectiva Taxa de Longo Prazo, a fim de considerar as novas alíquotas de ICMS, PIS e/ou COFINS.

6.4 O Administrador solicitará, com 2 (dois) Dias Úteis de antecedência à Data de Definição da Taxa de Longo Prazo, uma confirmação da Cedente de que a Taxa de Longo Prazo foi alterada nos termos deste Contrato de Cessão.

6.4.1 Em até 1 (um) Dia Útil contado da data de tal solicitação, a Cedente deverá encaminhar, por correio eletrônico, a

confirmação de que a Taxa de Longo Prazo foi alterada nos termos deste Contrato de Cessão.

- 6.5 O Administrador somente alterará a Taxa de Longo Prazo de cada um dos respectivos Estados para o cálculo do Preço de Aquisição após o recebimento da confirmação pela Cedente de que a Taxa de Longo Prazo foi alterada nos termos da Cláusula 6.3 deste Contrato de Cessão, caso contrário deverá manter a respectiva Taxa de Longo Prazo do período anterior.
- 6.6 O pagamento do Preço de Aquisição à Cedente, deverá, ser feito pelo Fundo em moeda corrente nacional, ressalvado o disposto na Cláusula 7.4.

7. FORMA DE PAGAMENTO

- 7.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 7.3 deste Contrato de Cessão, todos os pagamentos em moeda corrente nacional a serem efetuados pela Cedente ao Fundo e por este à Cedente em razão das obrigações previstas neste Contrato de Cessão deverão ser efetuados por qualquer meio de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, para as seguintes contas correntes:
- (i) quando devidos ao Fundo, mediante crédito na conta corrente de titularidade do Fundo, conforme notificado às demais Partes após o início das atividades do Fundo, mantida na agência n.º 2001 do Custodiante, valendo o extrato da conta-corrente como o comprovante do crédito/depósito como prova de pagamento e, após o efetivo crédito, como recibo de quitação; e
 - (ii) quando devidos à Petrobras, mediante crédito na conta corrente de n.º 377.100-8, mantida na agência n.º 3180-1 do Banco do Brasil S.A., valendo o extrato da conta-corrente como o comprovante do crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação.
 - (iii) quando devidos a Novas Cedentes que venham a ser Parte, como Cedente, deste Contrato de Cessão, mediante crédito na conta corrente a ser indicada no respectivo aditamento ao presente Contrato de Cessão.
- 7.2 Todo e qualquer pagamento efetuado em contas correntes outras que não as expressamente relacionadas na Cláusula 7 deste Contrato de Cessão ou em qualquer conta corrente de titularidade do Fundo ("Contas Correntes Autorizadas do Fundo") ou da Cedente que vierem a ser expressamente indicadas, respectivamente, pelo Administrador ou pela Cedente

("Contas Correntes Autorizadas da Cedente" e, conjuntamente com as Contas Correntes Autorizadas do Fundo, "Contas Correntes Autorizadas") será considerado ineficaz em relação ao beneficiário do referido pagamento, não valendo o comprovante de depósito, nesse caso, como recibo de quitação. Nesta hipótese, o depositante ficará sujeito a realização de novo pagamento na respectiva Conta Corrente Autorizada. A parte devedora, após notificação formal, deverá efetuar o pagamento dentro de 3 (três) Dias Úteis.

- 7.3 Sem prejuízo disposto nas Cláusulas 7.1 e 7.2, quaisquer valores devidos a Cedente, pelo Fundo, à qualquer título, poderão ser pagos mediante a disponibilização de reserva bancária por qualquer meio de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, nas respectivas datas em que forem devidos nos termos deste Contrato de Cessão, valendo, nessa hipótese, a confirmação da liquidação do respectivo pagamento, por intermédio de qualquer meio idôneo e hábil para tal fim, como recibo de quitação.
- 7.4 A restituição pela Cedente ao Fundo do Valor de Restituição relativo aos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida nos termos da Cláusula 5 deste Contrato de Cessão poderá ocorrer, a critério da Cedente, mediante a transferência, ao Fundo, de novos Direitos Creditórios Elegíveis, isoladamente ou em conjunto com o pagamento em moeda corrente nacional na forma prevista acima.

8. OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

- 8.1 Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato de Cessão, a Cedente expressamente obriga-se a:
- (i) adotar todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações contidas na Cláusula 2.1 deste Contrato de Cessão, mantendo o Fundo informado de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a invalidade da declaração, se for o caso;
 - (ii) não ceder a terceiros os Direitos Creditórios prometidos à cessão para o Fundo nos termos deste Contrato de Cessão e não alterar os termos e condições dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo;

- (iii) comunicar ao Fundo no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data em que tomar conhecimento, a respeito da ocorrência de quaisquer eventos que se caracterizem como um dos eventos descritos na alínea (i) da Cláusula 9.1 do presente Contrato de Cessão ou no item 20.1 (I) do Regulamento, de que venha a tomar conhecimento;
- (iv) cumprir os Procedimentos de Venda e todos os termos e condições deste Contrato de Cessão;
- (v) transferir ao Fundo e comunicar ao Custodiante, por meio eletrônico, no prazo de 3 (três) Dias Úteis da verificação do seu recebimento, quaisquer valores que eventualmente venha a receber de Clientes com relação aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título, sendo certo que a Cedente aceita sua nomeação como depositária, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil, dos referidos valores até a sua efetiva transferência;
- (vi) mediante solicitação prévia com 5 (cinco) dias de antecedência, permitir ao Fundo e ao Custodiante, ou a quem for por estes indicado, sempre acompanhados por um representante da Cedente, acesso aos Estabelecimentos, meios e documentos relacionados aos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios Cedidos, sem qualquer custo para a Cedente;
- (vii) entregar ou disponibilizar em meio acessível ao Fundo (incluindo por meios eletrônicos), na data da assinatura deste Contrato de Cessão e, sempre que solicitado pelo Administrador, na data de assinatura de cada Termo de Cessão, cópia (a) do seu estatuto social e (b) dos instrumentos comprobatórios da autorização e dos poderes conferidos a seus representantes para assinatura deste Contrato de Cessão e dos respectivos Termo de Cessão;
- (viii) encaminhar ou disponibilizar em meio acessível ao Fundo (inclusive por meios eletrônicos), no prazo de 10 (dez) Dias Úteis de sua aprovação, cópias das deliberações relativas a qualquer alteração no seu objeto social preponderante e que venham a impactar de forma adversa e relevante ou impedir as obrigações da Cedente decorrentes do presente Contrato de Cessão;
- (ix) encaminhar ou disponibilizar em meio acessível ao Fundo (inclusive por meios eletrônicos), no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado da data em que estiverem disponíveis

ao público, quaisquer deliberações societárias que possam afetar o cumprimento de qualquer de suas obrigações assumidas neste Contrato de Cessão;

- (x) informar ao Fundo, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado da data em que tomar conhecimento, a respeito do recebimento de citação referente a pedido de falência contra si apresentado por terceiros ou cópia do pedido de recuperação judicial contra, ou por ela, ajuizado;
- (xi) não alterar sua política de concessão de crédito vigente para os Clientes descrita no Anexo V ao Regulamento do Fundo caso tal alteração venha a impactar de forma adversa e relevante o Fundo e seus Quotistas e entregar ao Fundo, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis do início da vigência da mesma, cópia de qualquer outra alteração em tal política de crédito;
- (xii) não alterar de forma substancial os contratos de fornecimento firmado com os Clientes cujos Direitos Creditórios deles decorrentes foram prometidos à cessão e cedidos ao Fundo nos termos deste Contrato de Cessão caso tais alterações venham a impactar de forma adversa e relevante os mecanismos da cessão contemplados neste Contrato de Cessão;
- (xiii) não praticar qualquer ato que resulte na alteração dos termos, revogação, invalidação ou inexecutabilidade da fiança outorgada pela Braskem à Cedente com relação às obrigações de pagamento de Cliente que não a Braskem que seja devedor de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo,
- (xiv) efetuar, de acordo com as práticas contábeis praticadas no Brasil, os respectivos lançamentos contábeis necessários à caracterização da cessão irrevogável e irretratável dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo;
- (xv) observar os procedimentos para inclusão de Novo Cliente conforme estabelecidos na Cláusula 13 deste Contrato de Cessão.

8.2 As obrigações previstas na Cláusula 8.1 deste Contrato de Cessão para as quais não tenha sido estabelecido prazo específico serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Cedente, de notificação enviada pelo Custodiante ou pelo Fundo, nos termos da Cláusula 12 deste Contrato de Cessão, exigindo o cumprimento da obrigação respectiva.

9. EVENTOS DE REVISÃO E EVENTOS DE RESILIÇÃO

9.1 São considerados eventos de revisão ("Eventos de Revisão") quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das declarações, das obrigações de fazer e/ou não fazer deste Contrato de Cessão que não seja um Evento de Resilição e que, a critério do Fundo, possa comprometer (a) a aquisição sucessiva dos Direitos Creditórios Elegíveis; e/ou (b) a capacidade do Fundo de cumprir com seus pagamentos e demais compromissos perante os Quotistas, desde que, no caso específico de descumprimento não voluntário da Cedente, a Cedente tenha sido notificada para regularizar tal descumprimento e não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do recebimento da referida notificação;
- (ii) modificações estatutárias que alterem o objeto social preponderante da Cedente e que venham a impactar de maneira adversa e relevante ou impedir as obrigações da Cedente decorrentes do presente Contrato de Cessão;
- (iii) caso ocorra quaisquer dos Eventos de Avaliação, nos termos do Regulamento;
- (iv) hipótese de rescisão ou resilição, conforme o caso, do Contrato de Custódia;
- (v) salvo o disposto no Regulamento, caso o Fundo deixe de estar enquadrado na Alocação Mínima por período igual ou superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos;
- (vi) na ocorrência de rebaixamento em 2 (dois) níveis da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída às Quotas Seniores, de acordo com os critérios de classificação adotados pela Agência de Classificação de Risco;
- (vii) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que, a critério do Administrador, afetem negativamente e de forma relevante o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente os Quotistas;
- (viii) ocorrência de graves alterações nas condições econômicas e financeiras do Brasil ou o início de vigência ou alteração de normas legais e/ou regulamentares, em especial as de natureza fiscal e relativas ao

funcionamento do mercado financeiro, que, a critério do Administrador, possam onerar excessivamente, dificultar ou prejudicar de forma relevante o curso normal das aquisições de Direitos Creditórios pelo Fundo e o cumprimento de obrigações do Administrador perante os Quotistas nos termos do Regulamento ou do Fundo nos termos deste Contrato de Cessão;

- (ix) caso a Cedente não altere, por 2 (duas) vezes consecutivas, a Taxa de Longo Prazo informada trimestralmente pelo Administrador, na forma da Cláusula 6.3 deste Contrato de Cessão;
- (x) dissolução e/ou liquidação da Cedente, exceção feita aos casos onde a entidade sucessora da Cedente permaneça sob o mesmo controle efetivo da Cedente;
- (xi) inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificada pelo Custodiante, desde que, notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (xii) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento e no Contrato de Custódia, que não seja um Evento de Liquidação, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do prazo do recebimento da referida notificação;
- (xiii) não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento da Reserva de Amortização e Resgate, em 2 (duas) Datas de Verificação de Amortização consecutivas ou em 3 (três) Datas de Verificação de Amortização alternadas durante o prazo de duração de cada série de Quotas Seniores do Fundo;
- (xiv) caso a Taxa DI seja igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- (xv) amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- (xvi) não realização da Amortização Extraordinária das Quotas Seniores, nos termos previstos no item 21 do Regulamento;

- (xvii) caso o Administrador identifique no resultado das verificações de lastro realizadas pelo Custodiante, trimestralmente junto à Cedente, que 5% (cinco por cento) ou mais dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo não estejam em conformidade com os parâmetros descritos no Anexo VI do Regulamento;
 - (xviii) não pagamento, em até 2 (dois) Dias Úteis contados das Datas de Amortização e/ou das Datas de Resgate, do valor da Amortização Periódica e/ou do valor de resgate das Quotas Seniores;
 - (xix) não pagamento por qualquer Cliente ou pela Braskem como fiadora, conforme o caso, de qualquer Direito Creditório que tenha sido cedido ao Fundo nos termos deste Contrato de Cessão, caso tal inadimplemento por falta de pagamento não seja sanado no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de vencimento do título de crédito representativo de tal Direito Creditório;
 - (xx) protesto legítimo de títulos contra a Braskem, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos), ou o equivalente em reais ou outras moedas, salvo se, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Administrador que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo; ou
 - (xxi) não pagamento, pela Braskem, de qualquer Dívida cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos), ou o equivalente em reais ou outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de vencimento de tal Dívida, antecipada ou prevista no respectivo contrato (incluindo, se aplicável, o eventual prazo de cura previsto no respectivo contrato) ressalvado que não será considerada vencida qualquer Dívida que seja objeto de contestação legítima e de boa-fé por parte do Cliente, conforme o caso.
- 9.1.1 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará as providências estabelecidas nos itens 20.1 e seguintes do Regulamento para os Eventos de Avaliação do Fundo e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e,

se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas em curso, conforme o caso.

9.2 São considerados eventos de resilição ("Eventos de Resilição"), quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) decretação de falência de uma Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Cedente;
- (ii) decretação de falência de um Cliente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pelo respectivo Cliente;
- (iii) na ocorrência de liquidação do Fundo, por deliberação da Assembleia Geral;
- (iv) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo até a data de liquidação do Fundo, por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com o procedimento estabelecido no Regulamento;
- (v) caso não seja determinado pelos titulares das Quotas Seniores, e devidamente aprovado pelos titulares das Quotas Subordinadas, novo(s) parâmetro(s) de apuração do valor das Quotas Seniores, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI, na Assembleia Geral a ser realizada conforme previsto no item 14.3.2 do Regulamento;
- (vi) caso os titulares das Quotas Seniores venham a deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação nos termos do item 20.1.2 do Regulamento;
- (vii) caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do item 4.1.4 do Regulamento; ou
- (viii) ocorrência de qualquer Evento de Liquidação nos termos do Regulamento.

9.2.1 A ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição facultará ao Fundo a imediata resilição deste Contrato de Cessão, devendo este observar o disposto nos itens 20.2 e seguintes do Regulamento.

9.2.2 O exercício da faculdade referida na Cláusula 9.2.1 deste Contrato de Cessão não acarretará qualquer ônus ou penalidade de qualquer natureza ao Fundo e não obstará a aplicação, nos termos deste Contrato de Cessão, das

penalidades previstas nesta Cláusula 10 cujos termos sobreviverão ao término deste Contrato de Cessão.

- 9.3 O exercício da faculdade de que trata a Cláusula 9.2.1 deste Contrato de Cessão não eximirá a Cedente do integral e pontual cumprimento (i) das obrigações assumidas nos termos deste Contrato de Cessão, dos Termos de Cessão celebrados e que sejam exigíveis, assim como não prejudicará o direito do Fundo de exigir, por todos os meios estabelecidos nos referidos instrumentos contratuais, o cumprimento de tais obrigações; ou (ii) das obrigações decorrentes das Condições Resolutivas da Cessão referentes a Direitos Creditórios cedidos.

10. PENALIDADES

- 10.1 O inadimplemento, por qualquer das Partes, de quaisquer das obrigações de pagamento previstas neste Contrato de Cessão caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata temporis desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pela Parte credora; e (ii) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor devido.
- 10.2 Nenhuma Cedente será, todavia, penalizada em virtude de inadimplemento que tenha sido causado por falhas de sistema e/ou de comunicação atribuídos ao Custodiante e/ou ao Fundo.
- 10.3 O inadimplemento pelo Fundo das obrigações, de qualquer natureza, com exceção das obrigações pecuniárias previstas na Cláusula 10.1 deste Contrato de Cessão, só acarretará responsabilidade por perdas e danos diretos se a Cedente comprovar a ocorrência de culpa, dolo ou má-fé do Administrador e/ou do Custodiante no descumprimento de tais obrigações. O Custodiante e/ou o Administrador apenas serão penalizáveis por quaisquer atrasos que decorram de falhas de seus respectivos sistemas e/ou de comunicação exclusivamente em caso de sua respectiva culpa ou dolo, responsabilizando-se ainda pela imediata correção de tais falhas.
- 10.4 O inadimplemento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas nos termos deste Contrato de Cessão, do qual tenham sido notificadas para regularizar e não o façam no prazo assinado na respectiva notificação e/ou aviso, prazo este que, em nenhuma hipótese, será inferior a 5 (cinco) Dias Úteis, obrigará a Cedente, desde que comprovada a ocorrência de culpa, dolo ou má-fé, ao pagamento ao Fundo

de perdas e danos diretos incorridos pelo Fundo em decorrência de tal inadimplemento.

- 10.5 Nenhum dos itens previsto nesta Cláusula 10 deve ser interpretado de maneira a limitar perdas e danos que possam ser passíveis de indenização nos termos da Cláusula 15.

11. CONFIDENCIALIDADE

- 11.1 Cada uma das Partes e o Custodiante (em conjunto, "Partes Obrigadas") e, individualmente, "Parte Obrigada") obrigam-se a manter em sigilo e respeitar a confidencialidade dos dados e informações, verbais ou escritas, relativos às operações e negócios das outras Partes Obrigadas (incluindo, sem limitação, todos os segredos e/ou informações financeiras, operacionais, econômicas, técnicas e jurídicas), dos contratos, pareceres e outros documentos, bem como, de quaisquer cópias ou registros dos mesmos, contidos em qualquer meio físico a que a referida Parte Obrigada tiver acesso em virtude deste Contrato de Cessão e do Regulamento e que tenham sido expressamente classificadas como confidenciais pela Parte Obrigada a que se referem ("Informações Confidenciais"), ficando desde já estabelecido que (i) as Informações Confidenciais somente poderão ser divulgadas a seus sócios, administradores, procuradores, consultores, prepostos e empregados, presentes ou futuros, que precisem ter acesso às Informações Confidenciais em virtude do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato de Cessão ("Representantes"), desde que tais Representantes obriguem-se e vinculem-se às obrigações de confidencialidade aqui previstas, e (ii) que a divulgação direta ou indireta, no todo ou em parte, de forma isolada ou conjunta, no Brasil ou no exterior, por qualquer meio, de quaisquer Informações Confidenciais a terceiros dependerá de prévia autorização, por escrito, das demais Partes Obrigadas.
- 11.2 As Partes Obrigadas obrigam-se a não utilizar qualquer das Informações Confidenciais em proveito próprio ou de quaisquer terceiros e responsabilizam-se pela violação das obrigações previstas nesta Cláusula 11 por parte de quaisquer dos Representantes.
- 11.3 Caso qualquer das Partes Obrigadas ou qualquer de seus Representantes seja obrigado, em virtude de lei, de decisão judicial, do Regulamento ou por determinação de qualquer autoridade governamental, a divulgar quaisquer das Informações Confidenciais, sem prejuízo do atendimento tempestivo à determinação legal ou administrativa e desde que

tais determinações não exijam sigilo específico com relação à outra Parte Obrigada, tal Parte Obrigada deverá comunicar imediatamente as outras Partes Obrigadas a respeito dessa obrigação, de modo que as Partes Obrigadas, se possível e em mútua cooperação, possam intentar as medidas cabíveis, inclusive judiciais, para preservar as Informações Confidenciais. Caso as medidas tomadas para preservar as Informações Confidenciais não sejam tempestivas ou não tenham êxito, deverá ser divulgada somente a parcela das Informações Confidenciais necessária à satisfação do atendimento do dever legal de divulgação das informações requisitadas.

- 11.4 Excluem-se do compromisso de confidencialidade aqui previsto as informações (i) disponíveis para o público de outra forma que não pela divulgação das mesmas por qualquer das Partes Obrigadas ou por qualquer de seus Representantes; e (ii) que comprovadamente já eram do conhecimento de uma ou de todas as Partes Obrigadas ou de qualquer de seus Representantes antes da referida Parte Obrigada ou seus Representantes terem acesso em função deste Contrato de Cessão.
- 11.5 Para os fins desta Cláusula 11, não são consideradas Informações Confidenciais as informações que constam dos documentos de oferta das Quotas e que foram fornecidas (i) para a elaboração dos documentos necessários à concretização da emissão e distribuição pública das Quotas de emissão do Fundo, inclusive *back-up*, ou (ii) relativas aos Direitos Creditórios cedidos.
- 11.6 O dever de confidencialidade previsto nesta Cláusula 11 sobreviverá ao término deste Contrato de Cessão pelo prazo de 5 (cinco) anos após a extinção ou a rescisão deste Contrato de Cessão.

12. COMUNICAÇÕES

- 12.1 Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes e pelo Custodiante nos termos deste Contrato de Cessão, deverão ser encaminhados para os endereços descritos no Anexo VII a este Contrato de Cessão, observado que eventuais alterações em referidos endereços serão definidas de comum acordo entre as Partes, e incorporadas a este Contrato de Cessão mediante correspondência, constituindo-se, a partir de então, o novo Anexo VII a este Contrato de Cessão.

- 12.2 Todas as comunicações, cartas ou notificações enviadas ao Fundo nos termos deste Contrato de Cessão devem ser emitidas com cópia para o Custodiante, sob pena de não serem consideradas recebidas pelo Fundo.
- 12.3 Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços descritos no Anexo VII, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (*answer back*), via correio eletrônico ou outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins desta Cláusula 12, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou via correio eletrônico ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação, bem como da data do envio.

13. INCLUSÃO DE NOVOS CLIENTES

- 13.1 Para a inclusão de qualquer outro comprador de Produtos cadastrado pela Cedente e que esteja sob o controle efetivo da Braskem na Relação de Clientes ("Novo Cliente"), a Cedente deverá encaminhar ao Fundo e ao Custodiante (a) um relatório e arquivo eletrônico preparados por empresa de auditoria independente de renome internacional, nos quais constem as seguintes informações sobre o Novo Cliente, apuradas em período não inferior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de elaboração do relatório ("Relatório Especial de Revisão"): (i) a razão social e CNPJ/MF do Novo Cliente; (ii) valor total de compras do Novo Cliente; (iii) dados detalhados e individualizados relativos às Notas Fiscais Fatura emitidas, incluindo data de emissão, data de vencimento e data de efetivo pagamento e (iv) inexistência de processo de falência decretado, recuperação judicial confirmada ou recuperação extrajudicial homologada; (b) confirmação pela Cedente de que as obrigações de pagamento de tal Novo Cliente, referentes às operações comerciais lastro dos Direitos Creditórios, contam com fiança da Braskem em termos aceitáveis para o Fundo; e (c) confirmação pela Petrobras de que o Novo Cliente: (i) não apresenta títulos vencidos e não pagos (em aberto) contra a Cedente; e (ii) não atrasou mais de 20% (vinte por cento) do total faturado no ano anterior ao ano então corrente.

- 13.2 Após receber as informações mencionadas na Cláusula 13.1 deste Contrato de Cessão, o Custodiante, na qualidade de interveniente anuente, e as Partes celebrarão um aditamento ao presente Contrato para inclusão do Novo Cliente na Relação de Clientes, o qual será levado a registro em Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das respectivas sedes do Administrador e da Cedente nos termos da Cláusula 16.14. Somente após 4 (quatro) Dias Úteis contados do recebimento pelo Custodiante do referido aditamento devidamente registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das respectivas sedes do Administrador e da Cedente, tal Novo Cliente passará a ser considerado um Cliente para todos os fins e efeitos deste Contrato de Cessão.
- 13.3 O aditamento a este Contrato de Cessão (com o Anexo VI atualizado) para refletir a inclusão de Novo Cliente nos termos desta Cláusula 13 deverá conter declaração da Petrobras de que as informações prestadas nos termos da Cláusula 13.1 deste Contrato de Cessão são verdadeiras, corretas, completas e precisas, sob seu aspecto material e formal, bem como quaisquer outras declarações que as Partes entendam necessárias à época de tal aditamento.
- 13.4 Na hipótese de incorporação de 1 (um) Cliente por uma empresa que não conste da Relação de Clientes, a inclusão da incorporadora na Relação de Clientes, observará o procedimento estabelecido nesta Cláusula 13 para a inclusão de Novo Cliente na Relação de Clientes.
- 13.5 Na hipótese de fusão de 2 (dois) ou mais Clientes que constem da Relação de Clientes ou incorporação de 1 (um) Cliente por outro Cliente que conste da Relação de Clientes, a empresa resultante da fusão ou a incorporadora será incluída na Relação de Clientes com base nas informações consolidadas dos Clientes que lhe deram origem, constantes da Base de Dados.

14. INCLUSÃO DE NOVAS CEDENTES

- 14.1 A Petrobras poderá, após a 1ª (primeira) emissão de Quotas do Fundo, optar, mediante notificação ao Fundo e ao Custodiante, pela inclusão de outras empresas vendedoras de Produtos que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos ("Novas Cedentes"):
- (i) sejam subsidiárias integrais da Petrobras, (ii) cujo objeto social seja substancialmente semelhante ao da Petrobras, e (iii) no caso de Direitos Creditórios contra Clientes que não a Braskem, sejam beneficiárias de fiança outorgada pela Braskem para as obrigações de pagamento de tais Clientes com relação ao fornecimento de Produtos, em termos

substancialmente iguais aos da fiança prestada pela Braskem à Petrobras, como Cedentes para todos os fins e efeitos deste Contrato de Cessão e do Regulamento.

- 14.2 A inclusão prevista na Cláusula 14.1 deste Contrato de Cessão passará a produzir efeitos a partir da data em que o Custodiante, na qualidade de interveniente anuente, e as Partes celebrarem aditamento a este Contrato de Cessão para incluir tal Nova Cedente como Cedente e o levarem a registro em Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das respectivas sedes do Administrador e da Cedente, na forma da Cláusula 16.14 deste Contrato de Cessão, ficando esta a partir de então sujeita a todos os termos e condições deste Contrato de Cessão como qualquer outra Cedente.
- 14.3 Caso qualquer dos requisitos previstos na Cláusula 14.1 deste Contrato de Cessão deixem de ser satisfeitos por qualquer Cedente, a Cedente em questão não mais poderá ceder Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos deste Contrato de Cessão.

15. INDENIZAÇÃO

- 15.1 A Cedente obriga-se a manter indene e indenizar integral e imediatamente o Custodiante, o Fundo, a Instituição Administradora e os Coordenadores, bem como seus administradores e prepostos, por qualquer prejuízo que estes venham a sofrer em decorrência do descumprimento, por parte da Cedente, seus empregados ou quaisquer prepostos, de qualquer obrigação ou pela incorreção ou omissão em qualquer declaração constante deste Contrato de Cessão.
- 15.2 Os Coordenadores, individualmente e não solidariamente, concordam em indenizar e isentar de responsabilidade a Cedente, seus conselheiros, seus diretores, empregados, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, conforme a definição de controle do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, com relação às informações prestadas pelos Coordenadores e fornecidas por escrito à Cedente. Tal indenização fica limitada aos danos diretos comprovados efetivamente causados pelo dolo dos Coordenadores e é limitada ao valor dos honorários recebidos pelos Coordenadores até o momento da indenização.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1 As Partes reconhecem este Contrato de Cessão e os Termos de Cessão, quando celebrados na forma estabelecida por este Contrato de Cessão, como título executivo extrajudicial nos

termos do artigo 585, inciso II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

- 16.2 Para os fins deste Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão, quando celebrados na forma estabelecida por este Contrato de Cessão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil.
- 16.3 Observados os prazos específicos estabelecidos neste Contrato de Cessão, as obrigações de fazer e não fazer previstas neste Contrato de Cessão que não tenham prazo específico estipulado serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Cedente ou pelo Fundo, da notificação que constituir a respectiva Parte em mora, ficando facultada à Parte credora a adoção das medidas judiciais necessárias, incluindo à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere a Cláusula 16.2 deste Contrato de Cessão.
- 16.4 O presente Contrato de Cessão vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos contados a partir da presente data, salvo quanto ao prazo de guarda e conservação dos Documentos Comprobatórios que deverão ser mantidos pelo prazo legalmente exigidos para tanto.
- 16.5 Os Direitos Creditórios ofertados e que não forem adquiridos pelo Fundo, assim como os Direitos Creditórios cuja cessão venha a ser resolvida nos termos deste Contrato de Cessão, poderão ser utilizados livremente pela Cedente em qualquer tipo de transação ou negócio.
- 16.6 A Cedente declara ter recebido, na data de assinatura deste Contrato de Cessão, uma cópia autenticada (i) do Regulamento; e (ii) do Prospecto, conhecendo seu inteiro teor e estando de pleno acordo com os termos e condições neles estabelecidos, especialmente com relação aos dispositivos dos mencionados documentos referidos neste Contrato de Cessão, reconhecendo como válidos todos os deveres e obrigações previstos nos instrumentos ora referidos, cujo cumprimento dependa do adimplemento das obrigações assumidas pela Cedente nos termos deste Contrato de Cessão.
- 16.7 Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 1.1, 1.4, 7.2 e 12.1 deste Contrato de Cessão, toda e qualquer modificação deste Contrato de Cessão somente será válida e eficaz se feita por escrito, por meio de aditamento assinado pelas Partes e pelo Custodiante, salvo as promovidas nos Anexos II, III e VII, que

poderão ser substituídos, desde que devidamente firmados por todas as Partes e pelo Custodiante.

- 16.8 Exceto pelas relações comerciais e obrigacionais ora estabelecidas, este Contrato de Cessão não cria nem estabelece qualquer outra relação comercial entre a Cedente e o Fundo.
- 16.9 As Partes celebram este Contrato de Cessão em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.
- 16.10 Os anexos a este Contrato de Cessão ("Anexos") são dele parte integrante e inseparável. Em caso de dúvidas entre o Contrato de Cessão e seus Anexos prevalecerão as disposições do Contrato de Cessão, dado o caráter complementar dos Anexos. Não obstante, reconhecem as Partes a unicidade e incidibilidade das disposições do Contrato de Cessão e dos Anexos, que deverão ser interpretados de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre as Partes.
- 16.11 A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Contrato de Cessão, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato de Cessão.
- 16.12 O presente Contrato de Cessão constitui o único e integral acordo entre as Partes, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes que se prestem para a mesma finalidade, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.
- 16.13 Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato de Cessão, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos, ressalvado que, para fins deste Contrato de Cessão, não será considerada como cessão a terceiros aquela decorrente de incorporações, fusões, cisões ou outras reestruturações societárias ou operações de transferências de bens e/ou ativos dentro do mesmo grupo econômico da Cedente.
- 16.14 Este Contrato de Cessão e seus aditamentos, se houver, serão registrados em Ofício de Títulos e Documentos das Comarcas do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, São Francisco do Conde, Estado da Bahia e Canoas, e da Comarca de São Paulo,

Estado de São Paulo (às expensas do Fundo), dentro do prazo de 20 (vinte) dias da data das respectivas assinaturas.

16.14.1 Somente poderão ser feitas cessões de Direitos Creditórios nos termos deste Contrato de Cessão após o registro do mesmo no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das respectivas sedes do Administrador e da Cedente.

16.15 Todas as disposições contidas neste Contrato de Cessão que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser executadas exclusivamente pelo Administrador, como representante legal do Fundo, salvo referência expressa em contrário.

16.16 As Partes declaram, conjunta e expressamente, que o presente Contrato de Cessão foi celebrado respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

16.17 Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irrecorrível, qualquer disposição ou termo deste Contrato de Cessão for declarada nula ou for anulada, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste Contrato de Cessão não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.

17. CLÁUSULA ARBITRAL

17.1 Qualquer litígio originário do Contrato de Cessão e/ou dos Termos de Cessão, inclusive quanto à sua interpretação ou execução, será definitivamente resolvido por arbitragem, com sede em São Paulo, Capital, de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá por três árbitros, indicados de acordo com citado Regulamento. As Partes declaram terem lido, conhecer, compreender e concordar com (i) o Regulamento de Arbitragem do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, (ii) a tabela de custos desse Centro e (iii) o Corpo de Árbitros desse Centro, todos disponíveis, nesta data, no site www.ccbc.org.br/arbitragem.asp, obrigando-se, de modo irrevogável e irretratável, a acompanhar suas eventuais e futuras atualizações.

17.2 AS PARTES ASSUMEM, DESDE JÁ, EM CARÁTER IRREVOGÁVEL E IRRETRATÁVEL, O COMPROMISSO DE PROCEDER À SOLUÇÃO DE QUALQUER CONTROVÉRSIA MEDIANTE ARBITRAGEM, NA FORMA DAS CONDIÇÕES SEGUINTE E NOS TERMOS DA LEI

FEDERAL Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996, E SUAS ALTERAÇÕES, servindo esta Cláusula como cláusula compromissória para efeito do que dispõe o parágrafo 1º do artigo 4º da Lei 9.307/96, na forma estabelecida abaixo. Na ocorrência de qualquer controvérsia, qualquer das Partes poderá notificar o Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá para que seja instaurado o procedimento arbitral, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da referida notificação. O Contrato de Cessão e os Termos de Cessão serão regidos pelas leis da República Federativa do Brasil, sendo que todas as disputas ou controvérsias relacionadas ao Contrato de Cessão e os Termos de Cessão, inclusive quanto à sua interpretação, serão definitivamente resolvidas por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Regulamento Brasil-Canadá").

- 17.3 O tribunal arbitral será composto de três árbitros, a serem nomeados de acordo com o Regulamento Brasil-Canadá. Cada uma das Partes nomeará um árbitro, e os árbitros nomeados indicarão o terceiro árbitro, que será o presidente do tribunal arbitral. As decisões serão adotadas pela maioria simples dos árbitros do tribunal arbitral. Caso os árbitros nomeados pelas Partes não alcancem consenso acerca do terceiro árbitro, no prazo de 10 (dez) dias da data da nomeação do segundo árbitro, aquele será nomeado de boa-fé e comum acordo pelas Partes, obedecidos os critérios de escolha descritos neste parágrafo. Na hipótese de não houver acordo entre as partes, o presidente do Centro de Arbitragem nomeará o terceiro árbitro. Os árbitros a serem nomeados não poderão ter tido nos 2 (dois) anos anteriores à data de sua nomeação, qualquer relação ou vínculo comercial ou profissional com qualquer das Partes, de modo a garantir sua imparcialidade, nos termos do artigo 14º, da Lei Federal nº 9.307/96. O idioma oficial da arbitragem será o Português. A arbitragem será realizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde será proferida a sentença arbitral. No caso de revelia de qualquer das Partes conforme estipulado pelas regras do Regulamento Brasil-Canadá, o procedimento arbitral prosseguirá normalmente.
- 17.4 Os árbitros nomeados terão competência para decidir todas as questões que lhe forem apresentadas pelas Partes, relacionadas à controvérsia objeto da arbitragem. Nas controvérsias envolvendo aspectos técnicos, os árbitros poderão solicitar pareceres técnicos de pessoas físicas ou jurídicas de reconhecida experiência quanto ao tema em disputa. Referidas pessoas físicas ou jurídicas não poderão ter tido nos 2 (dois)

anos anteriores à sua nomeação, qualquer relação ou vínculo comercial ou profissional com qualquer das Partes, de modo a garantir sua imparcialidade.

- 17.5 As despesas relacionadas a qualquer disputa submetida à arbitragem nos termos desta cláusula compromissória, inclusive os honorários dos árbitros, deverão ser arcadas pela parte sucumbente conforme decisão arbitral, inclusive, mas não se limitando, às despesas realizadas para a instauração do procedimento pagas ao Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, observando-se ainda o que segue.
- 17.6 No caso de depósito da parcela inicial estimada prevista no item 12.6, bem como de despesas referidas no item 12.7, ambos do Regulamento Brasil-Canadá, será facultado à Parte provocadora do procedimento efetuar o depósito referente à outra Parte em caso de recusa desta em fazê-lo.
- 17.7 O disposto na Cláusula 17.6 deste Contrato de Cessão será aplicado na hipótese do item 12.9 do regulamento lá referido. Fica estabelecido que as referências aos itens 12.6, 12.7 e 12.9 são meramente indicativas, sendo certo, portanto, que, caso o Regulamento Brasil-Canadá vigente na data deste Contrato de Cessão venha a ser alterado, a numeração dos itens referidos será automaticamente alterada de modo a refletir as disposições semelhantes do Regulamento Brasil-Canadá.
- 17.8 Não será permitido aos árbitros julgar os litígios a eles submetidos com base no princípio de equidade, devendo aterem-se ao previsto na disposição legal ou contratual aplicável. Não caberá qualquer forma de recurso sobre a sentença proferida, exceto se ficar comprovada sua nulidade, conforme disposto no artigo 32, da Lei Federal nº 9.307/96, ou desconformidade com os termos da presente cláusula compromissória. A sentença arbitral será final e obrigatória para as Partes.
- 17.9 Em caso de omissões ou conflito de disposições relacionadas à presente cláusula, prevalecerão:
- (a) em primeiro lugar, as disposições contidas na Lei Federal nº 9.307/96 e suas alterações;
 - (b) em segundo lugar, as disposições contidas nesta cláusula compromissória; e
 - (c) em terceiro lugar, as disposições contidas nas normas de arbitragem do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá.
- 17.10 Sem prejuízo da validade desta cláusula compromissória, qualquer das Partes do procedimento arbitral terá o direito de

recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer a instalação e/ou manutenção do procedimento arbitral, execução específica e medidas cautelares e tutelas antecipatórias (conforme o caso) de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído.

- 17.11 Será competente o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser, para efeito do disposto no parágrafo acima, assim como para a execução da sentença arbitral.
- 17.12 As partes comprometem-se a manter confidenciais tanto a existência de eventual procedimento de arbitragem, quanto os termos do respectivo laudo arbitral eventualmente emitido.
- 17.13 Sem prejuízo da execução forçada prevista no artigo 7º da Lei Federal nº. 9.307/96, será aplicada a cada uma das Partes que não firmar o compromisso arbitral, na forma e prazo prescritos no caput desta Cláusula 17, a multa não compensatória equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor disputado, por dia de atraso na celebração do referido compromisso.
- 17.14 As Partes não poderão invocar, para não concorrer à arbitragem, argumentos de ordem material ou processual, em especial o argumento de que a presente arbitragem impede o acesso das Partes ao Poder Judiciário, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei Federal nº 9.307/96.
- 17.15 Caso qualquer das Partes decida levar diretamente ao Poder Judiciário qualquer controvérsia decorrente deste Contrato de Cessão que não aquela prevista no artigo 7º da Lei Federal nº 9.307/96, ressalvado ainda o disposto na Cláusula 17.6 deste Contrato de Cessão, a outra Parte poderá requerer ao juiz da causa que se declare incompetente para julgar a controvérsia, por mais relevante que seja o pedido judicial, tendo em vista a presente cláusula compromissória, aceita pelas Partes.
- 17.16 Independentemente da submissão das controvérsias à arbitragem, o acesso ao Poder Judiciário será permitido nas hipóteses expressamente previstas na Lei Federal nº 9.307/96.
- 17.17 O compromisso arbitral conterà, obrigatoriamente, as disposições previstas nesta cláusula compromissória e outras que as Partes entendam necessárias.
- 17.18 A presente cláusula arbitral é autônoma a este Contrato de Cessão, de modo que a eventual nulidade de qualquer de seus

dispositivos, ou de sua totalidade, não implicará de forma alguma a nulidade desta Cláusula 17.

E, por estarem justas e contratadas, firmam este Contrato de Cessão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 05 de agosto de 2011.

(As assinaturas seguem nas 6 (seis) páginas seguintes.)

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 05 de agosto de 2011, entre Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS e Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica, representado por Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, com a interveniência do Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A. (Página de Assinaturas 1/6).

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 05 de agosto de 2011 entre Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS e Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica, representado por Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, com a interveniência do Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A. (Página de Assinaturas 2/6).

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –
INSUMOS BÁSICOS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA
(Representado por INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.)

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 05 de agosto de 2011 entre Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS e Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica, representado por Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, com a interveniência do Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A. (Página de Assinaturas 3/6).

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 05 de agosto de 2011 entre Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS e Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica, representado por Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, com a interveniência do Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A. (Página de Assinaturas 4/6).

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 05 de agosto de 2011 entre Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS e Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica, representado por Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, com a interveniência do Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A. (Página de Assinaturas 5/6).

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 05 de agosto de 2011 entre Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS e Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica, representado por Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, com a interveniência do Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A. (Página de Assinaturas 6/6).

Testemunhas:

Nome:

Id.:

CPF/MF:

Nome:

Id.:

CPF/MF

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO I

DEFINIÇÕES

"Administrador": é a INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31 e autorizada pela CVM para exercer atividades de administração de fundos de investimento e distribuição de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório nº 2.528, de 29 de julho de 1993, ou quem vier a substituí-la na função de Administrador do Fundo.

"Agência de Classificação de Risco": é a STANDARD&POOR'S, divisão da McGraw-Hill Interamericana no Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.295.585/0002-20, agência classificadora de risco especializada contratada pelo Fundo, responsável pela avaliação de risco das Quotas nos termos do Regulamento ou qualquer outra agência de classificação de risco internacionalmente reconhecida que vier a ser contratada para a classificação de risco das Quotas do Fundo.

"Alocação Mínima": é a razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o Patrimônio Líquido, que deverá, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, ser igual ou superior a 50% (cinquenta por cento), nos termos do item 6.3 do Regulamento.

"Amortização Extraordinária": tem o significado que lhe é atribuído no item 21.1 do Regulamento.

"Amortização Periódica": é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas respectivas Datas de Amortização, calculada na forma do item 15 do Regulamento, e previstas no respectivo Suplemento das Quotas Seniores.

"Anexos": são os anexos a este Contrato de Cessão.

"Arquivo Retorno de Cessão": tem o significado previsto na Cláusula 4.5 deste Contrato de Cessão.

"Assembleia Geral": é a assembleia geral de Quotistas do Fundo, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do item 26 do Regulamento.

"Ativos Financeiros": são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido do Fundo, conforme definidos no Regulamento.

"Aviso de Vencimento": é o boleto de cobrança emitido ao respectivo Cliente pelo Banco Cobrador nos termos da Cláusula 1.4 deste Contrato de Cessão.

"Bacen": é o Banco Central do Brasil.

"Banco Cobrador": é o ITAÚ UNIBANCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, contratada pela Cedente, para a prestação de serviços de cobrança bancária, inclusive o serviço de Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios.

"Base de Dados": é a base de dados que contém dados e informações relativas aos Direitos Creditórios e aos Clientes, mantida pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia desde a constituição do Fundo.

"Braskem": é a BRASKEM S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Eteno 1561, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 42.150.391/0001-70."

"Cedente": tem o significado previsto no preâmbulo.

"CETIP": é a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

"Clientes": são a Braskem, a Quattor e a RioPol, compradoras de Produtos cadastradas pela Cedente e constantes da Relação de Clientes, bem como cada um dos Novos Clientes que for incluído na Relação de Clientes, na forma da Cláusula 13 deste Contrato de Cessão.

"CNPJ/MF": é o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

"Cobrança Bancária": é a cobrança bancária dos Direitos Creditórios Elegíveis realizada pelo Banco Cobrador, mediante a emissão dos respectivos Avisos de Vencimento aos Clientes, nos termos do Convênio de Cobrança Bancária.

"Código Civil": Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

"Código de Processo Civil": Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada.

"COFINS": é a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

"COFIP": Centro de Operações da área Financeira da Petrobras.

"Condições Resolutivas da Cessão": conforme definido na Cláusula 5.1 deste Contrato de Cessão.

"Conta Corrente Autorizada do Fundo": é a conta corrente de titularidade do Fundo referida na Cláusula 7 deste Contrato de Cessão ou outra conta corrente que vier a ser indicada pelo Administrador para recebimento de valores pelo Fundo.

"Conta Corrente Autorizada da Cedente": são as respectivas contas corrente de titularidade da Cedente, conforme referida na Cláusula 7 deste Contrato de Cessão, ou outra conta corrente que vier a ser indicada pela Cedente para recebimento de valores pela Cedente.

"Contas Correntes Autorizadas": Conta Corrente Autorizada do Fundo em conjunto com a Conta Corrente Autorizada da Cedente.

"Conta de Cobrança": é a conta de cobrança de titularidade da Cedente no Banco Cobrador, que vier a ser indicada pela Cedente, na qual serão registrados todos os Direitos Creditórios que a Cedente esteja disposta ceder ao Fundo.

"Contrato de Cessão": é o presente Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças", celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e a Petrobras, com a interveniência do Custodiante e do Banco Itaú BBA S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de Coordenadores, conforme alterado de tempos em tempos.

"Contrato de Custódia": o "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios", a ser celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e o Custodiante, até a 1ª Data de Emissão, conforme alterado de tempos em tempos. O Contrato de Custódia estabelece, entre outras, as obrigações do Custodiante como custodiante dos Direitos Creditórios adquiridos e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM 356;

"Contrato DI Futuro" tem o significado previsto na Cláusula 6.3(iii) deste Contrato de Cessão.

"Controlada" qualquer sociedade, entidade ou pessoa jurídica (1) na qual a Cedente detenha, direta e isoladamente, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação ou quota com direito a voto; e (2) em relação à qual a Cedente detenha o poder de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da respectiva sociedade, entidade ou pessoa jurídica.

"Convênio de Cobrança Bancária": é o convênio de prestação de serviço de Cobrança Bancária, firmado pela Cedente com o Banco Cobrador que poderá, por meio de aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.

"Coordenadores" tem o significado previsto no preâmbulo.

"Coordenador Líder": tem o significado previsto no preâmbulo.

"Critérios de Elegibilidade": são os critérios a serem observados pelo Custodiante para que os Direitos Creditórios possam ser adquiridos pelo Fundo, conforme definidos na Cláusula 3.1 deste Contrato de Cessão e no item 8 do Regulamento.

"Custodiante": é ITAÚ UNIBANCO S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Itaúsa, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, para prestar os serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo aqueles de que trata o artigo 38 da Instrução CVM 356, ou outra instituição que vier a substituí-la nos termos do Regulamento.

"CVM": é a Comissão de Valores Mobiliários.

"Data de Aquisição": tem o significado previsto na Cláusula 4.6 deste Contrato de Cessão.

"Data de Definição da Taxa de Longo Prazo": é a data definida conforme Tabela 1 do Anexo X a este Contrato de Cessão.

"Data de Emissão": é a data em que os recursos decorrentes da integralização das Quotas são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do item 14.1 do Regulamento, e que deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.

"Datas de Amortização": são as datas que vierem a ser indicadas nos respectivos Suplementos de Quotas Seniores, nas quais ocorrerá a Amortização Periódica destas, conforme definido no item 15.2 do Regulamento.

"Datas de Verificação de Amortização": tem o significado que lhe é atribuído no item 15.6 do Regulamento.

"Datas de Resgate": são as datas em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, conforme o caso, indicadas no respectivo Suplemento de Quotas Seniores.

"Dia Útil": qualquer dia que não seja sábado, domingo, dia declarado como feriado nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na praça em que o Custodiante é sediado ou em âmbito nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que declarado como feriado nacional eventuais ausências de expedientes bancários serão considerados Dias Úteis. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Contrato não sejam Dia Útil, considerar-se-á como a data devida para o referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte;

"Direitos Creditórios": são os direitos de crédito que a Cedente detém e venha a deter contra seus respectivos Clientes, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos Clientes, representadas por Notas Fiscais Fatura, conforme o modelo constante do Anexo II a este Contrato de Cessão.

"Direitos Creditórios Elegíveis": são Direitos Creditórios que, na Data de Aquisição, atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade.

"Dívida": é qualquer obrigação pecuniária classificada como empréstimos, financiamentos ou emissões públicas ou privadas de títulos e valores mobiliários, conversíveis ou não, no mercado local e/ou internacional (exceto obrigações decorrentes de fundos de investimentos em direitos creditórios), conforme reportado nas mais recentes demonstrações financeiras disponíveis da Cedente ou Cliente, conforme o caso, elaboradas segundo os princípios contábeis determinados pela legislação brasileira e pela regulamentação da CVM.

"Documentos Comprobatórios": são os títulos de crédito representativos dos Direitos Creditórios e os seguintes documentos: (i) para "Vendas FOB" (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura e tíquete de balança comprovando a entrega dos Produtos aos Clientes; (ii) para "Vendas CIF" (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura, o respectivo conhecimento de embarque dos Produtos e comprovante de entrega dos Produtos aos Clientes; e (iii) para "Venda por Tubovia", a Nota Fiscal Fatura e o relatório de leitura do medidor da tubovia.

"Estabelecimentos": tem o mesmo significado que lhe é atribuído na Cláusula 4.13 deste Contrato de Cessão.

"Etano": significa etano produzido pela Cedente.

"Eventos de Avaliação": são os eventos definidos no item 20.1 do Regulamento.

"Eventos de Liquidação": são os eventos definidos no item 20.2 Regulamento.

"Eventos de Resilição": são os eventos que estão indicados na Cláusula 9.2 deste Contrato de Cessão.

"Eventos de Revisão": são os eventos que estão indicados na Cláusula 9.1 deste Contrato de Cessão.

"Fundo": é o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica.

"ICMS": é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços.

"IGP-M": é o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

"Informações Confidenciais": conforme definido na Cláusula 11.1 deste Contrato de Cessão.

"Instrução CVM 356": é a Instrução n.º 356, emitida pela CVM em 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.

"Instrução CVM 400": é a Instrução nº 400, emitida pela CVM em 29 de dezembro de 2003, conforme.

"Itaú BBA": tem o significado previsto no preâmbulo.

"Lei das Sociedades por Ações": é a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

"NAFTA": significa nafta petroquímica produzida pela Cedente

"Nota Fiscal Fatura": é o documento emitido em razão da realização de operação de venda mercantil a prazo de Produtos celebrada entre a Cedente e seu respectivo Cliente, conforme modelo constante do Anexo II a este Contrato de Cessão.

"Nova Cedente": é qualquer outra vendedora de Produtos que satisfaça os requisitos previstos na Cláusula 14 deste Contrato de Cessão.

"Novo Cliente": é o comprador de Produtos cadastrado pela Cedente que esteja sob o controle efetivo da Braskem e que venha a ser inserido na Relação de Clientes, de acordo com o procedimento previsto na Cláusula 13 deste Contrato de Cessão.

"Oferta": é primeira distribuição pública das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas de emissão do Fundo.

"Parte": é a Cedente e/ou o Fundo.

"Partes Obrigadas": conforme definido na Cláusula 11.1 deste Contrato de Cessão.

"Partes Relacionadas": são (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa, (v) fundos de investimento exclusivos, *trusts* ou outras entidades controladas por qualquer das pessoas mencionadas nos itens (i) a (iv). Para os fins desta definição, controle tem o significado que lhe atribui o artigo 116 da Lei n.º 6.404/76, e suas alterações posteriores.

"Patrimônio Líquido": é o patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do item 28 do Regulamento.

"Petrobras": é a PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, sociedade de economia mista com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Chile 65, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.000.167/0001-01.

"PIS": significa a contribuição ao Programa de Integração Social.

"Preço de Aquisição": é o preço de aquisição de cada Direito Creditório Elegível, calculado nos termos da Cláusula 6.1 deste Contrato de Cessão.

"Procedimentos de Venda": são os procedimentos estabelecidos no Anexo IV a este Contrato de Cessão.

"Produtos": são NAFTA, Etano e Propano, fabricados e/ou comercializados pela Cedente no curso normal de suas atividades, em conformidade com seus atos constitutivos.

"Propano": significa propano produzido pela Cedente.

"Prospecto": é o prospecto da primeira distribuição pública das Quotas Seniores de emissão do Fundo.

"Quattor": é a QUATTOR PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Graça Aranha 182, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.017.802/0001-89.

"Quotas": são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas, consideradas em conjunto.

"Quotas Seniores": são as quotas de classe senior, que não se subordinam às demais para efeito de amortização e resgate, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries.

"Quotas Subordinadas": são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo, que se subordinam às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, na forma do Regulamento.

"Quotistas": são os titulares de Quotas.

"Regulamento": é o regulamento consolidado do Fundo, registrado em 17 de junho de 2011 no 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº. 1647438.

"Regulamento Brasil-Canadá": tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 17.2 deste Contrato de Cessão

"Relação de Clientes": é a relação de Clientes anexa a este Contrato de Cessão na forma do Anexo VI, a qual será enviada ao Custodiante pela Cedente.

"Relatório de Direitos Creditórios Elegíveis": conforme definido na Cláusula 4.5 deste Contrato de Cessão.

"Relatório Especial de Revisão": tem o significado previsto na Cláusula 13.1 deste Contrato de Cessão.

"Representantes": tem o significado previsto na Cláusula 11.1 deste Contrato de Cessão.

"Reserva de Amortização e Resgate": tem o significado que lhe é atribuído no item 15.6 do Regulamento.

"Riopol": é a RIO POLÍMEROS S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Graça Aranha 182, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.202.799/0001-61.

"Santander": tem o significado previsto no preâmbulo.

"SAP": é o sistema integrado de controle de recebimento de matéria-prima, estoque, faturamento, finanças e contabilidade da Cedente.

"SERASA": é a SERASA EXPERIAN S.A.

"Suplemento de Quotas Seniores": é o suplemento de cada série da classe de Quotas Seniores, preparado nos termos do item 13.3.1 do Regulamento, conforme o modelo constante do Anexo I do Regulamento.

"Taxa de Longo Prazo": tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.2 deste Contrato de Cessão.

"Taxa DI": é a taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, calculada com base em ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP.

"Termo de Cessão": é o documento preparado na forma do Anexo V a este Contrato de Cessão.

"Valor de Restituição": tem o significado previsto na Cláusula 5.3 deste Contrato de Cessão.

**CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS
ANEXO III**

AVISOS DE VENCIMENTO

Cobrança Expressa - Emissão de Boleto

Itaú Banco Itaú S.A. 341-7					RECIBO DO SACADO	
Local de Pagamento PAGAVEL EM QUALQUER BANCO ATE O VENCIMENTO					Vencimento	
Cedente CNPJ					Agência/Código Cedente	
Endereço Cedente / Sacador Avalista						
Data do documento	No. Do documento	Espécie doc.	Aceite	Data Processamento	Nosso Número	
Uso do Banco	Carteira	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento	
Instrução (Todas informações deste bloqueto são de exclusiva responsabilidade do cedente). Direito de Crédito cedido ao FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INSUMOS BÁSICOS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA Pagável somente em Banco					(-) Descontos/Abatimento	
					(+/-) Mora/Multa	
					(-) Valor Cobrado	
Sacado: Endereço: Sacador/Avalista:					CNPJ/CPF	

Autenticação mecânica

Itaú Banco Itaú S.A. 341-7 34191.57387 72526.620918 07000.040001 7 519800000000100						
Local de Pagamento PAGAVEL EM QUALQUER BANCO ATE O VENCIMENTO					Vencimento	
Cedente CNPJ					Agência/Código Cedente	
Data do documento	No. Do documento	Espécie doc.	Aceite	Data Processamento	Nosso Número	
Uso do Banco	Carteira	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento	
Instrução (Todas informações deste bloqueto são de exclusiva responsabilidade do cedente). Direito de Crédito cedido ao FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INSUMOS BÁSICOS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA Pagável somente em Banco					(-) Descontos/Abatimento	
					(+/-) Mora/Multa	
					(-) Valor Cobrado	
Sacado: Endereço: Sacador/Avalista:					CNPJ/CPF	



Ficha de Compensação
Autenticação Mecânica

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO IV

PROCEDIMENTOS DE VENDA E CONSTITUIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

1. ÁREA COMERCIAL

1.1 Formalização das Ordens

1.2 As vendas dos Produtos são efetuadas mediante pedidos apresentados pelos Clientes e inseridas no sistema integrado de controle de recebimento de matéria-prima, estoque, faturamento, finanças e contabilidade da Cedente ("SAP").

1.3 Bloqueio de Ordens

1.3.1 As ordens não confirmadas são bloqueadas pelo SAP. O bloqueio de ordens ocorre nas seguintes hipóteses:

- (i) limite de crédito excedido: Quando o somatório das notas e duplicatas em aberto for superior ao limite de crédito apurado e aprovado internamente para o referido Cliente; e
- (ii) títulos em aberto: Quando o Cliente possuir duplicatas em atraso.

1.3 Liberação das Ordens

1.3.1 As ordens bloqueadas pelo SAP são verificadas pelo COFIP

1.3.2 A liberação das ordens bloqueadas pode ser autorizada, caso a caso, dependendo das condições que provocaram o bloqueio.

2. CARREGAMENTO DOS PRODUTOS E FATURAMENTO

O carregamento dos Produtos só é autorizado pelo SAP caso o Cliente não possua qualquer restrição creditícia que tenha surgido após o processamento e liberação da respectiva Ordem.

2.1 Transporte por Cabotagem

2.1.1 Nas vendas cujo transporte ocorre por cabotagem, os Produtos são transferidos por tubovia ou caminhões.

2.1.2 Após a chegada dos Produtos, estes são transportados por via marítima até outros portos no Brasil, por transportadora contratada

2.2 Transporte por Tubovia

2.2.1 Nas vendas cuja entrega dos Produtos é realizada por tubovia, diariamente é feita a leitura do medidor da tubovia para verificação da quantidade de Produto que foi bombeada. Em seguida, é emitida a Nota Fiscal Fatura. O SAP só emite as Notas Fiscais Fatura após a conclusão do carregamento dos Produtos e não registra mais de uma Nota Fiscal Fatura com o mesmo número.

3. ÁREA FINANCEIRA

As vendas a prazo em atraso dias são selecionadas e as respectivas duplicatas são transmitidas, por meio eletrônico ou magnético, ao Custodiante, que efetuará a cobrança por meio dos Avisos de Vencimento. Através do SAP, a área financeira pode consultar, em tempo real, o registro de todas as duplicatas enviadas para cobrança.

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO V

TERMO DE CESSÃO

Termo de Cessão n.º [•]

Cedente:

[•]

Endereço: [•]

CNPJ/MF n.º [•]

Cessionário:

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Insumos Básicos da
Indústria Petroquímica

CNPJ/MF n.º 13.850.522/0001-24

Endereço:

(Termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste Termo de Cessão que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica", registrado no 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, em 17 de junho de 2011, sob o n.º sob o nº. 1647438, conforme aditado ("Regulamento").)

Preço de Aquisição: R\$[•] ([•])

Valor de Restituição: R\$[•] ([•])

1. O presente Termo de Cessão, firmado entre a Cedente e o Fundo, conforme o disposto na Cláusula 4 do Contrato de Cessão, formaliza a cessão, pela Cedente ao Cessionário, sem qualquer direito de regresso ou coobrigação de uma Cedente, dos Direitos Creditórios descritos na relação de Direitos Creditórios cedidos, anexa ao presente Termo de, pelo Preço de Aquisição acima especificado, mediante crédito na(s) Conta(s) Corrente(s) Autorizada(s) da(s) Cedente, descontando-se eventual Valor de Restituição nos termos da Cláusula 5 do Contrato de Cessão, pelo que a(s) Cedente(s) outorga(m) ao Cessionário a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar, seja a que tempo e título for.

2. A entrega dos Documentos Comprobatórios deverá observar os termos e condições do Contrato de Cessão.

3. Todas as condições relativas à presente cessão que não estiverem expressamente estabelecidas neste Termo de Cessão encontram-se descritas no Contrato de Cessão.

4. A Cedente reitera, por meio da assinatura do presente Termo de Cessão, a veracidade, validade e eficácia da totalidade das declarações prestadas ao Fundo na Cláusula 2.1 do Contrato de Cessão.

Sem prejuízo da formalização deste Termo de Cessão por meio eletrônico, as Partes, ora o firmam em 2 (duas) vias, cada qual com o mesmo teor e para um único propósito e efeito, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

[•], [•] de [•] de [•].

[CEDENTE]

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –INSUMOS BÁSICOS DA
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA (Representado por seu Administrador, INTRAG
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.)

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

Id.:

CPF/MF

Nome:

Id.:

CPF/MF

ANEXO AO TERMO DE CESSÃO N.º [•] DE [•] DE [•] DE [•].

Nome do Fundo: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
Insumos Básicos da Indústria Petroquímica

CNPJ da Cedente: [CNPJ/MF n.º 33.000.167/0001-01]

Nome da Cedente: [Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS]

N.º REGISTRO COBRANÇA BANCÁRIA	CPF/CNPJ	NOME DO SACADO	DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR FACE (R\$)	VALOR DE AQUISIÇÃO (R\$)
---	----------	----------------------	--------------------	-----------------------	------------------------	--------------------------------

TOTAIS:

Qtde de Títulos: [•]

TAXA DE DESCONTO: [•],[•]%

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO VI

RELAÇÃO DE CLIENTES

CNPJ/MF Cliente	Razão Social	Limites de concentração
42.150.391/0001-70	Braskem S.A.	Até 100%
09.017.802/0001-89	Quattor Participações S.A.	Até 100%
01.202.799/0001-61	Rio Polímeros S.A.	Até 100%

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS
ANEXO VII

ENDEREÇOS PARA COMUNICAÇÕES

(i) para a Petrobras:

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Avenida Chile 65
20031-912 Rio de Janeiro, RJ
At.: Finanças Petrobras, Departamento de Estruturação de Fundos
Fac-símile: (21) 2544-7168

(ii) para o Administrador:

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100
04344 902 São Paulo, SP
At.: Srs. Renato Chapchap / Flávio C. Pinto
Telefone: (11) 5029-4653 ou 5029-1915
Fac-símile: (11) 5029-1394
Correio Eletrônico: produtosestruturados@itau-unibanco.com.br

(iii) para o Custodiante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.
Rua Ururai 111 – Térreo (Bloco B)
03084-010 São Paulo, SP
At.: Sra. Noemi da Silva / Sr. Paulo Visnauskas
Telefone: (11) 2797-3366 ou 2797-3371
Fac-símile: (11) 2797-4598
Correio Eletrônico: noemi.silva@itau-unibanco.com.br /
paulo.visnauskas@itau-unibanco.com.br

ITAÚ UNIBANCO S.A.
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira 707
Torre Eudoro Villela
04309-010 São Paulo, SP
At.: Sr. Thiago Cannata Chaves
Telefone: (11) 5029-4520
Fac-símile: (11) 5029-1538
Correio Eletrônico: thiago.chaves@itau-unibanco.com.br

(iv) para a Agência de Classificação de Risco (sempre com cópia para o Administrador):

STANDARD&POOR'S

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar

05426-100 São Paulo, SP

At.: João Scuracchio

Telefone: (11) 3039-9704

Fac-símile: (11) 3039-9705

Correio Eletrônico: joão_scuracchio@stadardandpoors.com

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS
ANEXO VIII

ESTABELECIMENTOS

- (i) Petrobras:
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS
Av. Professor Magalhães Neto, 1838
41810-011 Salvador, BA
Sala/Departamento: Centro de Operações da Área
Financeira Petrobras
Responsável: Gerência Tributária

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS
ANEXO IX

METODOLOGIA PARA GUARDA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

A Cedente, na qualidade de fiel depositária dos Documentos Comprobatórios lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, adotará a seguinte metodologia para a guarda física de referidos documentos:

- (1) No caso de documentos físicos, são armazenados em caixas identificadas, no arquivo geral da Cedente localizado em seu respectivo Estabelecimento, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos; e
- (2) No caso de documentos eletrônicos, são armazenados através de meio magnético. A manutenção e backup dos documentos é feita regularmente, através do software específico, gravados em fitas e armazenados na fitoteca da Cedente localizada em seu respectivo Estabelecimento, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE
DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTRAS AVENÇAS
ANEXO X

TABELAS PARA CÁLCULO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO

TABELA 1: TAXA DI OBSERVADA

Data de Definição da Taxa LP	Data de Alteração da Taxa LP	Contrato DI Futuro - Vencimento Aplicável	Contrato DI Futuro - Código de Vencimento
16-jun-2011	01-jul-2011	03-out-2011	V11
19-set-2011	03-out-2011	02-jan-2012	F12
19-dez-2011	02-jan-2012	02-abr-2012	J12
19-mar-2012	02-abr-2012	02-jul-2012	N12
18-jun-2012	02-jul-2012	01-out-2012	V12
17-set-2012	01-out-2012	02-jan-2013	F13
18-dez-2012	02-jan-2013	01-abr-2013	J13
18-mar-2013	01-abr-2013	01-jul-2013	N13
17-jun-2013	01-jul-2013	01-out-2013	V13
16-set-2013	01-out-2013	02-jan-2014	F14
18-dez-2013	02-jan-2014	01-abr-2014	J14
17-mar-2014	01-abr-2014	01-jul-2014	N14
16-jun-2014	01-jul-2014	01-out-2014	V14
16-set-2014	01-out-2014	02-jan-2015	F15
18-dez-2014	02-jan-2015	01-abr-2015	J15

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Suplemento das Quotas Seniores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

6-
Anexo A SET 2011

OFICIAL R.T.D.
FOLHA 1654858

1654858

SÃO PAULO

ANEXO II

SUPLEMENTO – 1ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES

Montante das Quotas Seniores:	R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).
Quantidade de Quotas Seniores:	20.000 (vinte mil).
Data de Emissão:	Primeira data da efetiva subscrição e integralização de Quotas Seniores.
Valor Unitário de Emissão:	R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Data de Resgate:	36 (trinta e seis) meses a contar da Data de Emissão.
Fator Spread das Quotas Seniores:	0,90%
Amortização Periódica:	5 (cinco) amortizações semestrais seguidas de 1 (uma) amortização após quatro meses e 2 (duas) amortizações mensais subsequentes, sendo que nas 5 (cinco) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST), utilizado para cálculo do valor unitário da Amortização Periódica, será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 15.3 do Regulamento, as 5 (cinco) primeiras datas (T) representam amortizações semestrais da remuneração. A partir do 34º (trigésimo quarto) mês, inclusive, o valor unitário das 2 (duas) Amortizações Periódicas seguintes será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST) equivalente a 33,0%, e o valor unitário da última Amortização Periódica será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST) equivalente a 34,0%, conforme tabela abaixo.

601
 158132
 1654858
 5000000

<u>Data de Amortização (T)</u>	<u>"Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST)"</u>
1ª Amortização (6º mês contado da 1ª Data de Emissão)	0,0%
2ª Amortização (12º mês contado da 1ª Data de Emissão)	0,0%
3ª Amortização (18º mês contado da 1ª Data de Emissão)	0,0%
4ª Amortização (24º mês contado da 1ª Data de Emissão)	0,0%
5ª Amortização (30º mês contado da 1ª Data de Emissão)	0,0%
6ª Amortização (34º mês contado da 1ª Data de Emissão)	33,0%
7ª Amortização (35º mês contado da 1ª Data de Emissão)	33,0%
8ª Amortização (36º mês contado da 1ª Data de Emissão)*	34,0%

(*) Data de Resgate.

O valor mínimo da primeira aplicação de cada Quotista Senior do Fundo será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica", registrado no 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, em 17 de junho de 2011, sob o n.º 1647438, conforme aditado)).

Suplemento das Quotas Subordinadas

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

5 SET 2011

1654858

Anexo B

ESTO FUND

ANEXO IV

SUPLEMENTO – EMISSÃO INICIAL DE QUOTAS SUBORDINADAS

Montante das Quotas Subordinadas:	R\$13.875.000,00 (treze milhões, oitocentos e setenta e cinco mil reais).
Quantidade de Quotas Subordinadas:	555 (quinhentas e cinquenta e cinco).
Data de Emissão:	Primeira data da efetiva subscrição e integralização de Quotas Subordinadas.
Valor Unitário de Emissão:	R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Prazo para Distribuição:	10 (dez) dias.

O valor mínimo da primeira aplicação de cada Quotista Subordinado no Fundo será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica", registrado no 6º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, em 17 de junho de 2011, sob o n.º1647438, conforme aditado).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

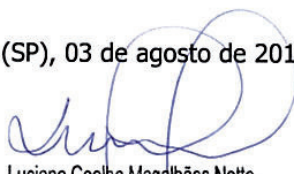
Declaração do Administrador, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100 – Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.418.140/0001-31, na qualidade de instituição administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS– INSUMOS BÁSICOS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA**("Fundo"), vem declarar, no âmbito da distribuição pública das quotas seniores ("Quotas Seniores") e das quotas subordinadas ("Quotas Subordinadas") da primeira emissão do Fundo ("Oferta"), exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), que: (a) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro da Oferta junto à CVM e fornecidas ao mercado durante a Oferta; e (b) o prospecto preliminar e o prospecto definitivo da Oferta (i) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes; e (ii) contêm e conterão, na data de início da Oferta, as informações do Fundo necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas e do Fundo, dos fatores de riscos relacionados ao Fundo e inerentes aos investimentos nas Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas e de quaisquer outras informações do Fundo relevantes e necessárias para uma tomada de decisão de investimento fundamentada.

São Paulo (SP), 03 de agosto de 2011.



Luciano Coelho Magalhães Netto

Diretor

INTRAG DTVM LTDA

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Declaração do Coordenador Líder, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



DECLARAÇÃO

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Coordenador Líder"), na qualidade de coordenador líder da distribuição pública de 20.000 (vinte mil) Quotas Seniores de única série, com valor unitário de emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, e 555 (quinhentas e cinquenta e cinco) Quotas Subordinadas de única série, com valor unitário de emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada ("Oferta"), do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios– Insumos Básicos da Indústria Petroquímica ("Fundo"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar, exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta perante a CVM, que (i) o prospecto relativo à Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, do Fundo e quaisquer outras informações relevantes, e permite uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (ii) tomou as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que as informações prestadas a respeito do Fundo no âmbito da Oferta fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas.

São Paulo, 3 de agosto de 2011

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome: 
Cargo: 
João De Biase
Diretor

Nome: 
Cargo: 
Alexandre Aoude
Diretor Executivo



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Súmula e Relatório da Agência de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 18 de julho de 2011

Relatório de Rating Preliminar**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica**

Este relatório de rating preliminar baseia-se em informações obtidas até 18 de julho de 2011 e não constitui uma recomendação para compra, manutenção ou venda de títulos. O rating atribuído é preliminar, uma vez que a documentação final da transação, com seus respectivos suplementos, ainda não está disponível, e a distribuição das cotas ainda não se encerrou. A atribuição de um rating final está condicionada ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's. Informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating final diferente do preliminar.

Ratings Preliminares em 18 de Julho de 2011

Instrumento	Rating Preliminar	Subordinação Mínima	Montante Preliminar (em Milhões de R\$)	Vencimento Legal Final
1ª Série de Cotas Seniores	brAAA (sf)	2%	Até 500	36 meses após a subscrição inicial de cotas
Cotas Subordinadas	brBBBp (sf) NRi*	Não Aplicável	Até 10,2	Indeterminado

* O rating atribuído às cotas subordinadas reflete a capacidade de pagamento do principal originalmente investido. O identificador 'p' indica que o rating se refere somente ao componente de principal, que é o montante originalmente investido, enquanto os identificadores 'NR' e 'i' indicam que o pagamento de juros ou qualquer rendimento desse instrumento não é mensurado pela Standard & Poor's.

Perfil

FIDC: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica (FIDC – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica).

Data prevista para o início da distribuição: agosto de 2011

Clientes: Braskem S.A. (Braskem; brAAA/Estável/brA-1); Quattor Participações S.A. (Quattor) e Rio Polímeros S.A. (RioPol).

Cedente: Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (BBB-/Positiva/–).

Ativos subjacentes: direitos creditórios performados, decorrentes de operações de venda mercantil a prazo de nafta, etano e propano, celebradas entre a cedente e os clientes.

Estruturador: Banco Itaú BBA S.A. (brAAA/Estável/brA-1) e Banco Santander (Brasil) S.A.

Administradora: Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Custodiante: Itaú Unibanco S.A.

Proteção de Crédito: subordinação de cotas e spread excedente.

Fundamentos

O rating preliminar atribuído à primeira série de cotas seniores do FIDC - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica reflete:

- A qualidade de crédito da Braskem como devedora única dos direitos creditórios elegíveis;
- A declaração da Petrobrás, por meio do Contrato de Cessão, de que os direitos creditórios cedidos ao FIDC não poderão estar sujeitos a desconto, abatimento, compensação e/ou

dedução de qualquer natureza pelo respectivo cliente;

- A estrutura legal da operação, que possui dispositivos adequados à salvaguarda jurídica dos cotistas;
- Outros elementos estruturais que fornecem conforto adicional aos investidores, como o reforço de crédito proporcionado pela subordinação mínima de 2% e o spread excedente em nível adequado para cobrir as despesas do FIDC e mitigar potenciais riscos de descasamento de taxa de juros.

O rating preliminar atribuído às cotas subordinadas do FIDC - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica reflete:

- A capacidade do FIDC de cumprir com o pagamento do resgate do principal originalmente investido nas cotas subordinadas, uma vez que estas cotas não apresentam uma rentabilidade-alvo;
- A qualidade de crédito da Braskem como devedora única dos direitos creditórios elegíveis;
- A declaração da Petrobrás, por meio do Contrato de Cessão, de que os direitos creditórios cedidos ao FIDC não poderão estar sujeitos a desconto, abatimento, compensação e/ou dedução de qualquer natureza pelo respectivo cliente;
- A estrutura legal da operação, que possui dispositivos adequados à salvaguarda jurídica dos cotistas;
- O spread excedente em nível adequado para cobrir as despesas do FIDC e cenários de volatilidade de taxa de juros, que poderiam eventualmente afetar o valor das cotas subordinadas diante do potencial risco de descasamento entre os ativos (adquiridos a uma taxa fixa) e as obrigações ligadas às cotas seniores do FIDC (atreladas à Taxa DI Over).

A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAAA (sf)', em sua Escala Nacional Brasil de classificação de emissões, à primeira série de cotas seniores a ser emitida pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica (FIDC – Insumos da Indústria Petroquímica), no montante de até R\$ 500 milhões. Atribuímos também o rating preliminar 'brBBBp (sf) NRI' às cotas subordinadas do FIDC. A carteira do FIDC será formada por direitos creditórios performados, decorrentes de operações de venda mercantil a prazo de nafta, etano e propano, celebradas entre a cedente e os clientes.

O rating preliminar 'brAAA (sf)' atribuído à primeira emissão de cotas seniores do FIDC - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica expressa a opinião da Standard & Poor's sobre a qualidade de crédito dessas cotas. O rating preliminar atribuído indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que deverão compor a carteira do FIDC fornecem proteção EXTREMAMENTE FORTE contra perdas advindas de inadimplência quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil.

O rating preliminar 'brBBBp (sf) NRI' atribuído às cotas subordinadas expressa a opinião da Standard & Poor's sobre a qualidade de crédito dessas cotas, e indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, e a qualidade dos ativos que deverão compor a carteira do FIDC deverão fornecer proteção ADEQUADA contra perdas advindas de inadimplência quando comparado a outros títulos emitidos no Brasil, porém, sujeita à condições econômicas adversas. O rating reflete a capacidade de pagamento do principal originalmente investido, portanto não reflete qualquer expectativa quanto à rentabilidade efetiva dessas cotas. O identificador 'p' indica que o rating se refere somente ao componente de principal, que é o montante originalmente investido, enquanto os identificadores 'NR' e 'i' indicam que o pagamento de juros ou qualquer rendimento desse instrumento não é mensurado pela Standard & Poor's.

Os ratings atribuídos às cotas do FIDC refletem fortemente a qualidade de crédito da Braskem como única devedora dos direitos creditórios elegíveis para aquisição pelo FIDC, e o compromisso da Petrobrás, por meio do Contrato de Cessão, de que os direitos creditórios cedidos ao FIDC não poderão estar sujeitos a desconto, abatimento, compensação e/ou dedução de qualquer natureza pelo respectivo cliente.

As cotas seniores beneficiam-se de um reforço de qualidade de crédito proporcionado pela subordinação de cotas (mínimo de 2%). Além disso, as cotas seniores e as cotas subordinadas também podem se beneficiar de um spread excedente a ser proporcionado pela diferença entre a taxa de desconto aplicada na aquisição dos recebíveis elegíveis e os custos do FIDC (rendimento-alvo das cotas seniores e despesas).

A primeira série de cotas seniores do FIDC - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica buscará um retorno-alvo estimado equivalente a Taxa DI Over acrescido de um spread de 1% a.a. As cotas subordinadas não apresentam rentabilidade-alvo, embora se beneficiem de qualquer rentabilidade excedente disponível após pagamento de despesas, reposição de reservas e cumprimento da remuneração-alvo das cotas seniores.

As cotas subordinadas não se beneficiam de subordinação para acomodar uma elevada volatilidade da taxa de juros durante um único ciclo da carteira de direitos creditórios, o que seria esperado em um cenário econômico adverso. No entanto, a Standard & Poor's entende que o spread excedente disponível seria suficiente para proteger os cotistas subordinados contra o risco de descasamento de taxa de juros, sob o cenário de estresse de volatilidade de taxa de juros que atualmente utilizamos para a categoria de rating 'brBBB'.

Colateral

Os direitos creditórios elegíveis ao FIDC são originados pela Petrobras (cedente) e são relacionados a operações de venda mercantil a prazo de nafta, etano e propano já fabricados e/ou comercializados e despachados pela cedente aos clientes, representados por notas fiscais. Embora os recebíveis comerciais estejam tipicamente sujeitos a diluição, os ativos subjacentes ao FIDC - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica somente serão cedidos após a declaração da Petrobras, por meio do Contrato de Cessão, de que os direitos creditórios cedidos ao FIDC não poderão estar sujeitos a desconto, abatimento, compensação e/ou dedução de qualquer natureza pelo respectivo cliente.

Nos casos em que a Quattor ou RioPol forem devedoras dos direitos creditórios, estes deverão contar com carta fiança da Braskem, o que a torna devedora única da operação. Além disso, ambas as empresas são controladas direta da Braskem.

Poderão ser incluídos novos clientes ao FIDC, desde que estejam sob controle efetivo da Braskem e contem com fiança outorgada pela empresa. Ao mesmo tempo, poderão aderir ao Contrato de Cessão novas cedentes subsidiárias integrais da Petrobras.

Crítérios de Elegibilidade

Os documentos da operação especificam critérios de elegibilidade para a aquisição de direitos creditórios pelo FIDC, dada sua natureza rotativa. O custodiante é responsável por verificar se os direitos creditórios atendem aos critérios de elegibilidade.

A operação foi analisada levando-se em conta os direitos creditórios que estão em conformidade com os termos especificados nos critérios de elegibilidade, além das demais definições dos documentos que regem a operação, com destaque para o Contrato de cessão, que conta com o compromisso da Petrobras de que os direitos creditórios cedidos ao FIDC não poderão estar sujeitos a desconto, abatimento, compensação e/ou dedução de qualquer natureza pelo respectivo cliente.

Para ser passível de compra pelo FIDC - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica, um direito creditório deve atender aos seguintes critérios de elegibilidade:

- A data de vencimento dos direitos creditórios deve ser superior a 80 e inferior a 95 dias contados a partir da data de aquisição;
- O FIDC não pode adquirir direitos creditórios com vencimento posterior à data de vencimento da última série de cotas seniores em circulação;
- O cliente não pode ser devedor de outro direito creditório de titularidade do FIDC vencido e

- não pago por mais de cinco dias;
- O cliente não pode ter falência decretada, recuperação judicial deferida ou recuperação judicial homologada.

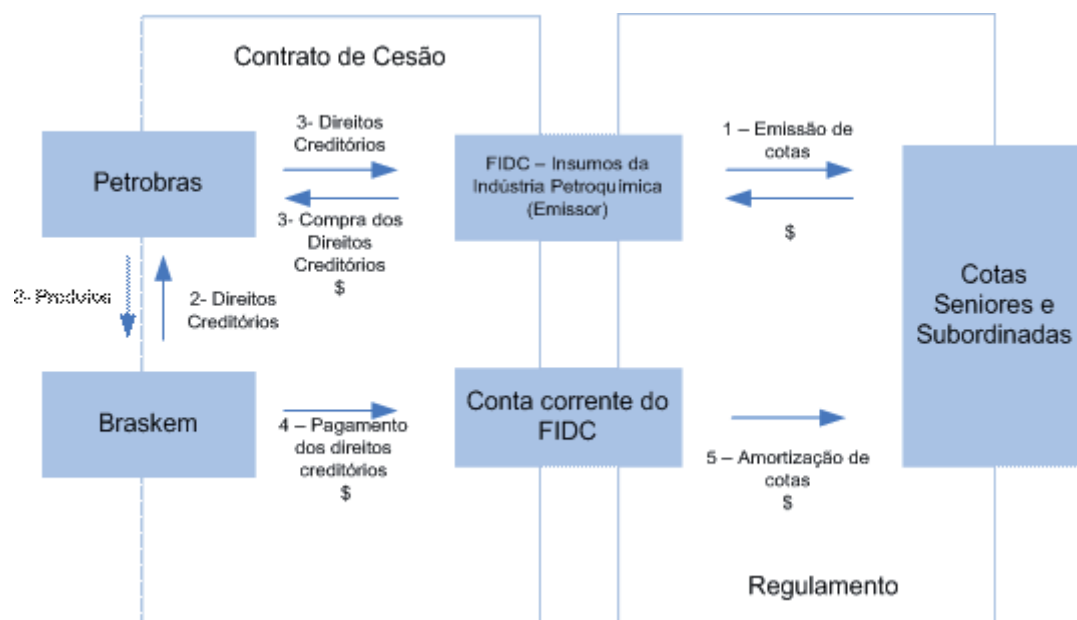
Análise de Crédito

Pelo fato de a operação ser diretamente dependente da qualidade de crédito da Braskem, não foi necessário realizar o cálculo de reforço de qualidade de crédito utilizado usualmente em operações lastreadas em recebíveis comerciais, pois tal método é aplicável a carteiras diversificadas por devedores.

Descrição da Estrutura – Estrutura de Pagamento e Mecanismos de Fluxo de Caixa

O FIDC - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica é um condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. A primeira série de cotas seniores vencerá 36 meses após sua subscrição inicial. As cotas serão denominadas em reais. O FIDC poderá realizar compras rotativas de direitos creditórios elegíveis originados pela cedente no Brasil e devidos pela Braskem. O FIDC também poderá manter aplicações em caixa e em outros instrumentos aprovados, de renda fixa e com riscos de crédito e liquidez adequados (títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central).

Figura 1 – Diagrama da Estrutura



Fluxo dos Recursos

1. O FIDC - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica captará recursos de investidores e em contrapartida emitirá a primeira série de cotas seniores e também cotas subordinadas.
2. Os clientes adquirem nafta, etano e propano da Petrobras.
3. A Petrobras emite uma nota fiscal ao cliente e declara, por meio do Contrato de Cessão, que os direitos creditórios cedidos ao FIDC não poderão estar sujeitos a desconto, abatimento, compensação e/ou dedução de qualquer natureza pelo respectivo cliente.
4. Os recebíveis serão pagos diretamente na conta do FIDC pela Braskem.

5. Os juros auferidos sobre as cotas seniores serão amortizadas semestralmente. Após um período de carência de 33 meses, o principal das cotas seniores será também amortizado em frequência mensal.

Ordem de Alocação dos Recursos

Diariamente, o administrador do FIDC alocará o caixa disponível de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

1. Pagamento das despesas do FIDC;
2. Constituição da Reserva de Amortização;
3. Amortização e/ou resgate das cotas seniores;
4. Aquisição de direitos creditórios elegíveis;
5. Amortização e/ou resgate de cotas subordinadas.

Risco de Descasamento de Taxa de Juros

Uma vez que os direitos creditórios serão adquiridos pelo FIDC - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica a uma taxa de desconto pré-fixada, enquanto a remuneração-alvo das cotas seniores é flutuante e indexada à Taxa DI Over, os cotistas estão expostos ao risco de descasamento de taxa de juros. Este risco é primariamente mitigado pelo spread excedente, e também pela subordinação de cotas (disponível às cotas seniores).

O spread excedente é definido pela diferença entre a taxa de desconto aplicada na compra dos direitos creditórios e a remuneração-alvo das cotas seniores (Taxa DI + 1% a.a.). Seu objetivo é proteger os cotistas contra o risco de descasamento de taxa de juros, assim como criar uma reserva para o pagamento de despesas e taxas, sem que a subordinação seja consumida. É importante destacar que, dado o vínculo direto entre o rating atribuído à primeira série de cotas seniores do FIDC e a qualidade de crédito da única devedora da operação (Braskem), a subordinação de cotas disponível não foi estruturada de forma a proteger os cotistas seniores contra o risco de crédito da devedora, como no caso de outras operações lastreadas em recebíveis comerciais típicas. Dessa forma, a manutenção de um nível mínimo de subordinação serve como fator atenuante adicional contra o potencial risco de descasamento de taxa de juros aos cotistas seniores.

Já as cotas subordinadas se beneficiam somente de spread excedente para acomodar potenciais cenários de volatilidade das taxas de juros e para pagamento de despesas, portanto o rating atribuído a esta classe é mais sensível a um potencial cenário de volatilidade severa da Taxa DI Over do que no caso das cotas seniores.

A Standard & Poor's entende que o spread excedente disponível na carteira e a característica de curto prazo dos ativos fornecem proteção adequada aos cotistas contra o risco de descasamento de taxa de juros, sob os cenários de estresse de volatilidade de taxa de juros que atualmente utilizamos para as categorias de ratings atribuída. Para tanto, comparamos o spread excedente gerado em cada ciclo dos ativos (95 dias) com as despesas projetadas da estrutura em tal período, incluindo-se a rentabilidade alvo das cotas seniores.

Para o cenário de estresse compatível com a categoria de rating 'brAAA', estimamos uma volatilidade de taxa de juros de 1,6% e para o cenário de estresse compatível com a categoria de rating 'brBBB', 0,8%.

A taxa mínima de desconto a ser aplicada na aquisição dos recebíveis é definida levando-se em conta a rentabilidade alvo das cotas seniores, o total de alíquotas de impostos incidentes sobre os créditos e um spread adicional de 1%. Estimamos inicialmente que a taxa praticada deve ser equivalente a 14,5% a.a.

Reserva de Amortização e Índice de Liquidez.

O FIDC - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica constituirá uma Reserva de Amortização que estabelece que: (i) com 30 dias de antecedência à próxima data de amortização, a reserva deverá

ser equivalente a 30% do valor previsto da próxima amortização; (ii) e com 10 dias de antecedência à próxima data de amortização, a reserva deverá ser equivalente a 100% do valor previsto da próxima amortização.

Mensalmente, a administradora também calculará um Índice de Liquidez, definido como a razão entre (i) direitos creditórios adimplentes vencidos 10 dias antes da data de amortização, somado aos investimentos em outros ativos elegíveis e de baixo risco de crédito e (ii) próxima amortização programada do FIDC. O Índice de liquidez deve ser sempre igual ou superior a 1,0x.

Riscos de Contraparte

Obrigações de Suporte Direto

A Standard & Poor's qualifica a conta bancária do FIDC como um suporte direto. A conta autorizada do FIDC é mantida no Itaú Unibanco S.A., cuja qualidade de crédito é hoje consistente com o rating atribuído às cotas do FIDC. O risco de contraparte do Itaú Unibanco S.A., banco em que o FIDC mantém sua conta corrente, pode limitar o rating atribuído às cotas do FIDC, e este poderia ser rebaixado caso alterássemos nossa opinião sobre a qualidade de crédito dessa instituição, sem que fossem tomadas medidas adequadas para mitigar tal risco.

A Braskem, na qualidade de única devedora dos direitos creditórios, também é considerada um suporte direto para o FIDC. Alterações na qualidade de crédito da Braskem impactarão diretamente o rating atribuído às cotas do FIDC.

Outros Suportes - Risco de Fungibilidade

Os pagamentos serão realizados pela devedora diretamente na conta corrente do FIDC. Dessa forma, a transação não está exposta a riscos de fungibilidade.

Riscos Operacionais

Os ratings atribuídos pela Standard & Poor's às cotas seniores e subordinadas do FIDC - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica refletem a qualidade de crédito da Braskem e a proteção de crédito fornecida para proteger contra riscos de volatilidade de taxas de juros. Dados os aspectos estruturais do FIDC e o compromisso da Petrobras em não exercer qualquer tipo de diluição sobre a carteira, entendemos que a transação apresenta riscos operacionais relativamente baixos. Ainda, entendemos que seus participantes apresentam capacidade adequada para o monitoramento do desempenho dos créditos e da liquidez da carteira.

Análise Legal

O FIDC - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica deverá ter a titularidade, os direitos e os interesses sobre os direitos creditórios adquiridos. Além disso, o FIDC - Insumos Básicos da Indústria Petroquímica é um veículo de investimento que atende aos critérios da Standard & Poor's em relação à segregação de riscos entre o cedente e os ativos cedidos. Antes de atribuir um rating final às cotas, esperamos receber uma opinião jurídica de um escritório de advocacia conceituado sobre os aspectos legais relevantes da transação.

Publicações Relacionadas

- *“Metodologia baseada em princípios fundamentais para análise de ratings de operações estruturadas globais,”* publicado em 7 de agosto de 2009 (disponível em www.standardandpoors.com.br);
- *“Metodologia e Premissas Utilizadas na Análise de Rating de Operações Estruturadas de Recebíveis Comerciais no Brasil,”* publicado dia 13 de maio de 2009 (disponível em www.standardandpoors.com.br);
- *“Standard & Poor's adicionará identificadores a alguns ratings de FIDC em sua Escala Nacional Brasil”* publicado em 29 de dezembro de 2010.

Analistas Principais: Maria Renata Lotfi, 55 (11) 3039-9724, renata_lotfi@standardandpoors.com e Juan Pablo De Mollein, Nova York, (1) 212-438-2536, juan_demollein@standardandpoors.com

Analista de Monitoramento: Leandro de Albuquerque, São Paulo (55) 11 3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com

Analista Corporativo: Alexandre Menezes, São Paulo (55) 3039-9741, alexandre_menezes@standardandpoors.com

Copyright© 2011 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P) Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZABILIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, www.standardandpoors.com / www.standardandpoors.com.mx / www.standardandpoors.com.ar / www.standardandpoors.com.br, www.ratingsdirect.com e www.globalcreditportal.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios da KPMG

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



cutting through complexity™

KPMG FINANCIAL & ACTUARIAL SERVICES

Revisão da carteira de recebíveis

31 de janeiro de 2011





KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internet www.kpmg.com.br

Ao
Banco Itaú BBA S.A.
São Paulo - SP

22 de junho de 2011

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de 13 de abril de 2011, apresentamos nossas constatações no tocante à revisão especial da carteira de recebíveis representados por valores a faturas emitidas pela Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") contra o Grupo Braskem ("Sacado"), decorrentes da venda de derivados de petróleo.

Nossos trabalhos tiveram como objetivo, a partir da compilação de uma base de dados, compilar informações sobre as características demográficas dos recebíveis, inclusive quanto à *performance* de pagamentos por parte das empresas do Grupo Braskem.

As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de três bases de dados geradas pela Petrobras para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de janeiro de 2011 (37 meses).

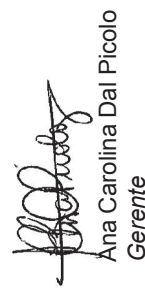
Nossos trabalhos foram executados no período de 17 de dezembro de 2010 a 15 de abril de 2011 e basearam-se no sistema de controles internos vigente durante a execução de nossos trabalhos.

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Os procedimentos por nós realizados foram definidos com representantes da Petrobras e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V. Sas. considerados adequados às suas necessidades.

Agradecemos o apoio da gerência e dos funcionários da Petrobras no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,


Pedro Vitor Zago
Sócio


Ana Carolina Dal Pícolo
Gerente

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Conteúdo

Os profissionais da KPMG responsáveis por este relatório são:

Pedro Vitor Zago
Sócio
Tel.: +55 (11) 2183-3290
Fax: +55 (11) 2183-3001
pzago@kpmg.com.br

Ana Carolina Dal Picolo
Gerente
Tel.: +55 (11) 2183-6353
Fax: +55 (11) 2183-3001
apicolo@kpmg.com.br

Descrição

Página

Objetivos do trabalho e base para preparação das informações

3

Apresentação da carteira de recebíveis

4

Anexos

11

Objetivos do trabalho e base para preparação das informações

Objetivos do trabalho

Conforme nossa proposta de prestação de serviços, nosso trabalho tem como objetivo evidenciar as características da carteira dos recebíveis objeto de nosso trabalho quanto a:

- volume mensal de operações, prazo médio e *ticket* médio das faturas
- identificação dos principais eventos de baixa das faturas objeto de nossa revisão
- identificação dos montantes liquidados em carteira e montantes liquidados em bancos
- obter um entendimento dos motivos de eventuais baixas por cancelamento das faturas.

Base para preparação das informações

As informações contidas neste relatório foram obtidas por meio da leitura e da compilação de três bases de dados fornecidas pela Petrobras, compreendendo o faturamento de venda de *nafta*, *etano* e *propano* para um período de 37 meses compreendido entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de janeiro de 2011. Cada base de dados era representativa das vendas a cada uma das empresas do Grupo Braskem, conforme abaixo:

- Braskem S.A.
- Rio Polímeros
- Quattor

Por definição das partes com relação ao escopo dos trabalhos, as bases de dados disponibilizadas para o processamento das informações apresentadas adiante foram consideradas como íntegras e precisas, não sendo realizado nenhum procedimento no sentido de confronto dessas bases com registros contábeis oficiais da Petrobras ou da Braskem no sentido de evidenciar a precisão e a integridade dos dados. No entanto, a Petrobras assumiu a responsabilidade sobre a integridade e precisão dos dados disponibilizados.

Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos

Tabela 2.1 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e quantidade de faturas no período

O total da base analisada para as três empresas do Grupo é de R\$ 26.654.885 mil, distribuídos entre 7.527 faturas. Esses valores foram assumidos como representativos em relação à totalidade das operações de compra de *nafta*, *etano* e *propano* realizadas pelos Sacados contra a Petrobras, no período de janeiro de 2008 a janeiro de 2011.

Na página seguinte, pode-se observar a variação no volume de faturamento observada ao longo do período para as três empresas e para o Consolidado.

Período	Braskem		Quattor		Rio Polímeros		Consolidado	
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	Quantidade de Faturas	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	Quantidade de Faturas	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	Quantidade de Faturas	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	Quantidade de Faturas
jan/08	489.398	70	336.122	43	79.111	62	904.632	175
fev/08	516.296	72	288.506	41	53.977	49	858.780	162
mar/08	451.342	79	351.405	41	71.739	63	874.486	183
abr/08	477.759	75	313.372	44	68.082	69	859.213	188
mai/08	528.519	77	322.341	42	65.804	64	916.665	183
jun/08	384.321	61	327.000	35	64.154	53	775.475	149
jul/08	725.936	68	380.542	47	89.124	62	1.195.601	177
ago/08	484.100	61	229.582	31	86.226	58	799.908	150
set/08	480.943	71	-	-	94.925	64	575.868	135
out/08	472.772	67	96.844	20	107.580	62	677.195	149
nov/08	260.350	51	232.842	56	80.601	56	573.793	163
dez/08	244.859	65	104.871	21	86.962	62	436.692	148
jan/09	136.824	58	168.062	69	70.833	60	375.720	187
fev/09	224.569	68	137.694	28	55.881	56	418.143	152
mar/09	342.366	90	176.329	39	52.163	66	570.858	195
abr/09	330.623	71	153.455	38	42.682	60	526.760	169
mai/09	357.096	86	186.696	87	40.195	58	583.986	231
jun/09	348.052	86	184.766	41	13.217	26	546.036	153
jul/09	353.373	72	206.261	40	35.471	57	595.106	169
ago/09	455.876	104	218.300	40	42.282	62	716.458	206
set/09	467.556	111	238.374	45	40.042	59	745.972	215
out/09	388.652	90	236.276	47	46.234	60	671.163	197
nov/09	394.448	90	217.476	44	27.651	44	639.575	178
dez/09	346.830	70	238.225	56	28.059	48	613.114	174
jan/10	353.722	69	238.062	100	56.414	61	648.198	230
fev/10	282.672	63	226.480	77	57.289	60	566.440	200
mar/10	480.063	95	306.717	120	52.625	57	839.425	272
abr/10	366.460	76	319.628	107	59.450	65	745.538	248
mai/10	494.995	77	292.171	67	59.378	61	846.545	205
jun/10	521.306	92	310.817	86	49.954	64	882.077	242
jul/10	512.008	93	276.704	99	59.632	61	848.344	253
ago/10	367.864	78	277.196	125	55.942	66	701.003	269
set/10	571.773	117	292.994	165	45.009	61	909.775	343
out/10	529.050	94	275.908	154	57.211	60	862.169	308
nov/10	439.917	98	279.671	160	73.240	68	792.828	326
dez/10	400.160	67	290.595	148	71.477	61	762.231	276
jan/11	505.909	85	269.498	50	23.707	32	799.114	167
Total	15.488.781	2.917	9.001.782	2.453	2.164.323	2.157	26.654.885	7.527

Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Gráfico 2.1 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro no período

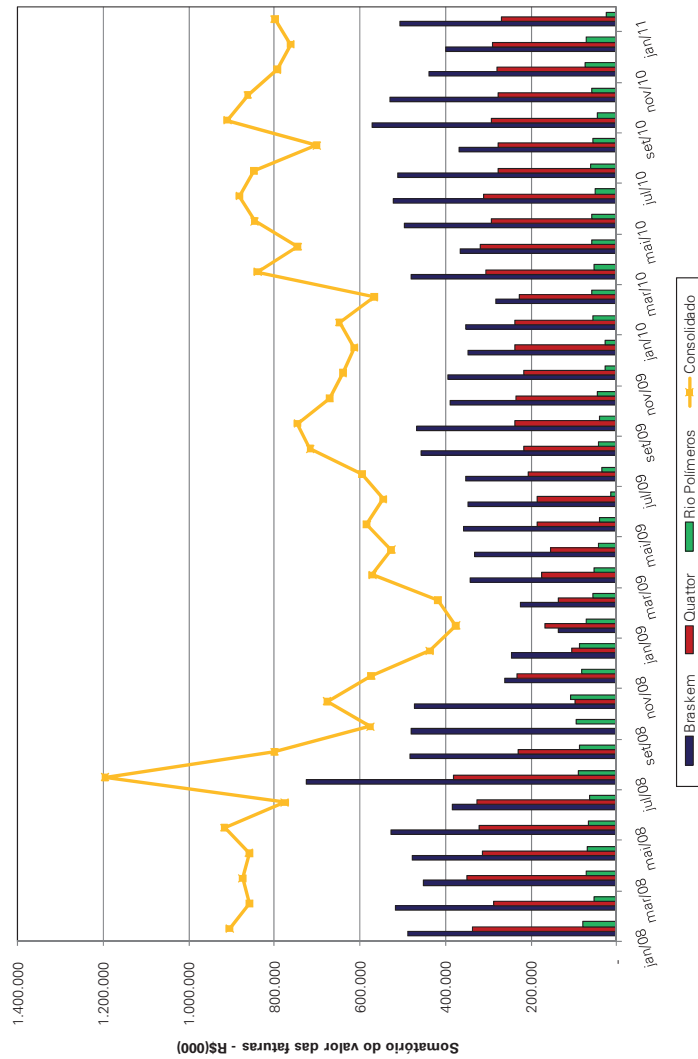
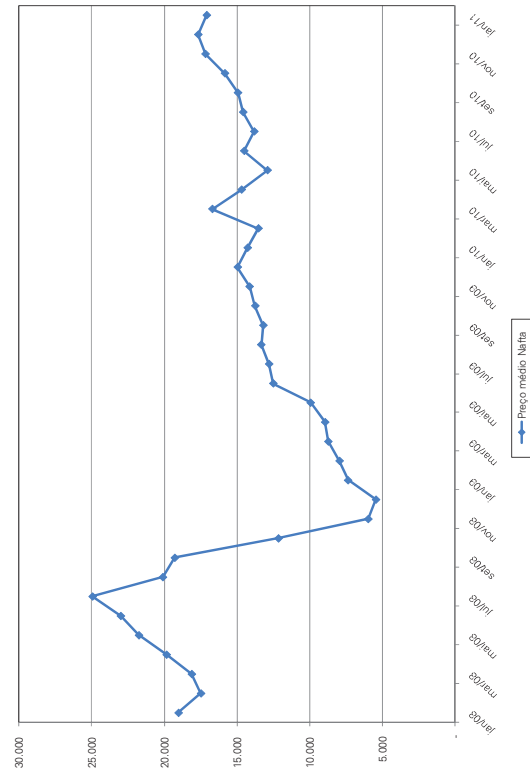


Gráfico 2.2 – Distribuição do preço médio de nafta



Fonte: Bloomberg

O gráfico ao lado demonstra o preço médio mensal de nafta, para explicar as oscilações acima apresentadas.

Apresentação da carteira de recebíveis - Demográficos (cont.)

Tabela 2.2 - Distribuição das faturas em faixas de valor

A tabela abaixo demonstra a distribuição das faturas sob análise, distribuídas por faixas de valor, para fins de identificação de sua concentração. O ticket médio consolidado do período é de R\$ 3.541mil/fatura. O ticket médio mensal é apresentado no Anexo I deste relatório.

Faixas de Valor - R\$	Braslem				Quattor				Rio Polímeros				Consolidado			
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% sobre o total	Quantidade de faturas	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% sobre o total	Quantidade de faturas	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% sobre o total	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% sobre o total	Quantidade de faturas	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% sobre o total	Quantidade de faturas	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% sobre o total
Até 100.000	836	0,0%	32	28.335	0,3%	545	727	0,0%	30	29.898	0,1%	607	0,1%	607	0,1%	607
De 100.001 a 200.000	2.970	0,0%	19	13.989	0,2%	100	1.693	0,1%	12	18.652	0,1%	131	0,1%	131	0,1%	131
De 200.001 a 300.000	6.696	0,0%	26	9.090	0,1%	36	3.809	0,2%	15	19.595	0,1%	77	0,1%	77	0,1%	77
De 300.001 a 400.000	8.606	0,1%	24	30.947	0,3%	90	24.517	1,1%	68	64.070	0,2%	182	0,2%	182	0,2%	182
De 400.001 a 500.000	12.765	0,1%	28	29.039	0,3%	65	42.398	2,0%	94	84.202	0,3%	187	0,3%	187	0,3%	187
De 500.001 a 600.000	17.085	0,1%	31	28.868	0,3%	52	123.551	5,7%	223	169.505	0,6%	306	0,6%	306	0,6%	306
De 600.001 a 700.000	15.026	0,1%	23	32.817	0,4%	49	128.850	6,0%	200	176.693	0,7%	272	0,7%	272	0,7%	272
De 700.001 a 800.000	33.952	0,2%	45	43.341	0,5%	57	130.265	6,0%	173	207.558	0,8%	275	0,8%	275	0,8%	275
De 800.001 a 900.000	45.091	0,3%	53	55.709	0,6%	67	163.514	7,6%	193	264.314	1,0%	313	1,0%	313	1,0%	313
De 900.001 a 100.000	30.367	0,2%	32	31.940	0,4%	34	127.261	5,9%	134	189.569	0,7%	200	0,7%	200	0,7%	200
De 1.000.001 a 1.250.000	96.372	0,6%	86	48.460	0,5%	43	382.353	17,7%	342	527.185	2,0%	471	2,0%	471	2,0%	471
De 1.250.001 a 1.750.000	108.818	0,7%	79	75.537	0,8%	55	451.760	20,9%	326	636.115	2,4%	460	2,4%	460	2,4%	460
De 1.500.001 a 1.750.000	140.802	0,9%	86	94.171	1,0%	58	398.770	18,4%	248	633.742	2,4%	392	2,4%	392	2,4%	392
De 1.750.001 a 2.000.000	187.283	1,2%	100	77.053	0,9%	41	161.624	7,5%	88	425.960	1,6%	229	1,6%	229	1,6%	229
De 2.000.001 a 2.250.000	190.313	1,2%	90	104.878	1,2%	49	20.844	1,0%	10	316.035	1,2%	149	1,2%	149	1,2%	149
De 2.250.001 a 2.500.000	223.434	1,4%	94	90.401	1,0%	38	2.386	0,1%	1	316.221	1,2%	133	1,2%	133	1,2%	133
De 2.500.001 a 3.000.000	525.266	3,4%	191	268.018	3,0%	98	-	0,0%	-	793.284	3,0%	289	3,0%	289	3,0%	289
De 3.000.001 a 4.000.000	1.283.102	8,3%	366	558.874	6,2%	157	-	0,0%	-	1.841.977	6,9%	523	6,9%	523	6,9%	523
De 4.000.001 a 5.000.000	1.549.490	10,0%	346	576.707	6,4%	129	-	0,0%	-	2.126.197	8,0%	475	8,0%	475	8,0%	475
De 5.000.001 a 6.000.000	1.441.728	9,3%	263	668.039	7,4%	122	-	0,0%	-	2.109.767	7,9%	385	7,9%	385	7,9%	385
De 6.000.001 a 7.000.000	1.363.131	8,8%	211	615.358	6,8%	95	-	0,0%	-	1.978.490	7,4%	306	7,4%	306	7,4%	306
De 7.000.001 a 8.000.000	1.441.245	9,3%	193	628.702	7,0%	84	-	0,0%	-	2.069.947	7,8%	277	7,8%	277	7,8%	277
De 8.000.001 a 9.000.000	1.140.653	7,4%	135	668.628	7,4%	79	-	0,0%	-	1.809.280	6,8%	214	6,8%	214	6,8%	214
De 9.000.001 a 10.000.000	814.068	5,3%	86	650.886	7,2%	69	-	0,0%	-	1.464.955	5,5%	155	5,5%	155	5,5%	155
De 10.000.001 a 20.000.000	2.802.904	18,1%	226	2.865.560	31,8%	211	-	0,0%	-	5.668.464	21,3%	437	21,3%	437	21,3%	437
De 20.000.001 a 30.000.000	483.922	3,1%	19	706.434	7,8%	30	-	0,0%	-	1.190.356	4,5%	49	4,5%	49	4,5%	49
De 30.000.001 a 40.000.000	478.193	3,1%	14	-	0,0%	-	-	0,0%	-	478.193	1,8%	14	1,8%	14	1,8%	14
De 40.000.001 a 50.000.000	410.118	2,6%	9	-	0,0%	-	-	0,0%	-	410.118	1,5%	9	1,5%	9	1,5%	9
De 50.000.001 a 60.000.000	159.148	1,0%	3	-	0,0%	-	-	0,0%	-	159.148	0,6%	3	0,6%	3	0,6%	3
De 60.000.001 a 70.000.000	328.506	2,1%	5	-	0,0%	-	-	0,0%	-	328.506	1,2%	5	1,2%	5	1,2%	5
De 70.000.001 a 80.000.000	146.891	0,9%	2	-	0,0%	-	-	0,0%	-	146.891	0,6%	2	0,6%	2	0,6%	2
Total	15.488.781	100,0%	2.917	9.001.782	100,0%	2.453	2.164.323	100,0%	2.157	26.654.885	100,0%	7.527	100,0%	7.527	26.654.885	100,0%

© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e filial integrante do grupo KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (NºDS 0486)

Revisão da carteira de recebíveis

Apresentação da carteira de recebíveis - Performance

Tabela 2.3 - Distribuição por tipo de baixa

Demonstramos abaixo a evolução dos volumes e percentuais de formas de baixa por Sacado e para o Consolidado das três empresas.

Os estornos referem-se a baixas por cancelamento de títulos. Foi selecionada uma amostra de cancelamento de forma aleatória para o melhor entendimento dos prazos e motivos que geraram o seu cancelamento

Descrição	Braskem				Sub total	Quattor				Sub total	RioPol				Sub total	Total
	2008	2009	2010	2011		2008	2009	2010	2011		2008	2009	2010	2011		
Pago via boleto/ Conta	4.993.931	4.128.378	5.238.912	493.798	14.855.019	2.770.930	2.067.486	3.420.451	306.248	8.565.115	906.700	412.234	673.614	23.707	2.016.254	25.436.388
Estorno *	228.799	103.128	39.383	12.111	383.421	76.617	21.446	39.426	-	137.489	3.616	1.184	2.398	-	7.198	528.109
Carta de crédito **	-	-	28.688	-	28.688	97.211	21.783	79.274	-	198.268	7.443	19.030	722	-	27.195	254.151
Total	5.222.730	4.231.506	5.306.983	505.909	15.267.129	2.944.758	2.110.715	3.539.151	306.248	8.900.872	917.758	432.449	676.733	23.707	2.050.647	26.218.648

Descrição	Braskem - %				Sub total	Quattor - %				Sub total	RioPol - %				Sub total	% acum.
	2008	2009	2010	2011		2008	2009	2010	2011		2008	2009	2010	2011		
Pago via boleto/ Conta	95,6%	97,6%	98,7%	97,6%	97,3%	94,1%	98,0%	96,6%	100,0%	96,2%	98,8%	95,3%	99,5%	100,0%	98,3%	97,0%
Estorno *	4,4%	2,4%	0,7%	2,4%	2,5%	2,6%	1,0%	1,1%	0,0%	1,5%	0,4%	0,3%	0,4%	0,0%	0,4%	2,0%
Carta de crédito **	0,0%	0,0%	0,5%	0,0%	0,2%	3,3%	1,0%	2,2%	0,0%	2,2%	0,8%	4,4%	0,1%	0,0%	1,3%	1,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

* A cedente informa que os estornos realizados ocorrem antes da nota fiscal ser enviada para a Braskem. Ainda segundo representantes da cedente a maioria dos casos de estorno, são referentes às faturas de saída de mercadorias emitidas automaticamente pelo sistema após o bombeamento do produto, principalmente devido aos feriados de final de ano, que conforme acordado entre as partes (Braskem e Petrobrás), deveriam ter sido faturados como armazenamento. Nesse contexto as faturas de saída foram estornadas antes de serem enviadas à Braskem. Adicionalmente, por meio da leitura da base de dados disponibilizada, identificamos que o prazo médio ponderado do estorno é de 1,6 dias. Veja detalhes no anexo II deste relatório.

** Com relação às Cartas de Crédito, quando há o pagamento de um título por um valor maior, decorrente de aspectos comerciais ou técnicos, é emitida uma Carta de Crédito para a utilização pelos Sacados em uma compra futura.

Apresentação da carteira de recebíveis - Performance (cont.)

Tabela 2.4 - Verificação da liquidação financeira - amostra

Foi selecionada uma amostra de documentos com o intuito de evidenciamos que a liquidação financeira se dá pelo valor da nota, sem retenção de impostos. Obtivemos com os representantes da Braskem cópias dos comprovantes de pagamento para a verificação. A seguir apresentamos os resultados observados:

Número do documento	Montante	Data de vencimento	Verificação KPMG
4100390357	74.156.101	19/07/2008	✓
4100440477	72.734.435	09/08/2008	✓
4100026443	68.930.146	18/01/2008	✓
4100380280	67.858.343	16/07/2008	✓
4100412148	66.879.540	29/07/2008	✓
4100156787	13.481.002	01/04/2008	✓
4100191283	64.457.664	18/04/2008	✓
4100431948	60.380.434	06/08/2008	✓
4100216905	57.596.915	01/05/2008	✓
4100226338	51.233.714	07/05/2008	✓
4100372009	50.317.620	15/06/2010	✓
4100107701	14.890.226	13/03/2009	✓

✓ Comprovante de pagamento apresentado

✗ Comprovante de pagamento não apresentado, no entanto a Petrobras disponibilizou "prints" de tela do sistema evidenciando os valores e datas de pagamento.

Apresentação da carteira de recebíveis - Performance (cont.)

Tabela 2.5 - Aging

O quadro abaixo demonstra os prazos de pagamento para as faturas liquidadas financeiramente. Os prazos de baixa foram calculados considerando a diferença constante dos campos de vencimento e pagamento.

Faixas	Braskem		Quattor		Rio Polímeros		Consolidado	
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% Acum.	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% Acum.	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% Acum.	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	% Acum.
Total sob análise	15.488.781		9.001.782		2.164.323		26.654.885	
(+) Juros	21.587		51.344		24.269		97.200	
(-) Desconto	4.987		158.493		30.191		193.671	
(-) Cancelamentos	383.421		137.489		7.198		528.109	
(-) Faturas a vencer após 31 de janeiro de 2011	28.499		17.407		21.195		67.101	
Faturas vencidas e/ou liquidadas até 31 de janeiro de 2011	15.093.460	100,00%	8.739.738	100,00%	2.130.008	100,00%	25.963.206	100,00%
Faturas liquidadas antecipadamente	90.836	0,6%	70.144	0,8%	45.984	2,2%	206.963	0,8%
acima de 180 dias	9.899	0,1%	20.913	0,2%	-	0,0%	30.811	0,1%
de 30 a 60 dias	497	0,0%	6.652	0,1%	722	0,0%	7.870	0,0%
de 15 a 30 dias	5.956	0,0%	44	0,0%	-	0,0%	6.000	0,0%
de 1 a 15 dias	74.485	0,5%	42.535	0,5%	45.262	2,1%	162.282	0,6%
Faturas liquidadas no vencimento	14.377.161	95,3%	8.261.224	94,5%	1.899.421	89,2%	24.537.806	94,5%
Faturas vencidas e liquidadas com atraso	625.464	4,1%	408.370	4,7%	184.603	8,7%	1.218.437	4,7%
de 1 a 3 dias	560.084	3,7%	387.112	4,4%	118.416	5,6%	1.065.612	4,1%
de 4 a 7 dias	65.352	0,4%	21.257	0,2%	54.568	2,6%	141.177	0,5%
de 8 a 15 dias	28	0,0%	0	0,0%	10.138	0,5%	10.166	0,0%
de 16 a 30 dias	-	0,0%	-	0,0%	1.482	0,1%	1.482	0,0%



Anexo I
Ticket médio

Período	Braskem		Quattor		Rio Polímeros		Consolidado	
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	Quantidade de faturas	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	Quantidade de faturas	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	Quantidade de faturas	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	Quantidade de faturas
jan/08	6.991	70	7.817	43	1.276	62	16.084	175
fev/08	7.171	72	7.037	41	1.102	49	5.301	162
mar/08	5.713	79	8.571	41	1.139	63	4.779	183
abr/08	6.370	75	7.122	44	987	69	4.570	188
mai/08	6.864	77	7.675	42	1.028	64	5.009	183
jun/08	6.300	61	9.343	35	1.210	53	5.205	149
jul/08	10.676	68	8.097	47	1.437	62	6.755	177
ago/08	7.936	61	7.406	31	1.487	58	5.333	150
set/08	6.774	71	-	-	1.483	64	4.266	135
out/08	7.056	67	4.842	20	1.735	62	4.545	149
nov/08	5.105	51	4.158	56	1.439	56	3.520	163
dez/08	3.767	65	4.994	21	1.403	62	2.951	148
jan/09	2.359	58	2.436	69	1.181	60	2.009	187
fev/09	3.302	68	4.918	28	998	56	2.751	152
mar/09	3.804	90	4.521	39	790	66	2.927	195
abr/09	4.657	71	4.038	38	711	60	3.117	169
mai/09	4.152	86	2.146	87	693	58	2.528	231
jun/09	4.047	86	4.506	41	508	26	3.569	153
jul/09	4.908	72	5.157	40	622	57	3.521	169
ago/09	4.383	104	5.458	40	682	62	3.478	206
set/09	4.212	111	5.297	45	679	59	3.470	215
out/09	4.318	90	5.027	47	771	60	3.407	197
nov/09	4.383	90	4.943	44	628	44	3.593	178
dez/09	4.955	70	4.254	56	585	48	3.524	174
jan/10	5.126	69	2.381	100	925	61	2.818	230
fev/10	4.487	63	2.941	77	955	60	2.832	200
mar/10	5.054	95	2.556	120	923	57	3.086	272
abr/10	4.822	76	2.987	107	915	65	3.006	248
mai/10	6.429	77	4.361	67	973	61	4.129	205
jun/10	5.666	92	3.614	86	781	64	3.645	242
jul/10	5.505	93	2.795	99	978	61	3.353	253
ago/10	4.716	78	2.218	125	848	66	2.606	269
set/10	4.887	117	1.776	165	738	61	2.652	343
out/10	5.628	94	1.792	154	954	60	2.799	308
nov/10	4.489	98	1.748	160	1.077	68	2.432	326
dez/10	5.973	67	1.963	148	1.172	61	2.762	276
jan/11	5.952	85	5.390	50	741	32	4.785	167
Total	5.310	2.917	3.670	2.453	1.003	2.157	3.541	7.527



Anexo II
Prazo de estorno

Prazo Cancelamento	Braskem		Quator		Rio Polimeros		Total	
	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	Quantidade de faturas	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	Quantidade de faturas	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	Quantidade de faturas	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	Quantidade de faturas
0	232.094	38	67.951	21	7.198	10	307.244	69
1	128.540	27	55.509	8	-	-	184.049	35
2	11.959	2	0	1	-	-	11.959	3
3	1.246	4	13.134	4	-	-	14.380	8
4	2.836	1	-	-	-	-	2.836	1
7	6.642	2	-	-	-	-	6.642	2
14	103	1	-	-	-	-	103	1
20	-	-	894	2	-	-	894	2
Total	383.421	75	137.489	36	7.198	10	528.109	121
Prazo médio ponderado	0,56 dias		0,82 dias		0 dias		1,6 dias	

Carta de Fiança

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INSTRUMENTO DE PRESTAÇÃO DE FIANÇA E OUTRAS AVENÇAS

São partes ("Partes") Instrumento de Prestação de Fiança e outras Avenças ("Instrumento"):

I. como fiadora ("Fiadora");

BRASKEM S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Eteno 1561, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 42.150.391/0001-70, neste ato representada na forma de seu estatuto social; e

II. como afiançada ("Afiançada");

QUATTOR PARTICIPAÇÕES S.A. (sucessora por incorporação da QUATTOR QUÍMICA S.A. e da PETROQUÍMICA UNIÃO S.A. - PQU), sociedade por ações com sede na Avenida Graça Aranha n.º 182 - 9º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.017.802/0001-89, neste ato representada na forma de seu estatuto social.

1. CONSTITUIÇÃO DA FIANÇA

1.1 Por este Instrumento, a Fiadora obriga-se como fiadora e principal pagadora, responsabilizando-se solidariamente com a Afiançada, nos termos do artigo 275 e seguintes do Código Civil, pelo fiel cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias quando devidas, incluindo, mas não se limitando às obrigações relativas ao pontual pagamento de principal, juros, encargos moratórios, comissões, indenizações, reembolsos, despesas, penas convencionadas, honorários advocatícios e demais obrigações pecuniárias, assumidas pela Afiançada no âmbito de qualquer operação de compra e venda de etano, propano e nafta petroquímica entre a Afiançada e a **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS** ("Beneficiária" ou "Petrobras"), sociedade de economia mista com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Chile 65, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.000.167/0001-01 ("Obrigações Afiançadas").

2. RENÚNCIAS DA FIADORA

2.1 A fiança objeto deste Instrumento é prestada em caráter irrevogável e irretratável, até o efetivo cumprimento e irrevogável quitação de todas as Obrigações Afiançadas, renunciando a Fiadora, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, aos benefícios de ordem e direitos de exoneração previstos nos artigos 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil") e do artigo 595 da Lei n.º 5.869/73, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), comprometendo-se a, na hipótese de inadimplemento por parte da Afiançada, honrar as obrigações assumidas pela Afiançada inadimplente perante a Beneficiária, seja a que título for, independentemente de qualquer outra providência judicial ou extrajudicial, ou de qualquer verificação ou comprovação.

3. RESPONSABILIDADE DA FIADORA

3.1 A Fiadora responderá pela totalidade das Obrigações Afiançadas, sem limitação.

3.2 Em decorrência do disposto na Cláusula 3.1 acima, a Beneficiária fica desde já autorizada a efetuar todas e quaisquer solicitações de pagamento no âmbito deste Instrumento, pelo valor total ou pelo valor parcial da fiança objeto deste Instrumento, após dois dias úteis a contar da data de vencimento das Obrigações Afiançadas.



- 3.3 A fiança objeto deste Instrumento poderá ser excutida e exigida pela Beneficiária, tantas vezes quantas forem necessárias, até a integral liquidação das Obrigações Afiançadas.
- 3.4 Nenhuma objeção ou oposição da Afiançada poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fim de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante a Beneficiária no âmbito deste Instrumento e das Obrigações Afiançadas.
4. **PRAZO**
- 4.1 Este Instrumento, a fiança aqui concedida e as demais obrigações assumidas estão válidas, em vigor e têm plena eficácia, a partir da data de assinatura deste Instrumento até 5 (cinco) anos a contar de tal data.
5. **OBRIGAÇÕES DA FIADORA**
- 5.1 A Fiadora reconhece e concorda que somente (i) a devolução da via original deste Instrumento; (ii) o recebimento de termo de exoneração expedido pela Beneficiária; ou (iii) o término do prazo de validade deste Instrumento, autorizará a baixa da fiança e exoneração das demais obrigações aqui previstas, pela Fiadora, gerando a presunção de que a Beneficiária se deu por satisfeita para nada mais reclamar à Fiadora. A devolução da via original deste Instrumento ou o recebimento de termo de exoneração constitui prova cabal de que a Afiançada e a Beneficiária reconhecem que a Fiadora está exonerada de toda e qualquer responsabilidade daqui decorrente.
6. **DECLARAÇÕES DA FIADORA**
- 6.1 A Fiadora e a Afiançada, neste ato, declaram e garantem à Beneficiária, em caráter irrevogável e irretratável, que:
- (i) possuem plena capacidade e poderes para celebrar o presente Instrumento, tendo obtido todas as autorizações (societárias ou outras), uma vez aplicáveis, para celebração deste Instrumento e para a constituição da fiança objeto deste Instrumento;
 - (ii) gozam de perfeita capacidade civil para uso, fruição e disponibilidade de todos e quaisquer de seus bens e propriedades, bem como de quaisquer direitos a eles referentes;
 - (iii) a fiança e as demais obrigações assumidas nos termos deste Instrumento representam, conforme o caso, uma garantia e/ou obrigação válida, eficaz e exigível, sendo oponível à Fiadora, a Afiançada, conforme o caso e a todos os seus credores; e
 - (iv) examinaram, assessorado por seus advogados, todos os documentos necessários ao completo conhecimento das Obrigações Afiançadas.
7. **SUB-ROGAÇÃO DA FIADORA**
- 7.1 Na hipótese de sub-rogação, o exercício do direito de crédito sub-rogado ficará subordinado à integral quitação das Obrigações Afiançadas com a satisfação integral do crédito da Beneficiária, sendo certo que os créditos objeto da sub-rogação serão considerados subordinados para todos os efeitos, inclusive para os fins do artigo 83, inciso (vii), alínea "a" da Lei n.º 11.101/05, conforme alterada.



8. PAGAMENTOS PELA FIADORA

- 8.1 Todos os pagamentos sob este Instrumento deverão ser feitos em moeda corrente nacional, com fundos imediatamente disponíveis e no local de pagamento das Obrigações Afiançadas, sem dedução de quaisquer retenções de tributos, taxas ou contribuições de qualquer natureza incidentes ou que venham a incidir sobre o pagamento de qualquer valor devido sob este Instrumento. Caso alguma dedução seja exigida por lei ou regulamento, a Fiadora deverá pagar referidos tributos, taxas ou contribuições e quaisquer importâncias adicionais que sejam necessárias para assegurar que a Beneficiária receba um valor líquido igual ao valor total que teriam recebido se tais retenções não fossem exigíveis.
- 8.2 A Fiadora reconhece e concorda ainda que todo e qualquer pagamento sob este Instrumento deverá ser efetuado sem que seja deduzida, do montante devido, quaisquer despesas (presentes ou futuras), encargos, custas e honorários advocatícios, na hipótese de a Beneficiária recorrer aos meios de cobrança judiciais ou extrajudiciais para exigir o cumprimento da fiança objeto deste Instrumento, inclusive despesas bancárias, existentes ou que venham a ser criadas ou exigidas.

9. NOTIFICAÇÕES

- 9.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes e para a Beneficiária, nos termos deste Instrumento, serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações deverão ser enviadas para os seguintes endereços:

- (a) para a Fiadora:

BRASKEM S.A.

Avenida das Nações Unidas 8.501 – 25º andar
05425-070 São Paulo, SP

At.: Alexandre Perazzo

Marcelo Rossini

Julcimar Ferreira

Marcelle Vieira

Mariele de Leon

Fac-símile: (11) 3576-9532

Correio Eletrônico: alexandre.perazzo@braskem.com.br
marcelo.rossini@braskem.com.br
julcimar.ferreira@braskem.com.br
marcelle.vieira@braskem.com.br

- (b) para a Beneficiária:

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS

Avenida Chile 65

20031-912 Rio de Janeiro, RJ

At.: Finanças Petrobras, Departamento de Estruturação de Fundos

Fac-símile: (21) 2544-7168

- (c) para a Afiançada:

QUATTOR PARTICIPAÇÕES S.A.

Avenida das Nações Unidas 8.501 – 25º andar

05425-070 São Paulo, SP

At.: Alexandre Perazzo

Marcelo Rossini



Julcimar Ferreira
Marcelle Vieira
Mariele de Leon
Fac-símile: (11) 3576-9532
Correio Eletrônico: alexandre.perazzo@braskem.com.br
marcelo.rossini@braskem.com.br
julcimar.ferreira@braskem.com.br
marcelle.vieira@braskem.com.br

- 9.2 Todas e quaisquer notificações, instruções e comunicações nos termos deste Contrato serão válidas e consideradas recebidas na efetiva data do recebimento, conforme comprovado por meio do recibo assinado pelo destinatário, da entrega da notificação judicial ou extrajudicial ou, no caso de envio por fac-símile ou entrega de correspondência, através do relatório ou comprovante de entrega.
- 9.3 No caso de comunicações realizadas por meio de correio eletrônico (e-mail), não será necessária comprovação de entrega.
- 9.4 A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado. Eventuais prejuízos decorrentes da não comunicação quanto à alteração de endereço serão arcados pela parte inadimplente.
- 10. DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 10.1 Para fins deste Instrumento, "dia útil" significa aquele no qual os bancos não estejam obrigados ou autorizados por lei a fechar na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.
- 10.2 Este Instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título. As Partes desde já reconhecem que todo e qualquer cessionário de todos ou parte dos direitos correspondentes às Obrigações Garantidas fará jus aos benefícios da fiança constituída no âmbito deste Instrumento, da mesma forma que a Beneficiária, independentemente de qualquer formalidade, comunicação ou outra medida.
- 10.3 As obrigações assumidas nos termos deste Instrumento permanecerão boas, válidas e exigíveis da Fiadora independente de qualquer alteração nas condições das Obrigações Afiançadas, anulação ou nulidade de qualquer de suas cláusulas ou qualquer circunstância que possa afetar adversamente as Obrigações Afiançadas.
- 10.4 A Fiadora concorda, ainda, que a tolerância da Beneficiária ou de seus sucessores ao descumprimento de qualquer obrigação da Fiadora não significará renúncia ao direito de exigir o cumprimento das obrigações aqui assumidas, nem perdão, nem alteração do que foi aqui pactuado.
- 10.5 As alterações deste Instrumento somente serão válidas se celebradas por escrito e assinadas por todas as Partes. Nenhuma alienação ou renúncia aos direitos constituídos no âmbito deste Instrumento poderá ser feita em relação aos direitos correspondentes às Obrigações Garantidas cedidas a terceiros sem prévia anuência de tais terceiros cessionários.
- 10.6 Exceto pelo disposto na Cláusula 10.2 acima os direitos e obrigações decorrentes deste Instrumento não poderão ser cedidos e transferidos, total ou parcialmente, por



qualquer das Partes a terceiros, salvo mediante concordância prévia ou expressa das demais Partes.

- 10.7 As Partes reconhecem que (i) o não exercício, por qualquer delas, ou o atraso no exercício de qualquer direito que seja assegurado por este Instrumento ou por lei não constituirá novação ou renúncia de tal direito, nem prejudicará o seu exercício a qualquer tempo; (ii) a renúncia, por qualquer das Partes, a algum desses direitos somente será válida se formalizada por escrito; e (iii) a nulidade ou invalidade de qualquer das cláusulas deste Instrumento não prejudicará a validade e eficácia das demais cláusulas e deste Instrumento, sendo que, nesse último caso, as Partes e/ou o juízo competente deverão promover, nos limites permitidos em lei, a substituição da cláusula inquinada por outra que permita às Partes alcançar o resultado inicialmente visado.
- 10.8 A validade, eficácia e exigibilidade das obrigações assumidas pela Fiadora no presente Instrumento ficam condicionadas a que a Afiançada seja subsidiária integral da Fiadora no momento da realização com a Beneficiária das operações de compra e venda de etano, propano e nafta petroquímica ora afiançadas.


11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO


- 11.1 O presente Instrumento é celebrado de acordo com as leis brasileiras.
- 11.2 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Instrumento.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam este Instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.


Rio de Janeiro, 5 de agosto de 2011

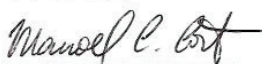
BRASKEM S.A.


Nome: **Marcela Drehmer**
Cargo: **Vice-Presidente Financeira e de Relação com Investidores**

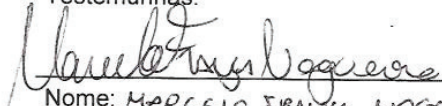

Nome: **Manoel Carneúba Cortez**
Cargo: **Vice Presidente Executivo**

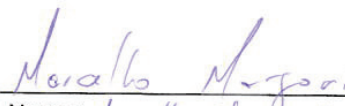
QUATTOR PARTICIPAÇÕES S.A.


Nome: **Marcela Drehmer**
Cargo: **Vice-Presidente Financeira e de Relação com Investidores**


Nome: **Manoel Carneúba Cortez**
Cargo: **Isabel Bernardo Dias de Figueiredo**

Testemunhas:


Nome: **MARCELLO FRANÇA NOGUEIRA**
R.G.: **4612729532**
CPF/MF: **060.120.156-66**


Nome: **Marcello Alves Morfoni**
R.G.: **29.436.912-0**
CPF/MF: **374.588.758-10**





'INSTRUMENTO DE PRESTAÇÃO DE FIANÇA E OUTRAS AVENÇAS

São partes ("Partes") Instrumento de Prestação de Fiança e outras Avenças ("Instrumento"):

I. como fiadora ("Fiadora"):

BRASKEM S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Eteno 1561, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 42.150.391/0001-70, neste ato representada na forma de seu estatuto social; e

II. como afiançada ("Afiançada"):

RIO POLÍMEROS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Graça Aranha 182, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.202.799/0001-61, neste ato representada na forma de seu estatuto social.

1. CONSTITUIÇÃO DA FIANÇA

1.1 Por este Instrumento, a Fiadora obriga-se como fiadora e principal pagadora, responsabilizando-se solidariamente com a Afiançada, nos termos do artigo 275 e seguintes do Código Civil, pelo fiel cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias quando devidas, incluindo, mas não se limitando às obrigações relativas ao pontual pagamento de principal, juros, encargos moratórios, comissões, indenizações, reembolsos, despesas, penas convencionadas, honorários advocatícios e demais obrigações pecuniárias, assumidas pela Afiançada no âmbito de qualquer operação de compra e venda de etano, propano e nafta petroquímica entre a Afiançada e a **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS** ("Beneficiária" ou "Petrobras"), sociedade de economia mista com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Chile 65, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.000.167/0001-01 ("Obrigações Afiançadas").

2. RENÚNCIAS DA FIADORA

2.1 A fiança objeto deste Instrumento é prestada em caráter irrevogável e irretratável, até o efetivo cumprimento e irrevogável quitação de todas as Obrigações Afiançadas, renunciando a Fiadora, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, aos benefícios de ordem e direitos de exoneração previstos nos artigos 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil") e do artigo 595 da Lei n.º 5.869/73, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), comprometendo-se a, na hipótese de inadimplemento por parte da Afiançada, honrar as obrigações assumidas pela Afiançada inadimplente perante a Beneficiária, seja a que título for, independentemente de qualquer outra providência judicial ou extrajudicial, ou de qualquer verificação ou comprovação.

3. RESPONSABILIDADE DA FIADORA

3.1 A Fiadora responderá pela totalidade das Obrigações Afiançadas, sem limitação.

3.2 Em decorrência do disposto na Cláusula 3.1 acima, a Beneficiária fica desde já autorizada a efetuar todas e quaisquer solicitações de pagamento no âmbito deste Instrumento, pelo valor total ou pelo valor parcial da fiança objeto deste Instrumento, após dois dias úteis a contar da data de vencimento das Obrigações Afiançadas.

3.3 A fiança objeto deste Instrumento poderá ser excutida e exigida pela Beneficiária, tantas vezes quantas forem necessárias, até a integral liquidação das Obrigações Afiançadas.

3.4 Nenhuma objeção ou oposição da Afiançada poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o fim de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante a Beneficiária no âmbito deste Instrumento e das Obrigações Afiançadas.

4. **PRAZO**

4.1 Este Instrumento, a fiança aqui concedida e as demais obrigações assumidas estão válidas, em vigor e têm plena eficácia, a partir da data de assinatura deste Instrumento até 5 (cinco) anos a contar de tal data.

5. **OBRIGAÇÕES DA FIADORA**

5.1 A Fiadora reconhece e concorda que somente (i) a devolução da via original deste Instrumento; (ii) o recebimento de termo de exoneração expedido pela Beneficiária; ou (iii) o término do prazo de validade deste Instrumento, autorizará a baixa da fiança e exoneração das demais obrigações aqui previstas, pela Fiadora, gerando a presunção de que a Beneficiária se deu por satisfeita para nada mais reclamar à Fiadora. A devolução da via original deste Instrumento ou o recebimento de termo de exoneração constitui prova cabal de que a Afiançada e a Beneficiária reconhecem que a Fiadora está exonerada de toda e qualquer responsabilidade daqui decorrente.

6. **DECLARAÇÕES DA FIADORA**

6.1 A Fiadora e a Afiançada, neste ato, declaram e garantem à Beneficiária, em caráter irrevogável e irretratável, que:

- (i) possuem plena capacidade e poderes para celebrar o presente Instrumento, tendo obtido todas as autorizações (societárias ou outras), uma vez aplicáveis, para celebração deste Instrumento e para a constituição da fiança objeto deste Instrumento;
- (ii) gozam de perfeita capacidade civil para uso, fruição e disponibilidade de todos e quaisquer de seus bens e propriedades, bem como de quaisquer direitos a eles referentes;
- (iii) a fiança e as demais obrigações assumidas nos termos deste Instrumento representam, conforme o caso, uma garantia e/ou obrigação válida, eficaz e exigível, sendo oponível à Fiadora, a Afiançada, conforme o caso e a todos os seus credores; e
- (iv) examinaram, assessorado por seus advogados, todos os documentos necessários ao completo conhecimento das Obrigações Afiançadas.

7. **SUB-ROGAÇÃO DA FIADORA**

7.1 Na hipótese de sub-rogação, o exercício do direito de crédito sub-rogado ficará subordinado à integral quitação das Obrigações Afiançadas com a satisfação integral do crédito da Beneficiária, sendo certo que os créditos objeto da sub-rogação serão considerados subordinados para todos os efeitos, inclusive para os fins do artigo 83, inciso (vii), alínea "a" da Lei n.º 11.101/05, conforme alterada.



8. **PAGAMENTOS PELA FIADORA**

- 8.1 Todos os pagamentos sob este Instrumento deverão ser feitos em moeda corrente nacional, com fundos imediatamente disponíveis e no local de pagamento das Obrigações Afiançadas, sem dedução de quaisquer retenções de tributos, taxas ou contribuições de qualquer natureza incidentes ou que venham a incidir sobre o pagamento de qualquer valor devido sob este Instrumento. Caso alguma dedução seja exigida por lei ou regulamento, a Fiadora deverá pagar referidos tributos, taxas ou contribuições e quaisquer importâncias adicionais que sejam necessárias para assegurar que a Beneficiária receba um valor líquido igual ao valor total que teriam recebido se tais retenções não fossem exigíveis.
- 8.2 A Fiadora reconhece e concorda ainda que todo e qualquer pagamento sob este Instrumento deverá ser efetuado sem que seja deduzida, do montante devido, quaisquer despesas (presentes ou futuras), encargos, custas e honorários advocatícios, na hipótese de a Beneficiária recorrer aos meios de cobrança judiciais ou extrajudiciais para exigir o cumprimento da fiança objeto deste Instrumento, inclusive despesas bancárias, existentes ou que venham a ser criadas ou exigidas.

9. **NOTIFICAÇÕES**

- 9.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes e para a Beneficiária, nos termos deste Instrumento, serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações deverão ser enviadas para os seguintes endereços:

- (a) para a Fiadora:

BRASKEM S.A.

Avenida das Nações Unidas 8.501 – 25º andar

05425-070 São Paulo, SP

At.: Alexandre Perazzo

Marcelo Rossini

Julcimar Ferreira

Marcelle Vieira

Fac-símile: (11) 3576-9532

Correio Eletrônico: alexandre.perazzo@braskem.com.br

marcelo.rossini@braskem.com.br

julcimar.ferreira@braskem.com.br

marcelle.vieira@braskem.com.br

- (b) para a Beneficiária:

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS

Avenida Chile 65

20031-912 Rio de Janeiro, RJ

At.: Finanças Petrobras, Departamento de Estruturação de Fundos

Fac-símile: (21) 2544-7168

- (c) para a Afiançada:

RIO POLÍMEROS S.A.

Avenida das Nações Unidas 8.501 – 25º andar

05425-070 São Paulo, SP

At.: Alexandre Perazzo

Marcelo Rossini



Julcimar Ferreira
Marcelle Vieira

Fac-símile: (11) 3576-9532

Correio Eletrônico: alexandre.perazzo@braskem.com.br
marcelo.rossini@braskem.com.br
julcimar.ferreira@braskem.com.br
marcelle.vieira@braskem.com.br

- 9.2 Todas e quaisquer notificações, instruções e comunicações nos termos deste Contrato serão válidas e consideradas recebidas na efetiva data do recebimento, conforme comprovado por meio do recibo assinado pelo destinatário, da entrega da notificação judicial ou extrajudicial ou, no caso de envio por fac-símile ou entrega de correspondência, através do relatório ou comprovante de entrega.
- 9.3 No caso de comunicações realizadas por meio de correio eletrônico (e-mail), não será necessária comprovação de entrega.
- 9.4 A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado. Eventuais prejuízos decorrentes da não comunicação quanto à alteração de endereço serão arcados pela parte inadimplente.
- 10. DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 10.1 Para fins deste Instrumento, "dia útil" significa aquele no qual os bancos não estejam obrigados ou autorizados por lei a fechar na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.
- 10.2 Este Instrumento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título. As Partes desde já reconhecem que todo e qualquer cessionário de todos ou parte dos direitos correspondentes às Obrigações Garantidas fará jus aos benefícios da fiança constituída no âmbito deste Instrumento, da mesma forma que a Beneficiária, independentemente de qualquer formalidade, comunicação ou outra medida.
- 10.3 As obrigações assumidas nos termos deste Instrumento permanecerão boas, válidas e exigíveis da Fiadora independente de qualquer alteração nas condições das Obrigações Afiançadas, anulação ou nulidade de qualquer de suas cláusulas ou qualquer circunstância que possa afetar adversamente as Obrigações Afiançadas.
- 10.4 A Fiadora concorda, ainda, que a tolerância da Beneficiária ou de seus sucessores ao descumprimento de qualquer obrigação da Fiadora não significará renúncia ao direito de exigir o cumprimento das obrigações aqui assumidas, nem perdão, nem alteração do que foi aqui pactuado.
- 10.5 As alterações deste Instrumento somente serão válidas se celebradas por escrito e assinadas por todas as Partes. Nenhuma alienação ou renúncia aos direitos constituídos no âmbito deste Instrumento poderá ser feita em relação aos direitos correspondentes às Obrigações Garantidas cedidas a terceiros sem prévia anuência de tais terceiros cessionários.
- 10.6 Exceto pelo disposto na Cláusula 10.2 acima os direitos e obrigações decorrentes deste Instrumento não poderão ser cedidos e transferidos, total ou parcialmente, por qualquer das Partes a terceiros, salvo mediante concordância prévia ou expressa das demais Partes.



10.7 As Partes reconhecem que (i) o não exercício, por qualquer delas, ou o atraso no exercício de qualquer direito que seja assegurado por este Instrumento ou por lei não constituirá novação ou renúncia de tal direito, nem prejudicará o seu exercício a qualquer tempo; (ii) a renúncia, por qualquer das Partes, a algum desses direitos somente será válida se formalizada por escrito; e (iii) a nulidade ou invalidade de qualquer das cláusulas deste Instrumento não prejudicará a validade e eficácia das demais cláusulas e deste Instrumento, sendo que, nesse último caso, as Partes e/ou o juízo competente deverão promover, nos limites permitidos em lei, a substituição da cláusula inquinada por outra que permita às Partes alcançar o resultado inicialmente visado.

10.8 A validade, eficácia e exigibilidade das obrigações assumidas pela Fiadora no presente instrumento ficam condicionadas a que a Afiançada seja subsidiária integral da Fiadora no momento da realização com a Beneficiária das operações de compra e venda de etano, propano e nafta petroquímica ora afiançadas.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO


11.1 O presente Instrumento é celebrado de acordo com as leis brasileiras.


11.2 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste Instrumento.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam este Instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.


Rio de Janeiro, 5 de agosto de 2011


BRASKEM S.A.

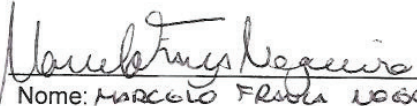

Nome: **Marcela Drehmer**
Cargo: **Vice-Presidente Financeira e de Relação com Investidores**

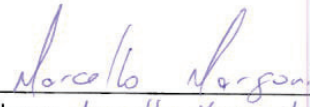

Nome: **Manoel Carneúba Cortez**
Cargo: **Vice Presidente Executivo**

RIO POLÍMEROS S.A.


Nome: **Marcela Drehmer**
Cargo: **Vice-Presidente Financeira e de Relação com Investidores**
Testemunhas:


Nome: **Manoel Carneúba Cortez**
Cargo: **Isabel Bernardo Dias de Figueiredo**


Nome: **MARCELO ALVES MORGANI**
R.G.: **MG12729532**
CPF/MF: **069.120.156-66**


Nome: **Marcello Alves Morgani**
R.G.: **29.436.912-0**
CPF/MF: **374.588.758-10**



Demonstrações Financeiras Quattor

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

QUATTOR PETROQUÍMICA S.A.

CNPJ Nº 04.705.090/0001-77

Relatório dos Administradores - 2010

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e relatório dos auditores independentes, acompanhadas das respectivas notas explicativas. Os principais destaques relacionados com as operações da Companhia estão evidenciados nas notas explicativas às demonstrações financeiras. São Paulo, 15 de abril de 2011.

Diretores: **Luiz de Mendonça, Francisco Jose Freire Alcantara e Luciana Paulo Ferreira**

Contador: **Joel Benedito Junior - CRC ISP-113190/O-7 "S" BA**

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro					Demonstração do Resultado - Exercícios Finais em 31 de Dezembro				
Em milhares de reais					Em milhares de reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação				
Ativo	Nota	2010	2009	01/01/2009	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2010	2009	01/01/2009
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.585	555.960	635.007	Fornecedores		30.646	24.886	33.985
Ativos financeiros disponíveis para venda				9.112	Partes relacionadas	10	158.661	73.175	30.561
Contas a receber de clientes	6	183.186	230.069	239.382	Financiamentos	14	46.965	383.230	558.977
Partes relacionadas	10	59.702	41.442	6.662	Tributos a recolher		11.426	12.541	6.383
Estoque	7	209.173	205.248	242.853	Salários e encargos sociais		18.285	9.537	8.890
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		5.064	5.002	3.493	Adiantamentos de clientes		1.603	7.894	611
Tributos a recuperar	8	68.696	30.220	27.211	Dividendos a pagar	17 (e)	13.125	39	
Demaís contas a receber		34.036	23.139	8.070	Demaís contas a pagar		30.518	9.025	10.793
		578.442	1.091.080	1.171.790			298.104	533.413	650.239
Não circulante					Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9 (a)	201.668	89.911	106.435	Financiamentos	14	149.752	925.920	1.140.228
Tributos a recuperar	8	166.382	122.674	139.345	Adiantamento para futuro aumento de capital	10	649.639		
Depósitos judiciais		7.319	6.217	5.164	Provisões para contingências	15 (a)	4.379	6.741	12.248
Contas a receber de clientes	6	317	70	5.896	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9 (a)	35.294	4.788	4.788
Partes relacionadas	11	73.153	23.901	23.901	Demaís contas a pagar		1.319	290	529
Investimentos	11	116.721	182.588	177.927			840.383	937.739	1.157.793
Imobilizado	12	560.252	540.297	606.144	Patrimônio líquido	17	826.283	826.283	826.283
Intangível	13	295.024	281.580	267.912	Capital social		826.283	826.283	826.283
		1.420.836	1.247.238	1.332.724	Reservas de lucros		34.508	33.755	920
Total do ativo		1.999.278	2.338.318	2.504.514	Ajustes de avaliação patrimonial				(13.704)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras					Prejuízos acumulados		860.791	7.128	(117.017)
					Total do passivo e patrimônio líquido		1.999.278	2.338.318	2.504.514

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Finais em 31 de Dezembro - Em milhares de reais

	Nota	Reservas de lucros					Total
		Capital social	Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	
Em 31 de dezembro de 2008		826.283	920			(13.704)	687.836
Ajustes da adoção inicial dos CPC's						8.646	8.646
Saldo ajustado em 01 de janeiro de 2009		826.283	920			(13.704)	696.482
Resultado abrangente do exercício:							
Lucro líquido do exercício						170.068	170.068
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda					13.704	13.704	
Distribuição de lucro líquido de caixa:							
Dividendos propostos							
Transferências para reservas					2.296	30.539	(32.835)
					2.296	30.539	13.704
Em 31 de dezembro de 2009		826.283	920			7.128	867.166
Distribuição de lucro líquido de caixa:							
Prejuízo do exercício						(6.375)	(6.375)
Transferência para reserva	17(f)				753	(753)	
					753	(7.128)	(6.375)
Em 31 de dezembro de 2010		826.283	920	2.296	31.292		860.791

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional
A Quattor Petroquímica S.A. ("Quattor Petroquímica" ou "Companhia"), tem como objetivos principais: (a) a indústria, o comércio, o desenvolvimento, a importação, a exportação, o transporte, a representação e a consignação de produtos petroquímicos, bem como subprodutos, compostos e derivados, tais como polipropileno, filmes de polipropileno, polietileno, elastômeros e seus respectivos manufaturados; (b) a locação ou o empréstimo gratuito de bens de sua propriedade ou que possua em decorrência de contrato de arrendamento mercantil, desde que efetivada como atividade-meio ao objeto social preconizado no item (a); (c) a prestação de serviços relacionados às atividades mencionadas; e (d) a participação, como acionista em qualquer sociedade ou empreendimento na mesma área de atuação da Companhia. A Companhia é uma controladora direta da Braskem S.A. ("Braskem"), que detém, em 31 de dezembro de 2010, 100% de participação no seu capital social. Em 22 de janeiro de 2010, a Braskem, a União de Indústrias Petroquímicas S.A. ("Unipar"), a Petrobrás Brasileira S.A. ("Petrobras") e a Odebrecht S.A. anunciaram a conclusão das negociações que vieram a resultar na aquisição, pela Braskem, de 100% do capital total da Quattor Participações S.A. ("Quattor"), que, na oportunidade, era a controladora direta da Companhia. Em 29 de junho de 2010, a AGE da Quattor aprovou a redução do seu capital social mediante a entrega de certos ativos para a Braskem, dentre os quais, se inclui a totalidade das ações da Companhia. Em 26 de maio de 2010, a Braskem encaminhou à CVM, o pedido de registro de oferta pública ("OPA") para aquisição de 7.688 ações ordinárias e 1.542.006 ações preferenciais da Companhia detidas pelos seus acionistas minoritários. As ações objeto da OPA correspondiam a 0,68% do capital total da Companhia. Em 28 de dezembro de 2010, o colegiado da CVM aprovou a OPA. A OPA foi encerrada e liquidada no dia 16 de dezembro de 2010. O total de ações adquiridas na OPA foi de 224.968 permanecendo 1.324.726 ações preferenciais pertencentes aos acionistas não controladores. Essa quantidade remanescente de ações, avaliadas ao valor contábil de 31 de março de 2010, foi incorporada pela Braskem em AGE realizada em 27 de dezembro de 2010. A CVM, através de ofício datado de 03 de fevereiro de 2011, aprovou o cancelamento de registro para negociações em bolsa da Companhia, solicitado pela Braskem em 28 de janeiro de 2011.

2. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente com as da Braskem em todos os exercícios apresentados. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos financeiros e passivos financeiros na data de transição das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior grau de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPC's pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil ("BR GAAP") e CPC's, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado do exercício estão descritas na Nota 4. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e ativos financeiros mantidos para negociação, com vencimentos originais de até três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.3 Instrumentos financeiros:** **2.3.1 Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Os empréstimos e recebíveis** são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de

vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos de conta corrente com empresas ligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando-se o método da taxa de juros efetiva. **2.3.2 Reconhecimento e mensuração:** Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando-se o método da taxa de juros efetiva. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente exigível de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.3.4 Impairment de ativos financeiros:** Ativos negociados ao custo amortizado. A Companhia avalia, no final de cada exercício, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro, classificado como mantido até o vencimento, está deteriorado. As perdas são registradas quando há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos. A quantia da perda é determinada pela diferença entre o valor contabilizado do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo créditos de perdas futuras que ainda não ocorreram) descontados pela taxa efetiva original do ativo. A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de *impairment* de contas a receber de clientes contempla 100% do montante dos títulos vencidos há mais de 180 dias, 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 90 dias e 100% do montante dos títulos em cobrança judicial. Também é incluído neste cálculo, o montante dos títulos derivados de uma segunda renegociação com os clientes, bem como todos os títulos derivados da primeira renegociação e com prazo de recebimento superior a 24 meses. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo. **2.4 Contas a receber de clientes:** Contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, deduzidos da provisão para perda por *impairment*. **2.5 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao menor entre custo médio das compras ou produção e o valor realizável líquido. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios da Companhia menos despesas com vendas variáveis aplicáveis. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. A Companhia custeia seus estoques pelo método de absorção, utilizando a média móvel ponderada. As provisões para redução ao valor recuperável para estoque de baixa rotatividade ou obsoleto são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **2.6 Participações em sociedades coligadas e outros investimentos:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, com uma participação acionária não inferiormente entre 20% e 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. Os investimentos da Companhia em coligadas incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável. **2.7 Ativo imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos no financiamento durante a fase de construção, incluindo a variação cambial e monetária e todos os demais custos diretamente relacionados para colocar o ativo em condições de uso; os custos subsequentes às aquisições decorrentes de paradas programadas de manutenção e/ou troca de sobressalentes com os correspondentes serviços são agregados no valor contábil do correspondente ativo. As paradas ocorrem em períodos programados que variam de dois a seis anos e os respectivos gastos são depreciados até o início da seguinte correspondente parada. Os direitos que tenham por objeto bens

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Finais em 31 de Dezembro - Em milhares de reais

	2010	2009
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(87.323)	201.976
Ajustes para reconciliação do lucro líquido (prejuízo) e da contribuição social		
Depreciação e amortização	51.668	112.781
Perda na baixa de ativos permanentes	213	270
Resultado de participações societárias	65.822	(4.277)
Variações cambiais e monetárias, líquidos	60.019	(118.674)
Provisões para contingências	4.626	(57.432)
Outros	6.559	13.184
Variações do capital circulante operacional	101.584	158.579
Contas a receber e partes relacionadas	(55.457)	(6.957)
Estoques	(7.399)	66.629
Tributos a recuperar	(82.530)	(15.353)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(13.118)	(17.657)
Fornecedores e partes relacionadas	91.242	33.516
Outros passivos circulantes e não circulantes	6.170	12.896
Caixa gerado pelas operações	40.492	231.653
Juros pagos	(62.297)	(141.291)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.106)
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades operacionais	(21.805)	84.256
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	2	9.435
Caixa recebido na venda de ações		
Dividendos recebidos	6.195	
Adições ao imobilizado	(51.223)	(27.371)
Adições ao intangível	(24.982)	(20.531)
Aplicação de caixa em investimentos	(70.008)	(38.467)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dívidas de curto e longo prazo		
Captações	235.681	241.305
Pagamentos de empréstimos	(1.240.863)	(366.139)
Partes relacionadas		
Captações	416.179	
Pagamentos	(483.073)	
Pagamentos de dividendos	(13.125)	(2)
Adiantamento para futuro aumento de capital	649.639	
Aplicação de caixa em financiamentos	(445.562)	(124.836)
Aplicação de caixa e equivalentes de caixa representado por:	(537.375)	(79.047)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	555.960	635.007
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.585	555.960
Aplicação de caixa e equivalentes de caixa	(537.375)	(79.047)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas e originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro são registrados inicialmente pelo valor justo e são depreciados linearmente pela vida útil remanescente ou pelo prazo do contrato o que for menor. As taxas médias de depreciação e exaustão dos ativos são calculadas usando o método linear para alocar seus custos durante a vida útil média estimada dos bens, como segue:

- Edifícios e benfeitorias 2,58%
- Máquinas, equipamentos e instalações 5,52%
- Móveis e utensílios 10,07%
- Equipamentos de informática 18,58%
- Equipamentos de laboratórios e de segurança 7,94%
- Outros 9,99%

2.8 Ativo intangível: Os grupos de contas que compõem o ativo intangível são os seguintes: (a) O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controladora adquirida. O ágio apurado na aquisição de controladas é registrado como "Ativo intangível". O deságio (compra vantajosa) apurado na aquisição é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As perdas por *impairment* não são revertidas. Os ágios existentes na Companhia foram apurados de acordo com os critérios definidos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil antes da adoção dos pronunciamentos do CPC e representam a diferença positiva entre o valor pago e o montante do ativo líquido contábil da entidade adquirida na época. Conforme descrito na Nota 4.2.1, a Companhia aplicou a isenção relacionada às combinações de negócios anteriores a 1 de janeiro de 2009 e não remensurou esses valores. Esses ágios não são amortizados desde 1 de janeiro de 2009 e são testados anualmente para verificar prováveis perdas no seu valor recuperável. (b) Marcas e patentes: Incluem as marcas registradas, as tecnologias adquiridas de terceiros e as adquiridas em uma combinação de negócios. São registradas pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação, quando aplicável. As marcas e patentes com vida útil definidas são amortizadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens (entre 15 e 20 anos) ou pelo prazo do contrato. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são contabilizados no resultado, quando incorridos. (c) Software e direito de uso: É registrada pelo custo menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e todos os demais custos diretamente relacionados para

continua →

QUATTOR PETROQUÍMICA S.A.
CNPJ Nº 04.705.090/0001-77

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

colocar o software em condições de uso. Os softwares com vida útil definida são amortizados pelo método linear com base na sua vida útil estimada (entre 3 e 10 anos) ou pelo prazo do contrato. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos. 2.9 **Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros:** Os ativos estão sujeitos à avaliação e são revisados para a verificação do valor de recuperação sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido provisão do valor recuperável, são revisados para a análise de uma possível reversão dessa provisão na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os ativos que têm vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização, e são testados pelo menos uma vez ao ano para verificação de possível reconhecimento de provisão do valor de recuperação. Esses são alocados às Unidades de negócios para fins de teste de verificação de provisão do valor de recuperação. 2.10 **Demais ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, ao custo.

2.11 **Contas a pagar a fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Os fornecedores são avaliados com base em reconhecimentos, inicialmente, pelo valor justo, e em alguns casos, líquido dos custos da transação incorridos na estruturação da operação. Subsequentemente, são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido. 2.13 **Provisões:** Provisões são reconhecidas no balanço quando a Companhia possui obrigação legal, contratual ou constituída como resultado de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação com base em estimativa confiável de valor. As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa de perda provável nos respectivos processos em andamento manifestada pelos consultores jurídicos externos da Companhia (Nota 15). As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa líquida de impostos, que reflete as avaliações atuais do mercado. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. 2.14 **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, base de cálculo negativa, despesas contábeis temporariamente não dedutíveis e receitas contábeis temporariamente não tributáveis decorrentes de diferenças entre as bases fiscais e os valores contábeis, seguindo o método do passivo. As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido ("IR e CSL") da Companhia são de 25% e 9%, respectivamente. Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária. 2.15 **Ativos contingentes, obrigações legais e depósitos judiciais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e obrigações legais são efetuados de acordo com o CPC 25 da seguinte forma: (i) Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos; (ii) Obrigações legais - decorrem de obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras; (iii) Depósitos judiciais - são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores. Em tais casos, o depósito no ativo é compensado no passivo relacionado. 2.16 **Reconhecimento da receita de vendas:** As receitas com vendas representam o valor justo do montante recebido ou a receber pela venda de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas são apresentadas líquidas de imposto sobre o valor acrescentado, devoluções, abatimentos e descontos e após eliminação de vendas dentro do grupo. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável e a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes de vendas são incluídos no custo das vendas. As vendas da Companhia são, em sua maioria, para clientes industriais e, em menor volume, para revendedores. As entregas são feitas basicamente por caminhão e o seu reconhecimento ocorre quando os riscos e os benefícios substancialmente inerentes aos produtos são transferidos ao comprador. Com base na experiência da Companhia, não são estimadas e provisionadas devoluções de vendas ou descontos e não há garantias de perdas relacionadas ao desempenho dos produtos. 2.17 **Arrendamentos operacionais:** Os arrendamentos nos quais uma parcela substancial dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

3. **Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas**
Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, os julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, estão incluídos, a seguir, comentários referentes a cada prática contábil crítica consideradas de maior complexidade, quando da preparação dessas demonstrações financeiras: 3.1 **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo, descrito no CPC 32 para contabilização do imposto de renda e contribuição social, é usado para imposto de renda e contribuição social diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando

da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia. Estas projeções consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os impostos diferidos passivos da mesma entidade pagadora de impostos são levados em conta como uma fonte de recuperabilidade de ativos fiscais diferidos, com base no tempo de reversão esperada. 3.2 **Vida útil de ativos de longa duração:** A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas práticas da indústria e experiência prévia e refletem a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário. 3.3 **Contingências:** A Companhia está atualmente envolvida em processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 15. A Companhia provisiona os valores relacionados às contingências em que suas chances de êxito, de acordo com a avaliação de seus assessores externos, são remotas. A Administração da Companhia acredita que suas avaliações, baseada na opinião dos assessores externos, são apropriadas, embora possa diferir dos resultados efetivos, quando apurados. 3.4 **Teste de redução ao valor recuperável de ativos de vida longa:** Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma provisão readequando o saldo de livros destes ativos.

(a) **Conciliação do balanço patrimonial de abertura e das demonstrações financeiras**
• **Balanço patrimonial**

	Nota (4.4)	BR GAAP	Ajustes de GAAP	1 de janeiro de 2009 Ajustado aos CPC's	BR GAAP	Ajustes de GAAP	31 de dezembro de 2009 Ajustado aos CPC's
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		635.007		635.007	555.960		555.960
Contas a receber de clientes	(f.i)	124.552	114.830	239.382	127.796	102.273	230.269
Estoque	(a)	229.879	12.974	242.853	192.960	12.288	205.448
IR e CSL diferidos	(f.ii)				10.580	(10.580)	
Tributos a recuperar	(b)	27.211		27.211	30.104	116	30.220
Demais contas a receber		27.337		27.337	69.583		69.583
		1.043.986	127.804	1.171.790	986.983	104.097	1.091.080
Não circulante							
Tributos a recuperar	(b)	139.345		139.345	122.246	428	122.674
IR e CSL diferidos	(f.i) e (g)	106.102	333	106.435	78.567	11.344	89.911
Depósitos judiciais	(f.iii)	1.397	3.767	5.164	5.057	1.160	6.217
Estoque	(a)	7.989	(7.989)		9.789	(9.789)	
Demais contas a receber		29.797		29.797	23.971		23.971
Investimentos	(c)	177.927		177.927	182.588		182.588
Imobilizado	(b)	565.144		606.144	541.529	(1.228)	540.291
Intangível		267.912		267.912	281.580		281.580
Diferido	(d)	5.965	(5.965)		4.744	(4.744)	
		1.342.578	(9.854)	1.332.724	1.250.672	(2.829)	1.247.238
Total do ativo		2.386.564	117.950	2.504.514	2.237.050	101.268	2.338.318
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante							
Fornecedores		34.106	(121)	33.985	24.891	(5)	24.886
Financiamentos	(f.ii)	444.147	114.830	558.977	280.957	102.273	383.230
Demais contas a pagar		57.156	121	57.277	125.292	15	125.297
		535.409	114.830	650.239	431.140	102.273	533.413
Não circulante							
Financiamentos		1.140.228		1.140.228	925.920		925.920
IR e CSL diferidos	(g)		4.788		4.788	4.788	
Receitas diferidas	(e)	14.081	(14.081)		14.081	(14.081)	
Provisões para contingências	(f.iii)	8.481	3.767	12.248	5.581	1.160	6.741
Demais contas a pagar		529		529	290		290
		1.163.319	(5.526)	1.157.793	945.872	(8.133)	937.739
Patrimônio líquido		687.836	8.646	696.482	860.038	7.128	867.166
Total do passivo e patrimônio líquido		2.386.564	117.950	2.504.514	2.237.050	101.268	2.338.318

	Nota (4.4)	BR GAAP	Reclassificações	Ajustes de GAAP	Ajustado aos CPC's
• Demonstração do resultado					
Receita líquida de vendas		1.466.688			1.466.688
Custo dos produtos vendidos	(b) e (d)	(1.208.017)		1.295	(1.206.722)
Lucro bruto		138.676		1.295	67.970
Receitas (despesas)					
Com vendas	(f.ix)	(99.771)	72.001		(27.770)
Gerais e administrativas		(45.438)			(45.438)
Resultado de participações societárias	(c)	4.127			4.127
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(a)	59.736		(2.486)	57.250
Lucro operacional		57.480		(1.191)	56.289
Resultado financeiro		146.445		(758)	145.687
Lucro antes do IR e da CSL		203.925		(1.949)	201.976
IR e CSL - correntes	(g)	(16.384)			(15.384)
IR e CSL - diferidos		(16.955)		431	(16.524)
		(32.339)		431	(31.908)
Lucro líquido do exercício		171.586		(1.518)	170.068

(b) **Reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido do exercício:**

	Nota (4.4)	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido	Lucro líquido
		de 2009	de 2009	de 2009
Conforme BR GAAP		687.836	860.038	171.586
Reversão ajuste a valor presente sobre impostos	(b)		(684)	(684)
Reversão de saldos de deságio	(e)	14.081	14.081	
Reversão provisão para perdas nos estoques	(a)	4.985	2.499	(2.486)
Reversão do saldo do ativo diferido	(d)	(5.965)	(4.744)	1.221
Imposto de renda diferido sobre os ajustes de prática	(g)	(4.455)	(4.024)	431
Ajustado aos CPC's		696.482	867.166	170.068
(c) Reconciliação dos fluxos de caixa				
		31 de dezembro de 2009		
		BR GAAP	Ajustes de prática	Ajustado aos CPC's
Lucro líquido antes do IR e CSL conforme divulgado		203.925	(1.949)	201.976
Ajustes para reconciliação do lucro líquido		(43.406)	(1.221)	(44.627)
Variação dos ativos e passivos		(88.822)	14.499	(74.323)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		71.697	11.329	83.026
Caixa utilizado em atividades de investimento		(38.465)	1.228	(37.237)
Caixa utilizado em atividades de financiamento		(112.279)	(12.557)	(124.836)
Variação líquida de caixa do período		(79.047)		(79.047)
Caixa no início do período		635.007		635.007
Caixa no final do período		555.960		555.960
Variação líquida de caixa do período		(79.047)		(79.047)

4. **Transição para o CPC**
4.1 **Transição das práticas contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com os CPC's. A Companhia aplicou os CPC's 37 (R1) e 43 (R1) na preparação destas demonstrações financeiras individuais. A data de transição é 1 de janeiro de 2009. A Administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPC's naquela data. 4.2 **Isonômia e exceções na transição das práticas contábeis:** A Companhia optou por aplicar as seguintes isonômia e exceções com relação à aplicação retrospectiva, previstas no CPC 37 (R1) na preparação do balanço de abertura. 4.2.1 **Isonômia da aplicação retrospectiva:** As seguintes isonômia opcionais previstas nas normas acima mencionadas não se aplicam à Companhia: • As normas referentes à arrendamento mercantil CPC 06 (R1) não foram aplicadas por não serem relevantes às operações da Companhia; • As normas relativas a instrumentos financeiros compostos, uma vez que a Companhia não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição; • As normas relativas a passivos para restauração incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos, já que a Companhia não tem quaisquer passivos deste tipo na data de transição; e • Ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o CPC 01, já que a Companhia não tem contratos firmados sob o escopo destas normas. 4.2.2 **Exceções da aplicação retrospectiva:** Estimativas - segundo os CPC's, em 1 de janeiro de 2009, as estimativas eram consistentes com as práticas contábeis adotadas anteriormente pela Companhia. A seguinte exceção de aplicação do exercício, da demonstração do resultado abrangente e da demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2009. As tabelas a seguir apresentam as reconciliações das demonstrações financeiras para o balanço de abertura e demonstrações para 31 de dezembro de 2009.

	Nota (4.4)	BR GAAP	Reclassificações	Ajustes de GAAP	Ajustado aos CPC's
Receita líquida de vendas		1.466.688			1.466.688
Custo dos produtos vendidos	(b) e (d)	(1.208.017)		1.295	(1.206.722)
Lucro bruto		138.676		1.295	67.970
Receitas (despesas)					
Com vendas	(f.ix)	(99.771)	72.001		(27.770)
Gerais e administrativas		(45.438)			(45.438)
Resultado de participações societárias	(c)	4.127			4.127
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(a)	59.736		(2.486)	57.250
Lucro operacional		57.480		(1.191)	56.289
Resultado financeiro		146.445		(758)	145.687
Lucro antes do IR e da CSL		203.925		(1.949)	201.976
IR e CSL - correntes	(g)	(16.384)			(15.384)
IR e CSL - diferidos		(16.955)		431	(16.524)
		(32.339)		431	(31.908)
Lucro líquido do exercício		171.586		(1.518)	170.068

4.4 **Notas da reconciliação entre BR GAAP e CPC's:** Para cumprimento das novas práticas contábeis brasileiras e convergência ao CPC, a Companhia procedeu os seguintes ajustes contábeis: (a) **Reversão do saldo de provisão para perdas pelo giro lento dos estoques:** a Companhia, em 1 de janeiro de 2009, reverteu integralmente o saldo de provisão para perdas pelo giro lento dos estoques no montante de R\$ 4.985 e em 31 de dezembro de 2009, essa reversão foi de R\$ 2.499, com impacto em lucros acumulados no montante de R\$ 3.290 e R\$ 1.650, respectivamente. O resultado do exercício de 2009 foi impactado positivamente na rubrica "outras receitas ("despesas") operacionais", no montante de R\$ 2.486. (b) **Reversão ajuste a valor presente sobre impostos:** a Companhia, em 31 de dezembro de 2009, reverteu integralmente os saldos de ajuste a valor presente. As rubricas afetadas foram as seguintes: i) tributos a recuperar no montante de R\$ 116 e R\$ 428, no curto e longo prazo, respectivamente, e ii) ativo imobilizado no montante de R\$ 1.228. O resultado do exercício de 2009 foi impactado positivamente na rubrica "custo dos produtos vendidos" em R\$ 74, o "resultado de participações societárias" foi impactado negativamente em R\$ 4.631 e o "resultado financeiro" em R\$ 758, também com impacto negativo. (c) **Efeitos dos CPC's nos investimentos em controladas:** a Companhia reconheceu nos investimentos os ajustes de CPC's realizados nas empresas controladas Quattor Química e Riopol, como segue:

	1 de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2009	Resultado de Participações Societárias
Investimentos			
Reversão do saldo de provisão para perdas pelo giro lento dos estoques		245	245
Ajuste a valor presente		4.999	368
Reversão do saldo do ativo diferido	(21.940)	(18.504)	3.436
	(16.639)	(17.891)	(1.195)
(d) Reversão do saldo do ativo diferido: a Companhia reverteu integralmente o saldo do ativo diferido no valor de R\$ 5.965 em 1 de janeiro de 2009 e R\$ 4.744 em 31 de dezembro de 2009. Essas reversões geraram um reconhecimento de IR e CSL diferidos nos montantes de R\$ 2.028, em 1 de janeiro de 2009 e R\$ 1.613 em 31 de dezembro de 2009. Essas reversões, acrescidas dos ajustes em investimentos, quando			

QUATTOR PETROQUÍMICA S.A.
CNPJ Nº 04.705.090/0001-77

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

acima, impactaram a rubrica de lucros acumulados no montante de R\$ 25.877 e R\$ 21.635, respectivamente. O resultado do exercício de 2009 foi impactado pela reversão da amortização registrada originalmente no montante de R\$ 1.221 a crédito, na rubrica de "custo dos produtos vendidos", com impacto de imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$ 415. (e) **Reversão de saldo de deságio:** a Companhia reverteu integralmente o saldo de deságio originado das aquisições das empresas Koppol Films S.A. e Polipropileno S.A. no valor total de R\$ 14.081, registrado anteriormente na rubrica de "receitas diferidas" em 1 de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, com impacto em lucros acumulados no valor de R\$ 9.293. Essa reversão gerou um reconhecimento de IR e CSL diferidos no montante de R\$ 4.788. (f) **Reclassificações:** As reclassificações a seguir foram efetuadas nas demonstrações financeiras da Companhia com o objetivo de adequá-las aos requerimentos dos pronunciamentos emitidos pelos CPC's: (i) O CPC 39 determina que ativos e passivos financeiros só possam ser compensados quando legalmente ou contratuamente permitido. Desta forma, o saldo de duplicatas descontadas, que era registrado como conta redutora do grupo

de contas a receber de clientes, foi reclassificado para a linha de financiamentos, no montante de R\$ 114.830 e R\$ 102.273, em 1 de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, respectivamente. (ii) O saldo de IR e CSL diferidos, que era apresentado no ativo circulante, em 31 de dezembro de 2009, foi classificado para o não circulante no montante de R\$ 10.580. (iii) O CPC 26 determina que ativos e passivos não devem ser compensados, pois a compensação pode comprometer a leitura das demonstrações financeiras e a avaliação dos futuros fluxos de caixa da Companhia. Dessa forma, os saldos de depósitos judiciais, que eram compensados com suas respectivas provisões foram reclassificados para a linha própria no ativo não circulante nos montantes de R\$ 3.767 em 1 de janeiro de 2009 e R\$ 1.160 em 31 de dezembro de 2009. (g) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os ajustes oriundos das mudanças das práticas contábeis para adoção das CPC's às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. Estão demonstrados a seguir o imposto de renda e contribuição social diferidos com impacto no ativo, passivo e resultado:

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Administração da Companhia, tomando por base as projeções de resultados futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social de exercícios anteriores, que não expiram, mas cuja compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais. Durante o exercício de 2010, foram também reconhecidos créditos adicionais no montante de R\$ 108.715. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas na data de preparação de tais projeções. Consequentemente, essas estimativas poderão não se concretizar no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Passivo	2010	2009	01/01/2009
Débitos sobre diferenças temporárias			
Agio realizado	29.735		
AVP de fornecedores	771		
Baixa deságio	4.788	4.788	4.788
Total	35.294	4.788	4.788

Com base em tais projeções, a Administração da Companhia estima a realização dos créditos tributários nos seguintes exercícios:

Ano de realização	2010	2009	01/01/2009
2010		10.146	1.752
2011	2.272	9.779	415
2012	29.276	17.786	6.356
2013	53.109	22.110	29.754
2014	59.114	22.066	26.423
A partir de 2015 até 2019	22.603	3.236	36.947
Total	166.374	85.123	101.647

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras consideram a adoção do Regime Tributário Transitório ("RTT") pela Companhia, conforme facultado pela Lei 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela própria Lei 11.941/09. A opção em definitivo do RTT foi manifestada na entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ do ano calendário de 2008. O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo, no valor de R\$ 1.198, e o saldo de imposto de renda e contribuição social passivo, no valor de R\$ 35.294, refletem os efeitos fiscais temporários gerados pela adesão ao RTT. (b) **Conciliação do imposto de renda e a contribuição social no resultado:**

	2010	2009
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(87.323)	201.976
Alíquota fiscal combinada - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	29.690	(68.671)
Equivalência patrimonial	(22.379)	1.454
Juros sobre o capital próprio recebidos		603
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, e provisões indedutíveis	91.270	20.442
Agio amortizado		14.264
Outras exclusões permanentes	(17.633)	
Despesa de imposto de renda e contribuição social, líquida	80.948	(31.908)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(15.384)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	80.948	(16.524)
	80.948	(31.908)

	2010	2009	01/01/2009
Ajustes com efeito de IR e CSL Diferidos:			
Reversão de saldos de deságio	(e) 14.081		4.788
Reversão (provisão) para perdas nos estoques	(e) 4.985	(1.695)	2.499
Reversão de saldo de ativo diferido	(d) (5.965)	2.028	4.744
IR e CSL diferidos sobre os ajustes acima	333	4.788	764

4.5 Reclassificações de BR GAAP: No resultado do exercício das demonstrações financeiras de 2009, os fretes de vendas que haviam sido apresentados em "despesas com vendas" foram reclassificados para "custo dos produtos vendidos" no montante de R\$ 72.001.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2010	2009	01/01/2009
Contas correntes bancárias	10.724	29.418	22.461
Ativos financeiros mantidos para negociação	7.861	526.542	612.546
Total	18.585	555.960	635.007

Os ativos financeiros mantidos para negociação correspondem substancialmente a investimentos remunerados pela variação dos Certificados de Depósito Interfinanceiros (CDI), que apresentam taxa média de remuneração de aproximadamente 100,92% do CDI (100,84% em 31 de dezembro de 2009 e 102,0% em 1 de janeiro de 2009), e que possuem liquidez de 90 dias ou menos a partir da data de contratação do investimento.

6. Contas a receber de clientes

	2010	2009	01/01/2009
Clientes			
Mercado interno	130.456	209.080	235.209
Mercado externo	80.940	41.559	31.355
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(27.893)	(20.500)	(21.286)
Total	183.503	230.139	245.278
No ativo circulante	183.186	230.069	239.382
No ativo não circulante	317	70	5.896
Total	183.503	230.139	245.278

A movimentação do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2010	2009	01/01/2009
Saldo da provisão no início do exercício	(20.500)	(21.286)	(17.564)
Provisões do exercício	(7.393)	(3.722)	
Reversões de provisões indebitáveis	786		
Saldo da provisão no final do exercício	(27.893)	(20.500)	(21.286)

A composição de conta a receber de clientes por idade de vencimento é a seguinte:

	2010	2009	01/01/2009
Títulos vencidos:			
Até 90 dias	21.414	15.248	36.730
A partir de 91 dias	27.712	32.521	34.062
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(27.893)	(20.500)	(21.286)
Total dos títulos vencidos	21.233	27.269	49.506
Títulos a vencer	162.270	202.870	195.772
Total da carteira de clientes	183.503	230.139	245.278

% dos títulos vencidos sobre total da carteira de clientes

2010	23,24%	2009	19,06%	2008	26,56%
------	--------	------	--------	------	--------

Qualidade do contas a receber de clientes: A quase totalidade dos clientes da Companhia não possui classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio para classificação em: (a) análise qualitativa efetuada pelas áreas comercial e de crédito, que aborda aspectos gerais do cliente e seu mercado de atuação, assim como seu histórico/comportamento junto à Quattor Petroquímica e outros fornecedores e bancos; (b) análise das demonstrações financeiras; e (c) utilização da classificação de risco da SERASA Experian como referência. A combinação desses três pontos define a classificação de risco para os clientes do mercado interno, a qual está apresentada abaixo juntamente com a distribuição da carteira de títulos a receber em 31 de dezembro de 2010. A Companhia não aplica essa avaliação para todos os clientes do mercado externo tendo em vista que grande parte dos títulos a receber está garantida por seguro e/ou cartas de crédito emitidas por bancos.

Categoria de risco	Percentual sobre a carteira
1 Risco Mínimo	23,59%
2 Risco Baixo	27,73%
3 Risco Médio	36,66%
4 Risco Alto	1,35%
5 Risco Muito Alto	(i) 10,66%

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de contas a receber apurados com base nos percentuais acima. (i) Quase a totalidade dos clientes classificados nessa categoria de risco de crédito apresenta-se inativa, sendo que os respectivos títulos em aberto desses clientes estão em fase de cobrança judicial. As novas compras efetuadas pelos poucos clientes ativos classificados nessa categoria são efetuadas somente mediante pagamento antecipado.

7. Estoques

	2010	2009	01/01/2009
Produtos acabados	151.291	104.781	220.869
Matérias-primas e auxiliares	33.433	86.077	47.100
Materiais de manutenção	17.801	14.599	12.728
Adiantamentos a fornecedores	6.848		
Provisões para perdas nos estoques	(209)	(37.844)	
Total	209.173	205.248	242.853

Durante o exercício de 2008, a Companhia constituiu provisão para perdas na realização de estoques de produtos acabados no valor de R\$ 37.844, tendo em vista a queda nos preços internacionais de resinas termoplásticas que afetaram, na oportunidade, significativamente, o preço de venda desses produtos nos mercados interno e externo. Estes estoques foram significativamente realizados durante o exercício de 2009 e o saldo remanescente, realizado em 2010, o saldo da provisão foi revertido, em cada exercício, na proporção da realização dos estoques.

8. Tributos a recuperar

A Companhia acumulou créditos de ICMS em decorrência das operações de venda interestadual, cuja alíquota do imposto é inferior à alíquota incidente nas aquisições locais de insumos e matérias-primas, e das operações de exportação, que são integralmente desoneradas deste imposto.

	2010	2009	01/01/2009
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	41.151	25.965	20.843
ICMS a recuperar (i) (ii)	166.781	126.929	140.674
Outros impostos a recuperar (iii)	27.146		5.039
Total	235.078	152.894	166.556
No ativo circulante	68.696	30.220	27.211
No ativo não circulante	166.382	122.674	139.345
Total	235.078	152.894	166.556

A Administração da Companhia desenvolveu planejamento específico para a recuperação dos créditos acumulados do ICMS e vem priorizando

uma série de ações no sentido de maximizar a utilização desses créditos e, atualmente, não são esperados prejuízos na realização dos mesmos. Dentre as ações mantidas pela Administração, destacam-se: (i) Unidade (Planta) de Mauá - SP - Está sendo realizada a revisão dos processos logísticos visando priorizar o atendimento aos clientes estabelecidos no próprio Estado, de modo que a carga tributária incidente nas aquisições e nas vendas resulte em 18%, proporcionando, deste modo, que as bases credoras sejam compensadas de forma maximizada. • Redução acentuada das operações de exportação de resinas, que não são tributadas em virtude da imunidade constitucional, reduzindo a formação de novos créditos do ICMS. (ii) Unidade (Planta) de Camaçari - BA - A Companhia foi beneficiária da redução para 12% da alíquota do ICMS incidente nas aquisições internas de sua principal matéria-prima, nos termos do Decreto nº 11.059 de 19 de maio de 2008, equalizando a carga tributária nas operações de venda interestaduais. Em decorrência do incentivo negociado com a Fazenda Estadual, a Companhia deixou de acumular créditos no valor de R\$ 3.129 (R\$ 11.607 até 31 de dezembro de 2009) possibilitando a redução gradual dos saldos acumulados através das operações realizadas no mercado interno. (iii) Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantém saldo credor de FISCOFINS no montante de R\$ 24.987, decorrentes do registro normal de créditos por aquisição de insumos e volume expressivo de vendas para o mercado externo.

9. Imposto de renda e contribuição social

	2010	2009	01/01/2009
(a) Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos incluídos nas demonstrações financeiras são provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, e tem a seguinte origem:			
Ativo	2010	2009	01/01/2009
Créditos sobre prejuízos fiscais	138.913	58.336	58.336
Créditos sobre bases negativas da contribuição social	50.253	22.115	22.115
IR e CSL sobre base do ativo diferido	1.198	1.613	2.028
Créditos sobre diferenças temporárias			
Provisão para instrumentos financeiros			5.235
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.484	2.915	7.237
Provisões diversas	1.488	2.286	4.164
Outras diferenças temporárias	332	2.646	7.320
Total	201.668	89.911	106.435

10. Partes relacionadas

	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas (despesas) financeiras	Receitas (despesas) operacionais
Ativo circulante	2010	2009	01/01/2009		
Contas a receber	6.306				
Braskem	9.148				
Petrobras	32.326				
Quattor Participações	9.320				
Riopoli	2.345				
Unipar Comercial e Distribuidora S.A.	207				
Outras	50				
Em 31 de dezembro de 2010	59.702	73.153	158.661	649.639	12.825
Em 31 de dezembro de 2009	41.442	23.901	73.175	5.226	(691.522)

(i) Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC").

As transações mercantis com partes relacionadas são efetuadas em condições normais de mercado. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores, além do presidente da Companhia, sendo que a remuneração está assim demonstrada:

	2010	2009
Salários e encargos - não estatutários	1.993	730
Honorários da diretoria e do conselho - estatutários	150	2.893
Planos de aposentadoria e pensão	165	386
Outros	552	5
Total	2.860	4.014

(a) Informações sobre os investimentos

	Braskem	Cetrel (*)	Quattor Participações	Quattor Química	Riopoli	Cetrel
Quantidade de ações/cotas possuídas						
Ações preferenciais	1.155	20	7.539	9.363	114.733	
Participação no capital - %	0,14	1,26	3,04	5,89	9,02	
Capital social	8.043.222	154.427	3.709.130	877.363	1.469.806	
Patrimônio líquido ajustado	10.439.099	254.765	2.129.820	1.108.989	1.162.276	
Resultado do exercício ajustado	1.895.309	23.916	(632.963)	(27.086)	25.473	

(*) Investimento avaliado pela equivalência patrimonial a partir de maio de 2010, por conta da aquisição do controle da Quattor Petroquímica pela Braskem (Nota 1). A Braskem detém, diretamente, 53,4% do capital total da Cetrel. Em 30 de agosto de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da controladora Braskem aprovou a incorporação das ações da Riopoli. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil, em 31 de março de 2010, data-base da operação. Nesta operação foram emitidas 1.154.758 ações preferenciais classe "A" considerando a relação de troca de 0,01006743789 ação da Braskem para cada ação da Riopoli. Por conta dessa incorporação de ações, a Companhia, que detinha o equivalente a 9,02% do capital da Riopoli, recebeu 1.154.758 ações da Braskem, passando a deter 0,144% do capital social da Braskem. Em 1 de setembro de 2010, a AGE da Quattor Participações aprovou a incorporação da Quattor Química S.A. ("Quattor Química"). Na data da incorporação, o capital da Quattor Química estava distribuído entre a Quattor 94,11% e a Companhia, com 5,89%. A relação de troca de ações da Quattor Química por ações da Quattor Participações foi estabelecida com base nos patrimônios líquidos contábeis em 30 de junho de 2010, data-base da operação, o que gerou um aumento de capital na Quattor com a emissão de 7.538.949 ações ordinárias que foram entregues à Companhia.

(b) Movimentação dos investimentos

	2010	2009
Braskem	1.420	57.631
Saldo no início do exercício		
Incorporação da QOB pela Quattor Química		
Juros sobre o capital próprio		
Incorporação das ações da Riopoli pela Braskem	48.892	(48.892)
Incorporação da Quattor Química na Quattor Participações	58.231	(58.231)
Efeitos de incorporação		
Ganho de participação	17	
Ações em tesouraria/ajuste referente à alteração de percentagem de participação	(62)	
Dividendos recebidos	1.505	6.545
Resultado de equivalência patrimonial	(424)	(73.448)
Saldo no final do exercício	48.892	2.880

11. Investimentos

	2010	2009	01/01/2009
Braskem (i)	48.892		
Cetrel	2.880	1.420	1.420
Quattor Participações	64.776		
Quattor Química	58.655	57.631	
Riopoli	122.340	118.703	
Outros investimentos	173	173	173
Total	116.721	82.588	177.527

(i) Participação decorrente da incorporação de ações da Braskem (Nota 1). A posição e a movimentação dos investimentos são demonstrados no quadro a seguir:

	2010	2009
Braskem	1.420	57.631
Quantidade de ações/cotas possuídas		
Ações preferenciais	1.155	20
Participação no capital - %	0,14	1,26
Capital social	8.043.222	154.427
Patrimônio líquido ajustado	10.439.099	254.765
Resultado do exercício ajustado	1.895.309	23.916

(b) Movimentação dos investimentos

	2010	2009
Braskem	1.420	57.631
Saldo no início do exercício		
Incorporação da QOB pela Quattor Química		
Juros sobre o capital próprio		
Incorporação das ações da Riopoli pela Braskem	48.892	(48.892)
Incorporação da Quattor Química na Quattor Participações	58.231	(58.231)
Efeitos de incorporação		
Ganho de participação	17	
Ações em tesouraria/ajuste referente à alteração de percentagem de participação	(62)	
Dividendos recebidos	1.505	6.545
Resultado de equivalência patrimonial	(424)	(73.448)
Saldo no final do exercício	48.892	2.880

QUATTOR PETROQUÍMICA S.A.
CNPJ Nº 04.705.090/0001-77

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2010

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma																								
12. Imobilizado	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Projetos em andamento	Outros	Total	Ano																	
Em 1 de janeiro de 2009							2011		2010															
Custo	14.013	145.565	874.977	11.614	51.273	1.097.442	2012		855.948															
Depreciação acumulada		(37.960)	(411.943)		(41.395)	(491.298)	2013		855.948															
Saldo contábil, líquido	14.013	107.605	463.034	11.614	9.878	606.144	2014		855.948															
Em 31 de dezembro de 2009							2015		855.948															
Saldo inicial	14.013	107.605	463.034	11.614	9.878	606.144	2016		605.950															
Aquisições		15	7.875	16.634	2.847	27.371	2017 a 2026		3.856.093															
Transferências, líquidas de depreciação		496	14.148	(16.886)	5.472	1.430	Total		8.741.783															
Baixas, líquidas de depreciação				(79)	(192)	(271)																		
Depreciação		(5.396)	(84.678)		(4.303)	(94.377)																		
Saldo contábil, líquido	14.013	102.720	400.379	9.483	13.702	540.297																		
Em 31 de dezembro de 2009																								
Custo	14.013	146.067	897.000	9.483	54.405	1.124.968																		
Depreciação acumulada		(43.347)	(496.621)		(44.703)	(584.671)																		
Saldos em 31 de dezembro de 2009	14.013	102.720	400.379	9.483	13.702	540.297																		
Em 31 de dezembro de 2010																								
Saldo inicial	14.013	102.720	400.379	9.483	13.702	540.297																		
Aquisições		1.519	50.035	(331)	51.223																			
Transferências, líquidas de depreciação		2.279	2.099	5.835	(16.996)	(6.783)																		
Baixas, líquidas de depreciação		(4.160)	(169)	(64)	(4.393)																			
Depreciação		(3.250)	(28.071)		11.229	(20.092)																		
Saldo contábil, líquido	14.013	101.749	371.766	65.184	7.540	560.252																		
Em 31 de dezembro de 2010																								
Custo	14.013	151.402	899.150	65.184	35.266	1.165.015																		
Depreciação acumulada		(49.653)	(527.384)		(27.726)	(604.763)																		
Saldos em 31 de dezembro de 2010	14.013	101.749	371.766	65.184	7.540	560.252																		
Taxas médias anuais de depreciação		2,58%	5,52%		11,28%																			
Os projetos em andamento correspondem, principalmente, as melhorias operacionais para aumento da vida útil-econômica das máquinas e equipamentos e projetos nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente.																								
Análise da recuperabilidade de imobilizado (impairment): A Administração da Companhia avaliou as perspectivas das principais variáveis que afetam os negócios da Quattor Petroquímica, principalmente no cenário nacional, através de fluxo de caixa projetados e entendeu não ser necessário testar a recuperabilidade dos ativos de vida longa da Quattor Petroquímica.																								
13. Intangível	Ágio fundam-entado em ren-tabilidade	Marcas e patentes	Software e direitos de uso	Total																				
Em 1 de janeiro de 2009																								
Custo total	418.374	72.308	2.778	493.460																				
Amortização acumulada	(165.557)	(58.294)	(1.697)	(225.548)																				
Saldo contábil, líquido	252.817	14.014	1.081	267.912																				
Em 31 de dezembro de 2009																								
Saldo inicial	252.817	14.014	1.081	267.912																				
Aquisições		20.531	20.531																					
Transferências		(1.431)	(1.431)																					
Amortizações		(4.972)	(460)	(5.432)																				
Saldo contábil, líquido	252.817	9.042	19.721	281.580																				
Em 31 de dezembro de 2009																								
Custo total	418.374	72.308	21.878	512.560																				
Amortização acumulada	(165.557)	(63.266)	(2.157)	(230.980)																				
Saldo contábil, líquido	252.817	9.042	19.721	281.580																				
Em 31 de dezembro de 2010																								
Saldo inicial	252.817	9.042	19.721	281.580																				
Aquisições		24.982	24.982																					
Transferências		15.885	15.885																					
Amortização		(5.072)	(22.423)																					
Saldo contábil, líquido	252.817	3.970	38.237	295.024																				
Em 31 de dezembro de 2010																								
Custo total	418.374	72.304	62.745	553.423																				
Amortização acumulada	(165.557)	(68.334)	(24.508)	(258.399)																				
Saldo contábil, líquido	252.817	3.970	38.237	295.024																				
Taxas médias anuais de amortização		18,71%	13,16%																					
A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil do ativo intangível conforme premissas estabelecidas na Deliberação CVM nº 527 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos (Nota 12). (a) Ágio em aquisição: Refere-se ao ágio na aquisição pela Companhia da Basell Brasil Poliolefinas Ltda. realizada em setembro de 2005, refletindo o valor patrimonial de 31 de agosto de 2005 e registrado com o fundamento de expectativa de rentabilidade futura. O ágio foi amortizado até 31 de dezembro de 2008, considerando o prazo máximo de 10 anos. A partir de 2009, esse tipo de ágio não é mais amortizado sistematicamente, ficando sujeito ao teste anual de recuperabilidade, conforme o disposto no CPC 01 (R1). (b) Marcas e patentes: Refere-se à aquisição de patentes, marcas comerciais, licenças e direitos de exploração que são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis.																								
14. Financiamentos	Indexador e taxa anual de juros - %	2010	2009	01/01/2009																				
Moeda nacional																								
Santander corporar																								
BNDES - FINEM	TJLP + 2,87	42.323		87.432																				
BNDES - FINEM	TJLP + 3,02		60.003	77.812																				
CCB Banco do Brasil	135,0 do CDI	141.816	114.830																					
CCB Bradesco	140,0 do CDI	102.109																						
CCB Caixa	110,2 do CDI																							
Econômica Federal	do CDI	151.143	152.276																					
Nota de crédito de exportação - Banco Bradesco	do CDI	105,5	98.355	99.574																				
Nota de crédito de exportação - Banco do Brasil	do CDI	106,0	104.921	103.973	106.217																			
Nota de crédito de exportação - Banco do Espírito Santo	VC + 5,35 CDI +		10.157																					
Nota de crédito de exportação - Banco Itaú		0,462		99.879																				
Moeda estrangeira		147.244	667.556	738.020																				
Adiantamento de contrato de câmbio	US\$ + 4,85	44.441	176.127																					
BNDES - FINEM	US\$ + 6,43	3.636																						
BNDES - FINEM	US\$ + 2,52		5.342	9.671																				
IFC - Tranche A	LIBOR + 2,75	72.653	110.693																					
IFC - Tranche B	US\$ + LIBOR + 2,00	162.689	273.315																					
IFC - Tranche C	US\$ + LIBOR	17.416	23.405																					
Nota de crédito de exportação - Banco Votorantim	US\$ + 7,97		239.236																					
Nota de crédito de exportação - Banco Votorantim	100,0 do CDI		173.017																					
Nota de crédito de exportação - Banco Itaú	100,0 do CDI		94.109																					
Pré-pagamento de exportação - Banco Royal Bank	US\$ + LIBOR + 1,60	45.837																						
Pré-pagamento de exportação - Banco ABN Amro Real	US\$ + LIBOR + 1,60		71.927	128.738																				
		49.473	641.594	961.185																				
		196.717	1.309.150	1.699.205																				
15. Provisões para contingências Constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais em valores considerados suficientes, segundo avaliação de advogados e consultores jurídicos externos. (a) Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava as seguintes provisões:																								
	2010	2009	01/01/2009																					
	46.965	383.230	558.977																					
No passivo não circulante	149.752	925.920	1.140.228																					
Total	196.717	1.309.150	1.699.205																					
O montante dos financiamentos com vencimento a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:	2010	2009	01/01/2009																					
	143.921	143.921																						
	176.083	201.888																						
	41.857	196.083	225.888																					
	73.895	190.851	172.020																					
	34.000	118.023	76.983																					
	108.950	136.463																						
2016 em diante	135.930	183.065																						
Total	149.752	925.920	1.140.228																					
16. Compromissos A Companhia possui contratos para aquisição de matérias-primas com as principais centrais petroquímicas na modalidade take or pay, com vigência até setembro de 2026 e montante total contratado de aproximadamente R\$ 8.741.783 (não auditado) a ser adquirido durante esse período. Historicamente, a Companhia tem consumido integralmente as quantidades de insumos contratadas. Em situações específicas legalmente previstas nos contratos, as quantidades que não foram adquiridas por motivo de força maior comprovada não estão sujeitas à contingência. Os compromissos para aquisição de matérias-primas por exercício estão demonstrados a seguir:																								
19. Cobertura de seguros	A Companhia adota a política de manter adequada cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e estoques sujeitos a riscos, com base em orientações de seus consultores de seguros. As principais coberturas de seguros envolvendo riscos de incêndio, riscos operacionais e responsabilidade civil, em vigor em 31 de dezembro de 2010, encontram-se abaixo demonstradas:																							
Tipo de risco	Objeto	Importâncias seguradas																						
20. Planos de pensão	Em janeiro de 2005, a Companhia constituiu um plano de previdência privada complementar de contribuição definida para seus empregados - Suzano Prev, sendo mantido em paralelo em outros planos denominados IH PREV, plano fechado de previdência complementar, para os colaboradores já participantes. A partir de outubro de 2009, com o encerramento do Suzano Prev e retirada de patrocínio dos planos fechados IH PREV, a Companhia passou a patrocinar um único plano de previdência privada complementar entidade Quattor Prev, constituído sob a forma de contribuição definida, que tem como gestor a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. Em conformidade com o estabelecido pela legislação previdenciária vigente, os colaboradores da Companhia podem transferir (Lei da Portabilidade) os recursos do antigo plano (Suzano Prev) para o Quattor Prev. O novo plano de previdência privada complementar teve adesão inicial de 96,5% dos colaboradores da Companhia. Nos termos do regulamento dos planos Suzano Prev (somente para 2009), IH PREV (somente para 2009) e Quattor Prev (somente para 2010), as contribuições realizadas pela Companhia no exercício de 2010 totalizaram R\$ 1.638 (R\$ 2.617 em 31 de dezembro de 2009). Conforme descrito acima, o plano Quattor Prev é de contribuição definida e não gera qualquer passivo atuarial para a Companhia. Os planos Suzano Prev e IH PREV, encerrados no final de setembro de 2009, também não geram passivo atuarial, de acordo com a avaliação de atuários independentes contratados pela Companhia.																							
Ativo	Moeda estrangeira	US\$ mil	Reais	2010	2009	01/01/2009																		
Contas a receber em US\$							Moeda estrangeira	US\$ mil	Reais															
Passivo																								
Fornecedor em US\$		489	814		723	1.259		921	2.149															
Empréstimo em US\$		29.692	49.473		368.478	641.594		411.872	961.185															
Exposição líquida		131.227	2.243		684.412			994.689																
21. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas																								
	2010	2009	01/01/2009																					
Venda líquida de sucatas e materiais diversos		5.398																						
Ajustes de inventários		(967)																						
Alienação de ativo imobilizado		2.070																						
Parcelamento de impostos		(571)																						
Reversão de provisão para perdas nos estoques (Nota 7)	455	375	67.505																					
Valor de contrato de Take or Pay - Lanxess																								
Outros		(11.415)	17.115																					
		(5.030)	57.250																					
22. Resultado financeiro																								
Despesas financeiras																								
Juros (principalmente de financiamentos)		(40.234)	(91.731)																					
Juros de coligações		(1.255)	(7.087)																					
Variações cambiais e monetárias passivas		(51.194)	(22.846)																					
Outras despesas		(15.989)	(22.962)																					
		(122.772)	(144.606)																					
Receitas financeiras																								
Juros de aplicações financeiras		16.633	55.240																					
Juros de coligações		2.285	5.498																					
Juros de clientes		1.785	5.549																					
Variações cambiais e monetárias ativas		13.527	227.826																					
Outras receitas		19.018	1.729																					
		53.218	290.293																					
Total		(69.554)	145.687																					
23. Receita bruta de vendas																								
Receita bruta de vendas																								
Receita interna		2.114.029	2.170.843																					
Receita externa		348.304	225.413																					
		2.462.333	1.936.256																					
Deduções de vendas																								
Impostos e contribuições s/ vendas		(569.450)	(469.563)																					
Receita líquida de vendas		1.892.883	1.466.693																					

QUATTOR PETROQUÍMICA S.A.
CNPJ Nº 04.705.090/0001-77

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Quattor Petroquímica S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da **Quattor Petroquímica S.A.** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas

normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Quattor Petroquímica S.A.** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 15 de abril de 2011



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Felipe Edmond Ayoub
Contador
CRC 1SP187402/O-4

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras Riopol

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

RIO POLÍMEROS S.A.

CNPJ Nº 01.202.799/0001-61

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES - 2010

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e relatório dos auditores independentes, acompanhadas das respectivas notas explicativas. Os principais destaques relacionados com as operações da Companhia estão evidenciados nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Rio de Janeiro, 08 de abril de 2011. Diretores: **Celso Luiz Tavares Ferreira** e **José Armando Bigueti Teixeira**, Contador - Joel Benedito Junior - CRC 1SP113190/O-7 "S" BA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)									
Ativo	Nota	2010	2009	01/01/2009	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2010	2009	01/01/2009
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	46.531	3.523	3.384	Fornecedores		56.463	21.746	21.412
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	6	64.558	83.103	83.103	Fornecedores - ligadas	10	159.861	46.800	60.069
Contas a receber de clientes	7	170.537	91.931	118.672	Financiamentos	14	2.553	375.326	361.116
Contas a receber-ligadas	10	132.569	5.119	15.994	Tributos a recolher	15	20.086	51.194	97.404
Estoques	8	177.207	128.930	262.314	Salários e encargos sociais		16.548	7.053	15.355
Tributos a recuperar	9	55.483	61.691	84.963	Dividendos propostos		8.330	8.330	8.330
Despesas pagas antecipadamente		1.250	5.109	3.475	Adiantamentos de clientes - partes relacionadas	10	8.330	49.277	
Demaís contas a receber		13.117	2.149	421	Demaís contas a pagar		24.550	31.491	18.699
		596.694	363.010	572.326			288.391	591.217	582.385
Não circulante					Não circulante				
Tributos a recuperar	9	123.161	197.251	211.898	Financiamentos	14	184.865	1.141.085	1.479.723
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	227.257	231.152	255.674	Partes relacionadas	10	81.941		
Depósitos judiciais		2.163	2.134	1.974	Tributos a recolher	15	47.548	59.526	73.043
Imobilizado	11	1.964.202	2.042.248	2.069.283	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	2.214	4.232	
Intangível	12	118.898	123.706	162.713	Provisão para contingências	16	1.434	1.165	1.914
		2.435.681	2.596.491	2.701.542	Adiantamento futuro aumento de capital	10	738.799		
					Demaís contas a pagar		136		
							1.056.937	1.206.008	1.554.680
					Patrimônio líquido	17			
					Capital social		2.039.806	1.469.806	1.469.806
					Reservas de lucros			26.745	26.745
					Prejuízos acumulados		(352.759)	(334.275)	(359.748)
							1.687.047	1.162.276	1.136.803
Total do ativo		3.032.375	2.959.501	3.273.868	Total do passivo e patrimônio líquido		3.032.375	2.959.501	3.273.868

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)						DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)			
Nota	Capital social	Legal	Reservas de lucros (prejuízos) investimentos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido		2010	2009	
Em 31 de dezembro de 2008						Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(43.501)	59.438	
Ajustes da adoção inicial dos CPC's	4	1.469.806	1.754	24.991	(180.727)	Ajuste para reconciliação do resultado			
Saldos ajustados em 1 de janeiro de 2009		1.469.806	1.754	24.991	(359.748)	Depreciação e amortização		122.405	100.361
Lucro líquido do exercício					25.473	Baixas de ativos imobilizados		19.510	23
Em 31 de dezembro de 2009		1.469.806	1.754	24.991	(334.275)	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		89.545	(159.568)
Aumento do capital social	17(a)	570.000			570.000	Provisões diversas		175.873	(1.412)
Prejuízo do exercício				(45.229)	(45.229)	Variação do capital circulante operacional			
Absorção de prejuízos	17(d)	(1.754)		(24.991)	26.745	Contas a receber de clientes		(206.939)	40.433
Em 31 de dezembro de 2010		2.039.806			(352.759)	Estoques		(53.683)	122.798
						Tributos a recuperar		50.284	48.305
						Despesas pagas antecipadamente		4.185	(1.634)
						Demaís contas a receber		(13.356)	(68)
						Fornecedores		131.278	(13.693)
						Tributos a recolher		1.258	(109.945)
						Adiantamentos de clientes		55.550	59.547
						Demaís contas a pagar		(68.334)	42.988
						Caixa gerado pelas operações		56.116	187.319
						Juros pagos		(105.423)	(124.655)
						Imposto de renda e contribuição social pagos			(15.936)
						Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades operacionais		(49.307)	46.728
						Ativos financeiros mantidos até o vencimento		64.558	18.545
						Adições ao imobilizado		(48.890)	(23.340)
						Adições ao intangível		(225)	(65)
						Geração (aplicação) de caixa em investimentos		15.443	(4.860)
						Empréstimos e financiamentos			
						Captações		96.995	283.844
						Pagamentos		(1.408.800)	(325.573)
						Partes relacionadas			
						Captações		127.939	
						Pagamentos		(48.061)	
						Aumento de capital		570.000	
						Adiantamento para futuro aumento de capital		738.799	
						Geração (aplicação) de caixa em financiamentos		76.872	(41.729)
						Geração de caixa e equivalentes de caixa		43.008	139
						Representado por			
						Caixa e equivalentes no início do exercício		3.523	3.384
						Caixa e equivalentes no final do exercício		46.531	3.523
						Geração de caixa e equivalentes de caixa		43.008	139

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Rio Polímeros S.A. ("Riopol" ou "Companhia") possui uma capacidade de fabricação de 540 mil toneladas anuais de polietileno, a partir de fração do gás natural produzido na Bacia de Campos. Sua unidade industrial localiza-se no Complexo Gas Químico em Duque de Caxias - RJ. A Companhia é uma controlada direta da Braskem S.A. ("Braskem"), que detém, em 31 de dezembro de 2010, 100% de participação no seu capital social. **Reorganização societária:** (i) Em 29 de junho de 2010, a AGE da Quattor Participações S.A. ("Quattor") aprovou a redução do seu capital social com a restituição à Braskem da totalidade dos investimentos que detinha na Riopol. (ii) Em 9 de agosto de 2010, o BNDESPAR exerceu a opção de venda das ações e a Braskem adquiriu 190.784.674 ações ordinárias e 30 ações preferenciais da Riopol. Com essa aquisição, que correspondia a 15% do capital total da Riopol, a Braskem passou a deter, de forma direta e indireta, 90% do capital total da Riopol. Ainda por conta da opção de venda exercida pelo BNDESPAR, a Petrobras adquiriu ações do capital da Riopol que representavam 10% do seu capital total. (iii) Em 30 de agosto de 2010, a AGE da Braskem aprovou a incorporação das ações da Riopol, convertendo-a em subsidiária integral da Braskem. Por conta dessa incorporação de ações, a controlada da Braskem, Quattor Petroquímica, que detinha o equivalente a 9,02% do capital da Riopol, recebeu ações da Braskem. **2. Sumário das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente com as da Braskem em todos os exercícios apresentados. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos e passivos financeiros na data de transição das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior grau de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil ("BR GAAP") e CPCs, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado do exercício estão descritas na Nota 4. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos de até três meses, ou menos, deduzidos das utilizações de contas garantidas. São prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **2.3 Instrumentos financeiros:** Entende-se por instrumento financeiro qualquer contrato que produza um ativo financeiro para uma entidade e um passivo financeiro ou título patrimonial para uma outra entidade. **2.3.1 Classificação: Empréstimos e recebíveis** - São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos de contratos de conta corrente com empresas ligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, e investimentos de curto. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando-se o método da taxa de juros efetiva. **Ativos mantidos até o vencimento** - São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **2.3.2 Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidação no base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.3.4 - Impairment de ativos financeiros:** Ativos negociados ao custo amortizado: A Companhia avalia no final de cada exercício, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro, classificado como mantido até o vencimento, está deteriorado. As perdas são registradas quando há evidência objetiva de **impairment** como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos. A quantia da perda é determinada pela diferença entre a quantia contabilizada do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo créditos de perdas futuras que ainda não ocorreram), descontados pela taxa efetiva original do ativo. A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de **impairment** de contas a receber de clientes contempla 100% do montante dos títulos vencidos há mais de 180 dias, 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 90 dias e 100% do montante dos títulos em cobrança judicial. Também é incluído neste cálculo, o montante dos títulos derivados de uma segunda negociação com os clientes, bem como todos os títulos derivados da primeira negociação e com prazo de recebimento superior a 24 meses. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo. **2.4 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, deduzidas da provisão para perda por **impairment**. **2.5 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao menor entre custo médio das compras ou produção e o valor realizável líquido. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios da Companhia menos despesas com vendas variáveis aplicáveis. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. A Companhia custeia seus estoques pelo método de absorção, utilizando a média movel ponderada. As provisões de perda ao valor recuperável para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **2.6 Ativo imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas, quando aplicável. O custo abrange, o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos no financiamento durante a fase de construção (Nota 11), incluindo a variação cambial e monetária e todos os demais custos diretamente relacionados para colocar o ativo em

continua →

← continuação

RIO POLÍMEROS S.A.

CNPJ Nº 01.202.799/0001-61

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

condições de uso. Os gastos subsequentes às aquisições decorrentes de paradas programadas de manutenção e/ou troca de sobressalentes com os correspondentes serviços são agregados no valor contábil do correspondente ativo. As paradas ocorrem em períodos programados que variam de dois a seis anos e os respectivos gastos são depreciados até o início da seguinte correspondente parada. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas e originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro são registrados inicialmente pelo valor justo e são depreciados linearmente pela vida útil remanescente ou pelo prazo do contrato o que for menor. As taxas médias de depreciação dos ativos são calculadas usando o método linear para alocar seus custos durante a vida útil média estimada dos bens, como segue:

- Edifícios e benfeitorias
- Máquinas, equipamentos e instalações
- Móveis e utensílios
- Equipamentos de informática
- Outros

2,50%

5,28%

9,95%

19,54%

12,42%

2.7 Ativo Intangível: Os grupos de contas que compõe o ativo intangível são os seguintes: (a) Marcas e patentes: Incluem as marcas registradas, as tecnologias adquiridas de terceiros e as adquiridas em uma combinação de negócios. São registradas pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação, quando aplicável. As marcas e patentes com vida útil definidas são amortizadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens (entre 15 e 20 anos) ou pelo prazo do contrato. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são contabilizados no resultado, quando incorridos. (b) Software e direito de uso: É registrado pelo custo menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição, todos os demais custos diretamente relacionados ao pacotizar o software em condições de uso. Os softwares com vida útil definida são amortizados pelo método linear com base na sua vida útil estimada (entre 3 a 10 anos) ou pelo prazo do contrato. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos. **2.8 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de provisão do valor de recuperação sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda referente a provisão do valor de recuperação é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Os ativos não financeiros, que tenham sido provisão do valor recuperável, são revisados para a análise de uma possível reversão dessa provisão na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os ativos que têm vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização, e são testados pelo menos uma vez ao ano para verificação de possível reconhecimento de provisão do valor de recuperação. Esses são alocados às Unidades de negócios para fins de teste de verificação de provisão do valor de recuperação.

2.9 Demais ativos: Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, ao custo.

2.10 Contas a pagar a fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor futuro. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **2.11 Financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e em alguns casos, líquido dos custos da transação incorridos na estruturação da operação. Subsequentemente, são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período contratado. **2.12 Provisões:** Provisões são reconhecidas no balanço quando a Companhia possui obrigação legal, contratual ou constituída como resultado de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação com base em estimativa confiável de valor. As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa de perda provável nos respectivos processos em andamento, manifestados pelos consultores jurídicos externos da Companhia (Nota 16). As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando-se taxa líquida de impostos, a qual reflete as avaliações atuais do mercado. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.13 Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, base de cálculo negativa, despesas contábeis temporariamente não dedutíveis e receitas contábeis temporariamente não tributáveis decorrentes de diferenças entre as bases fiscais e os valores contábeis, seguindo o método do passivo. As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido (IR e CSL) da Companhia são de 25% e 9%, respectivamente. Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em contraponto ao disposto na legislação tributária.

2.14 Ativos contingentes, obrigações legais e depósitos judiciais: O reconhecimento, a menção e a divulgação das contingências ativas e obrigações legais são efetuados de acordo com o CPC 25 da seguinte forma: (i) Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos; (ii) Obrigações legais - decorrem de obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras; (iii) Depósitos judiciais - são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores. Em tais casos, o depósito no ativo é compensado no passivo relacionado. **2.15 Reconhecimento da receita de vendas:** As receitas com vendas representam o valor justo do valor recebido ou a receber pela venda de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas são apresentadas líquidas de imposto sobre o valor acrescentado, devoluções, abatimentos e descontos e após eliminação de vendas dentro do grupo. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável e a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta; (ii) os os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e os benefícios dos produtos transferidos ao comprador. Os fretes de vendas são incluídos no custo das vendas. As vendas da Companhia são, em sua maioria, para clientes industriais e, em menor volume, para revendedores. As entregas são feitas basicamente por caminhão e tubovia. Com base na experiência da Companhia, não são estimadas e provisionadas devoluções de vendas ou descontos, e não há garantias de perdas relacionadas ao desempenho dos produtos. **3. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas:** Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. A medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso normal dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, estão incluídos, a seguir, comentários referentes a cada prática contábil crítica consideradas de maior complexidade, quando da preparação das demonstrações financeiras. **3.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo, descrito no CPC 32 para contabilização do imposto de renda e contribuição social, é usado para imposto de renda e contribuição social diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia. Estas projeções consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os impostos diferidos passivos da mesma entidade pagadora de impostos são levados em conta como uma fonte de recuperabilidade de ativos fiscais diferidos, com base no tempo de reversão esperada. **3.2 Vida útil de ativos de longa duração:** A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas práticas da indústria e experiência prévia e reflete a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário. **3.3 Contingências:** A Companhia está atualmente envolvida em processos judiciais na (Nota 16). A Companhia provisão de valores para contingências em relação a valores relacionados às contingências em que suas chances de êxito, de acordo com a avaliação de seus assessores externos, são remotas. A administração da Companhia acredita que suas avaliações, baseada na opinião dos assessores externos, são apropriadas, embora possa diferir dos resultados efetivos, quando apurados.

3.4 Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa: Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de

cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia (Nota 2.8). Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma provisão readequando o saldo de livros destes ativos. **4. Transição para o CPC: 4.1 Transição das práticas contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com os CPC's. A Companhia aplicou os CPC's 37 (R1) e 43(R1) na preparação destas demonstrações financeiras individuais. A data de transição é 1 de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPC's naquela data. **4.2 Isenções e exceções na transição das práticas contábeis:** A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções e exceções com relação à aplicação retrospectiva, previstas no CPC 37 (R1) na preparação do balanço de abertura. **4.2.1 - Isenções da aplicação retrospectiva:** As seguintes isenções opcionais previstas nas normas acima mencionadas não se aplicam à Companhia: • As normas referentes à arrendamento mercantil CPC 06 (R1) não foram aplicadas por não serem relevantes às operações da Companhia; • As normas relativas a instrumentos financeiros compostos, uma vez que a Companhia não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição; • As normas relativas a passivos para restauração incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos, já que a Companhia não tem quaisquer passivos deste tipo na data de transição; e • Ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o IOPC 01, já que a Companhia não tem contratos firmados sob o escopo destas normas. **4.2.2 - Exceções da aplicação retrospectiva:** Estimativas - segundo os CPC's, em 1 de janeiro de 2009, as estimativas eram consistentes com as práticas contábeis adotadas anteriormente pela Companhia. A seguinte exceção de aplicação retrospectiva, remanescentes, não se aplica à Companhia: • Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros.

4.3 Reconciliação entre BR GAAP e CPC's: O CPC 37 (R1) requer que a Companhia prepare uma reconciliação do patrimônio líquido na data de transição. Requer, também, a reconciliação do patrimônio líquido, da demonstração do resultado do exercício, da demonstração do resultado abrangente e da demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2009. As tabelas a seguir apresentam as reconciliações das demonstrações financeiras para o balanço de abertura e demonstrações para 31 de dezembro de 2009. **Conciliação do balanço patrimonial de abertura e das demonstrações financeiras: • Balanço patrimonial:**

	1 de janeiro de 2009		31 de dezembro de 2009	
	Nota (4.4) BR GAAP	Ajustes de GAAP aos CPC's	Ajustado de GAAP aos CPC's	Ajustado aos CPC's
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.384	3.384	3.523	3.523
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	83.103	83.103	64.558	64.558
Contas a receber de clientes	118.672	118.672	91.931	91.931
Descontos	262.314	262.314	128.930	128.930
IR e CSL diferidos	(d.i)		11.069	(11.069)
Tributos a recuperar	(b) 75.738	9.225	84.963	60.209
Demaís contas a receber	19.890		12.377	12.377
	563.101	9.225	572.326	(9.587)
Não circulante				
Tributos a recuperar	(b) 165.703	46.195	211.898	185.133
IR e CSL diferidos	(c) e (d.i) 134.901	120.773	255.674	115.965
Depósitos judiciais	(d.ii) 60	1.914	1.974	2.040
Imobilizado	(b) 2.069.283		2.069.283	2.055.848
Intangível	162.713		162.713	123.706
Diferido	(a) 355.214	(355.214)	306.229	(306.229)
	2.887.874	(186.332)	2.701.542	2.788.921
				(192.340)
Total do ativo	3.450.975	(177.107)	3.273.868	3.161.518
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	(d.iii) 33.800	(12.388)	21.412	40.120
Financiamentos	361.116		361.116	375.326
Tributos a receber				(1.088)
Demaís contas a pagar	(d.iii) 187.469	12.388	199.857	124.577
	582.385		582.385	592.305
Não circulante				
Financiamentos	1.479.723		1.479.723	1.141.085
IR e CSL diferidos	(c) 73.043		73.043	52.282
Tributos a receber	(d.i) 1.914	1.914	1.071	94
Provisão para contingências				1.165
	1.552.766	1.914	1.554.680	1.213.041
				(7.033)
Patrimônio líquido	1.315.824	(179.021)	1.136.803	1.356.172
Total do passivo e patrimônio líquido	3.450.975	(177.107)	3.273.868	3.161.518
• Demonstração do resultado do exercício				

	1 de janeiro de 2009		31 de dezembro de 2009	
	Nota (4.4) BR GAAP	Ajustes de GAAP aos CPC's	Ajustado de GAAP aos CPC's	Ajustado aos CPC's
Receita líquida de vendas	1.094.276		1.094.276	
Custo dos produtos vendidos	(a) (1.030.520)		(68.181)	(48.985)
Lucro bruto	63.756		(68.181)	48.985
Recargas (despesas)				
Com vendas	(102.587)		68.181	(34.406)
Gerais e administrativas	(50.351)			(50.351)
Lucro operacional	(89.182)		48.985	(40.197)
Resultado financeiro	(b) 142.608		(42.973)	99.635
Lucro antes do IR e da CSL	53.426		6.012	59.438
IR e CSL correntes	(5.212)			(5.212)
IR e CSL - diferidos	(c) (7.866)		(20.887)	(28.753)
Lucro líquido do exercício	(13.078)		(20.887)	(33.955)
	40.348		(14.875)	25.473

	1 de janeiro de 2009		31 de dezembro de 2009	
	Nota (4.4) BR GAAP	Ajustes de GAAP aos CPC's	Ajustado de GAAP aos CPC's	Ajustado aos CPC's
Reversão de ajuste a valor presente sobre impostos	(b) 55.420		(41.683)	(55.420)
Reversão do saldo do ativo diferido	(a) (355.214)		(306.229)	48.985
Constituição de ajuste a valor presente sobre impostos	(b) 18.767		54.130	12.447
IR e CSL diferidos sobre os ajustes de prática	(c) 120.773		99.886	(20.887)
Ajustado aos CPC's	1.136.803		1.162.276	25.473

	1 de janeiro de 2009		31 de dezembro de 2009	
	Nota (4.4) BR GAAP	Ajustes de GAAP aos CPC's	Ajustado de GAAP aos CPC's	Ajustado aos CPC's
Reversão de ajuste a valor presente sobre impostos	(b) 55.420		(41.683)	(55.420)
Reversão do saldo do ativo diferido	(a) (355.214)		(306.229)	48.985
Constituição de ajuste a valor presente sobre impostos	(b) 18.767		54.130	12.447
IR e CSL diferidos sobre os ajustes de prática	(c) 120.773		99.886	(20.887)
Ajustado aos CPC's	1.136.803		1.162.276	25.473

	1 de janeiro de 2009		31 de dezembro de 2009	
	Nota (4.4) BR GAAP	Ajustes de GAAP aos CPC's	Ajustado de GAAP aos CPC's	Ajustado aos CPC's
Reversão de ajuste a valor presente sobre impostos	(b) 55.420		(41.683)	(55.420)
Reversão do saldo do ativo diferido	(a) (355.214)		(306.229)	48.985
Constituição de ajuste a valor presente sobre impostos	(b) 18.767		54.130	12.447
IR e CSL diferidos sobre os ajustes de prática	(c) 120.773		99.886	(20.887)
Ajustado aos CPC's	1.136.803		1.162.276	25.473

	1 de janeiro de 2009		31 de dezembro de 2009	
	Nota (4.4) BR GAAP	Ajustes de GAAP aos CPC's	Ajustado de GAAP aos CPC's	Ajustado aos CPC's
Reversão de ajuste a valor presente sobre impostos	(b) 55.420		(41.683)	(55.420)
Reversão do saldo do ativo diferido	(a) (355.214)		(306.229)	48.985
Constituição de ajuste a valor presente sobre impostos	(b) 18.767		54.130	12.447
IR e CSL diferidos sobre os ajustes de prática	(c) 120.773		99.886	(20.887)
Ajustado aos CPC's	1.136.803		1.162.276	25.473

4.4 Notas da reconciliação entre BR GAAP e CPC's: (a) **Reversão do saldo do ativo diferido:** Para cumprimento das novas práticas contábeis brasileiras e convergência ao CPC, a Companhia reverteu integralmente o saldo do ativo diferido no valor de R\$ 355.214 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 306.229 em 31 de dezembro de 2009, com impacto em lucros acumulados no montante de R\$ 355.214 e R\$ 306.229, respectivamente. Essas reversões geraram um reconhecimento de imposto de renda e contribuição social de R\$ 120.773 em 1 de janeiro de 2009 e R\$ 104.118 em 31 de dezembro de 2009. O resultado do exercício de 2009 foi impactado pela reversão da amortização registrada originalmente no montante de R\$ 48.985, com impacto de imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$ 16.655. (b) **Reversão de ajuste a valor presente sobre impostos:** A Companhia reverteu integralmente os saldos de ajuste a valor presente de tributos a recuperar em 1 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, e impactaram as seguintes rubricas:

continua →

—* continuação

RIO POLÍMEROS S.A.

CNPJ nº 01.202.799/0001-61

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	1 de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2009		2010	2009	01/01/2009
Ativo			A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:			
Tributos a recuperar - circulante	9.225	1.482	Titulos vencidos			
Tributos a recuperar - não circulante	46.195	12.118	Até 90 dias		12.573	4.312
Imobilizado		(13.600)	de 91 a 180 dias	2.504	2.208	
	55.420		A partir de 180 dias	4.090	3.447	2.427
Passivo e patrimônio líquido			Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.404)	(3.690)	(4.607)
Tributos a recolher - circulante		(1.088)	Total dos títulos vencidos	2.190	14.538	2.132
Tributos a recolher - não circulante		(11.359)	Títulos a vencer	168.347	77.393	116.540
IR e CSL diferidos - passivo não circulante		4.232	Total da carteira de clientes	170.537	91.931	118.672
Lucros acumulados	55.420	55.420	% dos títulos vencidos sobre total da carteira de clientes	1%	16%	2%
Resultado do exercício		(47.205)	A movimentação do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:			
DRE				2010	2009	01/01/2009
Resultado financeiro		(42.973)	Saldo da provisão no início do exercício	(3.690)	(4.607)	(1.580)
IR e CSL diferidos		(4.232)	Provisões do exercício	(714)	(1)	(3.027)
Resultado do exercício		(47.205)	Baixa de títulos considerados incobráveis		918	(4.607)

(c) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os ajustes oriundos das mudanças das práticas contábeis para adoção das CPC's às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. Estão demonstrados a seguir o imposto de renda e contribuição social diferidos com impacto no ativo, passivo e resultado:

	1 de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2009			
	Nota	Valor	Impacto	IR e CSL diferidos	
	(4.4)	Ajuste	Ativo	Ajuste resultado	Ativo Passivo Resultado
Ajustes com efeito de IR e CSL Diferidos:					
Reversão do saldo do ativo diferido	(a)	355.214	120.773	306.229	(48.985) 104.118 (16.655)
Constituição ajuste a valor presente sobre impostos passivos	(b)		12.447	12.447	4.232 (4.232)
IR e CSL diferidos		120.773		104.118	4.232 (20.887)

(d) **Reclassificações:** As reclassificações a seguir foram efetuadas nas demonstrações financeiras da Companhia com o objetivo de adequá-las aos requerimentos dos pronunciamentos emitidos pelos CPCs: (i) O saldo de IR e CSL diferidos, que era apresentado, foi reclassificado para o não circulante no montante de R\$ 10.580 em 31 de dezembro de 2009. (ii) O CPC 26 determina que ativos e passivos, e receitas e despesas não devem ser compensados, pois a compensação pode comprometer a leitura das demonstrações financeiras e a avaliação dos futuros fluxos de caixa da Companhia. Dessa forma, os saldos de depósitos judiciais que eram compensados com suas respectivas provisões foram reclassificados para a linha própria no ativo não circulante nos montantes de R\$ 1.914 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 94 em 31 de dezembro de 2009. As contra partidas das reclassificações foram em provisões para contingências, no não circulante, nos montantes de R\$ 1.914 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 94 em 31 de dezembro de 2009. (iii) Os saldos de provisões de royalties, matérias-primas e serviços foram reclassificados para demais contas a pagar no passivo não circulante, no montante de R\$ 12.388 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 18.374 em 31 de dezembro de 2009. **4.5 Reclassificações de BRGAAP:** • No resultado do exercício das demonstrações financeiras de 2009, os fretes de vendas que haviam sido apresentados em "despesas com vendas" foram reclassificados para "custo dos produtos vendidos" no montante de R\$ 39.537; e • No resultado do exercício das demonstrações financeiras de 2009, as despesas com royalties que haviam sido apresentados em "despesas com vendas" foram reclassificados para "custo dos produtos vendidos" no montante de R\$ 28.644.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2010	2009	01/01/2009
Caixa e bancos	45.574	3.523	3.384
Aplicações financeiras	957		
Total	46.531	3.523	3.384

As aplicações financeiras correspondem basicamente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB e por fundos de aplicação de curto prazo, os quais apresentam resgate imediato. Essas aplicações foram classificadas como "mantidas para negociação" e estão mensuradas ao valor justo, cuja variação é reconhecida no resultado.

6. Títulos e valores mobiliários

	2009	01/01/2009
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2.001	32.620
Money Market Funds (*)	28.311	50.483
Debêntures compromissadas	34.246	
	64.558	83.103

(*) Indexados ao dólar norte-americano

Em 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 o montante "offshore" estava vinculado aos empréstimos com as instituições US Ex-Im Bank e Sace, que foram integralmente liquidados em 2010.

7. Contas a receber de clientes

	2010	2009	01/01/2009
Clientes			
Mercado interno	128.691	73.619	90.733
Mercado externo	46.250	22.002	32.546
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.404)	(3.690)	(4.607)
Total no ativo circulante	170.537	91.931	118.672

	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas (despesas) financeiras	Vendas (compras) - (a) (b)
	Contas a receber	Fornecedores e adiantamentos	(d)		
Braskem Europe B.V.	3.927				3.730
Braskem Petroquímica Chile Ltd.	155				253
Braskem Petroquímica S.A.	4.876				4.963
Braskem S.A.	40.885	9.734	820.740	(2.063)	123.594
Braskem Argentina					2.522
Carbocolor S.A. Industrias Químicas					(219)
Petrobras Distribuidora S.A.					(19.979)
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	15.050	66.605			(340.426)
Quattor	8.165	81.177			(19.779)
Quattor Petroquímica	59.493	2.345		(2.255)	75.567
Quattor Química					(36.586)
UNIPAR Comercial e Distribuidora S.A.	(c)				(0.088)
	318				
Em 31 de dezembro de 2010	132.569	159.861	820.740	(4.318)	(186.252)
Em 31 de dezembro de 2009	5.119	96.077			(285.446)

As principais transações com partes relacionadas foram feitas nas seguintes condições: (a) referem-se, principalmente, a vendas de subprodutos e resíduos químicos, de acordo com os contratos vigentes; (b) as compras referem-se a aquisições de matérias-primas, energia elétrica, insumos diretos e serviços prestados, realizadas em condições determinadas entre as partes; (c) Em AGE de 1º de setembro de 2010 foi aprovada a incorporação da Quattor Química S.A. pela Quattor Participações S.A. (d) O montante em "partes relacionadas" referente a contas correntes remuneradas a 100% do CDI: R\$ 81.941 e em "adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC": R\$ 738.799, sem correção.

11. Imobilizado

	Terrenos	Edifícios e equipamentos benfeitorias	Máquinas, instalações e projetos em andamento	Outros	Total
Custo	7.922	129.875	2.090.137	35.665	22.716
Depreciação acumulada		(14.754)	(198.811)	(3.467)	(217.032)
Saldo em 01 de janeiro de 2009	7.922	115.121	1.891.326	35.665	19.249
Aquisições		2.272	20.659	409	23.340
Baixas	(15)	(8)			(23)
Transferências	(249)	84.426	(37.335)	(13.055)	33.787
Depreciação		(5.143)	(77.560)	(1.436)	(84.139)
Saldo contábil	7.922	109.714	1.900.456	18.969	5.167
Custo	7.922	128.570	2.180.294	18.969	7.699
Depreciação acumulada		(18.856)	(279.778)	(2.532)	(301.166)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	7.922	109.714	1.900.456	18.969	5.167
Aquisições		3.325	27.080	18.485	48.890
Baixas		1.071	(30)	(1.041)	
Transferências	154	17.077	(3.799)	(10.949)	
Depreciação	(3.018)	(135.204)	(698)	(138.920)	
Saldo contábil	7.922	106.850	1.786.725	42.270	20.435
Custo	7.922	129.855	2.212.194	42.270	26.999
Depreciação acumulada		(23.005)	(425.469)	(6.564)	(440.086)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.922	106.850	1.786.725	42.270	20.435
Taxas médias anuais de depreciação	2,50%	5,28%	12,96%		

Qualidade do contas a receber de clientes: A quase totalidade dos clientes da Companhia não possui classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio para classificação em: (a) análise qualitativa efetuada pelas áreas comercial e de crédito, que aborda aspectos gerais do cliente e seu mercado de atuação, assim como seu histórico/comportamento junto à Riopol e outros fornecedores e bancos; (b) análise das demonstrações financeiras; e (c) utilização da classificação de risco da SERASA Experian como referência. A combinação desses três pontos define a classificação de risco para os clientes do mercado interno, a qual está apresentada abaixo juntamente com a distribuição da carteira de títulos a receber em 31 de dezembro de 2010. A Companhia não aplica essa avaliação para todos os clientes do mercado externo tendo em vista que grande parte dos títulos a receber está garantida por seguro e/ou cartas de crédito emitidas por bancos.

	2010	2009	01/01/2009
Categoria de risco			
1 Risco Mínimo			23,59%
2 Risco Baixo			27,73%
3 Risco Médio			36,66%
4 Risco Alto			1,35%
5 Risco Muito Alto			10,66%

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de contas a receber apurados com base nos percentuais acima. (i) Quase a totalidade dos clientes, classificados nessa categoria de risco de crédito apresenta-se inativa, sendo que os respectivos títulos em aberto desses clientes estão em fase de cobrança judicial. As novas compras efetuadas pelos poucos clientes ativos classificados nessa categoria são efetuadas somente mediante pagamento antecipado.

	2010	2009	01/01/2009
8. Estoques:			
Produtos acabados e em processo	101.497	61.244	215.264
Matérias-primas e auxiliares	23.912	18.486	1.011
Matérias de manutenção	28.532	28.001	22.693
Importações em andamento	23.266	21.841	10.724
Provisões para perdas nos estoques		(642)	(5.058)
Total no ativo circulante	177.207	128.930	262.314

9. Tributos a recuperar:

	2010	2009	01/01/2009
ICMS	158.825	205.000	219.011
PIS e COFINS	1.495	32.233	59.448
Imposto de renda e contribuição social	17.721	21.709	18.402
Outros	603		
Total	178.644	258.942	296.861
No ativo circulante	55.483	61.691	84.963
No ativo não circulante	123.161	197.251	211.898
Total	178.644	258.942	296.861

a) **ICMS:** A Companhia possui saldo de ICMS, no montante de R\$ 59.133, registrado em seu ativo composto por valores do imposto estadual devidos sobre a importação de equipamentos e peças destinados à construção de parque industrial, cujo pagamento encontra-se diferido por um prazo de 6 (seis) anos a contar de seu fato gerador, nos termos do Decreto-Lei nº 25.865/1999, sendo que, a partir do vencimento do referido tributo, a Companhia tem o direito à compensação dos créditos de ICMS nas suas operações à razão de 1/48 avos. Tal saldo composto-se também de créditos do referido imposto, no montante de R\$ 98.675, sobre aquisição de ativo imobilizado de uma das unidades industriais da Companhia, cuja utilização se dá à razão de 1/48 avos através do CIAP - Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente. b) **Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia possui saldos de antecipações de imposto de renda e contribuição social do exercício de 2010, no montante de R\$ 10.877 (R\$ 15.936 em 2009, e R\$ 10.654 em 1 de janeiro de 2009) e saldos credores de exercícios anteriores. 10. **Partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas decorrem de operações comerciais entre a Companhia e as empresas ligadas aos seus acionistas. Os saldos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, bem como as transações realizadas nos respectivos exercícios, estão demonstrados a seguir:

	Passivo não circulante	Receitas (despesas) financeiras	Vendas (compras) - (a) (b)
	Passivo não circulante		
	(d)		
Braskem Europe B.V.			3.730
Braskem Petroquímica Chile Ltd.			253
Braskem Petroquímica S.A.			4.963
Braskem S.A.	9.734	820.740	(2.063)
Braskem Argentina			2.522
Carbocolor S.A. Industrias Químicas			(219)
Petrobras Distribuidora S.A.			(19.979)
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	66.605		(340.426)
Quattor	81.177		(19.779)
Quattor Petroquímica	2.345		75.567
Quattor Química			(36.586)
UNIPAR Comercial e Distribuidora S.A.			(0.088)
Em 31 de dezembro de 2010	159.861	820.740	(4.318)
Em 31 de dezembro de 2009	96.077		(285.446)

Os projetos em andamento correspondem, principalmente, as melhorias operacionais para aumento da vida útil econômica das máquinas e equipamentos e projetos nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente.

A Administração da Companhia, em 31 de março de 2010, avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados e intangíveis utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, conforme premissas estabelecidas na Deliberação CVM nº 547, e decidiu pelo reconhecimento contábil de provisão para perda do valor recuperável destes ativos no montante de R\$ 547.360. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Companhia, através de evidências de recuperação de seus ativos, elaborou um novo fluxo de caixa descontado com base (a) nos novos níveis de produção, aliados ao fornecimento pleno de gás e matérias-primas, (b) na recuperação dos preços médios do mercado externo e (c) na valorização do real frente ao dólar norte-americano. O novo fluxo de caixa descontado foi superior ao total dos ativos, e portanto a Administração da Companhia decidiu pela reversão da provisão para perda do valor recuperável destes ativos constituída anteriormente.

12. Intangível

	Marcas e patentes	Software e direito de uso	Total
Custo	88.178	106.228	194.406
Amortização acumulada	(7.840)	(23.853)	(31.693)
Saldo em 1 de janeiro de 2009	80.338	82.375	162.713
Aquisições		65	65
Transferências		(33.787)	(33.787)
Amortização	(2.936)	(2.349)	(5.285)
Saldo contábil	77.402	46.304	123.706
Custo total	88.178	72.506	160.684
Amortização acumulada	(10.776)	(26.202)	(36.978)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	77.402	46.304	123.706
Aquisições		225	225
Amortização	(2.940)	(2.093)	(5.033)
Saldo contábil	74.462	44.436	118.898
Custo total	88.178	57.781	145.959
Amortização acumulada	(13.716)	(13.345)	(27.061)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	74.462	44.436	118.898
Taxas médias anuais de amortização	3,33%	3,62%	

continua—*

→ continuação

RIO POLÍMEROS S.A.

CNPJ Nº 01.202.799/0001-61

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil do ativo intangível conforme premissas estabelecidas na Deliberação CVM nº 547 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos (Nota 11).

13. Imposto de renda e contribuição social diferidos: (a) Composição do imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social diferidos incluídos nas demonstrações financeiras são provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, e tem as seguintes origens:

	2010	2009	01/01/2009
Ativo			
Prejuízos fiscais e bases negativas	138.216	100.787	103.031
Baixa ativo diferido - Lei nº 11.638	87.467	104.118	120.773
Diferenças temporárias:			
Provisão para contingências	488	390	651
Provisão para perdas em ativos		20.391	23.653
Outros	1.086	5.466	7.566
Total no ativo não circulante	227.257	231.152	255.674
Passivo			
Diferenças temporárias:			
Ajuste a valor presente - Lei nº 11.638	2.214	4.232	
Total no passivo circulante	2.214	4.232	

Ao final do exercício de 2010, a Administração da Companhia elaborou um novo fluxo de caixa descontado, conforme descrito na Nota 11, aliado às melhorias de rentabilidade apuradas no exercício de 2010 e retomada de fornecimento pleno por parte de fornecedores de gás e matérias-primas, a administração constituiu crédito tributário de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas, no montante de R\$ 138.216, cujas projeções de realização estão suportadas pelo Plano de Negócios da Companhia para os próximos 5 anos. As projeções de rentabilidade suportam a realização desses impostos diferidos nos seguintes prazos:

	2010	2009	01/01/2009
2010			
2011	48.404	25.738	28.323
2012	48.137	38.643	51.210
2013	60.302	47.156	65.951
2014 e em diante	68.200	89.682	64.404
Total	225.043	226.920	255.674

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. Os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores não possuem prazo prescricional e tem compensação limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Como a base tributável do imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(b) Reconciliação dos efeitos de renda e contribuição social no resultado: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2010	2009
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(43.501)	59.438
Alíquota nominal combinada do IR e da CSL	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	14.789	(20.209)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Despesas indedutíveis	(681)	(56)
Efeitos da Lei nº 11.638	976	(13.700)
Investimentação de Parte B sem constituição IR/CSL diferido	(17.128)	
Outros	167	
IR/CSL ajuste de declaração	149	
Efeito do IR e CSL no resultado	(1.728)	(33.965)

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 e de 2009 consideram adoção do Regime Tributário Transitório ("RTT") pela Companhia, conforme facultado pela Lei 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela própria Lei 11.941/09. A opção em definitivo do RTT foi manifestada na entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIFJ do ano calendário 2008. Quando aplicável, os efeitos fiscais temporários gerados por conta da adesão ao RTT estão apurados e apresentados nas rubricas de "Imposto de renda e contribuição social diferidos".

14. Financiamentos

	Indexador e taxa anual de juros	2010	2009	01/01/2009
Moeda estrangeira:				
US\$ 394.426 (US\$ 326.760 em 2008) (1)	Var. Cambial + 5,51% a.a.		495.243	763.639
US\$ 77.846 (US\$ 41.423 em 2008) (2)	Var. Cambial + 5,20% a 10,40%		135.545	96.806
US\$ 5.742 (US\$ 19.273 em 2008) (3)	Var. Cambial + 7,80% a.a.		9.998	
Moeda nacional:				
Aquisição de máquinas e equipamentos CDI (4)	132% CDI a.a. (4)		51.175	45.401
TJLP e LIMNDES	TJLP ou cesta + 5% a.a.		789.006	789.006
Prefixados	6,00% a.a.	187.418	163.704	146.053
		187.418	1.516.411	1.840.839
No passivo circulante		2.553	375.326	361.116
No passivo não circulante		184.865	1.141.085	1.479.723
		187.418	1.516.411	1.840.839

(1) Financiamentos contraiados no US Ex-Im Bank e SACE, em dólares norte-americanos. (2) Adiantamentos de contrato de câmbio para financiar o capital de giro da Companhia. (3) Financiamentos na modalidade Resolução 2.770 com remuneração fixa. (4) Financiamentos na modalidade de NCE - Nota de Crédito à Exportação mediante repasse de recursos externos com remuneração indexada ao CDI. O montante dos financiamentos com vencimento a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2010	2009	01/01/2009
2010			
2011		156.776	184.837
2012		171.296	201.611
2013	15.405	199.583	232.107
2014	26.409	209.202	240.684
2015	26.409	209.208	238.975
2016	26.409	116.149	198.672
2017	26.409	78.871	
2018	26.409		
2019	26.409		
2020	11.006		
	184.865	1.141.085	1.479.723

15. Tributos a recolher

	2010	2009	01/01/2009
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	57.304	97.031	164.077
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	5.285	2.878	2.700
Contribuição de Intervenção sobre Domínio Econômico - CIDE	800	1.535	600
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.011	1.087	1.054
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	595	1.373	481
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	508	1.091	1.335
Outros	2.131	5.725	200
	67.634	110.720	170.447
No passivo circulante	20.086	51.194	97.404
No passivo não circulante	47.548	59.526	73.043
	67.634	110.720	170.447

(a) Refere-se, principalmente, a ICMS diferido, registrado com base no Decreto-Lei nº 25.665/1999, incidente sobre as importações de equipamentos e peças destinados à construção do parque industrial. O referido decreto permite que a Companhia, como contribuinte substitutivo, postergue o pagamento do ICMS por 6 anos contados da data da aquisição dos bens, sem a incidência de encargos financeiros. A partir do vencimento do tributo, a Companhia tem o direito à compensação dos créditos de ICMS nas suas operações, à razão de 1/48 anos.

16. Provisão para contingências: A composição do saldo é a seguinte:

	2010	2009	01/01/2009
Tributários			1.914
Trabalhistas	1.214	945	
Cíveis	220	220	
Provisões judiciais diversas (a)	1.434	1.165	1.914

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte envolvida em processos tributários, cíveis, trabalhistas e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. A Companhia

provisiona os valores dos litígios considerados como perda provável, cujos montantes são estimados e atualizados pela Administração, amparados pela opinião de seus advogados e consultores jurídicos. Movimentações das provisões:

	Judiciais diversas	Total
Em 1 de janeiro de 2009	1.914	1.914
Adições	1.165	1.165
Baixas por utilização e pagamentos	(1.914)	(1.914)
Em 31 de dezembro de 2009	1.165	1.165
Adições	269	269
Em 31 de dezembro de 2010	1.434	1.434

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: A Companhia tem ações de natureza tributária, civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus advogados e consultores jurídicos e para as quais não há provisão constituída. Em 31 de dezembro de 2010, as ações de natureza tributária e trabalhista totalizam R\$ 90.545 e R\$ 937, respectivamente (2009 - R\$ 8.011).

17. Patrimônio líquido: (a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.039.806, representado por 1.271.898.030 ações nominativas, sendo 1.271.897.730 ordinárias e 300 preferenciais sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam do direito de preferência no reembolso de capital no caso de liquidação. Em 10 de novembro de 2010, a AGE da Riopol aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 570.000, pela sua controladora, em dinheiro, passando de R\$ 1.469.806 para R\$ 2.039.806, sem emissão de novas ações. **(b) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social. **(c) Dividendos:** O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/2001, sendo que para os exercícios sociais de 2010 e de 2009, não houve proposta de distribuição em virtude dos prejuízos acumulados registrados pela Companhia. **(d) Absorção de prejuízos:** A Administração da Companhia utilizou o saldo das reservas de lucros, para absorver parte do saldo de prejuízos fiscais, nos termos da legislação vigente, no montante de R\$ 26.745, dos quais R\$ 1.754 corresponde ao saldo da reserva legal e o restante de R\$ 24.991 corresponde ao saldo da reserva de lucros retida para investimentos.

18. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2010	2009
Venda líquida de sucatas e materiais diversos	(5.573)	
Ajustes de inventários	(3.149)	
Baixa/Alienação de ativo imobilizado	(17.090)	
Multa por rompimento contratual	(14.290)	
Reversão de provisão para perdas nos estoques	642	
Outras receitas	(18.436)	
Total	(52.896)	

19. Resultado financeiro

	2010	2009
Recetas financeiras		
Juros de aplicações financeiras	2.405	4.224
Juros de clientes	21.672	115
Variações cambiais e monetárias ativas	(25.942)	328.754
Outras receitas	135	170
	(1.730)	333.263
Despesas financeiras		
Despesas com juros	(93.238)	(131.611)
Despesas bancárias	(39.213)	(570)
Variações cambiais e monetárias passivas	(2.641)	(99.067)
Outras despesas	(13.414)	(2.380)
	(148.506)	(233.628)
Total	(150.236)	99.635

20. Instrumentos financeiros: A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros usuais a seguir descritos. Os valores justos de mercado estimados para os ativos, passivos e instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 são similares àqueles consignados nas demonstrações financeiras. **(a) Política de gestão de riscos financeiros:** A Companhia segue as políticas financeiras estabelecidas pela sua controladora Braskem S.A., cujo foco principal está na identificação, medição e redução eficiente do risco seja ele financeiro, seja operacional. A diretoria financeira segue estritamente os limites pré-estabelecidos, como, por exemplo, "rating" mínimo de banco para aplicações financeiras. Em relação a derivativos, nenhuma transação é realizada com fins especulativos. Somente compromissos firmes, como repagamento de empréstimos e pagamentos de juros por contrato de empréstimos, para qual o tamanho da exposição à moeda estrangeira é certo, são considerados para ações de "hedging". Vale destacar, no entanto, que, por força contratual dos financiadores externos, a Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de "swap". **(b) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros:** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza desses instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou venimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. **(c) Risco de liquidez:** É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. **(d) Risco de crédito:** Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia em concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia efetua avaliação individual de seus clientes, para determinação de limite de crédito, tendo em vista que não é prática da indústria o recebimento antecipado, nem garantias, exceção feita às exportações, para as quais há carta de crédito. A Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7). **(ii) Risco de taxa de câmbio:** A Companhia está suscetível a variações significativas, em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos e ativos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia possuía ativos e passivos em moeda estrangeira nos montantes descritos no quadro abaixo.

	2010		2009	
	Moeda	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo	US\$ mil		US\$ mil	
Aplicações em US\$			16.259	28.311
Contas a receber em US\$	27.758	46.250	12.636	22.002
		46.250		50.313
Passivo				
Fornecedores em US\$	19.775	32.949	7.784	13.554
Empréstimos e financiamentos em US\$			368.014	640.786

21. Plano de pensão: A Companhia aderiu em 2004, ao plano de previdência privada da PREVINOR - Associação de Previdência Privada, tendo como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos empregados, com base no Plano de Contribuição Definida. As contribuições mensais são calculadas com base no salário de participação dos empregados. A partir de outubro de 2009, com a retirada do patrocínio do PREVINOR, a Companhia passou a patrocinar o plano de previdência privada complementar intitulado QUATTOR PREV, constituído sob a forma de contribuição definida, que tem como gestor a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. Em conformidade com o que é estabelecido pela legislação previdenciária vigente, os integrantes da Companhia podem transferir (Lei da Portabilidade) os recursos do antigo plano para o Quattor Prev. O novo plano de previdência privada complementar teve adesão inicial de 96,5% dos integrantes da Companhia. Nos termos do regulamento dos planos PREVINOR e QUATTOR PREV as contribuições realizadas pela Companhia durante o exercício de 2010 totalizaram R\$ 1.339 (R\$ 1.258 no exercício de 2009).

22. Seguros: A Companhia adota a política de manter adequada cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e estoques sujeitos a riscos, com base em orientações de seus consultores de seguros. As principais coberturas de seguros envolvendo riscos de incêndio, riscos operacionais e responsabilidade civil, em vigor em 31 de dezembro de 2010, encontram-se abaixo demonstradas:

Tipo de risco	Objeto	Importâncias seguradas
Riscos operacionais	Danos materiais	2.224.920
Riscos operacionais	Lucros cessantes	615.381
Responsabilidade civil	Operações, empregador e produtos	50.901

continua →

continuação

RIO POLÍMEROS S.A.

CNPJ Nº 01.202.799/0001-61

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receita bruta de vendas		
	2010	2009
Receita bruta de vendas		
Mercado interno	1.558.245	1.130.076
Mercado externo	193.044	233.636
Deduções de vendas	1.751.289	1.363.712
Impostos e contribuições s/ vendas	(363.219)	(269.436)
Receita líquida de vendas	1.388.070	1.094.276

24. Compromissos: • Termo de cessão de direito de uso do solo: Inicialmente a Companhia firmou um termo com a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, amparado na Lei Municipal nº 1.519/00, que lhe daria o direito de utilizar o terreno onde foi construído o parque industrial por um período de cinquenta anos, renováveis por mais cinquenta anos. Posteriormente, através do termo de cessão de uso do solo, a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias transferiu a posse definitiva de 87,49% da área destinada à construção do parque industrial. O processo judicial que transfere a posse do restante da área à Companhia encontra-se em tramitação na 4ª Vara Cível de Duque de Caxias,

e a expectativa de êxito no desfecho é favorável. • Fornecimento de matéria-prima: A Companhia, nos termos do contrato de fornecimento de matéria-prima assinado com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, em 22 de dezembro de 2000, tem assegurado o fornecimento de matérias-primas (etano e propano) para a produção de 500.000 toneladas/ano de eteno, que garantem o suprimento das necessidades do projeto. Considerando a cotação atual dessas matérias-primas no mercado, o compromisso anual é de aproximadamente R\$ 962.000 (não auditado). Além da garantia de fornecimento, o contrato prevê obrigações de compra e venda das referidas matérias-primas ("take or pay" e "supply or pay"). Esse contrato tem duração de 15 anos contados da data do primeiro fornecimento de etano e/ou propano, realizado após a conclusão da fase de pré-operação e testes das instalações da Companhia. Ao término desse período, não havendo manifestação contrária de qualquer uma das partes, o contrato será automaticamente renovado por períodos sucessivos de 2 anos nas mesmas condições atuais. A Companhia presta garantias, de forma solidária com seus acionistas, relativas ao pagamento pelo futuro fornecimento de matéria-prima por parte da PETROBRAS. Tais garantias serão extintas a partir (i) do pagamento desses valores pela própria Companhia, ou (ii) do pagamento da totalidade das obrigações da Companhia, aos credores nos contratos de empréstimo de longo prazo (previsto para o segundo trimestre de 2016), o que ocorrer primeiro.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Rio Polímeros S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras da **Rio Polímeros S.A.** (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.


Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações

financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Rio Polímeros S.A.** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Salvador, 8 de abril de 2011

Felipe Edmond Ayoub

Contador CRC 1SP187402/O-4 "S" RJ

